

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	5
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	8
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	9
1.5 Principais clientes	10
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	11
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	12
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	13
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	14
1.10 Informações de sociedade de economia mista	22
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	23
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	24
1.13 Acordos de acionistas	25
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	26
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	27
1.16 Outras informações relevantes	28
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	29
2.2 Resultados operacional e financeiro	46
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	50
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	51
2.5 Medições não contábeis	52
2.6 Eventos subsequentes as DFs	53
2.7 Destinação de resultados	54
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	56
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	57
2.10 Planos de negócios	58
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	61
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	62
3.2 Acompanhamento das projeções	63

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	64
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	99
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	100
4.4 Processos não sigilosos relevantes	103
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	152
4.6 Processos sigilosos relevantes	153
4.7 Outras contingências relevantes	154
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	156
5.2 Descrição dos controles internos	162
5.3 Programa de integridade	165
5.4 Alterações significativas	174
5.5 Outras informações relevantes	175
6. Controle e grupo econômico	
6.1 Posição acionária	176
6.3 Distribuição de capital	181
6.4 Participação em sociedades	182
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	183
6.6 Outras informações relevantes	184
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	185
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	187
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	188
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	189
7.4 Composição dos comitês	199
7.5 Relações familiares	200
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	201
7.7 Acordos/seguros de administradores	202
7.8 Outras informações relevantes	203
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	206

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	208
8.3 Remuneração variável	
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	213
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	
8.6 Outorga de opções de compra de ações	215
8.7 Opções em aberto	216
8.8 Opções exercidas e ações entregues	217
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	218
8.10 Outorga de ações	219
8.11 Ações entregues	
8.12 Precificação das ações/opções	221
8.13 Participações detidas por órgão	222
8.14 Planos de previdência	223
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	224
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	225
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	226
8.18 Remuneração - Outras funções	227
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	228
8.20 Outras informações relevantes	230
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	231
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	234
9.4 Outras informações relevantes	235
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	236
11. Transações com partes relacionadas	
11.1 Regras, políticas e práticas	237
11.2 Transações com partes relacionadas	238
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	248
11.3 Outras informações relevantes	250
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	251

Índice

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	253
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	254
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	258
12.5 Mercados de negociação no Brasil	259
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	260
12.7 Títulos emitidos no exterior	261
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	262
12.9 Outras informações relevantes	263
13. Responsáveis pelo formulário	
13.0 Identificação	294
13.1 Declaração do diretor presidente	295
13.2 Declaração do diretor de relações com investidores	296
13.3 Declaração do diretor presidente/relações com investidores	297

1.1 Histórico do emissor

1.1. Descrever sumariamente o histórico do emissor

A Companhia foi constituída em 8 de setembro de 1971 sob a denominação social de Emissor de Passagens, Serviços e Turismo S.A. ("Emitur"). Em 1981, com o desenvolvimento de um plano do Governo do Estado de São Paulo na área de energia elétrica, a denominação social da Companhia foi alterada para Eletropaulo – Eletricidade de São Paulo S.A. e suas atividades passaram a ser, principalmente, a operação de: (i) usinas produtoras de energia elétrica, (ii) linhas de transmissão, e (iii) linhas de distribuição de energia elétrica.

A Companhia obteve seu registro de companhia aberta junto à CVM em 19 de agosto de 1993.

Com o programa de privatização brasileiro, lançado em 1995, a Companhia foi reestruturada, dando origem a quatro empresas: as distribuidoras Eletropaulo Metropolitana - Eletricidade de São Paulo S.A. – a Companhia – e EBE - Empresa Bandeirante de Energia S.A.; a companhia de transmissão EPTE - Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica S.A. (atual CTEEP); e a geradora EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. Com a cisão, a Companhia passou a distribuir energia elétrica aos 24 municípios da grande São Paulo.

Em 1998, a Companhia foi adquirida por meio de leilão público de privatização pela Lightgás Ltda., com participação de capital entre a The AES Corporation ("AES Corporation"), Companhia Siderúrgica Nacional, Eletricité de France e Reliant Energy.

Em 15 de junho de 1998, a Companhia celebrou com a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") contrato de concessão que lhe concedeu o direito de distribuir energia na sua área de concessão até 15 de junho de 2028.

Em 2001, após diversas alterações em sua composição acionária, a Companhia passou a ser controlada pela AES Corporation.

Em 22 de dezembro de 2003, a AES Corporation e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") concluíram a reestruturação das dívidas da AES Elpa S.A. e da AES Transgás Empreendimentos S.A., sociedades integrantes do grupo da Companhia, junto ao BNDES, que passou a deter, por intermédio da sua subsidiária BNDES Participações S.A. ("BNDESPAR"), participação no capital da Companhia por meio da criação da holding Brasileira de Energia S.A. (que, posteriormente, alterou sua denominação social para Companhia Brasileira de Energia) ("Brasileira").

Em 13 de dezembro de 2004, a Companhia passou a ter suas ações negociadas no Nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3").

Em 2006, a Brasileira, a AES Corporation e a BNDESPAR, realizaram uma reorganização societária e financeira com o intuito de fortalecer a estrutura de capital do grupo e eliminar ineficiências decorrentes da existência de empresas holding ou de participações intermediárias, compreendendo, entre outras, uma oferta secundária de ações preferenciais classe "B" de emissão da Companhia.

Em 20 de dezembro de 2010, foi aprovada a conversão mandatória da totalidade das ações preferenciais classe A da Companhia em ações preferenciais classe B. Em virtude da conversão, as ações preferenciais classe A foram extintas e as ações preferenciais classe B passaram a ser denominadas simplesmente como "ações preferenciais".

Em 31 de dezembro de 2015, foi implementada uma reestruturação societária na qual houve a cisão parcial da Brasileira e versão do acervo cindido foi transferido para a sociedade denominada atualmente Brasileira Participações S.A. e o restante do acervo permaneceu na Brasileira. Como resultado da reestruturação societária, a Brasileira passou a deter diretamente o controle exclusivo da AES Tietê S.A. e a Brasileira Participações S.A. passou a deter o controle, direto ou indireto, da Companhia, AES Elpa S.A., AES Uruguaiana Empreendimentos S.A. e AES Serviços TC Ltda.

1.1 Histórico do emissor

Em ato seguinte, a Brasileira incorporou a empresa AES Tietê S.A. alterando sua denominação social para AES Tietê Energia S.A.

Em 17 de novembro de 2016, a AES Holdings Brasil Ltda. e a BNDESPAR celebraram um acordo de reestruturação prevendo os termos e condições de uma proposta de reorganização societária envolvendo a Companhia, a AES Elpa S.A., a Brasileira Participações S.A. e determinadas sociedades controladas direta e indiretamente pela Companhia. A referida reorganização societária foi aprovada pela ANEEL em 13 de dezembro de 2016 e tornou-se eficaz em 30 de dezembro de 2016.

Em 05 de dezembro de 2016, foi aprovada a proposta de conversão voluntária de 10.823.521 ações ordinárias de emissão da Companhia em 10.823.521 ações preferenciais. Após a conversão de ações, o capital social da Companhia passou a ser representado por 167.343.887 ações, sendo 55.781.296 ações ordinárias e 111.562.591 ações preferenciais.

Em 12 de setembro de 2017, foi aprovada a proposta de migração das ações listadas da Companhia para o Novo Mercado da B3 e, em 27 de novembro de 2017, a totalidade das ações preferenciais da Companhia foram convertidas em ações ordinárias, passando estas a serem negociadas no Novo Mercado da B3. Nesta mesma data, o acordo de acionistas da Companhia foi extinto em decorrência da migração da listagem das ações da Companhia para o segmento do Novo Mercado.

Em 6 de abril de 2018, a Energisa S.A. ("Energisa") publicou um edital de oferta pública voluntária para aquisição de até a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia, excluídas as ações em tesouraria, sujeito a determinadas condições ("OPA Energisa").

Em 17 de abril de 2018, a Enel Brasil Investimentos Sudeste S.A. ("Enel Sudeste") publicou um edital de oferta pública voluntária concorrente à OPA Energisa, para aquisição de até a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia, posteriormente aditado ("OPA Enel").

Em 20 de abril de 2018, a Neoenergia S.A. ("Neoenergia") lançou oferta pública voluntária concorrente à OPA Energisa para aquisição de até a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia, excluídas as ações da Companhia mantidas em tesouraria, sujeito ao atendimento de determinadas condições.

Em 30 de maio de 2018, como resultado do processo de Oferta Pública Voluntária para Aquisição da totalidade de ações da Companhia ("OPA"), e seguindo procedimento fixado pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), a Enel Sudeste e a Neoenergia apresentaram em envelopes lacrados suas últimas ofertas de preço. A Enel Sudeste ofereceu o maior preço por ação, de R\$ 45,22 tendo sua oferta registrada em leilão realizado no dia 4 de junho de 2018. Foram adquiridas pela Enel 122.799.289 ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de 73,38% do capital total e votante da Companhia, incluindo as ações em tesouraria, pelo preço de R\$45,22 por ação.

Em 13 de julho de 2018, a Enel Sudeste concluiu a aquisição das ações de acionistas minoritários que solicitaram a venda de suas ações até o dia 04 de julho de 2018. Essa aquisição ocorreu em três fases nos dias 27 de junho, 06 de julho e 13 de julho de 2018, totalizando 33.359.292 ações, correspondentes a 19,9% do capital total e votante da Companhia.

Com a referida aquisição e o término do prazo de 30 dias em que a Enel Sudeste estava obrigada, na forma do artigo 32-A da Instrução CVM n.º 361/02, então vigente à época, e do item 3.4.2 do Edital da OPA Enel divulgado em 30 de maio de 2018, a adquirir as ações não vendidas no leilão da OPA, realizado em 04 de junho de 2018, a Enel Sudeste passa a deter 156.158.581 ações de emissão da Companhia, correspondentes a 93,3% do seu capital total e votante.

Em 21 de maio de 2018, a Enel Sudeste protocolou junto à ANEEL solicitação de anuência para a aquisição de até 100% das ações ordinárias de emissão da Companhia e, em 11 de junho de 2018, tal anuência foi formalizada pela ANEEL.

1.1 Histórico do emissor

Conforme previsto no item 7.2 do Edital de OPA, a Enel Sudeste se comprometeu, em até 30 dias contados da data em que fosse obtida a última aprovação regulatória referente à aquisição das ações da Companhia pela Enel Sudeste no leilão de ações ocorrido em 04 de junho de 2018, a promover um aumento de capital social que resulte em um aporte, na Companhia, de um montante de, pelo menos, R\$ 1.500.000.000,00.

Em 26 de junho de 2018, a Enel e a Companhia celebraram termo de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital ("AFAC") no montante de R\$ 900.000.000,00 para antecipar o valor do compromisso do aumento de capital.

Em 26 de julho de 2018, a Enel Sudeste e a Companhia celebraram novo AFAC no montante de R\$ 600.000.032,52 e o Conselho de Administração aprovou o aumento do capital social da Companhia por subscrição privada, dentro do limite do capital autorizado, no valor de R\$ 1.500.000.036,08, o qual foi implementado mediante a capitalização dos créditos detidos pela Enel Sudeste contra a Companhia e realizado mediante a emissão, por subscrição privada, de 33.171.164 novas ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$ 45,22 por ação, passando, portanto, o capital social da Companhia a ser de R\$ 2.823.486.421,33, dividido em 200.515.051 ações ordinárias.

O aumento de capital teve como objetivo: (i) viabilizar a execução do plano de investimento da Companhia; e (ii) fortalecer a estrutura de capital da Companhia, reforçando o seu caixa para fazer frente a necessidades e obrigações de curto prazo.

Após a homologação do aumento de capital realizada em reunião do Conselho de Administração da Companhia em 19 de setembro de 2018, a Enel Sudeste passou a deter a participação de 94,4% do capital total e votante.

Em 21 de outubro de 2019, a Companhia publicou Fato Relevante divulgando a aprovação, em Conselho de Administração da proposta de incorporação reversa da Enel Sudeste, então controladora direta, pela Eletropaulo e consequente convocação de Assembleia Geral Extraordinária para aprovação do tema. Em 06 de novembro de 2019, a operação de incorporação foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária ("Incorporação Reversa").

Como consequência desta Incorporação Reversa, a Companhia sucedeu a Enel Sudeste a título universal, na forma da lei, em todos os seus direitos e obrigações, passando a totalidade dos seus ativos e passivos para o patrimônio da Companhia. Ainda, a então controladora indireta da Companhia, Enel Brasil S.A., recebeu em substituição às ações de emissão da Enel Sudeste, ações de emissão da Companhia mesma quantidade e da mesma classe e espécie das ações detidas pela Enel Sudeste.

Em 21 de novembro de 2019, foi realizado o leilão da OPA para cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia perante a CVM sob a categoria "A" e conversão para categoria "B".

Como resultado do Leilão: (i) a Enel Brasil S.A. adquiriu 2.959.302 ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de 1,48% do seu capital social total; e (ii) remanesceram em circulação 5.174.050 ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de 2,58% do seu capital social total. As ações foram adquiridas pelo preço unitário de R\$ 49,39, totalizando o valor de R\$ 146.159.925,78. No dia 25 de novembro de 2019 as aquisições realizadas no Leilão foram liquidadas. As ações de emissão da Companhia deixaram de ser negociadas no segmento especial de listagem Novo Mercado em 22 de novembro de 2019, permanecendo em negociação na B3 até a aprovação do resgate compulsório, realizado no dia 26 de novembro de 2019.

Em 03 de dezembro de 2019, a CVM aprovou o pedido de conversão do registro de companhia aberta da Companhia da categoria "A" para "B". Em 05 de dezembro de 2019, foi realizado o pagamento das ações remanescentes aos seus respectivos titulares, ao preço de R\$ 49,46, valor equivalente ao preço por ação pago no âmbito da oferta pública de aquisição de ações de emissão da Companhia, ou seja, R\$ 49,39, ajustado pela variação da Taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia do Banco Central do Brasil (SELIC) publicada pelo Banco Central do Brasil desde a data de liquidação do leilão até a data de efetivo pagamento do preço do resgate.

1.1 Histórico do emissor

Em 28 de novembro de 2019, a Companhia e a Enel Brasil S.A. celebraram Termo de AFAC no montante de R\$ 256.038.513,00. O aumento de capital ocorreu mediante a capitalização de créditos do AFAC e emissão por subscrição privada de 5.184.015 novas ações, ao preço de emissão de R\$ 49,39 por ação, tendo sua aprovação obtida em Assembleia Geral Extraordinária em 30 de dezembro de 2019. Desta forma, o capital social da Companhia passou a ser de R\$ 3.079.524.934,33, dividido em 197.466.862 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Além disso, no dia 30 de dezembro de 2019, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o cancelamento das 3.058.154 ações ordinárias de emissão da Companhia mantidas em tesouraria.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

1.2. Descrever sumariamente as atividades principais desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

VISÃO GERAL

Somos a maior distribuidora de energia elétrica do Brasil em volume de energia vendida. Dedicamo-nos à comercialização de energia, por meio da compra de energia elétrica e distribuição aos usuários finais na região metropolitana de São Paulo. Nossa área de concessão abrange 4.526 quilômetros quadrados na Cidade de São Paulo e em outros 23 municípios da região metropolitana da Grande São Paulo e regiões adjacentes. Fornecemos energia elétrica a aproximadamente 1.674 unidades consumidoras por quilômetro quadrado. Em 31 de dezembro de 2022, nossa área de concessão representou 8,11% do total do volume de energia distribuída no Brasil, e 8,77% do total de clientes no país.

Operamos nosso negócio de distribuição de energia elétrica sob um contrato de concessão de longo prazo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Nossa concessão foi outorgada em 1998 e expirará em 15 de junho de 2028. No entanto, concessões de distribuição brasileiras podem ser renovadas a critério da ANEEL por um período adicional de 30 anos, sujeito ao cumprimento de determinadas exigências.

Nossa rede é composta por 163 subestações de distribuição, com capacidade total de transformação de mais de 15.700 MVA; 39.899 km de circuitos de linhas aéreas de distribuição e 2.549 km de circuitos de linhas subterrâneas; além de 1.846 km de redes de transmissão.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, nossa receita operacional líquida foi de R\$ 18.772 milhões, com a distribuição de 41.209 GWh de energia elétrica para aproximadamente 7,7 milhões de unidades de consumo faturadas.

A tabela a seguir apresenta nossas principais informações financeiras e operacionais referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		Variação
(em milhares de reais, exceto %)	2022	2021	2022/2021
Receita Operacional Líquida	18.772,18	R\$ 20.658,07	-9,13%
EBITDA (1)	4.183,66	R\$ 3.125,05	33,87%
EBITDA Ajustado – 23ª Debênture (1)	4.762,37	R\$ 3.820,17	24,82%
EBITDA Ajustado – 6ª NP e 24ª Debênture (1)	4.777,75	R\$ 3.879,03	23,17%
(Prejuízo) Lucro Líquido	1.411,64	R\$ 1.141,43	23,67%
(1) O EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, que consiste no lucro (prejuízo) líquido do exercício acrescido das despesas (receitas) de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, da adição ou exclusão do resultado financeiro líquido, adição dos custos de depreciação e amortização, ajustado pelas despesas com entidade de previdência privada classificado na conta de “custo de operação”, provisão predestinada para			

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

créditos de liquidação duvidosa e contingências. O EBITDA Ajustado não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – “IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), e não representa os fluxos de caixa dos períodos apresentados e não deve ser considerado como uma alternativa ao lucro (prejuízo) líquido, como um indicador de nosso desempenho operacional, ou como uma alternativa ao fluxo de caixa ou indicador de liquidez e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos. O EBITDA Ajustado não possui um significado padrão e pode ser definido e calculado de forma diferente por diferentes companhias.

A tabela abaixo indica o consumo de energia em GWh nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Consumo - GWh	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		Variação
	2022	2021	2022/2021
Residencial	16.515	16.569	-0,33%
Comercial	8.077	7.836	3,08%
Industrial	2.034	2.169	-6,23%
Consumidores livres (1)	12.698	12.132	4,66%
Outros (2)	1.884	2.176	-13,42%
Total	41.209	40.882	0,80%

(1) “Consumidores Livres” são consumidores que compram eletricidade de participantes do mercado fora do Ambiente de Contratação Regulada, mas que contam com nossos serviços e nossa rede de distribuição de eletricidade que eles compram.

(2) “Outros Consumidores” são consumidores rurais e consumidores de energia para fins públicos (tais como energia elétrica para edifícios federais, estaduais e locais) e serviços públicos (como energia elétrica para tratamento de água, transporte urbano e iluminação pública).

O total não considera a venda de energia no curto prazo.

A tabela a seguir indica o número de unidades consumidoras faturadas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Número de Unidades Consumidoras	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		Variação
	2022	2021	2022/2021
Residencial	7.280.497	7.127.040	2,15%
Comercial	415.418	406.102	2,29%
Industrial	24.845	24.875	-0,12%
Consumidores livres	3.166	2.795	13,27%
Outros	20.130	20.021	0,54%
Total	7.744.056	7.580.833	2,15%

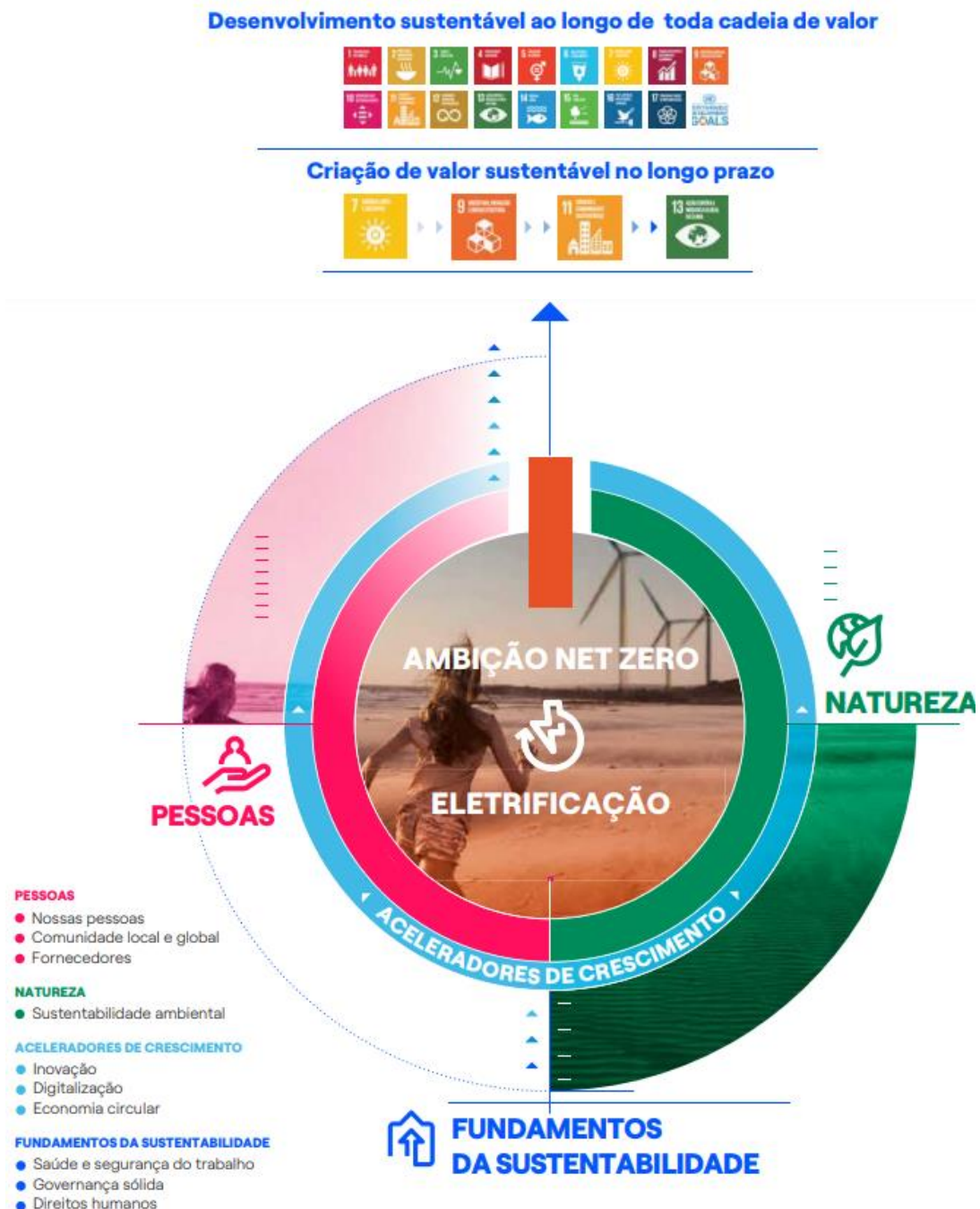
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Nossa Estratégia

Focada na sustentabilidade, nossa estratégia se baseia na centralidade das pessoas enquanto clientes, colaboradores e comunidades, utilizando a inovação para abrir novas possibilidades de engajamento e de comunicação com o público atendido. Nossa estratégia é amparada pelo Plano de Sustentabilidade, que é revisto anualmente em observância a padrões internacionais de governança corporativa com base nos temas materiais identificados no engajamento com os *stakeholders* e em sinergia com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS), no Plano Estratégico de Negócios do Grupo, nos contextos social, ambiental e econômico em que estamos inseridos e nos diversos compromissos assumidos.

Para a efetividade da estratégia, as iniciativas seguem o conceito de criação de valor compartilhado, com envolvimento de todas as áreas e acompanhamento da evolução por meio de indicadores ambientais, sociais e de governança. Assim, atuamos pautados pelo bem-estar da comunidade, proteção do meio ambiente e segurança das pessoas, com foco no desenvolvimento de projetos tecnicamente e socialmente inovadores.

O plano de Sustentabilidade da Enel é representado no diagrama a seguir:



1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

1.3. Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações:

a. produtos e serviços comercializados

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este campo é facultativo para Companhias registradas na categoria B.

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este campo é facultativo para Companhias registradas na categoria B.

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este campo é facultativo para Companhias registradas na categoria B.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

1.4. Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 1.3, descrever:

a. características do processo de produção

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este campo é facultativo para Companhias registradas na categoria B.

b. características do processo de distribuição

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este campo é facultativo para Companhias registradas na categoria B.

c. características dos mercados de atuação, em especial:

- i. participação em cada um dos mercados**
- ii. condições de competição nos mercados**

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este campo é facultativo para Companhias registradas na categoria B.

d. eventual sazonalidade

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este campo é facultativo para Companhias registradas na categoria B.

e. principais insumos e matérias primas, informando:

- i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável**
- ii. eventual dependência de poucos fornecedores**
- iii. eventual volatilidade em seus preços**

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este campo é facultativo para Companhias registradas na categoria B.

1.5 Principais clientes

1.5. Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:

a. montante total de receitas provenientes do cliente

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este campo é facultativo para Companhias registradas na categoria B.

b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este campo é facultativo para Companhias registradas na categoria B.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

1.6 Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

d. contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

i. em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia adota política interna de vedação a qualquer contribuição de natureza financeira em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos.

ii. em favor de partidos políticos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia adota política interna de vedação a qualquer contribuição de natureza financeira a favor de partidos políticos, o que também é vedado pela legislação eleitoral no Brasil.

iii. para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia adota política interna de vedação a qualquer contribuição de natureza financeira para custear atividades de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos, seja de forma direta, ou por intermediação de outros profissionais, ou outras entidades.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

1.7. Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:

a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este campo é facultativo para Companhias registradas na categoria B.

b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este campo é facultativo para Companhias registradas na categoria B.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

1.8. Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 1.7, descrever impactos relevantes decorrentes da regulação desses países nos negócios do emissor

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este campo é facultativo para Companhias registradas na categoria B.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

1.9. Em relação a informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG), indicar:

a. se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

As empresas da Enel Brasil S.A. ("Enel Brasil"), incluindo a Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A., produzem e divulgam anualmente o Relatório Anual de Sustentabilidade, onde expõem informações de contexto e estratégia da Sustentabilidade do Grupo Enel, bem como indicadores de desempenho das suas empresas. O documento faz referência e integra seu conteúdo com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da agenda 2030 das Nações Unidas.

A Companhia mantém a sustentabilidade no centro de sua estratégia, aliada ao seu plano de negócio. O plano de sustentabilidade, importante ferramenta estratégica que utilizamos é revisto anualmente e reafirma o compromisso e o potencial da empresa em contribuir com o desenvolvimento sustentável do país e com a geração de valor para acionistas, colaboradores, clientes, comunidades, fornecedores e governo. Esse planejamento estratégico possui objetivos, metas e indicadores monitorados nas mais diversas áreas da empresa, por meio de uma governança ética, coerente e transparente.

Nesse sentido, a Companhia divulgou no dia 25 de maio de 2023, em seu website (<https://www.enel.com.br/pt/Sustentabilidade/relatorios-anuais.html>) o Relatório Anual de Sustentabilidade referente ao exercício social de 2022.

b. a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

A construção do Relatório Anual de Sustentabilidade baseia-se nas metodologias fornecidas pelo GRI (*Global Reporting Initiative*).

c. se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

Os relatórios de Sustentabilidade da Enel Brasil recebem asseguração limitada por terceira parte, conforme evidências apresentadas no conteúdo do próprio relatório (páginas 148 a 151 do Relatório de Sustentabilidade de 2022).

d. a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

O Relatório de Sustentabilidade se encontra disponível no website da Companhia, no seguinte endereço eletrônico: <https://www.enel.com.br/pt/Sustentabilidade/relatorios-anuais.html>

e. se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

Os Relatórios Anuais de Sustentabilidade consideram a divulgação de matriz de materialidade. A Companhia valoriza as percepções de seu público de interesse em relação ao valor e aos impactos que seus negócios proporcionam em diferentes esferas. Nesse sentido, atualiza anualmente sua matriz de materialidade, considerando os temas de maior relevância para seus *stakeholders*.

Para tanto, adota-se a metodologia de reporte da GRI, as diretrizes do Conselho Internacional para o Relato Integrado (IIRC) e normas internacionais, como a *AccountAbility* AA1000, além dos ODS e os 10 princípios do Pacto Global.

Nesse processo, identificam-se os públicos de relacionamento e seus apontamentos prioritários, bem como são avaliados os temas mais importantes na estratégia corporativa da Companhia.

A identificação e priorização *dos stakeholders* envolvem várias áreas e diretorias das sociedades do Grupo Enel e, ao final do processo, é realizada uma calibração dos resultados pelo Comitê Executivo. Para a priorização, é seguida a metodologia global, que considera critérios de Influência (capacidade do *stakeholder* influenciar a tomada de decisão, desde aspectos operacionais até estratégicos); Dependência (nível de dependência entre *stakeholders* e nossas empresas); e Tensão (nível de atenção que precisamos dedicar ao relacionamento e como a empresa pode ser afetada por eles em termos financeiros e de imagem).

Para identificar a priorização de temas pelos *stakeholders*, a Companhia desenvolve iniciativas específicas de engajamento dos *stakeholders*: Questionário virtual, encaminhado a todos os colaboradores/estagiários de todas as empresas e linhas de negócio; representantes do poder público nas esferas municipal, estadual e federal; prestadores de serviços e fornecedores de materiais; amostra de clientes, conselhos de consumidores das distribuidoras e representantes sindicais, grupos e minorias em desvantagens (quilombolas e indígenas), organizações não governamentais – ONG's, lideranças comunitárias e proprietários e cidadãos locais e Grupo Focal com Lideranças Comunitárias. Considera ainda, resultados de pesquisa Global de clima (interna) e análise de documentos oriundos do relacionamento orgânico (dia a dia) que mantemos

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

com nossos stakeholders (Relatórios de Impacto de Mídia, Resultados ISQP – Índice de Satisfação de Qualidade Percebida, Atas dos Conselhos de Consumidores etc.).

Para a avaliação dos temas prioritários pela empresa, aplicamos o posicionamento estratégico da empresa sobre os temas, bem como a avaliação da resposta real e de impactos (dupla materialidade), ou seja, uma abordagem que nos permite identificar e avaliar os impactos que causamos e sofremos, identificando assim as áreas de maior risco e oportunidade, bem como as áreas que precisam de maior atenção. Assim é possível entender melhor como os nossos produtos, serviços e atividades afetam o meio ambiente, a sociedade e a economia. Ao considerar os impactos gerados e sofridos, somos capazes de tomar decisões mais informadas e responsáveis, ajudando a melhorar a sustentabilidade das nossas operações.

Os temas materiais levantados no processo de materialidade são, mais do que a base para o Relatório Anual de Sustentabilidade, parte da nossa estratégia de Sustentabilidade. A Matriz de Materialidade nos traz subsídios para atualização dessa estratégia sempre alinhada às expectativas de nossos públicos de interesse, sendo assim mais efetiva.

Com base no processo descrito, a Companhia adotou a Matriz de Materialidade no ano de 2022 conforme segue:



1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

Os temas estão dispostos de acordo com sua importância: no eixo vertical demonstram a relevância interna, no horizontal, demonstram a relevância dos *stakeholders*. Os círculos nas posições mais elevadas em relação à base do gráfico mostram os tópicos mais relevantes e que, portanto, merecem mais comprometimento estratégico em médio e longo prazos. Já os círculos posicionados mais à direita indicam os temas citados como de maior preocupação pelos nossos públicos.

Considerando os dois eixos de forma conjugada, os temas mais materiais foram: (i) saúde e segurança ocupacional; (ii) engajamento do cliente; (iii) infraestrutura e redes; (iv) gestão, desenvolvimento e motivação de funcionários; (v) governança sólida e conduta corporativa justa; (vi) criação de valor econômico e financeiro; (vii) engajamento das comunidades locais e globais; (viii) cadeia de fornecimento sustentável; (ix) inovação, economia circular e transformação digital; (x) preservação de ecossistemas e gestão ambiental; (xi) descarbonização do mix energético; e (xii) produtos e serviços para eletrificação e digitalização.

O conteúdo do Relatório Anual de Sustentabilidade se baseia na Matriz de Materialidade, considerando os temas prioritários para a empresa e os seus *stakeholders*.

Adicionalmente, ressalta-se que o Relatório Anual de Sustentabilidade divulga a estratégia e os indicadores-chave do Plano de Sustentabilidade do Grupo Enel, revisado anualmente levando em consideração os resultados da análise da matriz de materialidade, o Plano Estratégico do Grupo Enel, os resultados alcançados e os diversos compromissos assumidos, especialmente em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Para o ciclo 2022-2024, a estratégia materializada no Plano de Sustentabilidade contempla indicadores e metas para os seguintes temas:

- **Ambição Net-Zero**

- (i) Redução de emissões e energias renováveis
- (ii) Eletrificação da demanda por energia
- (iii) Digitalização de redes e serviços mais acessíveis, seguros e confiáveis

- **Pessoas**

- (i) Cliente no centro da nossa estratégia
- (ii) Desenvolvimento e valorização das nossas pessoas
- (iii) Qualificação, desenvolvimento e gestão da cadeia de fornecedores
- (iv) Desenvolvimento e criação de valor no relacionamento com as comunidades e demais stakeholders onde atuamos

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

- **Natureza**

- (i) Promoção da sustentabilidade ambiental, reduzindo os impactos das nossas operações
- (ii) Proteção do capital natural e da biodiversidade
- (iii) Combate às alterações climáticas

- **Fundamentos da Sustentabilidade**

- (i) Respeito e promoção dos Direitos Humanos Universais
- (ii) Promoção da Saúde e Segurança no Trabalho de nossos colaboradores próprios e contratados
- (iii) Governança sólida

- **Aceleradores do Crescimento**

- (i) Inovação em produtos e serviços para acelerar nossa estratégia de sustentabilidade
- (ii) Digitalização e segurança de serviços e dados
- (iii) Promoção da Economia Circular

Por fim, a Companhia ressalta que as informações e os indicadores divulgados no Relatório Anual de Sustentabilidade são submetidas a verificação externa. Para a consolidação dos indicadores de desempenho, os dados seguem metodologias internacionalmente reconhecidas de reporte – os financeiros seguem o padrão internacional de contabilidade (IFRS) e as disposições da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), enquanto os socioambientais estão alinhados a critérios das certificações ISO 9001, ISO 14001, ISO 45001 e normas técnicas brasileiras relacionadas ao trabalho.

f. se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

A atuação do Grupo Enel está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que integram a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas com o propósito de acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima, e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e prosperidade.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

Nesse sentido, o Relatório Anual de Sustentabilidade faz referência e contempla os ODS da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas.

Estamos especialmente comprometidos com 4 dos 17 ODS: Energia Limpa e Acessível (ODS 7); Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9); Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11) e Ação Contra a Mudança Global do Clima (ODS 13).

O modo de desenvolver e gerir relacionamentos com as comunidades, por meio da realização de projetos socioambientais em toda a área de atuação da Companhia, também visa atender às demandas reais do entorno, alinhadas aos negócios e propósitos do Grupo e com foco na criação de valor compartilhado. Essa estratégia de atuação com as comunidades locais também visa contribuir, em especial, com 3 ODS: Educação de Qualidade (ODS 4); Energia Limpa e Acessível (ODS 7); Trabalho Decente e Crescimento Econômico (ODS 8).

g. se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

As mudanças climáticas são um desafio global que impactam o dia a dia de todos das mais diversas formas, e igualmente influenciam nossos negócios, uma vez que fenômenos climáticos extremos, como secas prolongadas, chuvas intensas e a força dos ventos podem atingir nossas redes de distribuição de energia, cujos efeitos podem apresentar riscos a nossas operações, incluindo transtornos aos clientes.

Se, de um lado, as alterações do clima trazem riscos, como operacionais e financeiros, de outro trazem oportunidades, como a modernização de equipamentos e linhas de distribuição de energia.

Entendemos que, como empresa do setor energético, temos muito a contribuir com o enfrentamento das mudanças climáticas. Assim, em concordância com as metas estabelecidas no Acordo de Paris, o Grupo Enel assumiu formalmente o compromisso de promover a neutralidade de carbono nas operações, até 2040, (Ambição Net-Zero) contribuindo com o alcance do ODS 13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima.

Nosso compromisso e nosso desempenho em relação a esse tema são divulgados em no Relatório Anual de Sustentabilidade, construído com base na metodologia fornecida pelo GRI (*Global Reporting Initiative*), e que está alinhada com as recomendações TCFD. Os relatórios que adotam os GRI Standards e identificam as mudanças climáticas como

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

um tema material, como é o caso da Enel Brasil, atendem a maioria das divulgações recomendadas pelo TCFD.

h. se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

A Companhia já realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa desde 2012, considerando as emissões de escopos 1, 2 e 3 quantificadas seguindo a metodologia do GHG Protocol. Os últimos inventários podem ser encontrados no seguinte endereço da web <https://www.enel.com.br/pt-saopaulo/quemsomos/meio-ambiente/mudancas-climaticas.html>.

O inventário de GEE de São Paulo é verificado por auditoria independente e especializada, obtendo a garantia de confiabilidade e exatidão dos dados.

Adicionalmente a Companhia também preenche o *CDP Climate Change*, o que significa que a empresa está no patamar de liderança na gestão das Mudanças Climáticas, e coroa o trabalho que vem sendo desenvolvido ao longo dos anos nesta temática.

i. explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

i. a não divulgação de informações ASG

Não aplicável à Companhia, uma vez que divulga informações ASG.

ii. a não adoção de matriz de materialidade

Não aplicável à Companhia, uma vez que adota matriz de materialidade.

iii. a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

Não aplicável à Companhia, uma vez que adota indicadores-chave de desempenho ASG.

iv. a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

Não aplicável à Companhia, uma vez que realiza a auditoria de terceira parte das informações ASG divulgadas no Relatório de Sustentabilidade.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

v. a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

Não aplicável à Companhia, uma vez que considera os ODS e as recomendações de entidades reconhecidas na divulgação das informações ASG.

vi. a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

Não aplicável a Companhia, uma vez que realiza e divulga o inventário de emissões de gases de efeito estufa.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

1.10. Indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista:

a. interesse público que justificou sua criação

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

b. atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:

i. os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra "a"

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

ii. quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

iii. estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do emissor ou declaração de que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

c. processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

1.11 Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Não houve operações de aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal dos negócios da Companhia no último exercício social.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

1.12. Indicar operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo o emissor e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas

No último exercício social, não foram realizadas operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo a Companhia.

1.13 Acordos de acionistas

1.13. Indicar a celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas

Não aplicável, visto não existem acordo de acionistas vigentes, celebrados, extintos ou modificados no último exercício social.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

1.14. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia no último exercício social.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

1.15. Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não houve contratos relevantes celebrados pela Companhia não diretamente relacionados com suas atividades operacionais no último exercício social.

1.16 Outras informações relevantes

1.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a esta seção 01.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

As informações financeiras contidas na seção 02 deste Formulário de Referência são derivadas de nossas demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil que compreendem a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações contábeis sobre a situação financeira da Companhia. A Diretoria da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Diretores entendem que a Companhia tem condições financeiras e patrimoniais suficientes para desenvolver as atividades do seu negócio, assim como para cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. Considerando os indicadores financeiros e patrimoniais apresentados no último exercício social, conforme tabela abaixo, o nível de endividamento da Companhia medido pelo indicador Dívida Líquida/EBITDA é confortável, e se mantém em patamares adequados.

Considerando os indicadores de endividamento, em condições normais de mercado, os diretores entendem que a Companhia apresenta condições satisfatórias para contratar empréstimos e financiamentos adequados para realização de suas atividades e/ou investimentos futuros, denotando capacidade financeira suficiente para a cobertura de suas operações, bem como realização de investimentos planejados, pagamento de dívidas e outras obrigações.

Em 06 de setembro de 2022, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings reafirmou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil em 'AAA (bra)', com perspectiva estável.

Os Diretores apresentam abaixo informações sobre as condições financeiras e patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2022:

Indicadores de Endividamento	Exercício findo em 31/12/2022
Dívida Bruta / EBITDA	1,86

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Dívida Líquida / EBITDA	1,54
Dívida Bruta / (Dívida Bruta + PL)	0,76
Dívida Líquida / (Dívida Líquida + PL)	0,73
Indicadores de liquidez	Exercício findo em 31/12/2022
Liquidez Geral (Ativo Circulante+ativo não circulante)/(Passivo circulante+Passivo não circulante)	1,09
Liquidez Corrente (Ativo circulante/Passivo Circulante)	0,92
Liquidez Imediata (Caixa e equivalentes e Investimentos de curto prazo/Passivo Circulante)	0,17

OBS: A Dívida Bruta considera as seguintes contas do Balanço:

- Operação com instrumentos derivativo, presente tanto no ativo e passivo circulante como no não circulante;
- Empréstimos e Financiamentos, presente tanto no passivo circulante como no não circulante;
- Debêntures, presente tanto no passivo circulante como no não circulante;

Para se obter a Dívida Líquida, subtrai-se da Dívida Bruta as seguintes contas do ativo circulante:

- Caixa e equivalente de caixa
- Títulos e valores mobiliários

b. estrutura de capital

O objetivo dos Diretores da Companhia durante o processo de administração do capital é garantir a capacidade de continuidade das operações da Companhia, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital adequada para diminuir custos e manter o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia.

A estrutura de capital referente ao último exercício social consiste nos saldos apresentados na tabela abaixo:

	Exercício findo em 31/12/2022
Capital Próprio = PL (R\$ mil)	2.393.789
Capital de Terceiros = Dívida Líquida (R\$ mil)	6.445.458
TOTAL (R\$ mil)	8.839.247
Capital Próprio (%)	27,1%
Capital de Terceiros (%)	72,9%

O padrão de financiamento da Companhia baseia-se na utilização de recursos próprios e de capital de terceiros, podendo este ser referente à captação de recursos junto a instituições financeiras, emissão de dívidas no mercado de capitais e mútuos junto ao controlador e/ou empresas sob o mesmo controle acionário.

Periodicamente, a administração da Companhia revisa a estrutura de capital e a capacidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de contas a receber e fornecedores, tomando as ações necessárias para mantê-los em níveis considerados adequados

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

para a gestão financeira.

2022

Em 31 de dezembro de 2022, a estrutura de capital da Companhia era composta por 72,9% de capital de terceiros e 27,1% de capital próprio. Os Diretores acreditam que a Companhia possui uma estrutura de capital adequada, tendo em consideração sua geração de resultado operacional.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Diante do exposto a seguir, os Diretores entendem que a Companhia possui plena capacidade de pagamento dos compromissos financeiros assumidos.

Embora o atual cenário político-econômico e incertezas hidrológicas possam aumentar os riscos em novas captações, pressionando o caixa, os Diretores da Companhia entendem que, caso não ocorram novos descasamentos temporais em função do crescimento dos custos com compra de energia, a geração de caixa operacional será suficiente para honrar as obrigações da Companhia ou fazer frente aos refinanciamentos necessários, considerando o atual perfil de sua dívida, cujo prazo médio era de 4,03 anos em 31 de dezembro de 2022.

Ao final de 2022, a Companhia cumpriu com todos os *covenants* financeiros assumidos em contratos de financiamentos e emissão de debêntures e notas promissórias, conforme apresentados abaixo, indicando situação de liquidez e equilíbrio financeiro:

Em R\$ Mil, exceto quando indicado de outra forma	Exercício social encerrado em
	31 de dezembro de
23ª Emissão de Debentures	2022
EBITDA Ajustado ⁽¹⁾	4.762.371
Dívida Líquida Ajustada ⁽²⁾	5.609.188
Dívida Líquida Ajustada/EBITDA Ajustado	1,18

(1) O EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, que consiste no lucro (prejuízo) líquido do exercício acrescido das despesas (receitas) de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, da adição ou exclusão do resultado financeiro líquido, adição dos custos de depreciação e amortização, provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa e contingências, ajustado pelas despesas com entidade de previdência privada classificado na conta de "custo de operação" e pelas despesas com arrendamentos financeiros. O EBITDA Ajustado não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards – "IFRS"*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board ("IASB")*, e não representa os fluxos de caixa dos períodos apresentados e não deve ser considerado como uma alternativa ao lucro (prejuízo) líquido, como um indicador de nosso desempenho operacional, ou como uma alternativa ao fluxo de caixa ou indicador de liquidez e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos. O EBITDA Ajustado não possui um significado padrão e pode ser definido e calculado de forma diferente por diferentes companhias. Para mais informações sobre o EBITDA Ajustado, ver item 3.2 deste Formulário de Referência.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(2) A Dívida Líquida Ajustada corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures, operação com instrumento derivativos e obrigações com entidade de previdência privada, excluindo os efeitos das remensurações atuariais do CPC 33-R1 com entidade de previdência privada, deduzidos do saldo de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. A Dívida Líquida Ajustada não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards – “IFRS”*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (“IASB”)*, e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular sua dívida líquida ajustada de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações. Para mais informações sobre a dívida líquida ajustada, ver item 3.2 deste Formulário de Referência.

Em R\$ Mil, exceto quando indicado de outra forma	Exercício social encerrado em
	31 de dezembro de
7ª NP, 24ª, 25ª, 26ª e 27ª Emissão de Debentures, BNP, MUFG e Scotiabank 4131	2022
EBITDA Ajustado ⁽¹⁾	4.777.753
Dívida Líquida Ajustada ⁽²⁾	5.609.188
Dívida Líquida Ajustada/EBITDA Ajustado	1,17

(1) EBITDA Ajustado da 23ª emissão + perda na desativação de bens e direitos

(2) Dívida Líquida Ajustada

Compromissos financeiros – “Covenants”

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizados *covenants* financeiros em alguns contratos de dívida. A administração da Companhia mantém o acompanhamento do seguinte índice financeiro:

- Capacidade de endividamento: mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses. Conforme definido nos contratos, este índice não poderá ser superior a 3,5 vezes.

Conforme descrito nos contratos de dívida, o não cumprimento do índice acima, por dois trimestres consecutivos, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida.

A Companhia tem seguido uma estratégia financeira que visa os objetivos principais de: (i) buscar a captação de recursos de longo prazo, para financiar parte relevante dos investimentos, em complementação à geração de caixa interna; (ii) equilibrar o custo financeiro total da dívida; e (iii) preservar seu nível de liquidez que minimize riscos financeiros conjunturais. Considerando o seu perfil de endividamento, a sua capacidade financeira de captação de recursos e de geração de caixa, os diretores entendem que a Companhia não deverá encontrar dificuldades em honrar os seus compromissos financeiros atualmente contratados ou em financiar investimentos futuros.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Para financiar o capital de giro e os investimentos em ativos não-circulantes (capex), a Companhia utiliza-se do caixa gerado por suas atividades, de linhas de financiamento pré-aprovadas por instituições financeiras para capital de giro, bem como de emissão de títulos de dívida, tais como debêntures e notas promissórias.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia captou (i) R\$ 673 milhões oriundos de operações bancárias (4131); e (ii) R\$ 800 milhões por meio da 27ª emissão de debêntures, os quais foram utilizados para financiar a expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.

A Companhia mantém um saldo confortável em disponibilidades financeiras, representado por caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, sendo seu total em 31 de dezembro de 2022, de R\$ 1.344 milhões.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Os Diretores da Companhia esclarecem que a Companhia está atenta a oportunidades de melhoria na gestão e no perfil de endividamento, através de recursos provenientes de financiamentos bancários, como debêntures, cédulas de créditos bancários e mútuos, além de financiamentos provenientes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ("BNDES") e da Financiadora de Estudos e Projetos ("FINEP").

Dada a atual estrutura de capital, a Diretoria entende que as fontes de recursos disponíveis (própria e de terceiros) são suficientes para cumprir com suas obrigações operacionais rotineiras. Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tinha a seu dispor R\$ 80 milhões em limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com partes relacionadas aprovados pela Aneel, por meio dos Despachos Nº 3.037/2018, no valor de até R\$ 2.000 milhões e Despacho Nº 647/2021, no valor de até R\$ 500 milhões, totalizando um montante de R\$ 2.500 milhões. Também para capital de giro, a Companhia pode fazer uso de empréstimos bancários de curto/médio prazos, e eventualmente operações no mercado de capitais. Tais opções têm se demonstrado plenamente acessíveis à companhia, em decorrência de seu bom perfil de riscos financeiros.

Na contratação de novos financiamentos, a Companhia buscará analisar as opções disponíveis naquele momento, dependendo das condições de mercado, almejando sempre o prazo médio máximo para taxas de juros condizentes.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

As informações sobre as operações de empréstimos e financiamentos em moedas nacionais e estrangeiras são:

Saldo das operações financeiras (Valores em R\$ mil):

	Exercício findo em 31/12/2022
Moeda Nacional	
FINEP 2 i (a)	18.730
BNP 4131 IV (e)	274.875
Nota Promissória - 7ª Emissão (3ª Série) (b)	352.681
Moeda Estrangeira	
BNP 4131 II (c)	230.888
BNP 4131 III (d)	438.086
Scotiabank 4131 II (f)	206.335
Scotiabank 4131 III (g)	293.152
MUFG 4131 (h)	203.101
Scotiabank 4131 IV (i)	405.120
European Investment Bank (BEI) 26 MUSD (j)	127.279
European Investment Bank (BEI) 104 MUSD (k)	502.927
Total de empréstimos e financiamentos	3.053.174
Resultado das Operações com instrumento derivativo	236.095
Total de empréstimos e financiamentos	3.289.269
Circulante	498.954
Não Circulante	2.790.315
	<u>3.289.269</u>

Características das operações financeiras:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Referência	Descrição	Valor de ingresso (R\$ Mil)	Data da emissão ou repactuação	Taxa contratual (a.a.)	Pagamentos juros (Periodicidade)	Amortização do principal (Periodicidade)	Vencimento	Finalidade
a.	FINEP 2	R\$55.301	Agosto de 2014	TJLP - 1%	Mensal	Mensal (a partir de abril de 2017)	Abril de 2024	Financiamento de desenvolvimento de projetos.
		R\$41.448	Novembro de 2017	TJLP - 1%	Mensal			
b.	Nota Promissória - 7ª Emissão	R\$315.000	Outubro de 2021	CDI + 0,97% a.a.	Única	R\$305.000	abril de 2023	Reforço de capital de giro
c.	BNP 4131 II	R\$250.000	Março de 2021	Dólar + 1,71% a.a.	Semestral	Única	Março de 2024	Reforço de capital de giro
d.	BNP 4131 III	R\$475.000	Abril de 2021	Dólar + 1,97% a.a.	Semestral	Única	Abril de 2024	Reforço de capital de giro
e.	BNP 4131 IV	R\$290.000	Junho de 2021	8,41% a.a	Semestral	Única	Junho de 2024	Reforço de capital de giro
f.	SCOTIABANK 4131 II	R\$209.000	Maio de 2021	Dólar + 2,31% a.a.	Semestral	Única	Maio de 2025	Reforço de capital de giro
g.	SCOTIABANK 4131 III	R\$300.000	Agosto de 2021	Dólar + 2,61% a.a.	Semestral	Única	Agosto de 2026	Reforço de capital de giro
h.	MUFG 4131	R\$200.000	Setembro de 2021	Dólar + 1,95% a.a.	Semestral	Única	Setembro de 2024	Reforço de capital de giro
i.	SCOTIABANK 4131 IV	R\$400.000	Setembro de 2021	Dólar + 2,37% a.a.	Semestral	Única	Setembro de 2025	Reforço de capital de giro
j.	European Investment Bank (BEI) 26 MUSD	R\$134.654	Setembro de 2022	Dólar + 3,76% a.a.	Semestral	Semestral a partir de Setembro de 2025	Setembro de 2037	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.
k.	European Investment Bank (BEI) 104 MUSD	R\$538.616	Setembro de 2022	Dólar + 3,61% a.a.	Semestral	Semestral a partir de Setembro de 2025	Setembro de 2037	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O principal dos empréstimos e financiamentos não circulante, excluindo os efeitos das operações de instrumentos derivativos contratados e dos custos de transação, tem sua curva de amortização distribuída da seguinte forma:

Curva de Amortização dos Emprést. e Financ. - LP (R\$ Mil)	Exercício findo em 31/12/2022
2024	1.147.428
2025	660.066
2026	342.722
2027	52.177
Após 2027	465.799
	2.668.192

Debêntures

Saldo das debêntures emitidas (Valores em R\$ mil):

	Exercício findo em 31/12/2022
23ª Emissão - 2ª Série	727.362
24ª Emissão - 1ª Série	707.716
24ª Emissão - 2ª Série	926.192
25ª Emissão	730.532
26ª Emissão	594.292
27ª Emissão	814.474
Total de debentures	4.500.568
Resultado das Operações com instrumento derivativo	-
Total de debentures	4.500.568

Circulante	781.662
Não Circulante	3.718.906
	4.500.568

Características das emissões:

Características	23ª Emissão 2ª Série
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografia
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	1.395.948 debêntures simples
Valor nominal unitário	R\$ 1.000,00
Data de emissão	13 de setembro de 2018
Vencimento	13 de setembro de 2023
Atualização monetária	Sem atualização
Repactuação	Não haverá

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Remuneração	111% CDI
Exigibilidade de juros	Semestral
Amortizações	2 parcelas Anuais
Finalidade	Refinanciamento do passivo da Companhia e pré-pagamento de dívidas

Características	24ª Emissão 1ª Série	24ª Emissão 2ª Série
Convertibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	700.000 debêntures simples	800.000 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
Data de emissão	26 de junho de 2019	26 de junho de 2019
Vencimento Final	15 de maio de 2025	15 de maio de 2026
Atualização monetária	Sem atualização	IPCA
Repactuação	Não haverá	Não haverá
Remuneração	CDI + 0,80% a.a	IPCA + 4,0134% a.a
Exigibilidade de juros	Semestral	Semestral
Amortizações	2 parcelas	Parcela única
Finalidade	Alongamento do perfil de endividamento e investimento em projetos de expansão, renovação ou melhoria no sistema de Distribuição de Energia Elétrica.	Alongamento do perfil de endividamento e investimento em projetos de expansão, renovação ou melhoria no sistema de Distribuição de Energia Elétrica.

Características	25ª Emissão	26ª Emissão
Convertibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	720.000 debêntures simples	575.000 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
Data de emissão	15 de abril de 2021	04 de outubro de 2021
Vencimento Final	15 de abril de 2031	04 de outubro de 2028
Atualização monetária	IPCA	Sem atualização
Repactuação	Não haverá	Não haverá
Remuneração	IPCA + 4,26% a.a.	CDI + 1,64% a.a.
Exigibilidade de juros	Semestral	Anual
Amortizações	3 parcelas	2 parcelas
Finalidade	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.	Reforço de capital de giro

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Características	27ª Emissão
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	800.000 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 1.000,00
Data de emissão	15 de abril de 2022
Vencimento Final	15 de abril de 2032
Atualização monetária	IPCA
Repactuação	Não haverá
Remuneração	IPCA + 6,14% a.a.
Exigibilidade de juros	Semestral
Amortizações	3 parcelas
Finalidade	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.

Curva de amortização do longo prazo das debêntures:

Curva de Amortização das Debêntures - LP (R\$ Mil)	Exercício findo em 31/12/2022
2024	350.000
2025	350.000
2026	932.877
2027	287.500
Após 2027	1.864.420
	3.784.797

ii Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras, além daquelas já descritas no item 2.1(f)(i) deste Formulário de Referência.

iii Grau de subordinação entre as dívidas

A Diretoria entende que não há condição de subordinação entre as dívidas vigentes na Companhia no último exercício social. Entretanto, a Companhia possui dívidas de natureza quirografária.

Em eventual concurso universal de credores, na hipótese de uma eventual instauração de procedimento de recuperação judicial ou extrajudicial, a subordinação entre as obrigações registradas no passível exigível acontecerá de acordo com a Lei n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que atualmente compõe a seguinte ordem de preferência: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii)

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

impostos a recolher; (iii) arrendamento mercantil (garantia real); (iv) empréstimos e financiamentos; (v) crédito quirografários; (iv) créditos subordinados; e (viii) dividendos e juros sobre capital próprio.

iv Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Os contratos financeiros da Companhia possuem restrições impostas pelos credores, tais como:

- Alterações societárias:

A maioria dos contratos permite alterações societárias desde que realizadas dentro do Grupo Econômico. Nos contratos de debentures, há obrigação da anuência prévia aos debenturistas para eventos de mudança do controle acionário da Companhia, em casos específicos.

- Vencimento antecipado cruzado (*cross acceleration*):

Os principais contratos de financiamento de longo prazo da Companhia contêm cláusulas de vencimento antecipado cruzado (*cross acceleration*), de modo que o vencimento antecipado de um contratos poderá acarretar a antecipação do vencimento de outros contratos.

- Protesto de Títulos:

A maioria dos contratos restringe a emissão de títulos protestados contra a Companhia, cujos valores ultrapassem os limites estabelecidos nos referidos contratos e que não sejam resolvidos dentro dos prazos permitidos.

Até esta data, a Companhia não havia descumprido nenhum dos índices econômico-financeiros (*covenants* financeiros) mencionados no item 2.1 (c), nem apresenta risco de descumprimento. Adicionalmente, não há registro de qualquer default contratual por parte da Companhia.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Financiamentos e empréstimos de longo prazo contratados com percentuais utilizados no último exercício social (2022):

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Contratos	Objeto	Valor Total (R\$ mil)	Plano de Investimento	Data de contratação	Desembolso em 2022	Desembolso total	Garantias
Empréstimos e Financiamentos							
European Investment Bank (BEI) 26 MUSD	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.	134.654	-	Set/2022	100%	100%	Aval Corporativo
European Investment Bank (BEI) 104 MUSD	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.	538.616	-	Set/2022	100%	100%	Aval Corporativo

Os Diretores da Companhia esclarecem que todos os recursos obtidos com os empréstimos e financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização estabelecidos nos respectivos contratos.

Neste exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia desembolsou (i) R\$ 673 milhões oriundos de operações bancárias (4131); e (ii) R\$ 800 milhões por meio da 27ª emissão de debentures para financiar a expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (R\$, MIL)

	2022	Análise Vertical %	2021	Análise Vertical %	Var. %
Receita Operacional Bruta	30.641.181	100,00%	32.230.625	100,00%	-4,9%
Fornec de Energia e Disp. do Sistema (TUSD) - Cativo	21.642.070	70,63%	21.176.062	65,70%	2,2%
CVA	1.787.658	5,83%	4.152.176	12,88%	-56,9%
Receita de uso da rede elétrica - consumidores livres	2.635.266	8,60%	2.079.030	6,45%	26,8%
Receita de Construção	1.928.836	6,29%	1.616.179	5,01%	19,3%
Outras Receitas	2.647.351	8,64%	3.207.178	9,95%	-17,5%
Deduções da Receita Operacional	(11.869.002)	-38,74%	(11.572.555)	-35,91%	2,6%
Receita Operacional Líquida	18.772.179	61,26%	20.658.070	64,09%	-9,1%
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(10.589.289)	-34,56%	(13.537.424)	-42,00%	-21,8%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(7.737.589)	-25,25%	(10.308.222)	-31,98%	-24,9%
Encargos do Serviços dos Sistemas de Transmissão e Distribuição	(2.851.700)	-9,31%	(3.229.202)	-10,02%	
Custo/Despesa Operacional	(4.791.828)	-15,64%	(4.665.021)	-14,47%	2,7%
Pessoal	(530.318)	-1,73%	(593.658)	-1,84%	-10,7%
Material e Serviços de terceiros	(990.084)	-3,23%	(959.565)	-2,98%	3,2%
Depreciação e amortização	(792.594)	-2,59%	(669.432)	-2,08%	18,4%
Provisões	(327.827)	-1,07%	(494.369)	-1,53%	-33,7%
Custo de construção	(1.928.836)	-6,29%	(1.616.179)	-5,01%	19,3%
Outros	(111.469)	-0,36%	(114.227)	-0,35%	-2,4%
Outras receitas/despesas operacionais	(110.700)	-0,36%	(217.591)	-0,68%	-49,1%
EBITDA	4.183.656	13,65%	3.125.057	9,70%	33,9%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

EBIT	3.391.062	11,07%	2.455.625	7,62%	38,1%
Resultado Financeiro	(1.352.510)	-4,41%	(853.937)	-2,65%	58,4%
Receita Financeira	673.328	2,20%	575.668	1,79%	17,0%
Despesa Financeira	(2.024.039)	-6,61%	(1.432.183)	-4,44%	41,3%
Variações Cambiais	(1.799)	-0,01%	2.578	0,01%	<- 100,0%
Resultado antes dos impostos	2.038.552	6,65%	1.601.688	4,97%	27,3%
IR/CS	(626.911)	-2,05%	(460.255)	-1,43%	36,2%
Lucro/Prejuízo Líquido	1.411.641	4,61%	1.141.433	3,54%	23,7%

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Em 2022, a receita operacional líquida da Companhia apresentou uma variação negativa de 9,1%, ou R\$ 1,9 bilhão, em relação ao mesmo período no ano anterior, totalizando R\$ 18,8 bilhões. Excluindo o efeito da receita de construção, a receita operacional líquida da Companhia, em 2022, alcançou o montante de R\$ 16,8 bilhões, uma redução de R\$ 2,2 bilhões em relação a 2021, cujo montante foi de R\$ 19,0 bilhões. Tal redução é resultado dos seguintes efeitos:

- Redução do ativo e passivo financeiro setorial no período, em R\$ 2,3 bilhões, devido à menor constituição de ativo regulatório no período em razão da melhora do cenário hidrológico no país, reduzindo custos e encargos do setor;
- Redução na rubrica de Fornecimento de energia – mercado cativo em R\$ 871,8 milhões em decorrência da redução da alíquota de ICMS incidente nas contas de energia elétrica desde julho de 2022 e do impacto da bandeira de escassez hídrica que esteve vigente ao longo de 4T21;
- Redução na rubrica de Outras Receitas Originadas de Contratos com Clientes, na ordem de R\$ 504,9 milhões, reflexo da redução de Venda de Energia Excedente (MVE) como resultado do menor PLD em 2022 comparado ao mesmo período no ano anterior e;
- Redução da atualização do Ativo Financeiro da Concessão em R\$ 193,3 milhões, referente a atualização da base do ativo indenizável, reflexo de uma menor inflação registrada em 2022.

Parcialmente compensados por:

- Aumento nas rubricas de disponibilidade do sistema – TUSD, incluindo os mercados cativo e livre na ordem de R\$ 1,9 bilhão devido ao reajuste tarifário de 2022 de 12,04% vigente desde julho.

Em 2022, as deduções da receita totalizaram R\$ 11,9 bilhões, contra R\$ 11,6 bilhões em 2021, representando um aumento de 2,6% ou R\$ 269,4 milhões, resultado, sobretudo, do aumento de R\$ 1,3 bilhão pagos referentes a encargos da conta de desenvolvimento energético – CDE em função do pagamento do empréstimo relacionado a conta covid contraído em 2020, na parte de encargos,

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

parcialmente compensado pela redução de R\$ 989,5 milhões na rubrica de encargos do consumidor – CCRBT, relacionada com as bandeiras tarifárias

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais em 2022 apresentaram uma redução de 15,5% (R\$ 2,8 bilhões) em relação a 2021. Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos do serviço e despesas operacionais da Companhia alcançaram o montante de R\$ 13,5 bilhões em 2022, o que representa uma redução de 18,9% (R\$ 3,1 bilhões) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os custos não-gerenciáveis totalizaram R\$ 10,6 bilhões, resultado 21,8% inferior ao registrado no ano anterior. Tal variação é justificada principalmente pela redução da rubrica de Energia Elétrica Comprada para Revenda (R\$ 2,6 bilhões) em razão da redução dos custos com a energia comprada de Itaipu, resultado da desvalorização do Dólar frente ao Real em 2022 versus 2021.

Os custos gerenciáveis somaram R\$ 4,8 bilhões, montante 2,7% superior ao valor registrado no mesmo período do ano passado. Excluindo-se os custos de construção, houve uma redução de 6,1%, ou R\$ 185,9 milhões. A variação, total, explica-se pela:

- Redução da rubrica de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (R\$ 188,2 milhões) explicado por ações realizadas ao longo do ano, em particular no terceiro trimestre;
- Redução da rubrica de Despesa de Pessoal (R\$ 63,3 milhões) como reflexo da estratégia da Companhia na digitalização, eficiência dos processos e maior capitalização de mão de obra própria;
- Redução de R\$ 106,9 milhões em outras receitas/despesas operacionais.

RESULTADO FINANCEIRO

Em 2022, o resultado financeiro encerrou com uma despesa de R\$ 1,4 bilhão, um aumento de R\$ 498,6 milhões em comparação ao mesmo período do ano anterior. Esta variação é devido ao seguinte:

- (i) Aumento de despesa líquida de R\$ 538,2 milhões nas rubricas de dívida (Instrumento financeiro de hedge, Ajuste MTM dívida, Encargos de dívida – Empréstimos, Debêntures e Mútuos, Variação monetária + Ajuste MTM de Dívida, Variações cambiais – Empréstimos e Variações cambiais – Instrumentos Financeiros de Hedge) devido ao aumento de encargos em decorrência do aumento do CDI em cerca de 8p.p (12,4% em 2022 x 4,4% em 2021), somado à um aumento no volume de empréstimos contratados entre os períodos analisados para financiar investimentos e capital de giro;
- (ii) Aumento de despesa de R\$ 125,2 milhões na rubrica de custo dos juros (líquidos) de benefícios pós-emprego;

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- (iii) Redução de R\$ 63,1 milhões na rubrica de atualizações monetárias sobre contas de energia elétrica em atraso devido à redução do IGP-M, índice utilizado para atualização financeira do valor das faturas em atraso.

Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento de receita no valor de R\$ 215,6 milhões na rubrica de atualização monetária de ativo e passivo financeiro setorial em virtude, principalmente, de uma correção monetária realizada em junho/2022 de itens relacionados ao reajuste tarifário.

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

No acumulado do ano, a Companhia registrou lucro de R\$ 1,4 bilhão, o que representa um aumento de R\$ 270,2 milhões em relação a 2021, em decorrência do aumento do EBITDA em razão principalmente do menor nível de custos e despesas não gerenciáveis, em virtude da melhora do cenário hidrológico do país, compensado parcialmente por uma maior despesa financeira no período.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

FLUXO DE CAIXA (R\$, Mil)

	2022	Análise Vertical (%)	2021	Análise Vertical (%)	Variação (%) 2022 x 2021	Var.
Atividades operacionais:						
Lucro líquido do exercício	1.411.641	100,00%	1.141.433	100,00%	23,67%	270.208
<u>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:</u>						
Depreciação e amortização	820.130	58,10%	713.908	62,54%	14,88%	106.222
Variações monetárias	57.522	4,07%	(30.524)	-2,67%	-288,45%	88.046
Variações cambiais - instrumento derivativo	118.938	8,43%	(126.860)	-11,11%	-193,76%	245.798
Atualização do ativo financeiro da concessão	(350.756)	-24,85%	(544.055)	-47,66%	-35,53%	193.299
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	248.717	17,62%	436.879	38,27%	-43,07%	(188.162)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	244.042	17,29%	235.894	20,67%	3,45%	8.148
Provisões para processos judiciais e outros riscos	81.508	5,77%	151.416	13,27%	-46,17%	(69.908)
Atualização Acordo Eletrobras	68.587	4,86%	43.394	3,80%	58,06%	25.193
Custo de empréstimos e debêntures (encargos de dívidas)	571.191	40,46%	428.798	37,57%	33,21%	142.393
Juros sobre obrigações de arrendamento	27.800	1,97%	15.950	1,40%	74,29%	11.850
Juros sobre operação com instrumento derivativo	397.936	28,19%	65.754	5,76%	505,19%	332.182
Ajuste a valor de mercado instrumento derivativo	92.813	6,57%	186.148	16,31%	-50,14%	(93.335)
Benefícios pós-emprego	599.876	42,49%	475.821	41,69%	26,07%	124.055
Receita de aplicação financeira em investimentos de curto prazo	(143)	-0,01%	(680)	-0,06%	-78,97%	537
Baixa de ativo financeiro, intangível da concessão e imobilizado	38.651	2,74%	70.374	6,17%	-45,08%	(31.723)
Tributos e contribuições sociais diferidos	266.428	18,87%	343.896	30,13%	-22,53%	(77.468)
Redução (aumento) dos ativos:						
Consumidores, revendedores e outros	(451.277)	-31,97%	(1.206.653)	-105,71%	-62,60%	755.376
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	135.884	9,63%	25.450	2,23%	433,93%	110.434
Outros tributos compensáveis	878.801	62,25%	896.506	78,54%	-1,97%	(17.705)
Almoxarifado	(58.440)	-4,14%	5.162	0,45%	-1232,12%	(63.602)
Serviços em curso	(103.077)	-7,30%	(121.467)	-10,64%	-15,14%	18.390
Contas a receber - acordos	(76.300)	-5,41%	(114.119)	-10,00%	-33,14%	37.819
Despesas pagas antecipadamente	11.509	0,82%	(24.134)	-2,11%	-147,69%	35.643
Outros créditos	(2.006)	-0,14%	(49.149)	-4,31%	-95,92%	47.143
Créditos a receber - subvenção e outros	234.618	16,62%	(226.393)	-19,83%	-203,63%	461.011
Ativo financeiro setorial	1.783.740	126,36%	(1.760.849)	-154,27%	-201,30%	3.544.589
Ativo de direito de uso	-	-	-	-	-	-
Aumento (redução) dos passivos:						
Fornecedores	(421.301)	-29,84%	364.311	31,92%	-215,64%	(785.612)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	192.428	13,63%	-	0,00%	0,00%	192.428
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	(1.542.810)	-109,29%	(170.240)	-14,91%	806,26%	(1.372.570)
Outros tributos a pagar	(35.539)	-2,52%	92.720	8,12%	-138,33%	(128.259)
Obrigações sociais e trabalhistas	6.765	0,48%	1.636	0,14%	313,51%	5.129
Encargos setoriais	72.149	5,11%	134.295	11,77%	-46,28%	(62.146)
Passivo financeiro setorial	555.928	39,38%	-	0,00%	0,00%	555.928
Outras obrigações	(158.333)	-11,22%	282.817	24,78%	-155,98%	(441.150)
5.717.620	405,03%		1.737.439	152,22%		3.980.181
Pagamento de juros (encargos de dívidas), deduzido dos juros capitalizados	(503.970)	-35,70%	(165.402)	-14,49%	204,69%	(338.568)
Pagamento de juros de obrigações por arrendamento	(18.350)	-1,30%	(15.949)	-1,40%	15,05%	(2.401)
Pagamento de juros de operações com derivativo	(326.006)	-23,09%	(24.995)	-2,19%	1204,28%	(301.011)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(166.917)	-11,82%	(26.459)	-2,32%	530,85%	(140.458)
Pagamento de obrigações com benefícios pós-emprego	(958.691)	-67,91%	(744.100)	-65,19%	28,84%	(214.591)
Pagamento de processos judiciais e outros	(119.755)	-8,48%	(185.344)	-16,24%	-35,39%	65.589
Pagamento de contas a pagar - acordo Eletrobras	(394.650)	-27,96%	(361.112)	-31,64%	9,23%	(33.538)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	(3)	0,00%	(401)	-0,04%	-99,25%	398
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	3.229.278	228,76%	213.677	18,72%	1411,29%	3.015.601
<u>Atividades de investimentos:</u>						
Adições para ativo contratual e intangível da concessão	(1.963.570)	-139,10%	(1.547.203)	-135,55%	26,91%	(416.367)
Consumidores participação financeira	136.907	9,70%	127.981	11,21%	6,97%	8.926
Aplicações em investimento de curto prazo	(3.208)	-0,23%	(34.885)	-3,06%	-90,80%	31.677
Enel Sudeste - Incorporação - Ágio	-	0,00%	-	0,00%	0,00%	-
Resgates de investimento de curto prazo	74	0,01%	71.318	6,25%	-99,90%	(71.244)
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	(76.726)	-5,44%	(78.617)	-6,89%	-2,41%	1.891
Recebimento de venda de ativo imobilizado e intangível	(15.305)	-1,08%	(26.835)	-2,35%	-42,97%	11.530
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(1.921.828)	-136,14%	(1.488.241)	-130,38%	29,13%	(433.587)
<u>Atividades de financiamentos:</u>						
Ingresso de novos empréstimos e debêntures	2.130.595	150,93%	4.069.000	356,48%	-47,64%	(1.938.405)
Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	(1.389.963)	-98,46%	(3.015.932)	-264,22%	-53,91%	1.625.969
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	(134.023)	-9,49%	(39.295)	-3,44%	241,07%	(94.728)
Amortizações de operação com instrumento derivativo	-	0,00%	96.173	8,43%	-100,00%	(96.173)
Pagamento de obrigações por arrendamento	(79.798)	-5,65%	(64.754)	-5,67%	23,23%	(15.044)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(1.608.394)	-113,94%	(754.137)	-66,07%	113,28%	(854.257)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	(1.081.583)	-76,62%	291.055	25,50%	-471,61%	(1.372.638)
Varição no caixa líquido da Companhia	225.867	16,00%	(983.509)	-86,16%	-122,97%	1.209.376
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	1.112.302	78,79%	2.095.811	183,61%	-46,93%	(983.509)
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	1.338.169	94,80%	1.112.302	97,45%	20,31%	225.867
225.867	16,00%		(983.509)	-86,16%	-122,97%	1.209.376

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- Aumento nas linhas de “Variações cambiais - instrumento derivativo” e “Juros sobre operação com instrumento derivativo”: são reflexo do aumento no volume de swaps em decorrência de novos empréstimos em moeda estrangeira contratados com o *European Investment Bank*.
- Variação da linha de “Consumidores, revendedores e outros” se deve à melhora do cenário hidrológico, no exercício 2022 houve o fim das bandeiras tarifárias de escassez hídrica, o que representou o fim da cobrança extra; reflete também as ações realizadas pela Companhia visando redução da inadimplência.
- Variação na linha de “Créditos a receber - subvenção e outros”: decorrente do ressarcimento à Companhia, referente ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia (Bônus - Redução Voluntária de consumo), ocorrido no exercício 2022, por meio do crédito nas liquidações financeiras da CCEE.
- Redução da linha de “Ativo financeiro setorial”: se deve à redução na constituição de ativo regulatório entre períodos, reflexo da melhora do cenário hidrológico no país, reduzindo custos e encargos do setor.
- Variação da linha “Fornecedores” se deve à redução nos encargos de uso da rede elétrica e à redução na tarifa de energia, possibilitada pela melhora do cenário hidrológico no país.
- Redução na linha de “PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores”: variação decorrente da amortização do valor devolvido aos consumidores no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, do saldo de PIS/COFINS sobre ICMS.
- Aumento nas linhas de “Ingresso de novos empréstimos e debêntures”, “Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)”, “Pagamento de juros (encargos de dívidas), deduzido dos juros capitalizados” e “Pagamento de juros de operações com derivativo”: se devem aos ingressos de novos empréstimos com o *European Investment Bank* e com a parte relacionada Enel Brasil, e às subseqüentes operações de pagamentos realizados.
- Variação na linha de “Obrigações com benefício pós-emprego”: se deve substancialmente à redução do custo dos juros líquidos.
- Variação na linha de “Adições para ativo contratual e intangível da concessão”: se deve a adições do ativo contratual representando um maior volume de investimentos em expansão, preservação e melhoria da rede que entraram em operação em produção durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita operacional líquida da Companhia é composta essencialmente pela distribuição de energia, totalizando R\$18.772.179 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. A tarifa cobrada dos consumidores é definida anualmente pela ANEEL, sendo que quaisquer modificações nas regras vigentes para o setor ou na metodologia de cálculo das tarifas podem afetar a receita operacional líquida da Companhia.

A receita operacional líquida reflete o volume de energia faturado da base de clientes da Companhia e as mudanças na economia da região metropolitana de São Paulo, onde a representatividade do setor de serviços tem aumentado em relação à produção industrial. Para demais informações sobre a composição das tarifas e área de concessão vide o item 1.4.b "características do processo de distribuição" deste Formulário de Referência.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o mercado total da área de concessão da Companhia totalizou 41.119 GWh, um aumento de 0,6% em relação ao valor reportado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, de 40.883 GWh.

Os Diretores da Companhia entendem que os resultados das operações no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foram significativamente afetados por inúmeros fatores, inclusive:

Em 2022, a receita pelo Fornecimento de Energia Elétrica atingiu um montante de R\$ 10.612 milhões, representando uma queda de R\$ 871,8 milhões em relação a 2021, mesmo com um volume de energia vendida estável no mercado cativo (28.511 GWh em 2022 versus 28.751 GWh em 2021), decorrente principalmente, decorrência da redução da alíquota de ICMS incidente nas contas de energia elétrica desde julho de 2022, do impacto da bandeira de escassez hídrica que esteve vigente ao longo de 4T21 e da redução do consumo na classe residencial convencional, devido as condições climáticas desfavoráveis ao longo do período.

As receitas da Companhia podem ser impactadas por oscilações no consumo e demanda de energia elétrica, e pelas tarifas de energia, reajustadas segundo os mecanismos previstos no Contrato de Concessão da Companhia e regulados pela ANEEL. Tais mecanismos preveem revisões tarifárias a cada cinco anos, em que as tarifas são calculadas visando o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, cobertura de seus custos e retorno sobre investimentos. Entre as revisões tarifárias, ocorrem reajustes tarifários anuais, que visam a repassar para as tarifas as variações nos custos não

2.2 Resultados operacional e financeiro

gerenciáveis da concessionária, e garantir o repasse da inflação.

Ademais, as receitas da Companhia podem ser impactadas por variações no mix de vendas em função do crescimento diferenciado entre as classes de consumo (residencial, comercial, industrial, rural e outras), que apresentam tarifas diferenciadas.

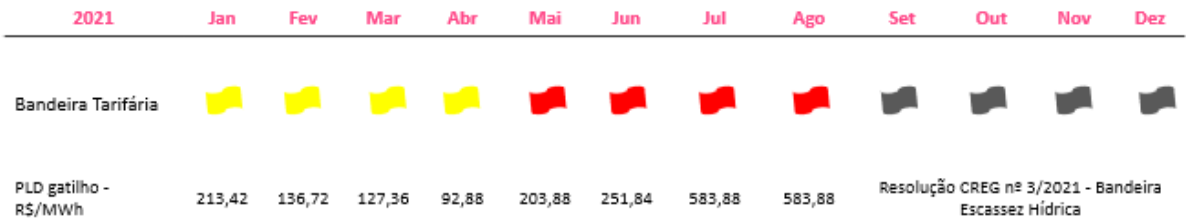
Além desses fatores, alterações no ambiente regulatório também podem impactar a receita da Companhia.

Bandeiras Tarifárias

Composto por quatro modalidades (verde, amarela e vermelha - patamar 1 e patamar 2), o sistema de bandeiras tarifárias estabelece adicionais às tarifas de modo a refletir a variação dos custos da geração de energia, conforme demonstrado a seguir:

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A partir de 01/07/22 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 2,989 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A partir de 01/07/22 - As tarifas dos dois patamares ficaram assim: R\$ 6,5 (patamar 1) e R\$ 9,795 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.
- Bandeira Escassez Hídrica: possuiu vigência de setembro de 2021 a abril de 2022 e a tarifa foi acrescida de R\$ 14,20 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

As bandeiras tarifárias que vigoraram em 2022, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir:



2.2 Resultados operacional e financeiro

2022	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
PLD gatilho - R\$/MWh	Resolução CREG nº 3/2021 Bandeira Escassez Hídrica			55,70	55,70	55,70	55,70	97,48	56,78	55,70	55,70	55,70
PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE												

Preço-Teto do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)

Em 14 de dezembro de 2021, a Resolução Homologatória n.º 2.994 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2022. O PLD máximo foi fixado em R\$ 646,58/MWh e o valor mínimo em R\$ 55,70/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2022.

Em 29 de dezembro de 2022, a Resolução Homologatória n.º 3.167 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2023. O PLD máximo foi fixado em R\$ 1.391,56/MWh e o valor mínimo em R\$ 69,04/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2023.

Reajuste Tarifário 2022

A ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual da Companhia positivo de +10,28% composto por reajuste econômico de +13,45% e componente financeiro de -3,17%. Considerando o componente financeiro do último processo tarifário, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de +12,04%.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Além dos itens referentes aos volumes e mix de consumo e demanda de energia elétrica, e dos efeitos das variações das tarifas elencados no item 2.2.b, o resultado operacional da Companhia é influenciado pelo impacto da inflação e variação de preços de commodities sobre os custos e despesas operacionais da Companhia, notadamente com os custos de pessoal e com contratos de prestação de serviços e aquisição de materiais. A inflação e a taxa de juros afetam os negócios, essencialmente, pelo aumento dos custos operacionais e despesas financeiras devido aos encargos de algumas dívidas a serem corrigidos pela inflação e/ou estarem atrelados à taxa de juros básica.

A situação financeira e o resultado das operações da Companhia são afetados pela inflação, pelas tarifas praticadas nos leilões de venda de energia que refletem oferta e demanda, além das características da fonte da energia comercializada. As oscilações nos preços da energia comprada e

2.2 Resultados operacional e financeiro

os encargos setoriais ambos homologados anualmente pela ANEEL são reconhecidos nas tarifas cobradas dos consumidores. Desta forma, a maioria de seus custos e despesas é denominada em Reais e está atrelada aos índices de inflação. A Companhia possui um contrato de compra de energia bilateral, cuja tarifa tem entre seus índices de reajuste o dólar. Contudo, as variações da taxa de câmbio desse contrato também são reconhecidas nas tarifas de distribuição. Além disso, a Companhia está exposta às taxas de juros cobradas nos financiamentos e não possui dívida denominada em moeda estrangeira que não esteja totalmente coberta com instrumentos derivativos.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3. Os diretores devem comentar:

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não houve mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os Diretores da Companhia afirmam que não há ressalvas e ênfases presentes no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve, no último exercício social, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

As informações sobre constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia estão apresentadas no item 1.12 deste Formulário de Referência.

c. eventos ou operações não usuais

Não houve, durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro 2022, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação a Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham a causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia e suas controladas.

2.5 Medições não contábeis

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

- a. informar o valor das medições não contábeis**
- b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas**
- c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações**

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este campo é facultativo para Companhias registradas na categoria B.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este campo é facultativo para Companhias registradas na categoria B.

2.7 Destinação de resultados

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

a. regras sobre retenção de lucros

Cabe à assembleia geral da Companhia deliberar sobre retenção de lucros nos termos da legislação aplicável e do estatuto social da Companhia.

Além das previsões de retenção de lucros contidas decorrentes da Lei das Sociedades por Ações, o estatuto social da Companhia prevê a possibilidade de destinação de até 75% do lucro líquido ajustado a uma reserva especial para reforço de capital de giro e financiamento da manutenção, expansão e do desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia, cujo saldo, em conjunto com as demais reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e lucros a realizar, não poderá ultrapassar a cifra do capital social.

b. regras sobre distribuição de dividendos

O estatuto social da Companhia prevê que os acionistas farão jus a um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Ainda, Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração, levantar balanços semestrais, trimestrais ou em períodos menores de tempo, observadas as prescrições legais, e o Conselho de Administração poderá deliberar e declarar dividendos intermediários e/ou intercalares, inclusive como antecipação total ou parcial do dividendo obrigatório do exercício em curso.

c. periodicidade das distribuições de dividendos

Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, realizada nos primeiros quatro meses de cada ano.

Ainda, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração, levantar balanços semestrais, trimestrais ou em períodos menores de tempo, observadas as prescrições legais, e o Conselho de Administração poderá deliberar e declarar dividendos intermediários e/ou intercalares, inclusive como antecipação total ou parcial do dividendo obrigatório do exercício em curso.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

2.7 Destinação de resultados

No âmbito das escrituras de debêntures emitidas pela Companhia, bem como das cédulas de crédito bancário emitidas em favor do Bradesco, a Companhia não poderá efetuar declaração de dividendos acima do mínimo obrigatório sempre que estiver em descumprimento com qualquer obrigação pecuniária prevista nos documentos aplicáveis.

e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

- a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:**
 - i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos**
 - ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**
 - iii. contratos de construção não terminada**
 - iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**
- b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Em relação a ambas as letras 'a' e 'b' deste item 2.8, a Companhia informa que não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia relativas ao último exercício social.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia relativas ao último exercício social.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia relativas ao último exercício social.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia relativas ao último exercício social.

2.10 Planos de negócios

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os principais investimentos da Companhia foram destinados a serviços de atendimento ao cliente, à expansão da sua rede, à melhoria da qualidade dos serviços prestados, recuperação de perdas, manutenção, programas de segurança e em tecnologia da informação, visando o ganho de eficiência e o melhor atendimento.

Dentre os principais projetos, destaca-se o roll-out do projeto Smartmeter em São Paulo. Os dispositivos integram uma plataforma digital inteligente, desenvolvida pela Enel, que permitirá aos consumidores monitorar e otimizar seu consumo de energia de forma fácil e transparente, além de permitir que a distribuidora execute algumas atividades remotamente e ofereça novos serviços.

Na primeira fase do projeto, concluída em março de 2022, 150 mil medidores inteligentes foram instalados em residências, pequenas indústrias e estabelecimentos comerciais nos bairros de Pirituba e Perus, na região noroeste da capital paulista. Até o final de 2022, mais 150 mil dispositivos foram instalados também nessas regiões.

O investimento total é da ordem de R\$ 227 milhões, sendo R\$ 121 milhões com recursos de Pesquisa e Desenvolvimento da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e R\$ 126 milhões aportados pela Enel.

O plano de investimentos da Companhia está focado em projetos que visam atender ao crescimento de mercado com a exigência de novas conexões.

Em 2022, os investimentos para conexão de novos clientes à rede da Companhia totalizaram o montante de R\$ 430,9 milhões.

Investimentos na qualidade do serviço com ênfase em tecnologia e no combate às perdas de energia também estão entre as prioridades da Companhia, além do investimento em novas conexões.

Os investimentos previstos para o exercício de 2023 não estão aqui divulgados, uma vez que a Companhia não realiza divulgação de projeções para o mercado.

Segue, no quadro abaixo, resumo dos investimentos realizados no último exercício social (2022):

Investimentos (R\$ Mil)	Exercício findo em 31/12/2022
Novas Conexões	430.855
Rede	1.499.168

2.10 Planos de negócios

Manutenção	806.273
Crescimento	692.895
Total Investido	1.930.023
Aportes / Subsídios	28.242
Investimento Líquido	1.958.265

ii. fontes de financiamento dos investimentos

A geração de caixa oriunda das atividades da Companhia é a principal fonte de recursos para suprir o custeio e os investimentos de sua operação.

Além da geração de fluxos de caixa próprio, a Companhia busca também financiamentos com terceiros, empréstimos bancários subsidiados como FINEP e emissões de dívida no mercado de capitais.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não existem planos e/ou projetos já divulgados para aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui pesquisas em andamento já divulgadas.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui projetos em desenvolvimento já

2.10 Planos de negócios

divulgados.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A Companhia se consolida como uma empresa que busca o desenvolvimento sustentável, direcionando suas ações e investimentos sociais e ambientais de acordo com fundamentos e políticas como responsabilidade, confiança, inovação e proatividade.

Ao longo do ano de 2022 a Companhia realizou 53 projetos que beneficiaram mais de 642 mil pessoas, com um investimento de R\$ 58 milhões. Também foram gerados R\$ 2,79 milhões em renda extra para as comunidades por meio dos projetos de empregabilidade e empreendedorismo.

Na esfera ambiental, a Companhia destina recursos, dentre outros, para projetos e programas para prevenção da poluição e de emissões de GEE (Gases do Efeito Estufa), uso racional dos recursos hídricos, conservação da biodiversidade, gestão de resíduos, campanhas e treinamentos. Em 2022, esses investimentos somaram R\$ 37,5 milhões.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta Seção 2.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

3. PROJEÇÕES

3.1. As projeções devem identificar:

a. objeto da projeção

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

b. período projetado e o prazo de validade da projeção

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

d. valores dos indicadores que são objeto da previsão

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

3.2 Acompanhamento das projeções

3.2. Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

4.1 Descrição dos fatores de risco

4. FATORES DE RISCO

4.1. Descrever os fatores de risco com efetivo potencial de influenciar a decisão de investimento, observando as categorias abaixo e, dentro delas, a ordem decrescente de relevância:

Os investidores dos nossos títulos e valores mobiliários devem considerar de forma cuidadosa os riscos específicos relacionados à Companhia e aos nossos títulos e valores mobiliários. Devem ser consideradas, à luz das circunstâncias financeiras e dos objetivos do investimento, todas as informações constantes neste Formulário de Referência, em particular, os fatores de risco abaixo relacionados.

Os investidores devem observar, ainda, que os riscos abaixo são os riscos conhecidos pela Companhia e os quais a Companhia entende que, na data deste Formulário de Referência, possam afetá-la de forma material e adversa. Riscos adicionais que atualmente não são conhecidos pela Companhia ou são considerados irrelevantes, podem acarretar efeitos similares aos dos riscos abaixo relacionados.

a. emissor

Nosso Contrato de Concessão está sujeito a rescisão antecipada, o que pode gerar perdas nos resultados. Além disso, poderemos não conseguir cumprir os termos do nosso Contrato de Concessão, o que poderia resultar em multas, outras sanções e, dependendo da gravidade do descumprimento, na rescisão da nossa concessão.

Nosso negócio de distribuição de energia é conduzido de acordo com a legislação brasileira e com o nosso Contrato de Concessão para distribuição de energia elétrica, celebrado pela União, na qualidade de Poder Concedente, por intermédio da ANEEL, e a Companhia, com prazo até 2028. Assim, somos dependentes do Contrato de Concessão e estamos sujeitos ao risco de que nossa concessão seja rescindida antecipadamente ou não seja renovada após a expiração do prazo.

Conforme dispõe a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 (“Lei de Concessões”), uma concessão está sujeita à rescisão antecipada em algumas circunstâncias, como, por exemplo, em caso de descumprimento total ou parcial do contrato de concessão, retomada do serviço pelo Poder Concedente em caso de interesse público, rescisão amigável ou litigiosa, anulação do contrato de concessão, falência ou liquidação da concessionária, ou caso a concessionária não cumpra o plano de resultado e correção das falhas e transgressões em caso de uma intervenção imposta pela ANEEL.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Em caso de rescisão antecipada do Contrato de Concessão, não será possível conduzir nosso negócio e distribuir energia para nossos clientes na área abrangida por nosso Contrato de Concessão, e todos os ativos relacionados à concessão serão devolvidos ao Poder Concedente. Segundo a Lei das Concessões (art. 36 e 38), a indenização será devida (indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados para o serviço concedido), descontado o valor das multas contratuais e dos danos causados pela concessionária. Qualquer pagamento de indenização que recebermos poderá ser inferior ao valor residual dos ativos que devolvemos ao governo brasileiro.

Neste cenário, poderemos não ser indenizados pela perda de lucros futuros relacionados aos ativos de concessão. Ademais, tal pagamento poderia ser postergado por muitos anos. Caso nosso Contrato de Concessão seja rescindido por razões atribuíveis a nós, o valor de indenização a ser pago pode ser reduzido por meio da aplicação de multas ou outras penalidades. Não podemos garantir que a indenização a ser recebida na hipótese de rescisão do Contrato de Concessão ou reversão de nossos ativos será adequada ou paga pontualmente.

De acordo com as disposições de nosso Contrato de Concessão e regulamentação aplicáveis, a ANEEL pode impor penalidades a nós caso descumpramos qualquer disposição do contrato ou caso violemos as leis e regulamentos aplicáveis. Dependendo da gravidade do descumprimento, as penalidades podem incluir os seguintes: advertência; multas de até 2% de nossa receita anual (Receita Operacional Líquida - ROL); embargo de obras; interdição de instalações; obrigação de fazer; obrigação de não fazer; suspensão temporária da participação em licitações a fim de obter novas concessões; revogação de autorização; intervenção administrativa para adequação do serviço público de energia elétrica; e rescisão/caducidade da concessão.

A aplicação de quaisquer das sanções acima poderá afetar nossos custos, prejudicar nossa capacidade de conduzir nosso negócio e de prosseguir com nossos objetivos estratégicos, reduzir a disposição de nossos fornecedores para trabalhar conosco e resultar em publicidade negativa para nosso negócio.

Ademais, conforme dispõe a Lei n.º 12.767 de 27 de dezembro de 2012, poderemos sofrer a intervenção do agente regulador caso este entenda que há risco de fornecimento inapropriado de energia e violação de padrões contratuais, regulatórios e legais.

A rescisão antecipada de nosso Contrato de Concessão, a reversão de ativos e outras formas de intervenção governamental, bem como a aplicação de sanções a nós,

4.1 Descrição dos fatores de risco

poderão afetar negativamente nossa situação financeira e nossos resultados operacionais.

Por fim, a Companhia deve atender certas exigências para prorrogar seu Contrato de Concessão, e não pode garantir que seu Contrato de Concessão será prorrogado, que será prorrogado nos mesmos termos e condições ou que conseguirá cumprir tais exigências. Caso o Contrato de Concessão não seja prorrogado ou seja renovado com condições menos favoráveis, os negócios, situação financeira e resultados operacionais da Companhia serão afetados negativamente.

A construção, expansão e a operação de nossas instalações e equipamentos de distribuição de energia envolvem riscos significativos que poderão causar a perda de receitas ou aumento de despesas, em especial as obras consideradas de grande porte.

A construção, a expansão e a operação de nossas unidades e equipamentos para a distribuição de energia, bem como o fornecimento de energia, envolvem riscos, significativos, incluindo:

- (i) dificuldade em atender à demanda solicitada por clientes;
- (ii) frustração do crescimento do consumo resultando em perda de receita;
- (iii) falha em completar os cronogramas de trabalho (energização) dentro do prazo estipulado no contrato de fornecimento com o cliente;
- (iv) incapacidade de obter autorizações e aprovações governamentais exigidas;
- (v) interrupções devido a interferências climáticas e hidrológicas;
- (vi) problemas de engenharia, regulatórios e/ou ambientais não previstos;
- (vii) interrupções de fornecimento e serviço;
- (viii) indisponibilidade de equipamentos;
- (ix) explosões e incêndios;
- (x) incapacidade de contratar empresas terceirizadas;
- (xi) paralisações de trabalho, tensões trabalhistas e sociais;
- (xii) medidas governamentais intervencionistas;
- (xiii) crises de saúde pública e pandemias;
- (xiv) sabotagem, vandalismo e furto;
- (xv) interferência relacionada à exposição da população à rede elétrica;
- (xvi) interferência relacionada ao compartilhamento das redes de telecomunicações nos postes da Companhia;
- (xvii) insolvência e nível baixo de desempenho de empresas contratadas e terceiros;
- (xviii) aumento nas perdas de energia, incluindo perdas comerciais e técnicas;

4.1 Descrição dos fatores de risco

- (xix) aumento da inadimplência dos clientes;
- (xx) atrasos de construção e operacionais ou custos acima do previsto;
- (xxi) aumento dos custos de empresas contratadas devido a mudanças na regulamentação trabalhista, de segurança e de saúde ou na demanda do mercado;
- (xxii) incapacidade de adquirir energia elétrica;
- (xxiii) incapacidade de revender excesso de energia elétrica comprada;
- (xxiv) indisponibilidade de financiamento adequado;
- (xxv) ineficácia de nossos sistemas de telecomunicações;
- (xxvi) ineficácia de nossos sistemas informatizados; e
- (xxvii) falha em nosso sistema comercial e operacional.

Caso enfrentemos esses ou outros problemas, poderemos não conseguir distribuir energia em quantidades compatíveis com as nossas estimativas, o que poderá ter um efeito prejudicial sobre nossa situação financeira e nossos resultados operacionais.

Caso não consigamos controlar com sucesso as perdas de energia, os resultados de nossas operações e nossa condição financeira poderão ser adversamente afetados.

Enfrentamos dois tipos de perdas de energia: perdas técnicas e perdas comerciais. As perdas técnicas são perdas causadas pelo consumo de elementos dentro de redes de distribuição, como a resistência interna dos transformadores e cabos elétricos, e ocorrem no curso normal de nossa distribuição de energia. As perdas comerciais resultam de conexões ilegais, fraude, deficiência na medição, erros de cobrança e questões semelhantes. Em virtude de condições econômicas, sociais e tarifas de energia, especialmente nos locais onde o fornecimento de energia é limitado, sofremos aumentos nas perdas de energia causadas por conexões ilegais, furto e fraude por parte de consumidores tentando evitar os limites de consumo ou burlar a medição real. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, registramos uma perda de energia de 10,64% sobre o total de energia injetada no sistema, em comparação a 10,31% no período correspondente em 2021.

A implementação de programas de redução de perdas exige investimentos substanciais e não podemos garantir que teremos à disposição os recursos necessários para esses investimentos. Também não podemos garantir que as estratégias que implementamos para combater as perdas de energia serão efetivas. Qualquer falha no combate efetivo às perdas de energia acima de um determinado patamar pode afetar substancial e negativamente nossos negócios e resultados financeiros e operacionais.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A parcela de nossas perdas de energia que for superior às perdas permitidas pela ANEEL não pode ser repassada por meio de aumentos nas tarifas. Perdas de energia não repassados a nossos clientes podem afetar negativamente nossa situação financeira e nossos resultados operacionais. Além disso, não há garantia de que nossa perda máxima de energia permitida para fins regulatórios não será reduzida no futuro pela ANEEL, ou que outros parâmetros relacionados a perdas de energia poderão ser impostos, em cada caso afetando nossa situação financeira e nossos resultados operacionais.

O nível de inadimplência de nossos consumidores pode afetar negativamente nosso negócio, nossos resultados operacionais e/ou nossa situação financeira.

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo de nossos recebíveis (consumidores, revendedores e outros e contas a receber - acordos, circulante e não circulante) era de R\$ 5.776.830,00. Caso parte deste valor não seja pago, os nossos negócios e situação financeira poderão ser adversamente afetados.

O saldo total das contas vencidas em 31 de dezembro de 2022 era de aproximadamente R\$ 3.161.114,00 e o índice de “cobrança” da Companhia, sobre as receitas de energia (consumidores), medido pelo valor arrecadado sobre valor faturado nos últimos doze meses, foi de 96,51%.

O nível de inadimplência dos nossos consumidores poderá ser afetado por fatores econômicos como níveis de renda, desemprego, taxas de juros, inflação, preço da energia e políticas setoriais.

A deterioração contínua ou futura da economia brasileira, especialmente nas áreas atendidas por nossas concessões, poderá afetar negativamente o setor de energia, inclusive a capacidade de pagamento de nossos consumidores e, consequentemente, nossos negócios e resultados financeiros. Além disso, interrupções no fornecimento de energia por companhias de distribuição em caso de inadimplência dos consumidores têm sido contestadas na justiça. Atualmente, as companhias de eletricidade no Brasil estão autorizadas a interromper o fornecimento de energia quando os clientes possuem uma dívida recente. Há, no entanto, uma discussão no Superior Tribunal de Justiça do Brasil (pedido de revisão nº Resp. 1412433 / RS) questionando se tal conduta é legal. Decisões judiciais contra companhias de distribuição ou novas regulamentações favoráveis a consumidores inadimplentes poderão afetar substancial e negativamente nossos negócios.

Adicionalmente, o corte de fornecimento de energia pela Companhia em caso de inadimplemento dos seus clientes pode ser questionado na justiça e, ainda, discute-se

4.1 Descrição dos fatores de risco

no legislativo a possibilidade de alteração nos procedimentos de corte de energia permitido às distribuidoras de energia, sendo que não há como assegurar que decisões judiciais contrárias à Companhia com relação ao corte de fornecimento de energia e/ou que alterações nos procedimentos de corte de energia não ocasionarão efeitos adversos aos negócios e à situação financeira da Companhia.

A Companhia está sujeita a regulações setoriais que podem alterar sua forma de cobrança com proibição e/ou limitação de determinados instrumentos, como o corte. Estas restrições podem diminuir de forma considerável o poder da Companhia de receber os títulos inadimplidos. Além disto sua recuperação pode passar por discussões de longa data com o Poder Concedente para o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, se houver. Não obstante, em momento de grandes adversidades sociais e econômicas os governos, em qualquer esfera federativa, podem se valer de instrumentos, respaldados juridicamente, que também trazem o mesmo efeito sobre a cobrança da Companhia.

A Companhia não pode assegurar que conseguirá implementar todas as ações necessárias para reduzir o inadimplemento de seus clientes, e tampouco que, uma vez implementadas, tais medidas garantirão a eliminação da inadimplência. Em cada revisão tarifária, a ANEEL define o montante de receita para cobertura da inadimplência que cada distribuidora irá cobrar de seus clientes. Caso a despesa com inadimplência ultrapasse esse limite, as empresas não poderão repassar a totalidade desses custos por meio de reajustes de tarifa. O aumento dos índices de inadimplência além dos limites repassados às tarifas pode afetar negativamente a Companhia.

O aumento ou redução dos índices de inadimplência da Companhia podem afetar a arrecadação da Companhia, o que, consequentemente, poderá afetar a sua situação financeira e os seus resultados operacionais.

O nosso grau de endividamento, bem como as disposições restritivas em nossos contratos financeiros (covenants) poderão afetar negativamente nossa capacidade de operar nosso negócio e de efetuar o pagamento de nossas dívidas. Qualquer inadimplemento decorrente de descumprimento, por nós, de nossas obrigações contratuais nos termos de nossos contratos de financiamento poderá nos afetar substancial e negativamente.

Nossa dívida bruta, em 31 de dezembro de 2022, era de R\$ 7.789 milhões. Sujeito aos termos dos instrumentos de dívida e aprovações regulamentares, poderemos incorrer em dívida adicional no futuro para amortizar parte de nossas dívidas existentes conforme se tornem devidas. Poderemos, ainda, incorrer em dívida adicional

4.1 Descrição dos fatores de risco

periodicamente para financiar investimentos ou para outros fins, sujeito às restrições aplicáveis às nossas dívidas atuais.

Além disso, alguns de nossos contratos de financiamento contêm cláusulas restritivas ao nosso negócio. Algumas dessas cláusulas podem nos impedir de incorrer em dívida adicional ou efetuar pagamentos restritos, incluindo a distribuição de dividendos, caso alguma obrigação contratual não seja cumprida. Entre as obrigações está a medição do nível de endividamento líquido da Companhia em relação ao seu EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses (calculados de acordo com os critérios contidos em nossos instrumentos de dívida), o qual deve ser observado para não descumprirmos nossas obrigações contratuais de dívida.

Nosso nível de endividamento e as cláusulas restritivas em nossos instrumentos de dívida podem implicar em riscos, incluindo os seguintes:

- i. aumento de nossa vulnerabilidade a condições econômicas, financeiras e setoriais negativas em geral;
- ii. necessidade de que dediquemos uma parte substancial de nossos fluxos de caixa das operações para o serviço da dívida, reduzindo assim a disponibilidade de nossos fluxos de caixa para o financiamento de despesas de capital;
- iii. limitação de nossa flexibilidade no planejamento ou reação a mudanças em nossas atividades e no setor em que atuamos; e
- iv. limitação de nossa capacidade de tomar emprestado recursos adicionais conforme necessário.

Nossa geração de caixa decorrente das operações poderá não ser suficiente para pagar o valor de principal, juros e outros valores devidos relacionados a nossas dívidas atuais e futuras e, nesse caso, poderemos não conseguir tomar empréstimos, vender ativos ou de outra forma levantar recursos em condições aceitáveis ou até mesmo de fazê-lo para refinanciar nossa dívida tão logo vencida ou se torne devida. Caso incorramos em dívidas adicionais, os riscos relacionados às nossas dívidas, incluindo nossa inadimplência com relação aos prazos de nossas dívidas, poderão aumentar. Na hipótese de estarmos inadimplentes nos termos de qualquer um de nossos contratos de financiamento, os saldos devedores nos termos desses contratos (incluindo principal, juros e quaisquer multas) poderão ser antecipados, o que poderá acionar as disposições sobre inadimplemento cruzado nos termos dos nossos outros contratos de financiamento e, em vista de nosso nível de endividamento, afetar substancial e negativamente nossa situação financeira.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O desempenho operacional e econômico-financeiro da Companhia pode ser afetado, desfavoravelmente, por surtos de doenças transmissíveis, no Brasil e/ou no mundo.

Qualquer surto de uma doença que afete o comportamento das pessoas ou que demande políticas públicas de restrição à circulação de pessoas e/ou contato social, pode ter um impacto adverso nos negócios da Companhia, bem como na economia global. Nesse sentido, surtos de doenças também podem modificar nossas práticas de negócio, inclusive reduções de demanda em escala global, o que poderia levar a um maior nível de inadimplência e perdas comerciais de energia, o que, em cenários prolongados, poderia vir a pressionar nossos fluxos de caixa, níveis de alavancagem e capacidade de execução dos nossos investimentos.

Eventuais novos ciclos da pandemia de COVID-19 ou outras situações sanitárias com implicações similares podem ter impactos também sobre nossos clientes, fornecedores e outros parceiros de negócios e cada uma de suas condições financeiras. No entanto, qualquer efeito material sobre essas partes poderá nos impactar negativamente.

Uma vez que parte significativa de nossos bens está vinculada à prestação de serviços públicos, esses bens não estarão disponíveis para liquidação em caso de falência nem poderão ser objeto de penhora para garantir a execução de decisões judiciais ou servir como garantia em contratos de financiamento.

Conforme o previsto na legislação, na Constituição Federal e no Contrato de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica n.º 001/1998 ("Contrato de Concessão"), na prestação do serviço público de energia elétrica há bens móveis e imóveis utilizados na gestão dos serviços que pertencem ao Poder Concedente e são transferidos ao concessionário para uso enquanto vigor a concessão, outros adquiridos pelo concessionário no curso da concessão, além daqueles que são próprios do concessionário e com ele permanecerão após a extinção do contrato.

Os bens pertencentes ao Poder Concedente e os adquiridos durante a concessão e que são afetos à prestação do serviço serão revertidos ao Poder Concedente ao término da concessão por serem necessários ao serviço público de energia elétrica. Em regra, os bens de propriedade do concessionário não são passíveis de reversão, apenas aqueles eventualmente previstos e de forma expressa no ato licitatório e no Contrato de Concessão, mediante transferência de titularidade ao Poder Concedente.

Esses bens de propriedade do Poder Concedente e os afetos à prestação do serviço, adquiridos durante a concessão, não estão disponíveis para liquidação na hipótese de falência da Companhia e não podem ser utilizados como garantia na execução de

4.1 Descrição dos fatores de risco

qualquer decisão judicial, pois estão vinculados à prestação de um serviço público essencial.

O Contrato de Concessão e a legislação vedam que a concessionária possa dispor desses bens. Excepcionalmente, ativos vinculados à concessão, que não sejam diretamente relacionados aos serviços de eletricidade poderão ser oferecidos em garantia, desde que sua eventual alienação não prenuncie risco à operacionalização e à continuidade do serviço e que a operação seja vinculada ao objeto da delegação, mediante anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) e nos casos, inclusive, que venham esses bens a se tornar inservíveis, há procedimentos específicos a serem seguidos para que se desvinculem à prestação do serviço público de energia elétrica.

A regra geral é de que o valor dos bens reversíveis, que tiverem sido adquiridos, implementados ou melhorados pelo concessionário, deve ser integralmente amortizado no prazo da concessão. Se os investimentos realizados para aquisição, manutenção ou melhoria dos bens reversíveis – tanto os de propriedade do Poder Concedente quanto os de propriedade do concessionário – ainda não tiverem sido integralmente amortizados, o concessionário deverá ser indenizado pelo saldo existente no momento de extinção do contrato.

O controle contábil desses bens vinculados constitui uma obrigação regulamentar da Companhia, sujeito à avaliação periódica do Poder Concedente em fiscalizações, processos tarifários, assim como no momento da extinção da concessão, quando é apurada a indenização cabível.

Dessa forma, a indenização dos bens vinculados por extinção da concessão fica sujeita à avaliação prévia pelo Poder Concedente, de acordo com os critérios setoriais estabelecidos, de modo que o valor de mercado dos ativos disponíveis a nossos acionistas na hipótese de liquidação pode não ser compatível com o valor de mercado dos ativos revertidos ao Poder Concedente.

Nosso compromisso em atender às obrigações do plano de pensão de nossos funcionários, administrado pela Fundação CESP, poderá ser superior ao atualmente previsto e, conseqüentemente, poderemos ser obrigados a realizar aportes de recursos adicionais ao referido plano de pensão ou a registrar passivo em nosso balanço e despesas no resultado que poderão ser superiores aos atualmente reconhecidos.

Na data deste Formulário de Referência, patrocinamos um plano de pensão com característica de benefício definido para nossos funcionários, o qual é administrado pela

4.1 Descrição dos fatores de risco

Fundação CESP. Além disso, temos de registrar anualmente nossos passivos atuariais futuros de acordo com nossas premissas atuariais e as da Fundação CESP. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de obrigações com entidade de previdência privada era de R\$7.304 milhões.

Caso essas premissas se mostrem incorretas ou na hipótese de quedas nas taxas de juros de longo prazo, quedas nos valores de mercado dos valores mobiliários detidos por planos de pensão ou outras mudanças prejudiciais, a parte não capitalizada de nossos planos pode aumentar substancialmente, afetando, assim, o cronograma e aumentando o nível dos aportes em dinheiro que temos que fazer para nossos planos de pensão e afetando consequentemente nossos resultados financeiros e operacionais.

Além disso, a taxa de mortalidade possui relação direta com o valor dos benefícios futuros. Ou seja, em caso de maior longevidade de beneficiários, haverá elevação no nível das reservas requeridas, o que poderá afetar os resultados financeiros e operacionais da Companhia.

Nosso negócio exige despesas de capital substanciais e dependemos de fluxos de caixa de nossas operações e da disponibilidade contínua de financiamento de terceiros para implementar nosso programa de despesas de capital.

A manutenção de nossos ativos, nossa infraestrutura e nossos equipamentos exigem despesas de capital substanciais. Nossas despesas de capital (investimentos) foram de R\$ 2,0 bilhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Devemos continuar a investir capital para manter os níveis de distribuição de energia conforme demanda do mercado e para aumentar nossa eficiência operacional. Não podemos garantir que conseguiremos obter recursos suficientes para concluir nosso programa de investimento em bens de capital ou atender outras exigências de liquidez e recursos de capital. A não obtenção dos recursos necessários pode atrasar ou impedir a conclusão de nosso programa de investimento em bens de capital e outros projetos, o que poderá ter um efeito negativo relevante sobre a operação e o desenvolvimento de nosso negócio.

A falta de proteção de informações pessoais e confidenciais pode nos afetar negativamente.

Gerenciamos e mantemos informações pessoais confidenciais de clientes pessoas físicas no curso normal do nosso negócio e, portanto, nossas atividades estão sujeitas às regras de proteção de dados previstas na legislação em vigor, em especial na Constituição Federal, Código de Defesa do Consumidor, na Lei n.º 13.709, de agosto de 2018, conforme alterada ("LGPD") e na Lei n.º 12.965, de 23 de abril de 2014,

4.1 Descrição dos fatores de risco

conforme alterada (“Marco Civil da Internet “) e seu Decreto Regulamentador – Decreto n.º 8.771 de 11 de maio de 2016.

Divulgações não autorizadas, violações de segurança ou quaisquer infrações à legislação aplicável podem nos sujeitar a ações judiciais, bem como a danos que podem afetar substancial e negativamente nossos resultados operacionais, nossa situação financeira e nossas perspectivas. Além disso, nossas atividades estão expostas a possíveis riscos de inobservância de políticas, conduta imprópria de funcionários ou negligência e fraude, o que poderá resultar em graves danos reputacionais ou financeiros para a Companhia. Nem sempre é possível desencorajar ou impedir a conduta imprópria de funcionários e as precauções que tomamos para detectar e prevenir essa atividade poderão nem sempre ser efetivas. Qualquer interrupção ou desaceleração substancial de nossos sistemas pode resultar na perda ou entrega de informações a nossos clientes com atrasos ou erros, incluindo dados relacionados a solicitações dos clientes, o que pode reduzir a demanda por nossos serviços e, consequentemente afetar substancial e negativamente nossos negócios e resultados operacionais.

A LGPD regula as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais no Brasil, por meio de sistema normativo que impacta todos os setores da economia e prevê, dentre outras providências, os direitos dos titulares de dados pessoais, hipóteses em que o tratamento de dados pessoais é permitido (bases legais), obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança de dados pessoais, incluindo o vazamento e transferência de dados pessoais, bem como estabelece sanções para o descumprimento de suas disposições.

Com a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), responsável pela regulamentação e fiscalização da LGPD, medidas de adequação e implementação da LGPD podem exigir mudanças em algumas de nossas práticas de negócios, aumentando nossos custos, e o descumprimento de seus termos poderia afetar adversamente nossos negócios.

O descumprimento de quaisquer disposições previstas nas legislações e normas aplicáveis, tem como riscos, dentre outros: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações; (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet; (iii) à sanções administrativas, de forma isolada ou cumulativa, de advertência, obrigação de divulgação de incidente, bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais e multa de até 2% do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R\$ 50.000.000 por infração. Além disso, a Companhia pode ser

4.1 Descrição dos fatores de risco

responsabilizada por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD e demais leis e regulamentos que relacionem-se a proteção de dados conforme legislação e regulamentação local.

Desta forma, falhas na proteção dos dados pessoais tratados pela Companhia, bem como a inadequação à legislação aplicável, podem acarretar multas elevadas, divulgação do incidente para o mercado, eliminação dos dados pessoais da base, e até a suspensão de atividades, implicando custos que podem ter um efeito adverso negativo à reputação e aos resultados da Companhia e a condução e realização dos negócios que envolvam tratamentos de dados pessoais. Decisões desfavoráveis ou em processos judiciais ou administrativos relacionados ao tema também podem ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia.

A Companhia poderá não ser capaz de detectar comportamentos contrários à legislação e regulamentação aplicáveis e aos seus padrões de ética e conduta, o que pode ocasionar impactos adversos relevantes sobre seus negócios, situação financeira e resultados operacionais.

A Companhia está sujeita, entre outras, à Lei n.º 8.429, de 2 de junho de 1992, conforme alterada ("Lei de Improbidade Administrativa"), à Lei n.º 9.613, de 3 de março de 1998, conforme alterada ("Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro") e à Lei n.º 12.846, de 1 de agosto de 2013, conforme alterada ("Lei Anticorrupção"). Os processos de governança, gestão de riscos e *compliance* da Companhia podem não ser capazes de prevenir ou detectar comportamentos contrários às legislações e regulamentações aplicáveis, bem como não condizentes com princípios éticos da Companhia, o que pode vir a afetar adversamente a reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia.

De acordo com a Lei Anticorrupção, as pessoas jurídicas consideradas culpadas por atos de corrupção poderão ficar sujeitas a multas no valor de até 20% do faturamento bruto do exercício anterior ao da instauração do processo administrativo ou, caso não seja possível estimar o faturamento bruto, a multa será estipulada entre R\$ 6.000,00 e R\$ 60.000.000,00. A Companhia poderá ainda vir a ser solidariamente responsabilizada pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado em razão de práticas contrárias à legislação e à regulamentação anticorrupção por seus controladores ou sociedades coligadas, os quais poderiam afetar material e adversamente a reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia.

A existência de quaisquer investigações, inquéritos ou processos de natureza administrativa ou judicial relacionados à violação de qualquer destas leis contra a

4.1 Descrição dos fatores de risco

administração, funcionários ou terceiros que agem em nome da Companhia pode resultar em: (i) multas e indenizações nas esferas administrativa, civil e penal; (ii) perda de licenças operacionais, com a decorrente responsabilização subsidiária ou solidária; (iii) proibição ou suspensão das atividades; e/ou (iv) perda de direitos de contratar com a administração pública, de receber incentivos ou benefícios fiscais ou quaisquer financiamentos e recursos da administração pública. Por conseguinte, todas essas circunstâncias poderão ocasionar um efeito adverso relevante sobre a reputação da Companhia, bem como sobre suas operações, condição financeira e resultados operacionais.

O risco decorrente da percepção negativa do nome da Companhia pelo envolvimento em qualquer uma das hipóteses acima por parte de clientes, contrapartes, acionistas, investidores, reguladores e a sociedade de modo geral pode ter origem em diversos fatores, inclusive os relacionados ao não cumprimento de obrigações legais, práticas de negócio inadequadas relacionadas a clientes, produtos e serviços, relacionamento com parceiros com postura ética questionável, má conduta de colaboradores, vazamento de informações, práticas anticoncorrenciais, falhas no processo de gestão de riscos, entre outros. A reputação da Companhia também pode ser impactada indiretamente por ações ilegais ou ilícitas praticadas por terceiros, parceiros de negócios ou clientes. Os danos à reputação da Companhia, multas, sanções ou imposições legais podem produzir efeitos adversos sobre os negócios, resultados operacionais e situação financeira da Companhia.

Nosso crescimento depende da nossa capacidade de atrair e manter equipe técnica e administradores altamente qualificados.

Somos altamente dependentes do conhecimento da nossa equipe técnica e membros da nossa administração para a execução de nossas estratégias comerciais, o desenvolvimento e a implementação de nossos projetos e o gerenciamento de nossas operações. Há uma demanda alta por equipes técnicas e enfrentamos uma concorrência significativa por esses funcionários no mercado global de serviços. Oportunidades de trabalho atrativas no Brasil e no mundo poderão afetar nossa capacidade de contratar ou manter funcionários necessários. Caso não seja possível manter as pessoas chave, precisaremos atrair e treinar equipes técnicas adicionais, que poderão não estar prontamente disponíveis ou só poderão estar disponíveis com um aumento significativo dos custos e depois de treinamentos demorados. Ainda, caso não seja possível atrair a tempo novas pessoas chave, poderemos não conseguir gerenciar nosso negócio de forma eficiente, o que poderá ter um efeito prejudicial substancial sobre nós.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Nossa margem de lucro relacionado à parcela da distribuição (Parcela B) poderá ser afetada negativamente pela variação e pelo desempenho insatisfatório do mercado de referência.

De acordo com a regulamentação vigente e com o Contrato de Concessão, o mercado de referência utilizado para a determinação das tarifas nos processos tarifários considera o mercado realizado no ano anterior (últimos doze meses). Ao calcular uma correção tarifária, a ANEEL usa o mercado de referência como base para determinar nossas tarifas para o próximo ciclo tarifário.

No caso de a Companhia realizar um desempenho inferior ao mercado de referência durante o ciclo tarifário, os resultados poderão ser afetados adversamente, o que pode, por sua vez, impedir que a Companhia cumpra com suas obrigações financeiras e outras obrigações com nossos acionistas (como, por exemplo, o pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio).

Poderemos ser afetados negativamente por decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos em andamento.

A Companhia pode ser afetada negativamente por decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos em andamento, inclusive aqueles descritos nos itens 4.4 a 4.7 deste Formulário de Referência.

As provisões são estabelecidas somente para montantes relativos a processos que acreditamos que envolvem uma chance de perda provável e não para processos que acreditamos envolvem uma chance de perda possível ou remota. Não podemos garantir que as provisões sejam suficientes para cobrir eventuais perdas. Além disso, existem processos para os quais não podemos estimar custos e não foram provisionados montantes para perdas. Os efeitos de uma decisão desfavorável podem ter um impacto negativo no nosso negócio e em nossa situação financeira.

Além disso, não podemos assegurar que as provisões que estabelecemos para estas contingências e outras contingências serão suficientes para cobrir todos os pagamentos de danos, custos e despesas com relação a decisões desfavoráveis. Calculamos essas provisões com base na probabilidade de perda informada por nossos assessores jurídicos externos e internos e em nossas melhores estimativas a respeito de nossa exposição financeira em cada caso. Não podemos assegurar que uma decisão negativa com relação a quaisquer processos judiciais ou administrativos atuais ou futuros não poderá resultar em um impacto negativo relevante em nossos resultados operacionais, nossa situação financeira ou reputação.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Se a Companhia não for capaz de negociar de forma adequada com os sindicatos aos quais os seus empregados são filiados, o negócio da Companhia poderá ser adversamente afetado.

Os empregados da Companhia são filiados a dois sindicatos de trabalhadores (Sindicato dos Eletricitários de SP e Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo). São sindicatos com grande representatividade, uma vez que um percentual relevante dos colaboradores da Companhia é associado aos referidos sindicatos.

Atualmente, a Companhia possui acordos coletivos vigentes firmados com os dois sindicatos, que devem ser renovados regularmente. Os negócios, resultados operacionais e situação financeira da Companhia podem ser afetados desfavoravelmente por uma falha em chegar a um acordo coletivo de trabalho com qualquer dos sindicatos que representam seus colaboradores, ou por um acordo com um sindicato que contenha termos que a Companhia considere desfavoráveis.

Caso a Companhia não chegue a um acordo com os sindicatos, as autoridades judiciais podem impor um acordo coletivo de trabalho, o que pode aumentar significativamente os custos da Companhia.

Somos estritamente responsáveis por quaisquer perdas e danos resultantes do serviço inadequado de distribuição de energia elétrica por nossas unidades de distribuição ou de falhas que não poderão ser atribuídas a nenhum outro agente específico do setor de energia.

Segundo as leis brasileiras e regulamentação da ANEEL, como prestadores de um serviço público, somos estritamente responsáveis por perdas e danos diretos e indiretos resultantes da prestação inadequada de serviços de distribuição de energia, como danos resultantes de falhas, interrupções ou perturbações em nossos sistemas de distribuição. Além disso, poderemos ser responsabilizados por perdas e danos causados a terceiros devido a interrupções ou perturbações no sistema de distribuição de energia que não forem atribuídos a nenhum membro identificável do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

A Companhia não possui seguro para cobrir quaisquer responsabilidades relacionadas às falhas de fornecimento de energia incorridas de fato no curso de seus negócios. Além disso, não é possível assegurar que o seguro de responsabilidade civil por ela contratado em decorrência das suas atividades, será suficiente ou que esse seguro continuará disponível no futuro, o que pode causar um efeito adverso em sua situação financeira e em seus resultados operacionais.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Nossos controles internos poderão ser insuficientes para evitar ou detectar violações da legislação aplicável ou de nossas políticas internas dentro de nossa companhia.

Nossos procedimentos de *compliance* e controle internos podem não ser suficientes para evitar ou detectar todas as condutas impróprias, fraudes ou violações de leis aplicáveis por parte de nossos funcionários e membros de nossa administração. Caso nossos funcionários ou outras pessoas relacionadas a nós se envolvam em práticas fraudulentas, corruptas ou desleais ou violem leis e regulamentos aplicáveis ou nossas políticas internas, poderemos ser responsabilizados por qualquer uma dessas violações, o que pode resultar em penalidades, multas ou sanções que podem afetar substancial e negativamente nossos negócios e imagem.

Estamos expostos à riscos cibernéticos que podem resultar em impactos adversos relevantes nos resultados da Companhia.

Operamos em um setor que requer a operação contínua de sofisticados sistemas de tecnologia da informação, controle e comunicação (“sistemas de TI”) e infraestrutura de rede. Usamos nossos sistemas de TI e infraestrutura de rede para criar, coletar, usar, divulgar, armazenar, descartar e processar informações confidenciais, incluindo dados da empresa e do cliente e informações pessoais sobre clientes, funcionários e seus dependentes, contratados, acionistas e outros indivíduos. Os sistemas de TI são essenciais para controlar e monitorar as nossas operações, alcançando eficiências operacionais e cumprindo nossas metas de serviço e padrões em nosso negócio. A operação de nosso sistema depende não apenas da interconexão física de nossas instalações com a infraestrutura da rede elétrica, mas também das comunicações entre as várias partes conectadas à rede. A dependência de sistemas de TI para gerenciar informações e comunicação entre essas partes aumentou significativamente desde a implementação de medidores inteligentes e redes inteligentes no Brasil.

Nossas instalações, sistemas de TI e outras infraestruturas e as informações processadas em nossos sistemas de TI podem ser afetados por incidentes de segurança cibernética, incluindo aqueles causados por erro humano. Os incidentes de segurança cibernética evoluíram dramaticamente nos últimos anos, e o número de incidentes e seu grau de impacto cresceram exponencialmente, tornando cada vez mais difícil identificar sua origem em tempo hábil.

Nosso setor começou a ver um aumento no volume e sofisticação de incidentes de segurança cibernética de organizações ativistas internacionais, estados-nação e indivíduos, e estão entre os riscos emergentes identificados em nosso processo de

4.1 Descrição dos fatores de risco

planejamento. Incidentes de segurança cibernética podem prejudicar nossos negócios, limitando nossas atividades operacionais, atrasando nosso desenvolvimento e construção de novas instalações ou projetos de melhoria de capital em instalações existentes, interrompendo as operações nos nossos clientes ou nos expondo a vários eventos que poderiam comprometer nossa responsabilidade.

Nossos sistemas de negócios de distribuição são parte de um sistema interconectado. Dado o papel da eletricidade como um recurso vital na sociedade moderna, uma interrupção generalizada ou prolongada causada pelo impacto de um incidente de segurança cibernética na rede de transmissão elétrica, infraestrutura de rede ou operações de nossos prestadores de serviços terceirizados pode ter amplas ramificações socioeconômicas em famílias, empresas e instituições vitais, que podem afetar desfavoravelmente nossos negócios.

Nossos negócios exigem a coleta e armazenamento de informações de identificação pessoal de nossos clientes, funcionários e acionistas, que esperam que protejamos adequadamente a privacidade de tais informações. As violações de segurança cibernética podem nos expor a um risco de perda ou uso indevido de informações confidenciais e proprietárias. Roubo significativo, perda ou uso fraudulento de informações, ou outra divulgação não autorizada de dados pessoais ou confidenciais, pode levar a altos custos para notificar e proteger as pessoas afetadas. Isso pode nos tornar sujeitos a litígios, perdas, responsabilidades, multas ou penalidades significativas, qualquer uma das quais poderia afetar material e adversamente nossos resultados operacionais e nossa reputação. Também podemos ser obrigados a incorrer em custos significativos associados a ações governamentais em resposta a tais intrusões ou fortalecer nossos sistemas de informações e de controle eletrônico.

A ameaça à segurança cibernética é dinâmica, evoluindo e aumentando em sofisticação, magnitude e frequência. Podemos não conseguir implementar medidas preventivas adequadas ou avaliar com precisão a probabilidade de um incidente de segurança cibernética. Não podemos quantificar o impacto potencial de incidentes de segurança cibernética em nossos negócios e reputação. Esses possíveis incidentes de segurança cibernética e a ação regulatória correspondente podem resultar em uma diminuição material nas receitas e altos custos adicionais, como multas, reclamações de terceiros, reparos, aumento das despesas com seguros, litígios, notificações e remediação, segurança e custos de conformidade.

b. seus acionistas, em especial os acionistas controladores

O acionista controlador da Companhia poderá ter interesse conflitante com dos demais acionistas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Enel SpA e a Enel Américas, acionistas controladores indiretos da Companhia, exercem influência significativa sobre a Companhia por meio da Enel Brasil S.A., e detêm poderes de voto suficientes para nomear a maioria dos membros do Conselho de Administração da Companhia, tomar decisões estratégicas, financeiras, societárias e outras decisões pertinentes às demais áreas de negócio que venham a divergir das expectativas ou preferências dos acionistas não controladores ou detentores de outros valores mobiliários de emissão da Companhia.

O acionista controlador da Companhia poderá ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, busca de financiamentos, ou tomar outras decisões que podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas e que podem não resultar em melhorias de nossos resultados operacionais, o que pode afetar adversamente a cotação de nossa ação.

c. suas controladas e coligadas

A Companhia não possui sociedades controladas e entende não existir riscos relacionados a suas coligadas.

d. seus administradores

A Companhia atualmente não possui riscos relacionados aos seus administradores, tampouco entende estar exposta a riscos cuja fonte seja os seus administradores.

e. seus fornecedores

A Companhia adquire equipamentos nacionais e importados e contrata serviços terceirizados no exercício de suas atividades. Caso tais equipamentos não sejam entregues a contento e com a qualidade esperada ou os serviços não sejam executados em sua plenitude e de acordo com as especificações necessárias, a Companhia pode sofrer um impacto adverso em suas receitas e resultados operacionais.

A Companhia depende de terceiros para fornecerem os equipamentos utilizados em sua operação. O fornecimento e a prestação de serviços com qualidade eventualmente abaixo da prevista poderão gerar o não cumprimento de condições declaradas ao Poder Concedente, atrasos, e redução da capacidade de fornecimento de energia, afetando as receitas e a imagem da Companhia, acarretando custos adicionais e a diminuição da receita projetada, podendo causar um impacto adverso na situação financeira e nos resultados operacionais da Companhia. O mesmo poderá acontecer no caso de

4.1 Descrição dos fatores de risco

suspensão ou ruptura imprevista dos contratos de fornecimento de equipamentos ou de prestação de serviços, podendo causar os impactos acima descritos à Companhia.

A baixa qualidade ou interrupção não planejada na prestação de serviços por parte de terceiros contratados pela Companhia poderá desvalorizar nossas atividades e fazer com que incorramos em custos adicionais e multas, reduzindo nosso lucro.

A qualidade inferior dos serviços prestados e/ou dos equipamentos fornecidos por um prestador, assim como a suspensão ou rescisão não programada de nossos contratos de fornecimento de equipamentos ou serviços poderá deteriorar a imagem da Companhia perante a seus clientes, incorrer em custos adicionais para substituição de fornecedores de forma emergencial, nos afetando substancial e negativamente.

Eventos ou interrupções não previstos enfrentados por nossos fornecedores, bem como dificuldades na contratação de novos fornecedores, poderão afetar a qualidade ou o fornecimento de energia, o que poderá ter um impacto negativo sobre nossas margens, resultando em obrigação de compensações aos clientes, multas e até mesmo a caducidade da concessão.

Falhas na transmissão de energia podem afetar a distribuição de eletricidade e afetar nossos negócios e reputação.

As companhias de transmissão elétrica são responsáveis por transmitir substancialmente toda a eletricidade distribuída por nós. Qualquer falha no fornecimento ou transmissão de eletricidade pode afetar nossa distribuição de eletricidade e afetar adversamente nossos negócios, reputação e relacionamentos com os clientes. Além disso, as falhas na distribuição de energia elétrica podem nos sujeitar à responsabilidade civil e penalidades do Poder Concedente na forma da regulamentação.

Desde janeiro de 2022 o indicador DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) externo – referente as transmissoras e geradoras - não é mais contabilizado no indicador geral da distribuidora, o que não isenta a possibilidade de a Companhia ter sua imagem afetada perante o cliente.

Cumprir destacar que, no caso de suspensão de fornecimento, a ANEEL não faz distinções sobre a responsabilidade pelo evento, cabendo exclusivamente às distribuidoras ressarcirem os consumidores por eventuais danos, o que, consequentemente, pode afetar adversamente nossos negócios e resultados financeiros.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A terceirização de certas operações pode ter um efeito adverso relevante sobre nós se considerarmos que estabelecemos uma relação de trabalho com nossos prestadores de serviços terceirizados de acordo com a legislação aplicável ou se nossos acordos com nossos prestadores de serviços terceirizados forem contestados nos tribunais trabalhistas brasileiros.

Nós terceirizamos certas operações para prestadores de serviços no curso normal de nossos negócios, como por exemplo: atendimento de ocorrências, manutenção na rede, obras de qualidade e atendimento ao cliente etc. Se os prestadores de serviços terceirizados que contratamos não atendem a quaisquer obrigações trabalhistas, previdenciárias e/ou tributárias, assim que temos ciência, os notificamos para cumprimento das obrigações contratuais. Caso tais obrigações recaiam na esfera judicial, há risco de sermos responsabilizados subsidiariamente, ou seja, podemos ser obrigados ao pagamento, na hipótese de insolvência da contratada, o que pode nos afetar negativa e substancialmente.

f. seus clientes

Podemos ser afetados negativamente por decisões desfavoráveis decorrentes de reclamações de órgãos de defesa do consumidor.

Como prestadores de serviços aos consumidores, estamos sujeitos a demandas ligadas aos órgãos de defesa do consumidor (ex: PROCON, IDEC etc.), tanto em âmbito administrativo quanto judicial. A atuação dos referidos órgãos em defesa do consumidor pode gerar a aplicação de multas decorrentes de falhas na prestação do serviço da Companhia, ou mesmo o ajuizamento de ações de natureza coletiva, de forma que a Companhia poderá ter que desembolsar valores e/ou criar políticas de parcelamento de dívidas fora do padrão usual praticado, os quais, ainda que não sejam passíveis de quantificação na data deste Formulário de Referência, podem representar em impacto financeiro substancial à Companhia e afetar adversamente seus negócios e sua situação financeira.

Parte de nossa receita é gerada por clientes qualificados como consumidores potencialmente livres, que têm a liberdade de procurar fornecedores alternativos de energia. Caso alguns de nossos grandes clientes optem por comprar sua energia de outros participantes do mercado e/ou optem por se conectar diretamente à Rede Básica isso poderá afetar negativamente nossos resultados.

As geradoras de energia e outros participantes do mercado brasileiro, o que compreende a Rede Básica, têm permissão para vender energia por preços de mercado

4.1 Descrição dos fatores de risco

diretamente a grandes clientes (normalmente grandes clientes industriais) que optam por sair do Ambiente de Contratação Regulada e se tornar consumidores livres. Adicionalmente, se os consumidores livres atendidos na alta tensão optarem por se conectar diretamente à Rede Básica, a Companhia poderá sofrer uma perda de arrecadação e consequentemente, terá seus resultados negativamente afetados.

g. setores da economia nos quais o emissor atue

Alterações no preço utilizado para avaliar a energia comercializada no mercado de curto prazo poderão afetar negativamente as companhias no setor de energia elétrica, incluindo a Companhia.

O preço utilizado para avaliar a energia comercializada no mercado de curto prazo ("PLD" ou "Preço de Liquidação de Diferenças"), é calculado diariamente, para o dia seguinte, em base horária e por submercado, e tem como base o custo marginal da operação. Os submercados do sistema de energia elétrica brasileiro são: Norte, Nordeste, Sudeste/Centro-Oeste e Sul. O PLD é calculado em base *ex-ante* (considerando informações fornecidas para disponibilidade de fornecimento e projeções de carga). O preço resultante desse cálculo é o preço base da liquidação de todas as sobras e déficits de energia contratada dos agentes.

Em dezembro de 2022, a ANEEL estabeleceu os valores do PLD em 2023, sendo R\$ 69,04/MWh o mínimo, R\$ 678,29/MWh o máximo estrutural, e R\$ 1.391,56 o máximo horário. O PLD máximo horário representa o limite de preço que o PLD pode atingir em uma determinada hora do mês, enquanto o PLD máximo estrutural representa o limite que a média dos PLDs horários de um dia pode atingir. A definição do PLD máximo estrutural tem por objetivo proteger o mercado de valores de PLD elevados e persistentes, durante um longo período, capaz de colocar em risco a sustentabilidade financeira do setor. Já o PLD máximo horário visa adequar as regras de preço teto à implementação do preço horário e proporcionar maior eficiência ao mercado através de uma maior aproximação do PLD ao efetivo custo de operação do sistema interligado.

Os fatores que poderão afetar o PLD incluem: (i) variações na oferta e demanda em um período determinado; (ii) reduções nas aflúncias e nos níveis dos reservatórios de usinas hidrelétricas; (iii) aumentos no despacho de usinas termelétricas; e (iv) atrasos no início das operações de novos geradores. A ocorrência de qualquer um desses fatores poderá levar a uma variação substancial do PLD, o que poderá resultar no aumento de custos na comercialização de energia no curto prazo, o que poderá consequentemente afetar negativamente nosso fluxo de caixa no curto prazo.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Segundo a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, uma distribuidora de energia deve contratar com antecedência, por meio de licitações públicas, 100% de suas necessidades projetadas de energia para distribuição a suas áreas de concessão, estando autorizada a repassar o custo de até 105% dessa energia aos consumidores. Superestimar ou subestimar a demanda pode ter consequências negativas. Considerando os vários fatores que afetam nossas análises de demanda de energia, incluindo, por exemplo, crescimento econômico e populacional, não podemos garantir que nossa demanda projetada por energia será precisa. Caso analisemos incorretamente a demanda e compremos menos ou mais energia do que precisamos e sejamos responsabilizados de acordo com a regulamentação aplicável, poderemos ser impedidos de repassar integralmente os custos de nossas compras de energia aos consumidores e também poderemos ser forçados a entrar no mercado de curto prazo para comprar energia por preços substancialmente mais elevados que os estabelecidos nos nossos contratos de compra de longo prazo (ou vendê-la por preços substancialmente menores que os estabelecidos nos momentos das compras de energia em leilões públicos).

Um racionamento de energia, em função da falta de investimentos em expansão da capacidade de geração de energia podem afetar negativamente o faturamento e a geração de caixa da Companhia.

Por ser uma empresa distribuidora de energia elétrica, a Companhia depende primordialmente da energia elétrica que lhe é suprida pelas empresas de geração de energia elétrica.

A matriz energética brasileira é composta principalmente por hidrelétricas, o que implica em uma forte dependência do volume de chuva incidente nos reservatórios e sua capacidade de armazenamento. A falta de investimentos em expansão da capacidade de geração de energia, somada à alta dependência de energia hidrelétrica, podem levar o Governo Federal a tomar medidas para redução do consumo de energia que poderão ter um impacto negativo na economia brasileira, no faturamento e na geração de caixa da Companhia.

As políticas públicas energéticas que serão implementadas pelo novo governo brasileiro podem viabilizar ou não o aumento da utilização de fontes energéticas sustentáveis, assim como fomentar o uso eficiente de energia, impactando diretamente na capacidade de geração e na diversificação da matriz energética brasileira, reduzindo impactos adversos oriundos da dependência de geração hidrelétrica.

h. regulação dos setores em que o emissor atue

4.1 Descrição dos fatores de risco

As tarifas que cobramos pelas vendas de energia a Consumidores Cativos e as tarifas pela utilização do sistema de distribuição que cobramos dos Consumidores Livres e Especiais são determinadas pela ANEEL de acordo com um contrato de concessão com o governo brasileiro; assim, nossas receitas operacionais podem ser afetadas negativamente caso a ANEEL tome decisões em relação às nossas tarifas que não sejam favoráveis à Companhia.

A ANEEL estabelece as tarifas que poderemos cobrar de nossos consumidores, de acordo com uma fórmula já estabelecida em nosso Contrato de Concessão, que podem variar de acordo com novas metodologias de cálculo implementadas por lei e/ou por resoluções da ANEEL.

Nosso Contrato de Concessão e a legislação brasileira estabelecem um mecanismo que permite três tipos de ajustes tarifários: (i) Reajuste tarifário anual, ou RTA; (ii) Revisão tarifária periódica, ou RTP; e (iii) Revisão tarifária extraordinária, ou RTE.

Temos o direito de requerer, a cada ano, o reajuste tarifário anual, que é destinado a compensar certos efeitos da inflação sobre as tarifas e repassar aos consumidores certas alterações da nossa estrutura de custos que estão fora do nosso controle, tais como o custo da energia elétrica que compramos e certos encargos regulatórios, incluindo encargos do uso da rede de transmissão e distribuição.

A ANEEL realiza, periodicamente, revisão tarifária que tem por objetivo compartilhar quaisquer ganhos correlatos com nossos consumidores e incentivar as concessionárias a atingirem melhores níveis de eficiência. Dessa forma, a RTP visa identificar a variação dos nossos custos, bem como determinar um fator de redução baseado em nossa eficiência operacional que será aplicado em comparação com o índice dos nossos reajustes tarifários anuais correntes.

As revisões extraordinárias das nossas tarifas podem ser realizadas a qualquer tempo, ou podem por nós ser pleiteadas. As revisões extraordinárias podem tanto afetar negativamente os nossos resultados operacionais ou posição financeira, quanto compensar custos imprevisíveis (tais como tributos que afetem significativamente a nossa estrutura de custo). Para maiores informações sobre os reajustes tarifários, vide item 1.6 deste Formulário de Referência.

Não podemos garantir que a ANEEL estabelecerá tarifas adequadas que permitam que os custos de aumentos nas tarifas sejam integralmente ou parcialmente repassados aos consumidores. Além disso, à medida que qualquer um desses ajustes não seja feito pela ANEEL quando necessário, nossos negócios, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais poderão ser afetados negativamente. Além disso, a ANEEL

4.1 Descrição dos fatores de risco

poderá não autorizar a recuperação de todos os custos relacionados a nossos investimentos de capital e poderá exigir que as quantias recuperadas anteriormente sejam reembolsadas aos consumidores caso seja determinado que nossos investimentos de capital não foram prudentes ou foram resultantes de falhas em nossos controles internos, como a falha em registrar adequadamente o investimento de capital. Nossos resultados, bem como nossa capacidade de adimplir nossas obrigações contratuais, inclusive relativas às debêntures de nossa emissão, poderão ser adversamente afetados pelos reajustes e revisões de que trata este item.

O critério da ANEEL para revisão das nossas tarifas, bem como possíveis alterações na metodologia utilizada para calcular correções tarifárias periódicas, geram incerteza na operação de nossos negócios e poderá resultar em tarifas inferiores do que as que solicitamos ou previmos.

Estamos sujeitos à regulamentação abrangente de nossas atividades pelo governo brasileiro e não podemos ter certeza do efeito que alterações na legislação poderão causar em nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais.

Nossas atividades estão sujeitas a uma regulamentação intensa por diversas autoridades reguladoras brasileiras, especialmente a Agência Nacional de Energia Elétrica, ou ANEEL. A ANEEL regulamenta e supervisiona diversos aspectos de nossas atividades, incluindo os termos e as condições dos contratos de compra de energia que estamos autorizados a celebrar, visto que eles estão atrelados a leilões públicos federais e estabelecem nossas tarifas. Desde 2004, o governo brasileiro implementou alterações fundamentais na regulamentação do setor de energia. Em 15 de março de 2004, o governo brasileiro promulgou a Lei Federal n.º 10.848, conhecida como a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico. As principais reformas nos termos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico incluíram:

- (i) a criação de um Ambiente de Contratação Regulada para a compra e venda de energia por meio do qual as distribuidoras devem contratar com antecedência, por meio de licitações públicas, no mínimo 100% e no máximo 105% de suas necessidades de energia projetadas para períodos de cinco anos;
- (ii) proibição geral às distribuidoras de desempenhar quaisquer atividades além da distribuição de energia, incluindo a geração ou transmissão de energia, exceto conforme estabelecido por lei ou pelo contrato de concessão da distribuidora;
- (iii) proibição às distribuidoras de atenderem suas necessidades de abastecimento de energia por meio da compra de energia de afiliadas, exceto nos

4.1 Descrição dos fatores de risco

termos dos contratos bilaterais existentes e previamente aprovados pela ANEEL ou assinados no Ambiente de Contratação Regulada; e

(iv) proibição às distribuidoras de vender energia a clientes livres por preços livremente negociados, exceto pelas vendas na área de concessão das distribuidoras nas mesmas condições aplicáveis a clientes cativos.

No dia 11 de janeiro de 2013, o governo brasileiro promulgou a Lei n.º 12.783, que dispõe sobre novas normas a respeito das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia, incluindo, entre outros, novas condições para a prorrogação dessas concessões.

A ANEEL tem amplos poderes de regulamentação nos termos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico sobre as atividades das companhias no setor de energia elétrica no Brasil e, em alguns casos, os procedimentos de regulamentação da ANEEL incluem levar em consideração as opiniões das companhias em operação no setor de energia e do público em geral. As normas da ANEEL podem ter um impacto significativo sobre as operações das companhias de distribuição, incluindo as da nossa própria companhia. Esses poderes de regulamentação poderão afetar diferentes aspectos de nossas atividades, incluindo nossas tarifas, indicadores de qualidade, continuidade de serviços e sanções. Caso sejamos obrigados pela ANEEL a fazer investimentos de capital adicionais e inesperados, e não nos permitam ajustar adequadamente nossas tarifas, ou caso a ANEEL modifique os regulamentos relacionados aos ajustes tarifários ou às correções tarifárias, poderemos ter nossos negócios afetados negativamente.

Além disso, tanto a implementação de nossa estratégia de crescimento como de nossas atividades comuns poderá ser afetada negativamente por ações governamentais como alterações na legislação vigente, o encerramento de programas federais e estaduais de concessão, a criação de critérios mais rígidos para a qualificação em leilões públicos de energia ou um atraso na correção e implementação de novas tarifas anuais.

Nossa incapacidade de prever, influenciar ou responder adequadamente a mudanças na lei ou na regulamentação, incluindo qualquer incapacidade de obter aumentos esperados ou contratados nas tarifas de energia ou ajustes nas tarifas para refletir o aumento das despesas, bem como determinar a possibilidade e as condições para a prorrogação do prazo da nossa concessão, pode afetar negativamente nossos resultados operacionais. Além disso, alterações na legislação ou alterações na aplicação ou interpretação de disposições regulatórias no Brasil, onde as tarifas de energia estão sujeitas à análise ou aprovação regulatória, podem afetar negativamente nossas atividades, incluindo, entre outros, por meio de:

4.1 Descrição dos fatores de risco

- alterações na determinação, definição ou classificação de custos a serem incluídos como custos reembolsáveis ou de repasse a serem incluídos nas tarifas que cobramos de nossos clientes;
- alterações na determinação do que é uma taxa de retorno sobre o capital investido adequada ou uma determinação de que nosso lucro operacional ou de que as tarifas que cobramos dos clientes são muito elevadas, resultando na redução das tarifas ou descontos aos clientes;
- alterações na definição ou determinação de custos gerenciáveis e não gerenciáveis;
- alterações prejudiciais nas leis tributárias;
- alterações na definição de acontecimentos que podem ou não ser qualificados como alterações no equilíbrio econômico;
- alterações nas legislações estaduais e municipais;
- alterações na regulamentação impondo investimentos não previstos como, por exemplo, um programa de enterramento de rede elétrica;
- alterações nas interpretações das regulamentações pelas autoridades governamentais;
- alterações nos momentos de ajustes ou correções das tarifas; ou
- outras alterações relacionadas a licenciamento ou permissão que afetem nossa capacidade de conduzir nossas atividades.

Não há garantia de que nossos negócios, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais não sejam afetados negativamente por reformas ou mudanças na maneira como nossas tarifas são regulamentadas pela ANEEL. O cenário regulatório está em constante mudança e pode ser difícil prever o impacto desses regulamentos sobre nosso negócio. Caso alterações regulatórias exijam que conduzamos nosso negócio de forma substancialmente diferente de nossas operações atuais, nossos resultados operacionais e financeiros poderão ser afetados negativamente.

A contratação de energia elétrica está sujeita à regulação por parte da ANEEL.

De acordo com o Decreto Federal n.º 5.163, de 30 de julho de 2004, a contratação de energia elétrica pelos agentes de distribuição deverá ser realizada através de licitação pública na modalidade de leilão, sendo que a duração desses contratos (CCEAR's) será estabelecida pelo próprio MME.

A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devem garantir o atendimento a 100% dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

4.1 Descrição dos fatores de risco

As incertezas do cenário macroeconômico e meteorológico impactam significativamente as projeções da carga para contratação. Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão da necessidade de aquisição de energia nova com antecedência de até 7 anos em relação ao início do suprimento da energia elétrica adquirida e à expectativa de preços futuros. O não atendimento a 100% do mercado poderá ensejar a aplicação de penalidades por insuficiência de contratação e repasse não integral às tarifas dos custos de compra de energia no Mercado de Curto Prazo.

No caso da sobre contratação voluntária acima do limite de repasse de 105%, a diferença entre a receita de venda da sobre contratação no mercado de curto prazo e o custo de compra de energia é absorvida pela concessionária, podendo resultar em risco ou oportunidade dependendo do cenário de preços de energia ao longo do ano.

Não há garantia de que nossos negócios, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais não sejam afetados negativamente por reformas ou mudanças na maneira como nossa forma de contratação é regulamentada pela ANEEL. O cenário regulatório está em constante mudança e pode ser difícil prever o impacto desses regulamentos sobre nosso negócio. Caso alterações regulatórias exijam que conduzamos nosso negócio de forma substancialmente diferente de nossas operações atuais, nossos resultados operacionais e financeiros poderão ser afetados negativamente.

i. países estrangeiros onde o emissor atue

Não aplicável, pois a Companhia atua somente em território brasileiro.

j. questões sociais

A Companhia está exposta a riscos envolvendo suas redes e instalações, podendo ser responsabilizada por acidentes de trabalho envolvendo colaboradores próprios e terceiros, bem como por acidentes com a população.

Os equipamentos da rede de distribuição aérea ficam expostos, longe do alcance da população em geral seguindo regras rigorosas de padrões de segurança e instalação, ainda assim, existe o risco de integrantes da população se acidentarem por entrarem em contato indevidamente com os cabos de distribuição de energia. Ao desenvolver novos projetos e efetuar investimentos para expansão ou manutenção da rede de distribuição de energia a Companhia leva em consideração esses riscos a fim de elaborar projetos e investir no desenvolvimento de materiais e equipamentos que reduzam os riscos de acidentes elétricos com a população.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Existem também riscos de acidentes com os trabalhadores próprios e contratados, que realizam trabalhos em contato direto com a rede de energia aérea ou subterrânea. Esses trabalhadores recebem equipamentos de segurança e constantes treinamentos para atuarem com segurança e a Companhia monitora constantemente seu desempenho nos índices de acidentes com a população e com a força de trabalho própria e contratada, incluindo este tema no processo de Due Diligence de Direitos Humanos, fiscalizando suas operações e adotando um plano anual de segurança para mitigar ou, sempre que possível, eliminar os riscos de acidentes com a população e com sua força de trabalho própria e contratada. Ainda assim a Companhia não pode garantir a não ocorrência de acidentes. Quando esses acidentes ocorrem a empresa disponibiliza recursos para atender as vítimas. Em alguns casos a empresa pode ser acionada juridicamente em disputas por indenizações.

Os acidentes elétricos também envolvem outros riscos relacionados a imagem da organização perante a sociedade e perante o Órgão Regulador que acompanha os índices de segurança das empresas de distribuição de energia com risco de multas por falta de gestão sobre o tema. A Companhia considera esses riscos nas decisões sobre investimentos na rede e desenvolvimento ou aquisição de novos projetos a fim de mitigar e quando possível, eliminar tais riscos.

k. questões ambientais

As nossas atividades, incluindo os equipamentos, instalações e operações, estão sujeitos a ampla regulamentação ambiental que pode se tornar mais rigorosa no futuro e resultar em maiores responsabilidades e investimentos de capital.

As atividades da Companhia, incluindo os equipamentos, instalações e operações, podem causar danos ao meio ambiente, como contaminações ambientais decorrentes do manuseio de equipamentos isolados a óleo, emissão de ruído na operação de transformadores, intervenção em áreas ambientalmente protegidas, poda e manejo inadequado de vegetação e, por essa razão, estão sujeitos a ampla regulamentação ambiental, de segurança e saúde – em âmbito federal, estadual e municipal.

No âmbito federal, a legislação prevê a desconsideração da personalidade jurídica da empresa poluidora, bem como responsabilidade pessoal dos administradores para viabilizar o ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente. Como consequência, os sócios e administradores da empresa poluidora poderão ser obrigados a arcar com o custo da reparação ambiental.

A legislação estadual (Lei Estadual nº 13.577, de 8 de julho de 2009) impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de gerenciar as áreas

4.1 Descrição dos fatores de risco

contaminadas, assim como a legislação federal impõe o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente da existência de culpa. Além do risco de sanções tanto na esfera penal (pena de reclusão de um a quatro anos e multa) quanto na esfera administrativa (multas variando de R\$5.000,00 a R\$50.000.000,00, valor máximo estipulado na legislação para infração ambiental), bem como o dever de reparar o dano na esfera civil, a existência de contaminação ambiental (solo e lençol freático) pode ter um impacto negativo sobre a nossa imagem, principalmente quando existe risco à saúde humana. A limpeza e o monitoramento dos processos de uma área contaminada costumam ser dispendiosos e demorados. No caso de serem identificadas áreas contaminadas, a Companhia segue o procedimento da Decisão de Diretoria 038/2017/C, de 2017, da CETESB (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo), que dispõe sobre o Gerenciamento de Áreas Contaminadas no Estado de São Paulo, e o Decreto Estadual nº 59.263/2013, que dispõe sobre diretrizes e procedimentos para a proteção da qualidade do solo e gerenciamento de áreas contaminadas. Além disso, no Estado de São Paulo vige a Lei Estadual n.º 12.288, de 22 de fevereiro de 2006, alterada pela Lei Estadual nº 17.432, de 18 de outubro de 2021, que dispõe sobre a eliminação controlada dos PCBs (Bifenilas Policloradas) e dos seus resíduos, a descontaminação e da eliminação de transformadores, capacitores e demais equipamentos elétricos que contenham PCB. Nos termos das referidas Leis Estaduais, os transformadores, capacitores e demais equipamentos elétricos contaminados com PCBs, que forem desativados por atingirem o final da sua vida útil, ou por qualquer outro motivo, deverão ter a sua destinação final processada, no máximo, após 3 anos da data da sua desativação, não podendo ultrapassar dezembro de 2028.

No âmbito federal a Lei nº 14.250 de 25 de novembro de 2021, fixa o prazo para destinação final adequada até 2028. Para os equipamentos isolados a óleo com concentração de PCB/ascarel acima de 50 ppm, a Companhia possui plano de ação de gerenciamento e eliminação de PCB compatível com as previsões acordadas na Convenção de Estocolmo, internalizada no Brasil por meio do Decreto Federal n.º 5.472/2005, além da própria Lei Federal editada no final de 2021.

No âmbito municipal de São Paulo, a Portaria nº 05, de 4 de fevereiro de 2021, da SVMA (Secretaria do Verde e do Meio Ambiente) estabelece o licenciamento ambiental para as atividades de implantação (novos empreendimentos), reconstrução, repotenciação ou recondutoramento de linhas de transmissão/distribuição de energia elétrica e subestações que operem com valores de tensão iguais ou superiores a 69 kV (até 230 kV), no Município de São Paulo.

Esta mesma Portaria estabelece a apresentação dos estudos EVA (Estudo de Viabilidade Ambiental) e EAS (Estudo Ambiental Simplificado) no âmbito do processo

4.1 Descrição dos fatores de risco

de licenciamento ambiental para sistemas lineares com tensão nominal de 69 kV a 230 kV, o que é aplicável à Companhia e que a torna mais restritiva do que as demais normas legais, ao prever a adoção de medidas de precaução, estruturais, operacionais e técnicas que visem à diminuição dos campos elétricos e magnéticos gerados nas áreas de permanência prolongada (4 ou mais horas diárias) e de livre acesso à população em geral, mediante limites mais restritivos em relação à legislação federal. Caso a Companhia não tenha êxito em seguir os termos da referida Portaria, estará sujeita à aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e no Decreto Federal nº 6.514, de 22 de julho de 2008. Adicionalmente, a emissão das licenças ambientais poderá ficar comprometida, impossibilitando a operação e a realização das obras de expansão, manutenção e melhoria do sistema. Projetos especiais para atendimento aos limites da Portaria (tais como o alteamento de estruturas, linhas subterrâneas e faixas de segurança mais largas) tendem a tornar as obras mais caras, impactando negativamente no orçamento da Companhia.

Cumprir destacar, ainda, que existe lei municipal em São Paulo, a Lei Municipal nº 14.023/2005, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 47.817/2006, dispondo sobre a obrigatoriedade de tornar subterrâneo todo o cabeamento instalado no município.

No âmbito estadual, em 29 de abril de 2020 foi publicada a Resolução SIMA nº 29, a qual dispõe sobre procedimentos para o licenciamento ambiental dos sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica no território do Estado de São Paulo. Estabelece em seus dispositivos a necessidade de licenciamento para empreendimentos de energia com tensão de operação igual ou superior à 69 kV, porém torna menos restritivos os critérios de porte para enquadramento, em relação à resolução que à precedia (SMA nº 05/07). Desta forma, existe a tendência de que um número menor de ativos/obras da companhia seja passível de licenciamento no âmbito estadual.

O pagamento de substanciais despesas para recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais pode obrigar a Companhia a retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas e ter um efeito adverso sobre os resultados da Companhia. As agências governamentais ou outras autoridades podem, ainda, atrasar de maneira significativa a emissão ou renovação das licenças e autorizações necessárias para o desenvolvimento dos negócios de empresas do setor elétrico, inclusive da Companhia, podendo causar atrasos em cronogramas de implantação de projetos. Qualquer ação neste sentido por parte das agências governamentais poderá afetar de maneira negativa os negócios do setor de energia elétrica e ter um efeito adverso para os negócios e resultados da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Adicionalmente, as regulamentações ambientais poderão ficar mais rigorosas no futuro, resultando em um aumento de investimentos necessários que poderá gerar um efeito adverso nos negócios, resultados operacionais e condição financeira da Companhia.

I. questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

Condições hidrológicas desfavoráveis podem afetar substancialmente nossos resultados operacionais.

A energia hidrelétrica é a principal fonte de energia do Brasil. A capacidade operacional das usinas hidrelétricas no Brasil depende dos níveis dos reservatórios e, consequentemente, da quantidade de chuva. Períodos de escassez severa de chuvas ou índices pluviométricos constantes abaixo da média, como no estado de São Paulo em 2014 e 2015 e nos anos anteriores a 2001 nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do Brasil, podem resultar em baixos níveis de reservatório, baixa capacidade operacional das hidrelétricas e escassez de energia. Em resposta a qualquer escassez de energia, o governo brasileiro poderá criar programas de racionamento para limitar o consumo de energia. Por exemplo, durante o período de escassez entre 2000 e 2001, o governo brasileiro instituiu o Programa de Racionamento de Energia, um programa para reduzir o consumo de energia que ficou vigente de 1 de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002. O Programa de Racionamento de Energia estabeleceu limites para o consumo de energia por consumidores industriais, comerciais e residenciais. Da mesma forma, o volume de energia adquirido por distribuidoras foi forçadamente reduzido proporcionalmente ao consumo reduzido. Períodos de escassez intensa de chuvas ou índices pluviométricos constantes abaixo da média, resultando em escassez de energia, poderão afetar negativamente nossa situação financeira e nossos resultados operacionais.

Além disso, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”) pode, periodicamente, exigir cortes de energia temporários a fim de gerenciar a demanda de curto prazo por energia. O aumento na frequência ou duração desses cortes pode resultar no consumo reduzido de energia e em uma redução concomitante de nossa receita operacional bruta.

Caso o Brasil passe por outro período de escassez real ou potencial de energia (uma situação que pode acontecer e não podemos controlar ou prever), o governo brasileiro poderá implementar políticas ou medidas semelhantes ou alternativas no futuro para resolver a escassez, como programas de conservação de energia, incluindo reduções obrigatórias no consumo de energia, bem como campanhas públicas de sensibilização geral para a população para incentivar a redução do consumo de eletricidade, ou contratação emergencial de térmicas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A escassez futura de energia resultante de condições hidrológicas ou de políticas ou medidas do governo brasileiro, como programas de racionamento de energia e campanhas públicas, poderá resultar em uma redução obrigatória ou voluntária no consumo de energia e pode consequentemente nos afetar substancial e negativamente em diferentes níveis.

Potenciais ações legislativas e regulatórias sobre mudanças climáticas podem impactar negativamente a indústria de atuação da Companhia e a própria Companhia.

A Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2015 adotou por consenso o Acordo Climático de Paris de 2015. O Acordo trata de medidas de redução de emissão de gases de efeito estufa (“GHG”), metas para restringir aumentos na temperatura global e exige que os países revisem e “representem uma progressão” em suas contribuições nacionais, que estabelece metas de redução de emissões a cada cinco anos, começando em 2020. O cumprimento das mudanças legais e regulatórias sobre mudanças climáticas, incluindo as resultantes da implementação de tratados internacionais, podem no futuro aumentar os custos da Companhia para (i) operar e manter suas instalações; (ii) instalar novos controles de emissão em suas instalações; e (iii) administrar e gerir um programa de emissões de gases de efeito estufa. A geração de receita e as oportunidades de crescimento estratégico também podem ser afetadas adversamente.

Regras mais restritas sobre emissões de gases de efeito estufa podem criar maiores incentivos ao uso de fontes de energia alternativa, o que poderia afetar adversamente os aspectos financeiros e operacionais dos negócios da Companhia.

Os riscos associados a mudanças climáticas podem também dificultar o acesso da Companhia à capital devido a questões relacionadas a imagem pública junto aos investidores; e transições de energia na economia mundial para uma menor matriz de carbono, o que pode gerar um efeito adverso relevante para a Companhia.

A Companhia pode ser adversamente afetada por riscos físicos associados às mudanças climáticas.

Os principais impactos das mudanças climáticas na distribuição de energia estão relacionados à ocorrência de eventos climáticos extremos. Com a intensificação das mudanças climáticas, eventos climáticos extremos, como chuvas muito intensas, rajadas de vento e tufões, se tornam mais comuns. Esses eventos implicam em danos à infraestrutura de distribuição de energia e falta de energia para os clientes. Para a

4.1 Descrição dos fatores de risco

Companhia, isso se traduz em custos para o reestabelecimento da infraestrutura e perda de receita. Além disso, os indicadores de qualidade são negativamente impactados, podendo aumentar a probabilidade de multas regulatórias por não atendimento dos indicadores, bem como impacto negativo à imagem da Companhia frente aos clientes.

Há também, devido às mudanças climáticas, uma alteração dos padrões climáticos, o que pode ocasionar períodos de secas mais intensos. No setor de energia, isso é sentido como uma menor geração das fontes hidrelétricas, que são atualmente a principal fonte de geração de energia do país, e um aumento do acionamento de termelétricas, o que causa um acréscimo no preço da energia. Nestes momentos, a ANEEL coloca em vigor as bandeiras tarifárias. O maior custo da energia que chega para o cliente final pode aumentar a tendência ao não pagamento das faturas da Companhia, impactando na inadimplência.

m. outras questões não compreendidas nos itens anteriores

Riscos relacionados a fatores macroeconômicos

O governo federal brasileiro exerce influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, podem nos afetar adversamente.

O governo federal brasileiro frequentemente influencia de forma significativa a economia do país e ocasionalmente realiza mudanças significativas em políticas e regulamentações. As ações do governo do Brasil para controlar a inflação e outras políticas e regulamentações frequentemente envolvem, entre outras medidas, alteração nas taxas de juros, mudanças nas políticas tributárias, controles de preços, controles cambiais, desvalorizações da moeda, controles de capital e limites às importações. Não temos controle e não podemos prever que medidas ou políticas o governo brasileiro poderá adotar no futuro. Nós e o preço de mercado de nossos valores mobiliários poderemos ser afetados negativamente por mudanças nas políticas governamentais, bem como por fatores econômicos gerais, incluindo, entre outros:

- (i) crescimento ou desaceleração da economia brasileira;
- (ii) taxas de juros e políticas monetárias;
- (iii) taxas de câmbio e flutuações cambiais;
- (iv) inflação;
- (v) liquidez dos mercados domésticos de capital e de empréstimos;
- (vi) controles de importação e exportação;
- (vii) controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;

4.1 Descrição dos fatores de risco

- (viii) modificações na legislação segundo interesses políticos, sociais e econômicos;
- (ix) políticas fiscais e mudanças nas leis tributárias;
- (x) instabilidade econômica, política e social;
- (xi) regulamentos trabalhistas e previdenciários;
- (xii) escassez e racionamento de energia;
- (xiii) intervenção, ou modificação, ou rescisão de concessões de energia existentes pelo governo brasileiro; e
- (xiv) outros acontecimentos políticos, sociais e econômicos no Brasil ou que afetem o Brasil.

A incerteza com relação a se o governo federal brasileiro implementará mudanças nas políticas ou regulamentos que afetam esses ou outros fatores no futuro poderá afetar o desempenho econômico e contribuir para a incerteza econômica no Brasil, o que poderá ter um efeito prejudicial sobre nós. Não podemos prever que medidas o governo federal brasileiro tomará frente ao acúmulo das pressões macroeconômicas ou outros fatores. A recente instabilidade política e econômica resultou em uma percepção negativa da economia brasileira e em volatilidade no mercado de valores mobiliários brasileiro, o que também poderá afetar negativamente a Companhia.

Incerteza econômica e instabilidade política no Brasil e no exterior poderão nos afetar negativamente.

O cenário político do Brasil influenciou historicamente, e continua a influenciar, o desempenho da economia do país. As crises políticas afetaram e continuam afetando a confiança dos investidores e do público em geral, resultando historicamente em desaceleração econômica e alta volatilidade dos valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras.

A instabilidade econômica recente no Brasil contribuiu para uma queda na confiança do mercado na economia brasileira, bem como para uma deterioração do cenário político. A incerteza sobre o desempenho do novo governo poderá contribuir para a incerteza econômica no Brasil e aumentar a volatilidade dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras.

O mercado de valores mobiliários brasileiro é afetado pelas condições econômicas e de mercado no Brasil e, em diferentes graus, pelas condições de mercado em outras regiões emergentes, bem como nos Estados Unidos, China, União Europeia e em outros países. Ainda que a conjuntura econômica desses países seja significativamente diferente da conjuntura econômica brasileira, a reação dos investidores a eventos e crises estrangeiras poderá afetar negativamente o valor de mercado dos valores

4.1 Descrição dos fatores de risco

mobiliários da Companhia, à medida em que as condições dos mercados ou da economia global deterioram.

Alterações na legislação tributária, incentivos e benefícios fiscais ou diferentes interpretações das legislações fiscais podem prejudicar nossos resultados operacionais.

As mudanças nas leis tributárias, legislações fiscais, interpretações das autoridades fiscais e normas contábeis tributárias no Brasil podem resultar em alíquotas uma carga tributária maior e de impostos sobre nossos resultados da companhia, o que pode reduzir significativamente nossos lucros e fluxos de caixa operacionais. Além disso, nossos resultados operacionais e condição financeira da companhia podem ser reduzidos se certos incentivos fiscais não forem mantidos ou renovados. Nós podemos não ter conhecimento de todas as alterações que afetem nossos negócios e, portanto, podemos falhar no recolhimento de impostos e taxas aplicáveis ou no cumprimento das legislações fiscais, o que poderá resultar em liquidações fiscais adicionais e penalidades para nós.

Ademais, a companhia está sujeita a procedimentos fiscais, entendimentos diferentes de fiscalização e cobrança baseada em interpretações divergentes entre nós a companhia e as autoridades fiscais brasileiras a respeito da legislação tributária que, caso sejam julgados desfavoravelmente a nós. Neste caso, a companhia pode ser obrigada a arcar com o pagamento de impostos tributos em grandes montantes acrescidos de multa e juros, que podem afetar adversamente nossos negócios e resultados financeiros.

A deficiência de infraestrutura e mão de obra no Brasil poderá afetar o crescimento econômico e ter um efeito prejudicial substancial sobre nós.

Nosso desempenho depende do bem-estar geral da economia brasileira. O crescimento contínuo pode ser limitado por infraestrutura inadequada, incluindo potencial escassez de energia e um setor de transporte deficiente, ou por falta de força de trabalho qualificada, o que pode contribuir para níveis baixos de produtividade e eficiência. Dependendo da intensidade e duração, esses fatores podem levar à volatilidade do emprego e, em geral, a menores níveis de renda e consumo, o que pode limitar nosso crescimento, resultando em taxas maiores de inadimplência e de perdas comerciais e poderá ter um efeito adverso relevante em nossos negócios.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

4.2. Indicar os 5 (cinco) principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no campo 4.1, independentemente da categoria em que estejam inseridos

Dentre os riscos conhecidos pela Companhia e mencionados no item 4.1, destacamos abaixo os 5 (cinco) principais fatores de risco.

1. Nosso Contrato de Concessão está sujeito a rescisão antecipada, o que pode gerar perdas nos resultados. Além disso, poderemos não conseguir cumprir os termos do nosso Contrato de Concessão, o que poderia resultar em multas, outras sanções e, dependendo da gravidade do descumprimento, na rescisão da nossa concessão.
2. A construção, expansão e a operação de nossas instalações e equipamentos de distribuição de energia envolvem riscos significativos que poderão causar a perda de receitas ou aumento de despesas, em especial as obras consideradas de grande porte.
3. Caso não consigamos controlar com sucesso as perdas de energia, os resultados de nossas operações e nossa condição financeira poderão ser adversamente afetados.
4. O nível de inadimplência de nossos consumidores pode afetar negativamente nosso negócio, nossos resultados operacionais e/ou nossa situação financeira.
5. A Companhia adquire equipamentos nacionais e importados e contrata serviços terceirizados no exercício de suas atividades. Caso tais equipamentos não sejam entregues a contento ou os serviços não sejam executados de acordo com as especificações necessárias, a Companhia pode sofrer um impacto adverso em suas receitas e resultados operacionais.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

4.3. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

A Companhia está exposta a diversos riscos de mercado no curso normal de suas atividades. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de alterações bruscas nas taxas de câmbio, taxas de juros, risco de crédito e de liquidez.

Risco de taxa de câmbio

A moeda brasileira tem sofrido desvalorizações recorrentes em relação ao dólar norte-americano e outras moedas fortes ao longo dos últimos anos. Durante todo esse período, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (nas quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal), sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. De tempos em tempos, houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o real e o dólar norte-americano, assim como entre o real e outras moedas fortes. Entre 2010 e 2022, o real sofreu recorrentes desvalorizações frente ao dólar. Ao final de 2022, a cotação do dólar em relação ao real foi de R\$ 5,2171, o que representou uma desvalorização de 6,5% de 2021 para 2022. Em razão disso, não se pode garantir que o real não será desvalorizado em relação ao dólar novamente. As desvalorizações do real com relação ao dólar podem criar pressões inflacionárias no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo.

A Companhia está exposta principalmente a variações na taxa de câmbio do dólar norte-americano, de modo que tais oscilações podem fazer com que a Companhia incorra em perdas não esperadas, levando a uma redução dos valores dos ativos ou aumento dos passivos de empréstimos em moeda estrangeira.

Para mitigar a exposição relacionada à empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, uma posição de cerca de R\$ 2.406.888 mil em 31 de dezembro de 2022, a Companhia utiliza instrumentos de derivativos (SWAPs) de troca de USD + *spread* para CDI + *spread* que protegem 100% dessa exposição a moeda estrangeira.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a potenciais perdas econômicas decorrentes de alterações adversas nas taxas de juros, principalmente as dívidas referenciadas em CDI (Certificado de Depósito Interfinanceiro), IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) e TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo). Esse risco está atrelado predominantemente aos empréstimos e financiamentos que a Companhia contrata junto a instituições

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

financeiras para fazer frente à necessidade de caixa para investimentos e crescimento. Alguns dos passivos da Companhia têm taxas de juros pós-fixadas, o que gera uma exposição às oscilações de mercado.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tinha R\$ 7.553.742 mil em empréstimos, financiamentos e debêntures, dos quais aproximadamente 64% estavam sujeitos a instrumentos ligados à taxa CDI e IPCA, 32% estavam associados a dólar e 4% a taxa fixa. Caso esses índices e taxas de juros venham a subir, poderão afetar negativamente a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Para mitigar a exposição relacionada à empréstimos e financiamentos atrelados ao IPCA, uma posição em cerca de R\$ 2.471.198 mil, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia utiliza instrumentos de derivativos (SWAPs) que troca IPCA + *spread* para CDI + *spread*.

Risco de crédito

As atividades operacionais da Companhia geram exposição ao risco de crédito devido às contas a receber dos clientes de distribuição e as atividades de investimento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros. O risco de crédito é o risco de a Companhia sofrer perdas decorrentes da inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos de caixa e equivalentes de caixa, resultando em prejuízos financeiros.

Em relação à atividade de distribuição de energia elétrica, em caso de não cumprimento por parte de seus clientes, a Companhia pode realizar cortes no fornecimento de energia de acordo com a regulamentação em vigor. Posteriormente, são realizadas ações de cobrança para que os débitos pendentes dos clientes sejam regularizados e o fornecimento restabelecido.

De forma a mitigar o risco de crédito nas atividades de investimento, a Companhia realiza o investimento de excedentes de caixa em bancos e instituições financeiras de primeira linha, com limites pré-estabelecidos para cada uma dessas instituições.

Risco de liquidez

A liquidez da Companhia é gerida por meio do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Para manutenção da liquidez e atendimento das necessidades de caixa, a Companhia possui limite de mútuo com sua controladora Enel Brasil aprovados pela ANEEL, por meio do despacho n.º 3.037/2018, até 13 de dezembro de 2022 no valor de até R\$ 2.000 milhões. A Companhia também possui limite de mútuo com as partes relacionadas CDSA e Enel CIEN aprovado pela ANEEL, por meio do despacho Nº 647/2021, no valor de até R\$ 500 milhões.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos e debêntures deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, e pelo patrimônio líquido da Companhia).

O índice de endividamento em relação ao patrimônio líquido é de 72,92% em 31 de dezembro de 2022.

Valores em R\$ mil	31.12.2022
Empréstimos e financiamentos	3.053.174
Debêntures	4.500.568
Instrumentos financeiros derivativos - Swap	236.095
Dívida	7.789.837
Caixa e equivalentes de caixa	-1.338.169
Títulos e valores mobiliários	-6.210
Dívida líquida (a)	6.445.458
Patrimônio líquido (b)	2.393.789
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])	72,92%

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis, ambientais e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando:

- a. juízo
- b. instância
- c. data de instauração
- d. partes no processo
- e. valores, bens ou direitos envolvidos
- f. principais fatos
- g. resumo das decisões de mérito proferidas
- h. estágio do processo
- i. se a chance de perda é:
 - i. provável
 - ii. possível
 - iii. remota
- j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante
- k. análise do impacto em caso de perda do processo

A Companhia está atualmente envolvida em processos judiciais e administrativos sobre diversas questões legais, regulatórias e administrativas, inclusive processos relacionados a aumentos de tarifa, responsabilidade civil, responsabilidade fiscal, obrigações trabalhistas, previdenciárias e questões ambientais, sendo que a maioria destes processos se originou do curso regular dos negócios da Companhia. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia figurava em 21.401 demandas judiciais, sendo: (i) 14.819 processos judiciais cíveis, os quais compreendem direito do consumidor, responsabilidade civil, regulatório, ambiental e imobiliário; (ii) 1.668 processos judiciais e administrativos fiscais; e (iii) 4.914 processos judiciais trabalhistas e processos judiciais e administrativos previdenciários.

Para os fins deste item 4.4, foram considerados como processos individualmente relevantes: (i) processos com valor individual igual ou superior a R\$ 70,0 milhões; e (ii) processos que individualmente tenham potencial de impacto financeiro adverso, de danos à imagem e/ou às atividades da Companhia. A Companhia apresenta a seguir uma breve descrição dos processos mais relevantes em que figura como parte, segregados por sua natureza.

Processos tributários

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia era parte em 1.668 disputas tributárias, sendo 1.653 passivas e 15 ativas.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

De acordo com a análise dos advogados externos da Companhia, em 31 de dezembro de 2022, o valor total envolvido nos processos tributários com chance de perda provável e possível era, conjuntamente, de R\$ 4.360,2 milhões e o montante provisionado era de R\$ 389,6 milhões.

A maioria dos processos de natureza tributária em que a Companhia figura no polo passivo envolvem processos administrativos federais e estaduais, bem como as execuções fiscais promovidas pelas autoridades fiscais e discussão sobre a exigibilidade de tributos cobrados por meio da lavratura de autos de infração.

Dentre os processos de natureza tributária individualmente relevantes para a Companhia, em 31 de dezembro de 2022, tem-se os seguintes:

Plano Suplementar de Aposentadoria e Pensão

Processo n.º 1014613-32.2017.4.01.3400	
a. juízo	Tribunal Regional Federal da 1ª Região
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	20/04/2005
d. partes no processo	Autor: Companhia Réu: União Federal
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 182.433.000,00 (em 31 de dezembro de 2022)
f. principais fatos	Trata-se de processo em que se discute auto de infração lavrado para a cobrança de IRPJ e CSLL referente aos anos calendários de 2001 e 2002, decorrente da dedução integral da base de cálculo dos valores pagos a título de previdência privada, sem a limitação de 20% imposta pela lei 9.532/97. Processo Administrativo nº 19515.000234/2005-06 encerrado desfavoravelmente à Companhia. Para prosseguir a discussão, a Companhia propôs ação judicial em outubro de 2017. Concedida a medida liminar pleiteada para suspender a exigibilidade do débito sem apresentação de garantia. Foi proferida sentença favorável em 1ª instância, determinando ao CARF a realização de novo julgamento do recurso administrativo da Companhia. Contra esta decisão, a Fazenda Nacional interpôs recurso de apelação, que aguarda julgamento.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

g. resumo das decisões de mérito proferidas	Foi proferida sentença favorável em 1ª instância, determinando ao CARF a realização de novo julgamento do recurso administrativo da Companhia.
h. estágio do processo	Aguardando julgamento do recurso de apelação interposto pela Fazenda Nacional contra sentença favorável à Companhia.
i. chance de perda (possível, provável ou remota)	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor envolvido relevante
k. análise de impacto em caso de perda do processo em questão	Caso sobrevenha decisão desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor informado, o que resultará em um impacto financeiro adverso para a Companhia, considerando o valor envolvido

PIS – Estatuto da decadência

Processo n.º 2008.61.82.011529-0	
a. juízo	12ª Vara da Justiça Federal
b. instância	Instância Superior (STJ)
c. data de instauração	06/05/2008
d. partes no processo	Autor: União Federal Réu: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 252.339.000,00 (em 31 de dezembro de 2022)
f. principais fatos	Trata-se de Execução Fiscal visando à cobrança de supostos débitos de PIS, decorrentes da aplicação das normas impostas pela MP n.º 1.407/1996. A Companhia opôs Embargos à Execução. Em 1ª e 2ª instâncias foram proferidas decisões desfavoráveis à Companhia, que apresentou recursos ao STJ e STF. Após decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, a Companhia teve que substituir a fiança bancária por depósito em dinheiro no valor total do débito. A Companhia, juntamente com seus assessores legais, classifica a chance de êxito em relação aos recursos interpostos como possível, considerando os fundamentos a seu favor e que amparam os recursos que aguardam julgamento. Sustenta-se que (i) para que o crédito tributário tenha executoriedade, é imprescindível o

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	lançamento, que não foi realizado pelo Fisco, (ii) apenas os tributos declarados em DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais) no campo “saldo a pagar”, com valores discriminados, são passíveis de inscrição direta em dívida ativa e (iii) nos termos da legislação aplicável, créditos tributários com exigibilidade suspensa devem ser necessariamente constituídos, sob pena de decadência, tal como a ocorrida neste caso.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Em 1ª e 2ª instâncias foram proferidas decisões desfavoráveis à Companhia, sob os fundamentos de que (i) a entrega de “qualquer tipo de declaração em que conste o montante do tributo devido, torna-se dispensável a realização do lançamento”; (ii) não haveria que se falar em decadência, mas em prescrição da cobrança do crédito tributário, consoante decidido nos autos do RESP nº 1.120.295/SP; e (iii) a declaração do débito suspenso não afastaria o caráter de confissão apto à constituição do crédito, pois ainda que o art. 151 do CTN não impeça o lançamento, não se trataria de discussão da multa que foi aplicada, mas do próprio tributo
h. estágio do processo	No momento, o processo está aguardando o julgamento no STJ e STF.
i. chance de perda (possível, provável ou remota)	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor envolvido relevante
k. análise de impacto em caso de perda do processo em questão	Caso sobrevenha decisão desfavorável, o depósito judicial efetuado pela Companhia do valor envolvido será convertido em renda da União Federal.

COFINS ANISTIA

Processos n.º 0044512-19.1999.4.03.6100; 0518346-69.1998.4.03.6182; e 05220626-62.1998.4.03.6182	
a. juízo	2ª Vara da Justiça Federal
b. instância	2ª Instância
c. data de instauração	09/09/1999
d. partes no processo	Autor: Companhia e Bandeirante Energia S.A. Réu: União Federal

4.4 Processos não sigilosos relevantes

e. valores, bens ou direitos envolvidos	O total do processo representa R\$1.219.474.083,01, sendo que apenas parte deste valor, correspondente à R\$ 837.785.629,45, é de responsabilidade da Companhia (em 31 de dezembro de 2022). Desse valor de responsabilidade da Companhia, a mesma depositou em uma ação consignatória o valor de R\$ 670.228.503,56, o qual já foi inclusive convertido em renda da União Federal. O restante do valor (R\$ 167.557.125,89) segue em discussão.
f. principais fatos	A Companhia discute judicialmente a adesão ao programa de parcelamento previsto na Lei n.º 9.779/1999 para quitar débitos de COFINS, com as reduções de multa e juros. Em 1ª e 2ª instâncias foram proferidas decisões favoráveis à Companhia, em relação a possibilidade de adesão ao programa de parcelamento. No que se referem aos encargos legais de 20% sobre os valores dos débitos, em 2ª instância foi proferida decisão pela sua manutenção. A Companhia interpôs recursos especial e extraordinário aos Tribunais Superiores, contra a manutenção dos encargos legais, que aguardam julgamento.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Em 1ª e 2ª instâncias foram proferidas decisões favoráveis à Companhia, em relação a possibilidade de adesão ao programa de parcelamento previsto na Lei nº 9.779/1999, para quitar débitos de COFINS, com as reduções de multa e juros. As decisões foram desfavoráveis quanto aos encargos legais de 20%.
h. estágio do processo	A Companhia interpôs recursos especial e extraordinário aos Tribunais Superiores, contra a manutenção dos encargos legais, que aguardam julgamento.
i. chance de perda (possível, provável ou remota)	Possível em relação a R\$ 167.557.125,89 / Remota em relação a R\$ 670.228.503,56
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor envolvido relevante
k. análise de impacto em caso de perda do processo em questão	Caso sobrevenham decisões finais desfavoráveis em todos os processos mencionados acima (ação consignatória e execuções fiscais), a Companhia terá que desembolsar o valor discutido na execução fiscal, o que resultará em um impacto financeiro adverso para a Companhia, considerando o valor envolvido.

PIS Compensação Decretos (Créditos Remanescentes)

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo n.º 13896-903.048/2014-90	
a. juízo	Secretaria da Receita Federal do Brasil
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	08/08/2014
d. partes no processo	Autor: Receita Federal do Brasil Réu: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 172.298.000,00 (em 31 de dezembro de 2022).
f. principais fatos	A Companhia foi intimada pela Receita Federal sobre a não homologação de compensações administrativas realizadas entre créditos remanescentes de PIS recolhidos a maior com base nos Decretos Leis n.º 2.445/88 e 2.449/88, e débitos de PIS e COFINS relativos ao período compreendido entre abril e maio de 2013. A Companhia apresentou defesa administrativa, a qual foi julgada parcialmente procedente com o reconhecimento do direito a R\$ 11,9 milhões dos R\$ 85,8 milhões de créditos utilizados em 2013 (valor original) e homologando as compensações até o limite destes créditos. Contra esta decisão, em relação aos créditos não reconhecidos, a Companhia apresentou recurso que aguarda julgamento em 2ª instância administrativa.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Foi proferida decisão de 1ª instância parcialmente favorável à Companhia. De forma favorável, foi reconhecido o direito creditório da Companhia. No entanto, de forma desfavorável, a decisão divergiu quanto aos valores dos créditos que a Companhia teria direito.
h. estágio do processo	A Companhia apresentou recurso que aguarda julgamento em 2ª instância administrativa.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor relevante

4.4 Processos não sigilosos relevantes

k. análise do impacto em caso de perda	Caso sobrevenha decisão desfavorável na esfera administrativa, haverá possibilidade de discussão judicial (com eventual necessidade de garantia do débito mediante depósito judicial ou contratação de carta fiança ou seguro garantia) e caso sobrevenha decisão desfavorável na esfera judicial a Companhia terá que desembolsar o valor envolvido, o que resultará em um impacto financeiro adverso para a Companhia, considerando o montante envolvido.
---	---

Ação Declaratória e Auto de Infração CSLL – Base Negativa

Processo n.º 2005.61.00.025272-3	
a. juízo	21ª vara da Justiça Federal
b. instância	Instância Superior (STJ)
c. data de instauração	16/08/2006
d. partes no processo	Autor: Companhia. Réu: União Federal.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 162.687.000,00 (em 31 de dezembro de 2022).
f. principais fatos	A Companhia discute judicialmente a aplicação da MP n.º 2.158/2001, que determinou que as empresas decorrentes de cisão parcial somente poderiam aproveitar os créditos de base negativa de CSLL na exata proporção do patrimônio líquido da empresa cindida. Em 1ª e 2ª instâncias foram proferidas decisões favoráveis à Companhia. Atualmente a Companhia aguarda o julgamento do recurso especial interposto pela Fazenda Nacional no Superior Tribunal de Justiça (STJ).
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Decisões favoráveis no sentido da possibilidade de aproveitamento dos créditos pela Companhia.
h. estágio do processo	Atualmente a Companhia aguarda o julgamento do recurso especial interposto pela Fazenda Nacional no Superior Tribunal de Justiça (STJ).
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor relevante
k. análise do impacto em caso de perda	Caso sobrevenha decisão desfavorável, a Companhia entende que poderá desembolsar o valor informado, o que resultará em

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	um impacto financeiro adverso para a Companhia, considerando o valor envolvido.
--	---

FINSOCIAL

Processo n.º 10880.725887/2011-07 e 16349.720115/2012-65	
a. juízo	Secretaria da Receita Federal do Brasil
b. instância	2ª Instância
c. data de instauração	07/08/2012
d. partes no processo	Autor: Receita Federal do Brasil Réu: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 242.693.000,00 (em 31 de dezembro de 2022).
f. principais fatos	Em razão de decisão definitiva concedida em processo judicial, a Companhia teve reconhecido o direito de compensar os créditos de FINSOCIAL, relativos ao período de setembro de 1989 a março de 1992, bem como seus respectivos expurgos inflacionários (correção monetária). Contudo, por supostas divergências na apuração dos créditos apurados, a Receita Federal não homologou parte das compensações, dando início a uma nova discussão sobre o montante não homologado. Em abril de 2013, houve decisão de 1ª instância desfavorável para a Companhia, contra a qual foi apresentado recurso voluntário que aguarda julgamento.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	A decisão proferida foi desfavorável com relação aos critérios de atualização utilizados pela Companhia para o montante compensado.
h. estágio do processo	Aguardando julgamento do recurso voluntário interposto pela Companhia.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor relevante
k. análise do impacto em caso de perda	Caso sobrevenha decisão desfavorável na esfera administrativa, haverá possibilidade de discussão judicial (com eventual necessidade de garantia do débito mediante depósito judicial ou contratação de carta fiança ou seguro garantia) e caso sobrevenha decisão desfavorável na esfera judicial, a

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	Companhia terá que desembolsar o valor informado, o que resultará em um impacto financeiro adverso para a Companhia, considerando os valores envolvidos.
--	--

IRPJ – Compensação

Processo nº 11610.007343/2003-94	
a. juízo	Secretaria da Receita Federal do Brasil
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	14/05/2003
d. partes no processo	Autor: Receita Federal do Brasil Réu: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 113.993.159,60 (em 31 de dezembro de 2022).
f. principais fatos	Pedido de compensação IRPJ - exercício de 2002 (102.099.67825 - reconhecido 65.731.26337) - homologado parcialmente. Decisão em 1ª instância desfavorável. Em outubro de 2021, foi Interposto Recurso Voluntário que aguarda julgamento desde então.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Proferida decisão julgando improcedente a manifestação de inconformidade da Companhia sob os seguintes fundamentos: (i) a autoridade administrativa entendeu pela diminuição do saldo negativo apurado ao considerar que as glosas das estimativas foram reduzidas; (ii) a justificativa da diminuição da glosa foi que as estimativas mensais apuradas nos meses de fevereiro a abril de 2002, que serviram para compor o saldo negativo do ano de 2002, haviam sido compensadas com saldo negativo do ano-calendário de 2000, analisado em outro processo; e a manifestação de inconformidade apresentada não foi acolhida e, portanto, não tendo sido confirmadas as compensações mensais devidas no ano-calendário de 2002, entendeu-se pela manutenção do despacho decisório.
h. estágio do processo	Aguardando julgamento do recurso voluntário interposto pela Companhia.
i. chance de perda	Remoto
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor relevante

4.4 Processos não sigilosos relevantes

k. análise do impacto em caso de perda	Caso sobrevenha decisão desfavorável na esfera administrativa, haverá possibilidade de discussão judicial (com eventual necessidade de garantia do débito mediante depósito judicial ou contratação de carta fiança ou seguro garantia) e caso sobrevenha decisão desfavorável na esfera judicial, a Companhia terá que desembolsar o valor informado o que resultará em um impacto financeiro adverso para a Companhia, considerando os valores envolvidos.
---	--

IRPJ/CSLL – Juros moratórios

Processo nº 0017766-94.2011.4.03.6100	
a. juízo	22ª vara da Justiça Federal
b. instância	Instâncias Superiores (STJ e STF)
c. data de instauração	27/09/2011
d. partes no processo	Autor: Companhia e Outros Réu: União Federal
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 211.591.000,00 (em 31 de dezembro de 2022).
f. principais fatos	Mandado de Segurança questionando a exigência, pela Receita Federal do Brasil (RFB), de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSL) sobre as receitas auferidas a título de juros moratórios, na vigência do Código Civil de 2002, em razão do atraso no adimplemento de obrigações contratuais por terceiros que mantém vínculo contratual de qualquer espécie com a Companhia (juros moratórios contratuais). Sustenta-se que esses juros possuem natureza indenizatória e, por isso, estão fora do campo de incidência do IRPJ e da CSL. Após distribuída ação, foi concedida a liminar para não incidência do IRPJ e CSLL. A sentença confirmou a liminar e concedeu a segurança. A União apresentou o recurso de apelação, que aguarda julgamento.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Após distribuída ação, foi concedida a liminar para não incidência do IRPJ e CSLL. A sentença confirmou a liminar e concedeu a segurança.
h. estágio do processo	A União apresentou o recurso de apelação, que aguarda julgamento.
i. chance de perda	Possível

4.4 Processos não sigilosos relevantes

j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor relevante
k. análise do impacto em caso de perda	Caso sobrevenha decisão desfavorável, os valores provisionados serão pagos em favor da União Federal. Como tais valores já se encontram provisionados, referida decisão desfavorável não ocasionará impacto negativo adicional em resultado.

COFINS – Multa de Ofício

Processo n.º 0000344-27.2018.4.03.6144	
a. juízo	1ª Vara da Justiça Federal
b. instância	3ª Instância
c. data de instauração	12/06/2018
d. partes no processo	Autor: União Federal. Réu: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 70.786.199,58
f. principais fatos	<p>Trata-se de Execução Fiscal visando à cobrança de multa de ofício, relativa à COFINS, no período de abril de 1992 a março de 1993, quitada por meio de programa de parcelamento (anistia fiscal instituída pela MP n.º 2.158/1999). Em 1ª e 2ª instâncias foram proferidas decisões desfavoráveis à Companhia, sob a argumentação de que a anistia fiscal instituída pela MP nº 2.158/1999 não previa descontos para multas de ofício, apenas juros e multa de mora. A Companhia opôs Embargos de Declaração, que não foram acolhidos. A Companhia interpôs recursos aos Tribunais Superiores.</p> <p>A multa de ofício não sofre atualização.</p> <p>Após decisão desfavorável de 1ª instância e, para manter o débito suspenso, a Companhia teve que substituir a fiança bancária por depósito em dinheiro, em 13 de fevereiro de 2019.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Foram proferidas decisões desfavoráveis à Companhia, sob a argumentação de que a anistia fiscal instituída pela MP nº 2.158/1999 não previa descontos para multas de ofício, apenas juros e multa de mora.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

h. estágio do processo	O processo está aguardando as admissibilidades dos recursos apresentados no TRF3.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor relevante
k. análise do impacto em caso de perda	Caso sobrevenha decisão final desfavorável, o depósito judicial efetuado pela Companhia no valor envolvido será convertido em renda da União Federal.

IRPJ/CSLL – Goodwill Projeto Kairós

Processo n.º 16561.720058/2021-91	
a. juízo	Secretaria da Receita Federal do Brasil
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	05/10/2021
d. partes no processo	Autor: Receita Federal do Brasil Réu: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 772.666.000,00 (em 31 de dezembro de 2022).
f. principais fatos	A Companhia recebeu em 05/10/21 autuação fiscal referente a IRPJ e CSLL relativo aos anos de 2017 a 2019, em face da dedutibilidade da despesa da amortização do ágio das bases de cálculo dos mencionados tributos. O aproveitamento fiscal da amortização do ágio iniciou-se após reorganizações societárias realizadas pelo anterior controlador em 2016. Em novembro de 2021, a Companhia apresentou defesa em primeira instância administrativa, a qual foi julgada improcedente. Apresentado Recurso Voluntário que aguarda julgamento.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	A decisão entendeu pela suposta impossibilidade de utilização de empresas veículo e aproveitamento fiscal de ágios internos.
h. estágio do processo	Apresentado Recurso Voluntário que aguarda julgamento.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor relevante

4.4 Processos não sigilosos relevantes

k. análise do impacto em caso de perda	Caso sobrevenha decisão desfavorável na esfera administrativa, haverá possibilidade de discussão judicial (com eventual necessidade de garantia do débito mediante depósito judicial ou contratação de carta fiança ou seguro garantia) e caso sobrevenha decisão desfavorável na esfera judicial, a Companhia terá que desembolsar o valor informado o que resultará em um impacto financeiro adverso para a Companhia, considerando o valor envolvido.
---	--

IRPJ/CSLL – Perdas não técnicas

Processo n.º 13896.720077/2020-66 e 15746-720.296/2020-94	
a. juízo	Secretaria da Receita Federal do Brasil
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	20/01/2020 e 13/11/2020
d. partes no processo	Autor: Receita Federal do Brasil Réu: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 898.399.000,00 (em 31 de dezembro de 2022).
f. principais fatos	Trata-se de autos de infração lavrados para a cobrança de IRPJ e CSLL, relativos aos anos-calendário de 2015 a 2018 com base no entendimento de que a Eletropaulo teria dado tratamento fiscal equivocado. Proferida decisão desfavorável em primeira instância administrativa. Apresentado Recurso Voluntário que aguarda julgamento.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	O acórdão proferido negou provimento à impugnação por entender que não teriam sido atendidos os requisitos necessários à dedutibilidade das perdas não técnicas, na medida em que os documentos apresentados à autoridade policial não imputam autoria dos crimes a nenhum agente, tendo a distribuidora efetuado a denúncia de forma genérica.
h. estágio do processo	Apresentado Recurso Voluntário que aguarda julgamento.
i. chance de perda	Remoto

4.4 Processos não sigilosos relevantes

j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor relevante
k. análise do impacto em caso de perda	Caso sobrevenha decisão desfavorável na esfera administrativa, haverá possibilidade de discussão judicial (com eventual necessidade de garantia do débito mediante depósito judicial ou contratação de carta fiança ou seguro garantia) e caso sobrevenha decisão desfavorável na esfera judicial, a Companhia terá que desembolsar o valor informado o que resultará em um impacto financeiro adverso para a Companhia, considerando os valores envolvidos.

PIS/COFINS – Perdas não técnicas

Processo n.º 13896.720078/2020-19 e 15746-720.297/2020-39	
a. juízo	Secretaria da Receita Federal do Brasil
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	20/01/2020 e 13/11/2020
d. partes no processo	Autor: Receita Federal do Brasil Réu: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 175.820.000,00 (em 31 de dezembro de 2022).
f. principais fatos	Trata-se de autos de infração lavrados para a cobrança de PIS/COFINS do período de 2016 a 2018, envolvendo estorno de crédito de compra de energia e perdas não técnicas. Proferida decisão desfavorável em primeira instância administrativa. Apresentado Recurso Voluntário que aguarda julgamento.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	O acórdão proferido negou provimento à impugnação por entender que as perdas não técnicas são passíveis de gerenciamento e, portanto, não são inerentes a sua atividade, razão pela qual não são passíveis de apropriação pelo contribuinte.
h. estágio do processo	Apresentado Recurso Voluntário que aguarda julgamento.
i. chance de perda	Possível

4.4 Processos não sigilosos relevantes

j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor relevante
k. análise do impacto em caso de perda	Caso sobrevenha decisão desfavorável na esfera administrativa, haverá possibilidade de discussão judicial (com eventual necessidade de garantia do débito mediante depósito judicial ou contratação de carta fiança ou seguro garantia) e caso sobrevenha decisão desfavorável na esfera judicial, a Companhia terá que desembolsar o valor informado o que resultará em um impacto financeiro adverso para a Companhia, considerando os valores envolvidos.

Autos de infração de PIS/COFINS – Glosa de créditos

Processo n.º 13855-720.907/2017-36 e 13896-720.142/2019-10	
a. juízo	Secretaria da Receita Federal do Brasil
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	2017 e 2019
d. partes no processo	Autor: Receita Federal do Brasil Réu: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Total de R\$ 1.298.709.000,00 (em 31 de dezembro de 2022), sendo que desse valor: R\$ 1.196.940.000,00 possui prognóstico de perda remoto e R\$ 101.768.000,00 prognóstico de perda possível.
f. principais fatos	Autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil contra a Companhia, visando à cobrança de débitos de contribuição ao PIS e à COFINS, por suposto recolhimento a menor, nos exercícios de 2013 a 2015, decorrentes da glosa de créditos tomados na aquisição de bens e de serviços. Decisão de 1ª instância julgando improcedente as impugnações da Companhia. Após isso, o Fisco publicou solução de consulta interna favorável à apropriação de créditos de PIS/Cofins na aquisição de energia de Itaipu pelas distribuidoras. Em face do referido Ato Normativo, a Companhia apresentou petição no sentido de provocar o Fisco a rever os autos de infração, tendo em vista o entendimento vinculante. Com relação ao processo 13855-720.907/2017-36 foi proferida decisão em segunda instância administrativa dando parcial provimento ao recurso para aceitar a maior parte dos créditos. A Companhia aguarda

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	publicação dessa decisão. Com relação ao processo 13896-720.142/2019-10 aguarda-se julgamento do recurso.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Decisão parcialmente favorável à empresa em segunda instância administrativa para anular a maior parte do auto de infração sobre a apropriação de créditos de PIS/Cofins na aquisição de energia de Itaipu pela distribuidora. Mantida a glosa somente quanto a alguns insumos que, segundo a decisão, não são essenciais para a distribuição de energia elétrica. A Companhia aguarda a publicação da decisão para apurar o valor do débito cancelado e seguirá discutindo o remanescente.
h. estágio do processo	13855-720.907/2017-36: aguarda-se publicação da decisão de segunda instância. 13896-720.142/2019-10 aguarda-se julgamento do recurso.
i. chance de perda	R\$ 1.196.940.000,00 prognóstico de perda remoto e R\$ 101.768.000,00 prognóstico de perda possível.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor relevante
k. análise do impacto em caso de perda	Caso sobrevenha decisão desfavorável na esfera administrativa, haverá possibilidade de discussão judicial (com eventual necessidade de garantia do débito mediante depósito judicial ou contratação de carta fiança ou seguro garantia) e caso sobrevenha decisão desfavorável na esfera judicial, a Companhia terá que desembolsar o valor informado o que resultará em um impacto financeiro adverso para a Companhia, considerando os valores envolvidos.

PIS - Compensações - Decretos 2445/88 e 2449/88

Processo n.º 0033333-55.2007.4.03.6182, 0033331-85.2007.4.03.6182 e 0005087-15.2008.4.03.6182	
a. juízo	1ª e 13ª Vara de Execuções Fiscais Federal de São Paulo
b. instância	2ª Instância
c. data de instauração	2007 e 2008
d. partes no processo	Autor: União Federal.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	Réu: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 577.325.000,00 em 31 de dezembro de 2022
f. principais fatos	Tratam-se de Execuções Fiscais visando à cobrança de débitos federais, decorrentes de compensações feitas pela Companhia, em 2002, em razão de o STF declarar a inconstitucionalidade dos decretos 2445/88 e 2449/88 em sede de Mandado de Segurança. A Fazenda Nacional sustenta que a Companhia aproveitou os créditos antes do trânsito em julgado da decisão favorável e, também, que foram compensados créditos de PIS, com débitos de outros impostos federais. Em Embargos às Execuções, a Companhia sustenta que procedeu às compensações conforme a decisão judicial favorável e que o procedimento adotado foi correto. Essas execuções fiscais se encontram no tribunal de segunda instância aguardando julgamento dos recursos apresentados pela Companhia. A suspensão da exigibilidade do débito foi obtida por meio dos oferecimentos de seguros garantia e fianças bancárias.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Sentença que julgou os processos extintos, sem resolução do mérito, devido ao entendimento de litispendência entre os Embargos e o Mandado de Segurança.
h. estágio do processo	Aguarda-se julgamento dos recursos de apelação da Companhia
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor relevante
k. análise do impacto em caso de perda	Caso sobrevenha decisão desfavorável, a Companhia entende que poderá desembolsar o valor informado, o que resultará em um impacto financeiro adverso para a Companhia, considerando o valor envolvido.

Processos de natureza trabalhista e previdenciária

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia era parte em 4.914 demandas administrativas e judiciais trabalhistas, bem como demandas administrativas e judiciais de natureza previdenciária.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

De acordo com a análise dos advogados externos da Companhia, em 31 de dezembro de 2022, o valor total envolvido nos processos trabalhistas e previdenciários com chance de perda provável e possível era, conjuntamente, de R\$ 1.135,3 milhões e o montante provisionado era de R\$ 320,2 milhões.

A maioria das demandas de natureza trabalhista em que a Companhia figura no polo passivo envolvem pedidos de ex empregados próprios, empregados ativos e ex-empregados de empresas prestadoras de serviços.

Deste universo de ações, a grande maioria dos objetos discutidos nas demandas trabalhistas versam sobre: (i) equiparação salarial; (ii) horas extras; (iii) horas de sobreaviso; (iv) adicional de periculosidade; (v) multa de 40% sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (“FGTS”) decorrente de expurgos de planos econômicos e responsabilidade subsidiária da Companhia, em razão de inadimplemento das obrigações trabalhistas devidas pelas empresas prestadoras de serviços, dentre outras matérias.

Dentre os processos de natureza trabalhista e previdenciária individualmente relevantes para a Companhia, em 31 de dezembro de 2022, tem-se o seguinte:

Ação Civil Pública – Terceirização

Processo n.º 1002267-94.2016.5.02.0709	
a. juízo	88ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	26/11/2016
d. partes no processo	Autor: Ministério Público do Trabalho - São Paulo (PRT/MPT 02ª Região/SP). Réu: Companhia.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho, pleiteando ordem liminar, para que a Companhia, no prazo de 180 dias, sob pena de multa diária de R\$ 50 mil para cada obrigação não cumprida: (i) se abstenha de efetuar terceirização de atividade fim e/ou de qualquer atividade em que exerça subordinação direta aos seus terceirizados, (ii) internalize os terceirizados que atuem na atividade fim e/ou em qualquer atividade que a Companhia exerça subordinação, (iii) garanta tratamento isonômico aos terceirizados em relação aos colaboradores da Companhia (enquadramento sindical, remuneração e benefícios) e, ao final da ação, também seja

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	condenada (iv) a indenizar no valor de R\$120,0 milhões (R\$20,0 milhões de <i>dumping</i> social e R\$100,0 milhões de danos morais coletivos).
f. principais fatos	<p>A Companhia foi citada no dia 17 de janeiro de 2017, tendo se manifestado contra pedido liminar em 26 de janeiro de 2017. Em 21 de fevereiro de 2017 foi negado o Pedido Liminar feito pelo Ministério Público do Trabalho (“MPT”). Realizada instrução processual em 1º de outubro de 2018 e marcado julgamento para 19 de dezembro de 2018. Em 05 de abril de 2019 foi publicada sentença de mérito, julgando a ação procedente em parte em 1ª. Instância.</p> <p>A Companhia ingressou com 1º recurso e definiu-se o início da obrigação de fazer, bem como alterou o prazo para a legalização dos benefícios para 180 dias após o trânsito em julgado. Em 15 de outubro de 2019 foi publicada decisão mantendo os termos da sentença. A Companhia interpôs recurso no Tribunal Regional do Trabalho (“TRT”) em 25 de outubro de 2019. Em 11 de fevereiro de 2021 o TRT julgou de forma favorável o recurso da Companhia revertendo a condenação estabelecida na sentença de 1º. grau. Em 02 de julho de 2021, o Ministério Público do Trabalho interpôs recurso junto ao Tribunal Superior do Trabalho e em 23 de novembro de 2021 o recurso do Ministério Público do Trabalho teve negado seu seguimento. Interposto Agravo de Instrumento pelo Ministério Público do Trabalho, o qual aguarda-se julgamento no TST.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	<p>Sentença: julgou a ação procedente em parte em 1ª Instância. A decisão validou os procedimentos da terceirização aplicados pela Companhia diante da ausência de subordinação e pessoalidade em face dos terceiros bem como fiscalização relacionada à segurança do trabalho, afastando com isso a existência de fraude à terceirização ou vínculo direto com a Companhia.</p> <p>No entanto, reconheceu a equiparação de direitos quanto a remuneração e benefícios entre os empregados das contratadas</p>

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	<p>e os empregados da Companhia, no prazo de 120 dias, sob pena de multa mensal de R\$ 1.000, bem como condenou a Companhia ao pagamento de R\$ 5.000 por danos morais coletivos.</p> <p>Acórdão: o TRT julgou de forma favorável o recurso da Companhia revertendo a condenação estabelecida na sentença de 1º. grau.</p> <p>Acórdão TST: o TST negou seguimento ao recurso interposto pelo Ministério Público do Trabalho.</p>
h. estágio do processo	Aguarda-se, neste momento, julgamento do Agravo de Instrumento interposto pelo Ministério Público do Trabalho.
i. chance de perda	Possível.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Impacto operacional e financeiro adverso para a Companhia, considerando a questão envolvida.
k. análise do impacto em caso de perda	<p>A Companhia poderá, em caso de perda, ser impedida de realizar novas contratações de empresas terceirizadas e ter de internalizar os serviços já prestados por estas empresas atualmente contratadas. Além disso, para as atividades em que a terceirização for permitida, a Companhia deverá garantir tratamento isonômico aos empregados terceirizados em relação aos empregados próprios (enquadramento sindical, remuneração e benefícios). Por fim, deverá arcar com uma indenização.</p> <p>Os valores envolvidos são inestimáveis, uma vez que somente uma decisão judicial poderá delimitar as obrigações a serem cumpridas. Quanto à indenização, não há previsão legal que fixe tais valores.</p>

Contribuição Previdenciária

<p>Processo nº Execução 0030088-41.4.03.6182/Embargos 0000187-91.2005.4.03.6182 (numeração antiga: 2004.61.82.030088-9 /embargos 2005.61.82000187-8); // Processo nº: Execução 0050718-21.2004.4.03.6182/Embargos 0000188-76.2005.4.03.6182 (numeração antiga: 2004.61.82.050718-6 /embargos 2005.6182000188-0); // Processo nº: Execução 0001769-58.2007.4.03.6182/Embargos 0006923-57.2007.4.03.6182 (numeração antiga: 2007.61.82.001769-0 /Embargos 2007.6182006923-8)</p>	
a. juízo	1ª Vara Federal da Seção Judiciária de São Paulo (2004.61.82.050718-6), 10ª Vara Federal da Seção Judiciária de São Paulo (2007.61.82.001769-0) e 2ª Vara Federal da Seção Judiciária de São Paulo (2004.61.82.030088-9)

4.4 Processos não sigilosos relevantes

b. instância	1ª e 2ª Instâncias
c. data de instauração	23/06/2004 (2004.61.82.030088-9), 07/02/2007 (2007.61.82.001769-0) e 13/09/2004 (2004.61.82.050718-6)
d. partes no processo	Autor: Instituto Nacional do Seguro Social (" <u>INSS</u> ") Réu: Companhia.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 62 milhões (em 31 de dezembro de 2022).
f. principais fatos	Execuções Fiscais promovidas pelo INSS em face da Companhia. Em suma as discussões versam sobre a possível incidência de contribuição previdenciária sobre diferentes verbas de cunho não remuneratório. As três ações tiveram decisão desfavorável para Companhia, estando pendentes de julgamento de recursos no Tribunal. Processo garantido por depósito judicial. O prognóstico desta ação foi classificado como possível, por nossos assessores jurídicos, em razão do posicionamento das cortes judiciais superiores (STJ e STF) sobre o tema.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	As três ações tiveram decisão desfavorável para Companhia, estando pendentes de julgamento de recursos no Tribunal.
h. estágio do processo	Aguarda-se julgamento dos recursos interpostos pela Companhia.
i. chance de perda	Possível.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Impacto financeiro financeiro adverso para a Companhia, considerando o valor envolvido.
k. análise do impacto em caso de perda	Caso sobrevenha decisão desfavorável na esfera judicial, a Companhia terá que desembolsar o valor informado devidamente atualizado, o que resultará em um impacto financeiro adverso para a Companhia, considerando os valores envolvidos.

FGTS

Processo n.º 0008551-36.2007.4.03.6100 e 0005931-51.2007.4.03.6100 (medida cautelar)	
a. juízo	19ª Vara da Justiça Federal
b. instância	2ª Instância
c. data de instauração	26/04/2007
d. partes no processo	Autor: Companhia. Réu: União Federal

4.4 Processos não sigilosos relevantes

e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 121,3 milhões (em 31 de dezembro de 2022).
f. principais fatos	<p>Em novembro de 1998 foram lavradas pela Caixa Econômica Federal três notificações relativas a suposta falta de recolhimento de FGTS durante o período de janeiro de 1993 a setembro de 1998.</p> <p>Após a apresentação dos competentes recursos, em março de 2007, houve decisão desfavorável no âmbito administrativo e a consequente inscrição deste débito em Dívida Ativa da União. Diante disso, por entender como infundada a cobrança pretendida, a Companhia ajuizou medida cautelar pugnando pela suspensão da exigibilidade dos débitos e, posteriormente, uma ação anulatória visando o cancelamento do débito. Na ação cautelar, foi proferida decisão reconhecendo a suspensão mediante oferecimento de garantia.</p> <p>Atualmente, aguarda-se o julgamento de reexame necessário. Na ação anulatória, em setembro de 2014 foi proferida decisão de 1ª instância julgando parcialmente procedente o pedido, anulando em parte os lançamentos de débitos superiores aos apurados pela perícia. Atualmente, aguarda-se o julgamento do recurso de apelação das partes.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	<p>Na ação cautelar, foi proferida decisão reconhecendo a suspensão mediante oferecimento de garantia.</p> <p>Na ação anulatória, em setembro de 2014, foi proferida decisão de 1ª instância julgando parcialmente procedente o pedido, anulando em parte os lançamentos de débitos superiores aos apurados pela perícia.</p>
h. estágio do processo	Atualmente, aguarda-se o julgamento do recurso de apelação das partes na ação anulatória.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Impacto financeiro adverso para a Companhia, considerando o valor envolvido.
k. análise do impacto em caso de perda	Caso sobrevenha decisão desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor informado o que resultará em um impacto financeiro adverso para a Companhia, considerando o valor envolvido.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

SAT

Processo nº 5003955-97.2018.4.03.6144	
a. juízo	2ª Vara Federal de Barueri
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	22/10/2018
d. partes no processo	Autor: Companhia Réu: União Federal
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 50 milhões (em 31 de dezembro de 2022).
f. principais fatos	<p>Trata-se de processo administrativo decorrente de despacho decisório lavrado pela Receita Federal do Brasil não homologando compensações declaradas no período de janeiro de 2010 a dezembro de 2011 com créditos de contribuição previdenciária apurados entre setembro de 2006 e agosto de 2011. Tais créditos são oriundos da revisão do enquadramento da Companhia nos graus de risco destinados ao antigo Seguro Acidente do Trabalho ("<u>SAT</u>"), atual Grau de Incidência de Incapacidade Laborativa e Riscos de Acidente do Trabalho ("<u>GIIL-RAT</u>"), considerando a atividade preponderante realizada, amparada em Laudos Técnicos de Condições Ambientais de Trabalho ("<u>LTCAT</u>").</p> <p>Com base no argumento de que o código de Classificação Nacional de Atividades Econômicas ("<u>CNAE</u>") informado em campos específicos de guias de recolhimento e declarações fiscais seria o que determinaria o referido enquadramento em graus de risco, a despeito dos laudos apresentados, as referidas compensações não foram homologadas em julho de 2014. Em setembro de 2014, a Companhia apresentou manifestação de inconformidade contra esta decisão, a qual não foi provida. Em fevereiro de 2015, foi interposto recurso voluntário, também não acolhido pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("<u>CARF</u>").</p> <p>Em abril de 2017, a Companhia apresentou recurso especial, o qual não foi admitido. Em outubro de 2017, a Companhia apresentou agravo contra esta decisão à Câmara Superior do CARF, que não foi provido por decisão proferida em setembro de 2018, encerrando desfavoravelmente o processo administrativo.</p>

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	<p>A Companhia promoveu ação judicial dando continuidade à discussão da exigência fiscal, em 22 de outubro de 2018, tendo obtido em 12 de novembro de 2018 decisão liminar parcialmente favorável para emissão de Certidão Positiva com Efeito de Negativa (“CPEN”) em favor da Companhia. Da decisão, foi interposto Agravo de Instrumento para suspensão da exigibilidade do crédito, bem como a liberação do seguro garantia apresentado nos autos. Processo em fase de conhecimento, ainda sem decisão de mérito.</p> <p>Considerando que as Cortes Judiciais Superiores (STJ e STF) ainda não firmaram posição sobre o tema, o prognóstico de perda do caso, que foi remoto durante a fase administrativa pela existência de precedentes favoráveis naquela esfera, foi alterado para possível.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Ainda sem decisão de mérito
h. estágio do processo	Atualmente aguarda-se julgamento de primeira instância.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Impacto financeiro adverso para a Companhia, considerando o valor envolvido.
k. análise do impacto em caso de perda	Caso sobrevenha decisão desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor informado devidamente atualizado, o que resultará em um impacto financeiro adverso para a Companhia, considerando o valor envolvido.

Processos de natureza cível e outros (inclusive de temas regulatórios e ambientais) e administrativa

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia figurava em processos contenciosos passivos com risco de desembolso financeiro, podendo ou não serem acompanhados de obrigações judiciais relacionadas ao negócio, na quantidade de 14.819 de natureza cível, regulatória, ambiental e outros.

O valor total envolvido estimável em tais processos com chance de perda provável e possível era de R\$ 3.684,8 milhões, sendo R\$ 466,0 milhões com chance de perda provável e R\$ 3.218,8 milhões

4.4 Processos não sigilosos relevantes

com chance de perda possível, sendo certo que existem processos judiciais não passíveis de quantificação. O montante total provisionado era de R\$ 466,0 milhões.

i. Processos de natureza cível e outros

De uma maneira geral, os processos de natureza cível em que a Companhia figura no polo passivo envolvem ações de natureza consumerista, vinculadas ao contrato de fornecimento de energia elétrica, ações indenizatórias decorrentes de acidentes na rede elétrica e de danos em geral.

Por outro lado, as ações em que a Companhia figura como autora consistem em execuções e ações de cobrança ajuizadas em virtude do inadimplemento do contrato de fornecimento de energia elétrica.

Além disso, a Companhia também é parte em alguns processos relacionados com sua privatização. Naquela ocasião, determinados segmentos da população brasileira se opuseram à privatização de empresas de infraestrutura e diversas privatizações foram questionadas em juízo. Com base no fato de que nenhuma das empresas privatizadas sofreu consequências relevantes como resultado desse litígio, acredita-se que o efeito final destes processos não terá, da mesma forma, um impacto prejudicial relevante sobre a situação financeira ou sobre os resultados das operações da Companhia.

Dentre os processos de natureza cível individualmente relevantes para a Companhia, em 31 de dezembro de 2022, destacam-se os seguintes:

Ações Populares – venda da Eletropaulo (Privatização em 1998) – ENEL DISTRIBUIÇÃO SÃO PAULO

Processo n.º <u>0408392-70.1998.8.26.0053</u> e <u>0415424-92.1999.8.26.0053</u>	
a. juízo	5ª Vara de Fazenda Pública
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	04/07/1998
d. partes no processo	<p>Ação Popular nº0408392-70.1998.8.26.0053</p> <p>Autores: Rui Goethe da Costa Falcão, Antônio Palocci Filho, Beatriz Pardi, Roberto Gouveia Nascimento, José Giacomo Bacarin, Manoel Viegas Neto, Artur Henrique Da Silva Santos, Maria Conceição Alves Dias, Wilson Marques De Almeida, Amarildo Bolito</p> <p>Réus: Fazenda Pública do Estado de São Paulo; CESP – Companhia Energética do Estado de São Paulo; Companhia Paulista de Gestão de Recursos; Geraldo Alckmin Filho; André Franco Montoro Filho; Antônio Ignácio Angarita Ferreira da Silva; Yoshizako Nakano; Angelo Andrea Matarazzo; Ruy Martins Altenfelder Silva; Gás Leve Ltda.</p>

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	<p>Ação Popular nº 0415424-92.1999.8.26.0053</p> <p>Autor: Jeferson Oliveira Araújo</p> <p>Réus: Fazenda Pública do Estado de São Paulo; EMAE – Companhia Metropolitana de Águas e Energia; EPTE – Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica S.A.; EBE – Empresa Bandeirante de Energia S.A.; CESP – Companhia Energética do Estado de São Paulo; David Zylberstajn; Mário Covas; Gás Leve Ltda.; Angelo Andrea Matarazzo; Ruy Martins Altenfelder Silva; Geraldo Alckmin Filho; Antônio Ignácio Angarita Ferreira da Silva; André Franco Montoro Filho; Yoshizako Nakano; Paulista Asset Management Company.</p>
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Considerando que se trata da anulação da aquisição da Eletropaulo em 1998, por supostos vícios de edital e subvalorização do patrimônio da empresa, é possível que haja impacto reputacional.
f. principais fatos	<p>Trata-se de ação popular que visa a declaração de supostas nulidades no processo de privatização da empresa Eletropaulo e de outras empresas do setor energético do Estado de São Paulo.</p> <p>As ações pleiteiam a nulidade do processo de privatização da Eletropaulo em razão de supostos vícios no edital e de subavaliação dos ativos da empresa. A medida liminar pleiteada fora indeferida. Após, todas as partes apresentarem contestação, em razão da existência de conexão, as ações foram apensadas.</p> <p>Nos autos foi acolhida exceção de suspeição e a prova pericial realizada foi declarada nula.</p> <p>Em seguida, as partes foram intimadas para se manifestar e a Eletropaulo requereu o julgamento antecipado do feito sem a realização de nova perícia. Em 04/04/19 foi proferida decisão encerrando a instrução probatória e determinando que as partes apresentassem alegações finais. Em 06/06/2019, Eletropaulo apresentou alegações finais requerendo o reconhecimento de sua ilegitimidade passiva e, subsidiariamente, a improcedência da ação. Entre 12/11/2019 e 04/07/2022 as demais 24 partes foram intimadas e apresentaram suas alegações finais e/ou deixaram</p>

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	transcorrer o prazo sem manifestação. Em 23/09/2022 houve conversão dos autos físicos em eletrônicos. Entre 3/11/2022 e 25/01/2023 as partes se manifestaram apresentando petição de conferência e irregularidades da digitalização dos autos. Em 8/02/2023, as partes foram intimadas para apresentarem os documentos que indicaram como ausentes ou ilegíveis no processo de digitalização dos autos no prazo de 30 dias. Aguarda-se juntada dos documentos pelas partes.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Sem decisões de mérito até o momento.
h. estágio do processo	Aguardando sentença de primeira instância.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Ação Coletiva cuja condenação pode envolver eventual nulidade do processo de privatização da Eletropaulo em razão de supostos vícios no edital e de subavaliação dos ativos da empresa, sendo possível impacto reputacional.
k. análise do impacto em caso de perda	Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo, não são passíveis de quantificação em 31 de dezembro de 2022.

Ação Regressiva – CTEEP – ENEL DISTRIBUIÇÃO SÃO PAULO

Processo n.º 1026180-95.2021.8.26.0100	
a. juízo	2ª Câmara de Direito Empresarial do TJ-SP
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	16/03/2021
d. partes no processo	Autor: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo Réu: ISA CETEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor pleiteado pela Companhia R\$2.3 bilhões atualizados para dezembro de 2022. Honorário de Sucumbência em caso de manutenção da decisão improcedente de primeira instância na seguinte proporção: 3% possível no valor de R\$65.045.658,49 milhões; 17% remoto no valor de R\$370.972.064,76.
f. principais fatos	Ação de regresso proposta contra a CTEEP, referente a valor pago pela Eletropaulo à Centrais Elétricas Brasileiras S/A (“Eletrobras”), em função de acordo celebrado no âmbito de liquidação de sentença proposta pela Eletrobras contra Eletropaulo e CTEEP.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	<p>Pedidos Companhia: (i) declaração de que a CTEEP é responsável por todo o débito oriundo do Contrato de Financiamento ECF-1046/86, incluindo a diferença relativa à sua correção monetária (mensal ao invés de anual); (ii) condenação da CTEEP a reembolsar a Eletropaulo de todos os valores já pagos ou a serem pagos à Eletrobras e a seus advogados no âmbito dos acordos, devidamente atualizados.</p> <p>Após a sentença ser proferida julgando improcedentes os pedidos formulados na inicial, Companhia apresentou recurso de apelação, bem como os advogados da CTEEP também apresentaram recurso de apelação requerendo majoração dos honorários advocatícios.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Sentença de primeira instância desfavorável para a Companhia, concluindo que a sub-rogação legal do art. 346, III, do CC, dependeria da prévia demonstração da existência de uma dívida comum. Houve condenação de honorários advocatícios de forma equitativa.
h. estágio do processo	Aguardando decisão dos recursos de apelação em segunda instância.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor envolvido.
k. análise do impacto em caso de perda	Caso sobrevenha decisão final desfavorável a companhia deverá arcar com os honorários de sucumbência fixados.

Ação Civil Pública – Recomposição Tarifária – Contrato Bilateral

Processo n.º 2003.61.00.035723-8	
a. juízo	Tribunal Regional Federal da Terceira Região
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	05/12/2003
d. partes no processo	<p>Autor: Ministério Público Federal</p> <p>Réu: Companhia e ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica</p>

4.4 Processos não sigilosos relevantes

e. valores, bens ou direitos envolvidos	Desconsiderar, na composição tarifária, os valores de compra e venda de energia no contrato firmado entre a Companhia e a AES Tietê Energia S.A., bem como o reembolso aos clientes por tarifas supostamente cobradas a maior em 2003, em decorrência da alegada onerosidade excessiva do contrato em questão. Dado o atual andamento do processo, os valores não são passíveis de quantificação.
f. principais fatos	<p>O Ministério Público Federal instaurou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL visando à desconsideração dos valores do contrato firmado entre a Companhia e a AES Tietê Energia S.A. na composição tarifária, bem como o reembolso aos clientes por tarifas supostamente cobradas a maior em 2003. A Liminar foi indeferida e contra esta decisão foi interposto recurso ao Tribunal Regional Federal da 3ª região, ao qual foi negado provimento. Após a apresentação das contestações e consequentes réplicas, a demanda foi julgada improcedente. Em março de 2012, o recurso apresentado pelo Ministério Público Federal foi acolhido para determinar que o processo passe por uma perícia para apurar se houve eventual onerosidade excessiva para os consumidores da Companhia, sendo que contra tal decisão, foi apresentado pela Companhia pedido de esclarecimento, rejeitado em junho de 2012.</p> <p>Em 3 de julho de 2012 a Companhia apresentou recurso ao STJ contra a decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª região que reformou a sentença de improcedência da ação. Em 22 de fevereiro de 2021 o recurso foi rejeitado, razão pela qual o processo retornará para primeira instância para realização da perícia. O valor econômico envolvido não pode ser estimado, por se tratar de ação civil pública e os eventuais desembolsos em caso de condenação da Companhia deverão ser requeridos pelos usuários supostamente lesados. Conforme informações dos assessores legais da Companhia, as chances de perda desta ação são possíveis.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Sem decisões de mérito até o momento.
h. estágio do processo	Fase pericial
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Ação Coletiva cuja condenação pode envolver eventual indenização.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

k. análise do impacto em caso de perda	Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo, não são passíveis de quantificação em 31 de dezembro de 2022, sendo que no presente caso eventuais desembolsos em caso de condenação da Companhia deverão ser requeridos pelos usuários supostamente lesados.
---	---

Ação Civil Pública – Recomposição Tarifária – Inclusão Benefício Fiscal – Juros sobre Capital Próprio

Processo n.º 2004.61.00.031792-0	
a. juízo	11ª Vara Cível Federal da Seção Judiciária de São Paulo
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	16/11/2004
d. partes no processo	Autor: Ministério Público Federal Réu: Companhia e ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Indevida contabilização dos benefícios gerados pelo pagamento de juros sobre capital próprio na composição tarifária. Dado o atual andamento do processo, os valores não são passíveis de quantificação.
f. principais fatos	Por conta da análise da Revisão Tarifária de 2003, o Tribunal de Contas da União emitiu parecer desfavorável à ANEEL e à Companhia, fazendo constar em seu acórdão que a Companhia teria sido beneficiada indevidamente em razão da indevida contabilização dos benefícios gerados pelo pagamento de juros sobre capital próprio na composição tarifária. Em vista de tais argumentos, o Ministério Público Federal propôs Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, visando o reconhecimento e consequente extinção do benefício que alega ter sido gerado de forma indevida, bem como a devolução aos clientes dos valores supostamente cobrados a maior. Com a apresentação de defesa pelas partes requeridas e o encerramento da fase de produção de provas, o processo foi julgado favoravelmente em primeira instância à Companhia, sendo mencionado que não houve qualquer benefício indevido por parte da mesma. Aguarda-se julgamento de apelação interposta pelo Ministério Público Federal. Conforme informações dos assessores legais da Companhia, as chances de perda da ação são possíveis.
g. resumo das decisões de mérito	Sentença julgou improcedente o pedido inicial da ação civil

4.4 Processos não sigilosos relevantes

proferidas	pública. Aguarda-se prolação de decisão que julgará a apelação interposta pelo MPF.
h. estágio do processo	Aguardando julgamento em segunda instância.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Ação Coletiva cuja condenação pode envolver eventual indenização.
k. análise do impacto em caso de perda	Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo, não são passíveis de quantificação em 31 de dezembro de 2022, sendo que no presente caso eventuais desembolsos em caso de condenação da Companhia deverão ser requeridos pelos usuários supostamente lesados. Seria refletido na revisão tarifária a partir de eventual comando judicial

Ação Civil Pública – Contas Vencidas

Processo n.º 2005.61.00.901778-0	
a. juízo	23ª Vara Federal da Seção Judiciária de São Paulo
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	15/04/2005
d. partes no processo	Autor: Ministério Público Federal Réu: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Ministério Público Federal (MPF) ajuizou Ação Civil Pública contra a Companhia visando: (i) definir o prazo de prescrição da cobrança de valores referentes a contas de consumo em atraso para 90 dias, (ii) à restituição em dobro de qualquer quantia que tenha sido erroneamente cobrada de consumidores que assinaram Termos de Confissão de Dívida (TCD's) que eram parcialmente ou totalmente compostas de débitos de terceiros (antigos proprietários, inquilinos ou ocupantes) e, por fim, (iii) que a ANEEL fiscalize o cumprimento de tais determinações pela Companhia. Dado o atual andamento do processo, os valores não são passíveis de quantificação.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

f. principais fatos	<p>Em 15 de abril de 2005, o Ministério Público Federal (MPF) ajuizou Ação Civil Pública contra a Companhia visando: (i) definir o prazo de prescrição da cobrança de valores referentes a contas de consumo em atraso para 90 dias; (ii) à restituição em dobro de qualquer quantia que tenha sido erroneamente cobrada de consumidores que assinaram Termos de Confissão de Dívida (TCD's) que eram parcialmente ou totalmente compostas de débitos de terceiros (antigos proprietários, inquilinos ou ocupantes); e, por fim, (iii) que a ANEEL fiscalize o cumprimento de tais determinações pela Companhia.</p> <p>Em 1ª Instância foi proferida sentença parcialmente procedente, determinando o reembolso dos valores erroneamente cobrados de consumidores que assinaram TCD's relativos a débitos de terceiros. A Companhia apresentou recurso ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região – TRF3. Foi negado provimento ao recurso da Companhia no TRF3 e dado provimento ao recurso do MPF para majorar a condenação à restituição em dobro da quantia que tenha sido erroneamente cobrada de consumidores que assinaram os TCD's. A Companhia interpôs recursos especial e extraordinário contra a decisão. No dia 28 de junho de 2016, o recurso especial foi admitido e o recurso extraordinário foi inadmitido. A Companhia interpôs agravo de instrumento contra a decisão que inadmitiu o recurso extraordinário. O Recurso Especial da companhia foi provido, para reconhecer a necessidade de reapreciação de seus embargos de declaração opostos contra o acórdão que negou provimento à sua Apelação. Após o retorno dos autos, aguarda-se a inclusão em pauta do recurso no TRF da 3ª Região.</p> <p>Iniciada a execução provisória da parte da sentença que determinou a identificação dos consumidores porventura atingidos pela decisão e a quantificação do valor envolvido na demanda judicial. Em 09 setembro de 2014 foi proferida decisão suspendendo a execução provisória requerida pelo Ministério Público Federal, para que fosse feita a identificação de consumidores que assinaram TCD's em primeira instância. Em 15 de junho de 2015, os embargos de declaração opostos pelo Ministério Público Federal foram parcialmente acolhidos pelo Juízo de primeira instância para considerar satisfeita a execução</p>
----------------------------	--

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	<p>provisória da sentença e incabível a multa diária, uma vez que o próprio MPF havia concordado com a dilação do prazo para o cumprimento da execução provisória. O MPF apresentou agravo de instrumento contra tal decisão. Em 4 de outubro de 2018 o TRF3 acolheu recurso do MPF e determinou que Companhia apresente todos os TCDs, sob pena de multa, sem fixar prazo para cumprimento, determinando que a ANEEL fiscalize. Em 23 de outubro de 2018, a Companhia recorreu contra essa decisão opondo embargos de declaração que foram rejeitados. Assim, a Companhia interpôs Recurso Especial que foi autuado no STJ sob numeração REsp nº 2006597/SP e que aguarda julgamento de mérito.</p> <p>De acordo com o levantamento concluído pela Companhia na execução provisória, da totalidade de consumidores potencialmente considerados na decisão de mérito pendente de julgamento final, foram efetivamente identificados 3.211 TCD's, relativos a consumidores que não assumem a responsabilidade de débitos de terceiros, no montante histórico em dobro de R\$12,9 milhões (fevereiro de 2013).</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	O Recurso Especial da ELETROPAULO foi provido, para reconhecer a necessidade de reapreciação de seus embargos de declaração opostos contra o acórdão que negou provimento à sua Apelação. Autos remetidos ao TRF3. Em 16/09/2022, os autos foram remetidos à conclusão.
h. estágio do processo	Com o retorno dos autos ao TRF3, aguarda-se reapreciação dos embargos de declaração da Companhia.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Ação Coletiva cuja condenação pode envolver eventual indenização.
k. análise do impacto em caso de perda	Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia poderá ter que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo, não são passíveis de quantificação em 31 de dezembro de 2022.

Ação de Indenização por danos supostamente oriundos da rescisão de contratos de prestação de serviços

Processo n.º 1067599-08.2015.8.26.0100	
a. juízo	8ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo

4.4 Processos não sigilosos relevantes

b. instância	1ª instância
c. data de instauração	07/07/2015
d. partes no processo	Autora: Socrel – Serviços de Eletricidade e Telecomunicações Ltda. Ré: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 94.735.487,90 (valor histórico) R\$ 295.032.754,36 (valor atualizado em dez22)
f. principais fatos	A empresa Socrel pretende ser indenizada por supostos prejuízos que teria sofrido ao longo da execução de 11 contratos de prestação de serviços (poda, CMRDA, STC e TMA) firmados com Enel SP. Apresentamos nossa contestação e em 2017 o processo foi julgado improcedente. Posteriormente, em 2019, o acórdão deu provimento ao recurso de apelação interposto pela Socrel, para anular a sentença, determinando a baixa dos autos à vara de origem e a realização de instrução probatória. Em 2020 os autos foram baixados e, em fevereiro de 2022, foi disponibilizado o laudo do perito. Em 27/03/2023 foi proferida sentença julgando improcedente os pedidos formulados pela Socrel. Atualmente, aguardamos interposição de recurso pela autora.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Sentença favorável à ENEL afastando a pretensão da autora de enquadrar os onze contratos discutidos na ação como contratos típicos de prestação de serviços, não se podendo cogitar qualquer indenização com fundamento em despedida sem justa causa ou mesmo em razão de suposto aliciamento indevido.
h. estágio do processo	Sentença proferida, aguardando recurso da parte autora.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Ação cuja condenação pode envolver eventual indenização.
k. análise do impacto em caso de perda	Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores de eventual condenação.

Ação de Indenização por danos supostamente oriundos da rescisão de contratos de prestação de serviços

Processo nº 0089175-34.2002.8.26.0100	
a. juízo	3ª Vara Cível do Foro Regional de Santo Amaro - SP

4.4 Processos não sigilosos relevantes

b. instância	1ª instância
c. data de instauração	10/05/2002
d. partes no processo	<p>Autora: Volkswagen do Brasil LTDA.</p> <p>Ré: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A</p>
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 202.762.943,91 (valor atualizado em 31/12/2022)
f. principais fatos	<p>Trata-se de ação de indenização ajuizada pela Volkswagen em face da Eletropaulo, na qual a Autora pretende o recebimento de indenização em decorrência de paralisações, sem aviso prévio, do fornecimento de energia elétrica em uma de suas instalações industriais. Atualmente o processo encontra-se em fase pericial ainda não concluída. Foi proferido um laudo preliminar que a Companhia impugnou em 16/07/2021. Em 17/12/2021 foi proferida decisão acolhendo um dos nossos pedidos para delimitar a perícia aos 4 eventos de interrupção/oscilação indicados na inicial. Diante disso, foi determinada intimação do perito contador, para que complemente o laudo à luz de tais premissas. Estamos aguardando novo laudo pericial. O valor contingenciado de R\$ 202.762.943,91 diz respeito ao laudo preliminar.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	<p>Decisão parcialmente favorável à Enel, proferida em fase pericial (antes da sentença), para determinar que os cálculos sejam refeitos pelo perito, observando apenas os 4 eventos que foram listados na inicial. Com esta decisão, pode haver redução da quantificação do risco.</p>
h. estágio do processo	<p>Atualmente, as partes aguardam novo laudo pericial (fase prericial).</p>

4.4 Processos não sigilosos relevantes

i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Ação cuja condenação pode envolver eventual indenização.
k. análise do impacto em caso de perda	Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores da respectiva condenação.

Ações Coletivas – PIS COFINS

Processo nº 1089443-04.2021.8.26.0100	
a. juízo	25ª Vara Cível de São Paulo
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	23/08/2021
d. partes no processo	Autor: Instituto de Comunicação em Defesa da Educação, Sociedade, Consumidor e Investidores (ICDESCA) Réu: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 7.862.967.671,30 (valor apresentado pelo autor para prestação de contas para posterior restituição aos consumidores)
f. principais fatos	Ação Civil Pública Estadual de Prestação de Contas Ação judicial para prestação de contas dos valores repassados pela Concessionária de Energia à União referente aos créditos tributários decorrentes da inserção do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) na base de cálculo do PIS/COFINS das faturas de energia, tributação esta declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE 574.706. A Companhia apresentou defesa em 14/04/2022. Em 15/07/2022 foi proferida sentença favorável à Companhia, julgando improcedentes os pedidos do ICDESCA. O ICDESCA interpôs recurso de apelação e a Companhia apresentou suas contrarrazões.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Decisão de primeira instância favorável à Companhia, reconhecendo a ilegitimidade ativa e falta de interesse de agir do Instituto. No mérito ressalta que a matéria está sendo regulamentada pela ANEEL.
h. estágio do processo	Aguardando julgamento do recurso de apelação do ICDESCA.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

i. chance de perda	Remota
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Ação Coletiva questionando a devolução de valores aos consumidores que vem ocorrendo via tarifa.
k. análise do impacto em caso de perda	Seria refletido na revisão tarifária a partir de eventual comando judicial.

Processo nº 5004439-11.2022.4.03.6100	
a. juízo	5ª Vara Federal de São Paulo
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	27/02/2022
d. partes no processo	Autor: Francisca da Silva (Presidente del ICDESCA) Réu: Companhia e ANEEL
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 652.205.919,88 (valor que teria deixado de ser arrecadado ao Fisco)
f. principais fatos	<p>Ação Popular de Declaração de Nulidade</p> <p>Trata-se de ação que objetiva discutir a forma de devolução dos valores dos créditos de PIS/COFINS repassados pela Concessionária de Energia à União referente aos créditos tributários decorrentes da inserção de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) na base de cálculo do PIS/COFINS nas faturas de energia, tributação esta declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE 574.706. Pleiteia-se na ação que o ressarcimento seja feito diretamente por meio de crédito/reembolso individual e proporcional aos consumidores.</p> <p>Em 11/04/2022 foi proferida decisão declinando a competência para julgamento da ação para a Justiça Federal de Brasília. Em 19/04/2022 foi proferida sentença julgando extinta a ação por falta de condições processuais. Após apresentação de recurso de apelação pelo instituto. A Companhia apresentou suas contrarrazões e aguarda o julgamento do recurso de apelação.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Decisão de primeira instância favorável à Companhia julgando extinta a ação por falta de condições processuais, mas reconhecendo que a matéria deve ser tratada via agência reguladora.
h. estágio do processo	Aguardando julgamento do recurso de apelação da autora.
i. chance de perda	Remota

4.4 Processos não sigilosos relevantes

j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Ação Coletiva questionando a devolução de valores aos consumidores, o que vem ocorrendo via tarifa.
k. análise do impacto em caso de perda	Impacto seria refletido na revisão tarifária a partir de eventual comando judicial.

ii. Processos de natureza regulatória

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia era parte em processos judiciais que tem por objeto a impugnação judicial de decisões administrativas e autos de infração impostos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Dentre os processos de natureza regulatória individualmente relevantes para a Companhia, em 31 de dezembro de 2022, destacam-se os seguintes:

Auto de Infração nº 001/2016 - Processo n.º 1015115-34.2018.4.01.3400	
a. juízo	3ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	06/08/2018
d. partes no processo	Autor: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. Réu: ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$19,50 milhões (provável) R\$56,50 milhões (possível) totalizando R\$75,51 milhões.
f. principais fatos	Em 24 de julho de 2018, a ANEEL manteve a penalidade de multa referente aos indicadores de continuidade individuais e coletivos do ano de 2013, no entanto após análise dos recursos apresentados pela Companhia, o valor original da penalidade foi reduzido de R\$ 45.729 para R\$ 43.806. Em 6 de agosto de 2018, foi ajuizada ação pela Companhia contra a ANEEL buscando suspender os efeitos de tal penalidade. Em 7 de agosto de 2018 foi concedida liminar em favor da Companhia, para que a ANEEL não cobre nem insira a Companhia no rol do cadastro de inadimplentes enquanto a questão estiver sendo discutida no Judiciário. Em 14 de agosto de 2018, a Companhia apresentou embargos de declaração com o objetivo de ver expressamente estendida a liminar, também para as determinações decorrentes das não conformidades fixadas pela ANEEL e vem buscando os meios jurídicos para referida complementação da decisão liminar. Em 08 de outubro de 2021, foi proferida decisão desfavorável em primeira instância, mas mantida a liminar que suspendeu o pagamento da multa aplicada, contra a qual

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	foi apresentado recurso.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Liminar deferida suspendendo a exigibilidade da multa aplicada, bem como a necessidade de cumprimento das determinações constantes no Auto de Infração. Sentença desfavorável à Companhia sob o entendimento de que não houve violação aos princípios constitucionais e que a infração penalizada por meio do Auto de Infração decorreria do descompasso entre os bens existentes fisicamente e os registros contábeis existentes, ocasionando a "desconciliação" desses bens e na subsunção ao conceito de sobreaviso fiscal.
h. estágio do processo	Aguarda-se julgamento do recurso de apelação em segunda instância.
i. chance de perda	Provável em relação a R\$19,50 milhões e Possível em relação a R\$56,50 milhões.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Auto de Infração envolvendo regulador.
k. análise do impacto em caso de perda	Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que efetuar o pagamento da multa aplicada no valor de R\$75,51 milhões, estimado em 31 de dezembro de 2022, bem como cumprir as determinações impostas.

Devolução Tarifária – Base Blindada

Processo n.º 0054491-83.2014.4.01.3400	
a. juízo	7ª Vara Federal do Distrito Federal
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	19/08/2014
d. partes no processo	Autor: Companhia Réu: ANEEL

4.4 Processos não sigilosos relevantes

e. valores, bens ou direitos envolvidos	PROCESSO ADMINISTRATIVO: Anulação do Despacho ANEEL n.º 4.259/2013 e decisões administrativas posteriores da ANEEL em processo administrativo (PA) que determinou que a Companhia efetue, na tarifa, a restituição aos seus consumidores da quantia total de R\$ 1.358.172.866,00 bilhões, atualizados até 31 de dezembro de 2022), anulando os efeitos da incorporação das parcelas de amortização e depreciação associadas a ativo possivelmente inexistente (i.e., Cabo), bem como indeferiu pedido subsidiário da Companhia no PA para que determinados ativos não incluídos na base de remuneração regulatória de 2003 fossem considerados no reajuste tarifário anual.
--	---

4.4 Processos não sigilosos relevantes

f. principais fatos	<p>Em 21 de novembro de 2012, foi aberto processo para que fossem examinados determinados ativos pertencentes à base blindada da Base de Remuneração Regulatória da Companhia e eventual sobreavaliação de ativos e possível devolução de valores cobrados em excesso de consumidores.</p> <p>Em 18 de fevereiro de 2013 foi nomeado o Diretor Relator para o referido processo. Em novembro de 2013, ANEEL notificou a Companhia para apresentação de manifestação referente ao referido processo específico para saber se é devido o recálculo das tarifas praticadas pela Companhia antes da data da sua terceira revisão tarifária periódica, para eventual desconto e restituição de parcelas de amortização e depreciação associadas a ativo possivelmente inexistente (246.474,87 metros de Cabo AL Nu CAA 1272 MCM).</p> <p>A Companhia apresentou manifestação e em 17 de dezembro de 2013 a Diretoria da ANEEL, por meio do Despacho ANEEL n.º 4.259/2013, decidiu pelo recálculo das tarifas praticadas pela controlada indireta da Companhia no período de julho de 2007 a julho de 2011, representando o valor de R\$ 626,1 milhões, devendo o mesmo ser corrigido por IGP-M a partir de 1º de dezembro de 2013 até a data de início da devolução, a qual será feita por meio de componente financeiro negativo, diferido em até 4 eventos tarifários, a partir de julho de 2014 (“<u>Decisão</u>”). Após a publicação da Decisão, que ocorreu no dia 27 de dezembro de 2013, a Companhia apresentou pedido de reconsideração administrativo à ANEEL, requerendo ainda a suspensão dos efeitos da Decisão até que o pedido de reconsideração apresentado fosse analisado pela ANEEL.</p> <p>Em 28 de janeiro de 2014, por meio de despacho, o Diretor Geral da ANEEL negou o pedido da Companhia para que fossem suspensos os efeitos da Decisão.</p> <p>Contra este ato, a Companhia interpôs, também em 28 de janeiro de 2014, perante a Justiça Federal de Brasília, um mandado de segurança com pedido de liminar, para que a Justiça determinasse a suspensão dos efeitos da Decisão até que o pedido de reconsideração fosse julgado pela ANEEL. Em 29 de janeiro de 2014 foi deferida liminar em favor da Companhia suspendendo os</p>
----------------------------	--

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	<p>efeitos da Decisão até que a ANEEL julgasse o pedido de reconsideração. Em 3 de fevereiro de 2014 foi nomeado o Diretor Relator do Pedido de Reconsideração interposto pela Companhia junto à ANEEL.</p> <p>Em 1º de julho de 2014, a ANEEL, em reunião pública da sua Diretoria deliberou o pedido de reconsideração da Companhia sobre análise da procedência do recálculo das tarifas praticadas pela Companhia antes da data da sua 3RTP (Processo n.º 48500.006159/2012-75 – “<u>Processo Específico</u>”), para eventual desconto e restituição de parcelas de remuneração e depreciação associadas a ativo possivelmente inexistente e decidiu pela manutenção da decisão tomada em dezembro de 2013.</p> <p>Em 3 de julho de 2014, a ANEEL, mediante o Despacho ANEEL n.º 2.176/2014, decidiu pela devolução de 50% das parcelas de remuneração e depreciação associadas a ativo possivelmente inexistente no valor de R\$ 325,5 milhões, gerando um impacto de - 3,30% no reajuste total de 2014.</p> <p>Na mesma data, a Companhia ingressou com o novo pedido de reconsideração, requerendo a revisão da decisão na parte em que não acolheu o pedido subsidiário de recálculo tarifário considerando o subdimensionamento de outros ativos de serviço existentes.</p> <p>Ainda, em 3 de julho de 2014, a Companhia requereu ao Juízo do Mandado de Segurança a extensão da medida liminar que havia suspenso os efeitos da Decisão proferida em dezembro de 2013 até o julgamento definitivo do novo pedido de reconsideração realizado pela Companhia no processo administrativo n.º 48500.006159/2012-75.</p>
--	--

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	<p>Em 9 de julho de 2014, o Juízo do Mandado de Segurança determinou a extensão da medida liminar deferida anteriormente até o julgamento final do novo pedido de reconsideração realizado pela Companhia no Processo n.º 48500.006159/2012-75, restando desta forma suspensos os efeitos da decisão proferida pela ANEEL no dia 1º de julho de 2014.</p> <p>Em 16 de julho de 2014, o Diretor Geral da ANEEL, monocraticamente, negou conhecimento ao novo pedido de reconsideração protocolado pela Companhia em 3 de julho de 2014, sob o fundamento de que a discussão na esfera administrativa se encontrava exaurida.</p> <p>Em 18 de julho de 2014, a Companhia interpôs recurso na ANEEL, alegando que o pedido de reconsideração deveria ser julgado pela Diretoria da ANEEL e que diante do fato do processo administrativo não estar concluído, a medida liminar obtida no Mandado de Segurança permanece surtindo seus efeitos.</p> <p>Em 12 de agosto de 2014, a Diretoria da ANEEL negou provimento ao recurso da Companhia, confirmando o encerramento da discussão da matéria na esfera administrativa.</p> <p>PROCESSO JUDICIAL: Em 19 de agosto de 2014, a Companhia propôs perante a Justiça Federal de Brasília Ação Ordinária em face da ANEEL, com pedido de antecipação de tutela para sustar os efeitos do Despacho ANEEL n.º 4.259/2013, confirmado pelo Despacho ANEEL n.º 2.176/2014. A tutela antecipada foi indeferida.</p> <p>A Companhia interpôs recurso de Agravo de Instrumento (“<u>Agravo</u>”) perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (“<u>TRF1</u>”). Em 9 de setembro de 2014, a Companhia obteve decisão liminar no Agravo para que a ANEEL efetuasse o recálculo das tarifas sem o componente financeiro negativo constante nos Despachos ANEEL nº 4.259/2013 e 2.176/2014 até o julgamento do mérito do recurso. Em 25 de setembro de 2014, a ANEEL apresentou petição apontando dificuldades no cumprimento da medida liminar em razão da necessidade da observância de procedimento interno complexo e postulou a suspensão do</p>
--	--

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	<p>cumprimento da decisão até o julgamento do Agravo.</p> <p>Em 6 de outubro de 2014, o Desembargador Relator não revogou a liminar favorável à Companhia, porém suspendeu o cumprimento da liminar até o julgamento do Agravo no TRF1. Portanto, a liminar permaneceu vigente e apenas o seu cumprimento foi suspenso.</p> <p>Em 13 de outubro de 2014, teve início o julgamento do Agravo, sendo proferido, inicialmente, voto favorável pelo Desembargador relator do Agravo e posteriormente o julgamento foi suspenso uma vez que o Desembargador revisor pediu vista dos autos. O julgamento prosseguirá com o voto do Desembargador revisor e mais um voto de outro Desembargador (o julgamento é realizado por três Desembargadores) em data ainda a ser definida.</p> <p>Em 18 de dezembro de 2014, os efeitos da liminar foram reestabelecidos pelo TRF1.</p> <p>Em 07 de janeiro de 2015, a ANEEL interpôs recurso para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) visando suspender a liminar em vigor, tendo o pedido de suspensão sido indeferido de forma definitiva pelo STJ.</p> <p>Em 07.01.2021, os autos da Ação Ordinária foram conclusos para julgamento.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Sem decisão de mérito até o momento.
h. estágio do processo	Aguardando sentença em primeira instância.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Auto de Infração envolvendo regulador.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

k. análise do impacto em caso de perda	Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia poderá ter que reembolsar o montante de R\$ 1.358 bilhões, estimado em 31 de dezembro de 2022, a ser refletido na tarifa a partir de eventual comando judicial.
---	---

Auto de Infração nº 008/2012-SFF - Processo nº 0051411-43.2016.4.01.3400	
a. juízo	13ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	26/08/2016
d. partes no processo	Autor: Companhia Réu: ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Multa imposta pela ANEEL no Auto de Infração n.º 008/2012-SFF, que confirmou parcialmente o Despacho n.º 2.192, de 16.8.2016 – em razão de supostas violações às práticas contábeis do Manual de Contabilidade do Setor fixando multa do valor de R\$ 99.602.795,91.
f. principais fatos	Ação ajuizada com o objetivo de anular multa imposta pela ANEEL no Auto de Infração n.º 008/2012-SFF, que confirmou parcialmente o Despacho n.º 2.192, de 16.8.2016 – em razão de supostas violações às práticas contábeis do Manual de Contabilidade do Setor. A tutela antecipada para suspender a exigibilidade da penalidade foi deferida em 26 de agosto de 2016. Após a apresentação de contestação pela ANEEL e réplica pela Companhia, foi proferida decisão de primeira instância desfavorável.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Sentença desfavorável, reconhecendo que a ANEEL é autorizada legalmente à prática do ato combatido e afirmando que a infração cometida pela Companhia teria feito surgir temor de crise na fixação das tarifas, com suposto prejuízo ao consumidor.
h. estágio do processo	Aguarda-se julgamento do recurso de apelação em segunda instância da Companhia.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Auto de Infração envolvendo regulador.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

k. análise do impacto em caso de perda	Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que efetuar o pagamento da multa aplicada no valor de R\$ 99.602.795,91, estimado em 31 de dezembro de 2022.
---	---

Auto de Infração nº 122/2012-SFF - Processo nº 0051114-70.2015.4.01.3400	
a. juízo	3ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	31/08/2015
d. partes no processo	Autor: Companhia Réu: ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Auto de Infração n.º 122/2012-SFF – que analisou se as práticas contábeis e econômico-financeiras da concessionária estão em conformidade com o Manual de Contabilidade do Setor. R\$ 201,36milhões.
f. principais fatos	Ação Ordinária ajuizada para questionar a legalidade de parte do Ato Administrativo consubstanciado no Despacho ANEEL n.º 2.720 (18.8.2015) - Processo Administrativo nº 48500.000236/2011-01 - Auto de Infração n.º 122/2012-SFF – que analisou se as práticas contábeis e econômico-financeiras da concessionária estão em conformidade com o Manual de Contabilidade do Setor. A Companhia efetuou depósito do valor incontroverso no total de R\$ 8.939.706,33. Foi deferido o pedido liminar da Companhia, suspendendo a exigibilidade da multa. Decisão de primeira instância desfavorável à Companhia em 7 de julho de 2017. A liminar não foi expressamente revogada pela decisão de primeira instância desfavorável, permanecendo em vigor. Em 20 de julho de 2017, a Companhia apresentou embargos de declaração apontando defeitos de contradição e omissão e exigindo que fossem resolvidos, requerendo que a decisão desfavorável fosse totalmente reformada. Em 23 de maio de 2018, os embargos de declaração da Companhia foram rejeitados e mantidos os termos da sentença. Em 11 de junho de 2018, a Companhia apresentou recurso de apelação.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Sentença desfavorável à Companhia, sob o argumento de que não teria sido produzida prova capaz de desconstituir a presunção de veracidade das manifestações da ANEEL e dos atos administrativos que embasaram a aplicação das penalidades, não

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	havendo qualquer violação aos princípios constitucionais.
h. estágio do processo	Aguarda-se julgamento do recurso de apelação apresentado pela Companhia.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Auto de Infração envolvendo regulador.
k. análise do impacto em caso de perda	Com base no critério de cálculo adotado pela ANEEL o valor dessa autuação corresponde a R\$201,36 milhões, atualizado até 31 de dezembro de 2022.

PCLD

Processo nº MS 2001.34.00.018010-2 (Apelação 0017985-65.2001.4.01.3400) e MS 2001.34.008424-0 (Apelação 0008415-55.2001.4.01.3400)	
a. juízo	6ª Turma do TRF da 1ª Região
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	24/06/2001 e 22/03/2001
d. partes no processo	Autor: Companhia Réu: ANEEL
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Autos de Infração n.º 0027/TN0336/1 envolvendo R\$99.844.242,30 milhões (possível 31/12/22 e remoto 14/02/23) e n.º 015/TN170, envolvendo R\$31.013.230,34 milhões (provável).
f. principais fatos	<p>Pela ANEEL foram lavrados dois autos de infração em decorrência da inclusão dos créditos contra o Poder Público vencidos e não pagos no cálculo da PCLD - Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa, com suposta inobservância do Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica vigente à época que vedava a inclusão desses créditos como PCLD. Contra tais autuações, a Companhia propôs dois Mandados de Segurança com o objetivo de anular tais autuações. Ambas as ações foram julgadas improcedentes, sendo que contra as decisões de primeira instância foram apresentados os recursos cabíveis.</p> <p>AI n.º 015/TN170 – Em 4 de julho de 2012, sobreveio decisão de mérito desfavorável ao recurso interposto pela Companhia no</p>

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	<p>mandado de segurança, sendo proposto um novo recurso de agravo em 6 de julho de 2012, o qual teve provimento negado. Em 23 de agosto de 2013, a Companhia apresentou Recurso Especial ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Recurso Extraordinário ao Supremo Tribunal Federal (STF). Em 10 de setembro de 2013, a Companhia ajuizou duas Medidas Cautelares, com pedido de liminar, perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), visando suspender o processo e a exigibilidade da multa imposta pela ANEEL até julgamento final dos recursos pelo STJ e pelo STF. Em 17 de setembro de 2013, o TRF1 concedeu o efeito suspensivo requerido pela Companhia. Em 12 de maio de 2014, a ANEEL apresentou contrarrazões. Em 03 de maio de 2022 foi proferida decisão negando seguimento ao Recurso Especial. A Companhia apresentou Agravo contra a decisão, ao qual foi negado seguimento, e que pendente de análise o Recursos Extraordinário da Companhia.</p> <p>Em 4 de dezembro de 2018 a Companhia foi citada nos autos de execução fiscal em que a ANEEL pretende a satisfação do valor correspondente à referida multa. Em 18 de dezembro de 2018 a Companhia opôs exceção de pré-executividade requerendo a extinção ou, subsidiariamente, a suspensão da Execução Fiscal, uma vez que há decisão vigente, proferida nos autos das Medidas Cautelares supramencionadas, suspendendo exigibilidade do débito. Aneel requereu, o que foi deferido, a suspensão da execução fiscal. Considerando o recebimento da execução fiscal e diante da restrição da possibilidade de ampla argumentação do caso nas instâncias superiores, em dezembro de 2018 a probabilidade de perda da ação passou a ser classificada como provável.</p> <p>AI 027/TN0336/1 – Em 27 de agosto de 2013, o recurso da Companhia, apresentado contra a sentença desfavorável de 1ª instância de fevereiro de 2002, foi provido, cancelando a multa imposta pela ANEEL. Em 20 de maio de 2014 a ANEEL interpôs Recurso Especial e em 08 de setembro de 2014, a Companhia apresentou contrarrazões. Decisão negando seguimento ao Recurso Especial da ANEEL. Interposto Agravo Interno contra a decisão foi negado provimento ao mesmo e, em 13 de fevereiro de 2023 a decisão favorável à Companhia transitou em julgado. Com</p>
--	--

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	<p>base nas atualizações feitas a partir do critério de atualização adotado pela ANEEL o valor de tal autuação monta em R\$ 99,84 milhões atualizado até 31 de dezembro de 2022, todavia em fevereiro de 2023, considerando o transito em julgado da decisão favorável o valor envolvido passou a ser remoto. O presente processo não aparecerá no próximo formulário.</p> <p>Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor acima referente ao AI n.º 015/TN170.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	<p>AI 027/TN0336/1 – Decisão de mérito favoráveis reconhecendo a legalidade da inclusão dos créditos contra o Poder Público vencidos e não pagos no cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) em 2000 e a ausência de obrigação de cumprir a norma da Aneel pois está violava o artigo 177, parágrafo segundo, da Lei 6.404/76 (Lei das S/A).</p> <p>AI n.º 015/TN170 – Decisões de mérito desfavoráveis confirmando entendimento da ANEEL sobre a ilegalidade da inclusão dos créditos contra o Poder Público vencidos e não pagos no cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) em 2000 e a necessidade de cumprir a norma da Aneel.</p>
h. estágio do processo	Aguarda-se o julgamento do Recurso Especial interposto pela ANEEL.
i. chance de perda	Provável em relação a R\$ 31,01 milhões e remoto (fevereiro/23) em relação a R\$ 99,84 milhões
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Auto de Infração envolvendo regulador.
k. análise do impacto em caso de perda	Caso sobrevenha decisão desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor de R\$ 31,01 milhões, estimado em 31 de Dezembro de 2022 referente ao AI n.º 015/TN170 .

iii. Processos de natureza ambiental

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía nenhum processo considerado individualmente relevante de acordo com os critérios adotados.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

4.5. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

A Companhia é parte em diversos processos judiciais no desenvolvimento normal de suas atividades. Para os processos em que a Companhia é parte, foram provisionados R\$ 1.175,8 milhões.

O cálculo dos valores a serem provisionados reflete a melhor expectativa de perda das ações judiciais, apurado conjuntamente pelos advogados externos e internos, responsáveis pela condução dos processos. Somente encontram-se provisionados valores relativos aos processos cujo prognóstico de perda apurado conjuntamente com os advogados internos e externos é provável.

Não há como assegurar que o valor provisionado será suficiente para cobrir eventuais condenações. Ademais, há ações cujo valor não pode ser estimado de modo que não foi realizada provisão. O efeito de uma decisão desfavorável nessas ações pode ter um impacto negativo sobre o negócio da Companhia.

4.6 Processos sigilosos relevantes

4.6. Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não figurava como parte em processos sigilosos relevantes que não tenham sido divulgados nos itens anteriores.

4.7 Outras contingências relevantes

4.7. Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu em março de 2017 o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que foram julgados em maio de 2021. O STF confirmou que prevaleceu o entendimento de que deve ser retirado da base das referidas contribuições o ICMS destacado. Os embargos de declaração foram parcialmente acolhidos para modular os efeitos do julgado a partir de 15 de março de 2017, exceto para contribuintes que ingressaram com ações judiciais antes desta data. A decisão transitou em julgado em 09 de setembro de 2021.

A companhia possui dois processos acerca do tema. No primeiro processo, em 28 de fevereiro de 2019 a Companhia foi cientificada do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS incidente em suas operações próprias das bases de cálculo do PIS e da COFINS, no período compreendido entre dezembro de 2003 e dezembro de 2014.

No segundo processo, referente ao período de janeiro de 2015 em diante, a Companhia em 18 de março de 2020 foi cientificada do trânsito em julgado da decisão favorável proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Desse modo, em conformidade com a decisão definitiva, a Companhia a partir do recolhimento de março de 2020 passou a calcular os valores a recolher de PIS e de COFINS sem a inclusão do ICMS nas referidas bases de cálculo.

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar e passivo a repassar aos consumidores de montantes iguais por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais devem ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico, juntamente com o entendimento da Administração da Companhia sobre a neutralidade desse tributo nas tarifas cobradas aos consumidores. Os valores a serem devolvidos serão calculados líquidos de qualquer custo incorrido ou a ser incorrido pela Companhia.

Com base na decisão de 13 de maio de 2021 do STF, no tema de repercussão geral e sua melhor estimativa, a Companhia ajustou ativo e passivo considerando o ICMS destacado.

A União Federal ajuizou ação rescisória em face do segundo processo, por entender que parte do período estaria alcançada pela modulação dos efeitos da decisão do tema 69 da repercussão geral (período anterior a março de 2017). Em maio de 2022 a Companhia apresentou defesa no sentido de que o segundo processo apenas reforçou o direito reconhecido no primeiro processo. Aguarda-se julgamento. De todo modo, importante

4.7 Outras contingências relevantes

observar que, como antes mencionado, a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar e passivo a repassar aos consumidores de montantes iguais.

Em 17 de março de 2020 a ANEEL iniciou procedimento de tomada de subsídios para colher informações para o tratamento regulatório a ser dado e, entre 11 de fevereiro de 2021 e 29 de março de 2021, a ANEEL realizou a Consulta Pública nº 005/2021 visando obter subsídios para o aprimoramento da proposta de devolução dos créditos tributários decorrentes de processos judiciais que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Ainda não há decisão definitiva sobre o tema.

Foi publicada a Lei 14.385/2022 em 28 de junho de 2022, alterando a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para disciplinar a devolução aos consumidores de valores de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica, tais como os decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

A Companhia está adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais. O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e embora ainda não regulamentada a forma definitiva de devolução pela ANEEL, os processos tarifários de 2022 já contemplam a devolução parcial de tais valores. Dessa forma, foi incluído no processo de reajuste tarifário, vigente desde 4 de julho de 2022, o componente negativo de R\$ 1,6 milhões.

Diante do exposto, a Companhia vem efetuando a compensação do ativo com os tributos a pagar de acordo com as previsões legais, totalizando em 31 de dezembro de 2022 o total compensado de R\$ 2.544.227 (R\$ 1.239.236 em 31 de dezembro de 2021).

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5. POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

5.1. Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia segue as diretrizes previstas no Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos ("SCIGR"), definido e estruturado pelo Conselho de Administração da Enel SpA ("Enel SpA") e da Enel Américas S.A. ("Enel Américas"), acionistas controladoras indiretas da Companhia ("Controladoras Indiretas"), o qual estabelece as diretrizes, processos de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação para gestão de riscos dos negócios das companhias do grupo, incluindo a Companhia, por meio de normas e procedimentais e sistêmicas nele previstos.

O SCIGR está sujeito à avaliação do Comitê de Controles e Riscos das Controladoras Indiretas, órgão vinculado ao Conselho de Administração das Controladoras Indiretas, que tem por finalidade assessorá-lo na avaliação e tomada decisões relativas aos controles internos, sistema de gestão de riscos, e bem como aquelas relativas à aprovação das demonstrações financeiras periódicas das companhias sujeitas ao SCIGR, incluindo a Companhia.

Adicionalmente, a Companhia possui Política de Controle e Gestão de Riscos formalmente aprovada em reunião do Conselho de Administração da Enel Brasil realizada em 31/10/2022 ("Política"), que tem por objetivo implementar as diretrizes estabelecidas pelo SCIGR no âmbito da Companhia, adequando-a as exigências locais em termos de cultura de riscos, disponível para consulta na CVM (<https://www.gov.br/cvm>) e no site de Relação com Investidores da Companhia.

O SCIGR adota o sistema das três "linhas de ação" para que se obtenha um gerenciamento eficaz e eficiente de riscos e controles: (i) Unidades de Negócios (*Risk Owners*), cujas atividades e processos de negócio estão sujeitos à mecanismos de controle, desenvolvidos para assegurar que estas atividades e processos sejam realizados em conformidade com políticas e procedimentos internos estabelecidos pela unidade de negócio em questão, tais mecanismos são gerenciados pela área de Controles Internos; (ii) Controle de Riscos (*Risk Control*), área responsável pelo processo de gerenciamento de riscos da Companhia, assegurando o cumprimento dos limites, critérios e princípios em que se enquadram as ações relacionadas com o âmbito de risco; e (iii) Auditoria Interna, responsável por avaliar a efetividade das medidas dispostas na estrutura de Governança Corporativa, por meio de avaliação independente do sistema de controles internos e gestão de riscos, incluindo a forma como as frentes descritas nos

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

itens “(i)” e “(ii)” acima alcançam seus objetivos de controle e gestão de riscos.

As linhas de ação das Unidades de Negócios, Controles Internos e Controle de Riscos (itens “(i)” e “(ii)” acima, respectivamente) reportam-se à Alta Administração. Já a Auditoria Interna (item “(iii)” acima) reporta-se ao Conselho de Administração.

Cada uma das linhas apontadas acima desempenha um papel distinto dentro de uma estrutura mais ampla de governança de riscos do Grupo Enel, sendo responsáveis por informar a Alta Administração da Companhia e mantê-la atualizada sobre a gestão de riscos.

A área de Controle de Riscos (*Risk Control*) possui a Certificação Internacional ISO 31000: 2018 (G31000) e atua de acordo com as diretrizes atuais dessa norma internacional para gerenciar os riscos da Companhia, cujo principal objetivo é realizar as etapas de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos, através da definição de ações de mitigação por meio de planos elaborados junto às áreas de negócio e *Risk Owners* (colaboradores das unidades de negócio responsáveis pelos diferentes riscos). Na fase de tratamento dos riscos, são consideradas as ações necessárias cobertas pelas políticas e procedimentos internos, bem como a estrita observância das normas internacionais (ISO) e das regulamentações governamentais, a fim de garantir boas práticas de governança e a continuidade dos negócios.

O gerenciamento dos controles internos visa garantir que as atividades do negócio, à luz deste tema, permitam mitigar os riscos relacionados à observação e à aplicação rigorosa de todos os procedimentos e normas atuais, ambos relacionados ao cumprimento da metodologia Comitê de Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway (“COSO”). A área de Controles Internos atende a todos os requisitos para o monitoramento periódico da Lei Sarbanes-Oxley, incluindo a certificação semestral desses controles para auditoria externa e para definição em conjunto com os proprietários de processos e proprietários de controles ações para mitigar as deficiências dos controles endereçados pelos Auditores Externos Independentes e melhorar continuamente os processos, bem como monitorar sua implementação e comunicar o status à alta administração.

O Grupo Enel possui um Comitê de Gestão de Crise Brasil, incluindo a Companhia, que visa garantir a clareza, rapidez e eficiência da tomada de decisões e comunicação interna/externa para a gestão de qualquer evento que possa comprometer a segurança das pessoas, a continuidade do serviço público e empresarial, meio ambiente, proteção patrimonial, imagem e reputação e gestão da Companhia, bem como minimizar os impactos nas partes interessadas para garantir a rápida restauração das condições operacionais normais.

O SCIGR do Grupo Enel, que inclui a Companhia, está sujeito a testes regulares e auditorias, levando em conta a evolução das operações corporativas e a situação em questão,

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

bem como as melhores práticas e diretrizes de regulamentos internos e regulamentos internacionais como ISO 31000: 2018 (G31000), COSO, COBIT etc.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

i. os riscos para os quais se busca proteção

A Política, revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração, tem como objetivo indicar as diretrizes, responsabilidades, mecanismos e procedimentos internos para a gestão e controle dos riscos inerentes aos negócios da Companhia, a fim de monitorar e mitigar tais riscos de forma eficaz.

O riscos para os quais a Companhia busca proteção são classificados em 6 (seis) macro categorias abaixo descritas, além de 38 subcategorias de riscos, classificados de acordo com o processo completo de avaliação de risco (identificação, análise e avaliação) de acordo com a Norma ISO 31000:2018, refletindo os riscos avaliados, mostrando as probabilidades e impactos, quantificando-os antes e depois das ações de mitigação. A saber:

- (i) **Financeiros:** englobam riscos de mercado (relacionados a mudanças no cenário macroeconômico, as quais são ocasionadas por alterações nas taxas de juros, de câmbio e na expectativa inflacionária) e riscos de crédito (possibilidade de contrapartes não honrarem seus compromissos), liquidez e adequação da estrutura de capital e acesso ao financiamento;
- (ii) **Estratégicos:** representam os riscos que afetam a estratégia ou continuidade do negócio da Companhia e/ ou seus objetivos estratégicos, estão relacionados, por exemplo, à inovação, planos de investimento, novos clientes, novos players, desenvolvimento legislativo e regulatório, tendências macroeconômicas e geopolíticas, mudanças climáticas, entre outros;
- (iii) **Governança e Cultura:** risco de incorrer em perdas econômicas ou financeiras e danos à reputação como resultado de uma incapacidade de atingir as expectativas das partes interessadas (stakeholders), incluindo aspectos éticos e culturais da Companhia;
- (iv) **Tecnologia Digital (cyber security):** relacionados a sanções judiciais administrativas, perdas econômico-financeiras e danos à reputação, como consequência de ataques cibernéticos, roubos de dados corporativos e clientes sensíveis ou massivos, atribuíveis à falta de segurança da informação, segurança de redes, sistemas operacionais, bancos de dados, digitalização, eficácia de TI e que possam afetar a continuidade do serviço;
- (v) **Compliance:** risco de não-conformidade com regulamentação e/ou legislação (cíveis,

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

trabalhistas, fiscais, ambientais, direito do consumidor e rescisões contratuais), que possa gerar exposição e penalidades legais, perdas financeiras e de reputação; e

- (vi) **Operacionais:** representam os riscos da operação decorrentes de processos internos inadequados, falhas sistêmicas na rede e outros eventos de causas externas. Seu monitoramento visa garantir a disponibilidade, qualidade e eficiência dos processos e infraestrutura de distribuição e transmissão.

Adicionalmente, além das macro categorias acima listadas, dentre o conjunto de riscos monitorados relacionados à sustentabilidade, aqueles relacionados às mudanças climáticas são particularmente relevantes. Dois tipos podem ser distinguidos: (i) **riscos físicos associados às mudanças climáticas:** relacionados à ocorrência de condições climáticas extremas ou a mudanças graduais; e (ii) **riscos de transição para uma economia de baixo carbono:** que envolvem riscos relacionados a mudanças regulatórias/legais, políticas, tecnológicas e de mercado com efeito de curto, médio e longo prazo.

ii. os instrumentos utilizados para proteção

A Companhia adota procedimentos específicos de proteção para cada uma das categorias de risco descritas no item b(i) acima:

- (i) **Financeiros:** a Companhia segue a Política Global de Gerenciamento de Riscos Financeiros do Grupo Enel, a qual estabelece parâmetros para proteger a Companhia de eventuais prejuízos em operações financeiras, bem como de falhas nos processos de registro, acompanhamento e avaliação. As determinações da Lei Sarbanes-Oxley orientam os controles internos e o processo de preparação e divulgação das informações financeiras. Os controles internos são monitorados e avaliados semestralmente através do sistema corporativo SAP GRC. Adicionalmente, a Companhia acompanha sua exposição a contrapartes e segue critérios que classificam as contrapartes por nível de risco e limitam o seu nível de exposição a cada contraparte. Esta exposição é medida diariamente por meio dos fluxos de caixa diários e projetados, permitindo planejar a alocação adequada dos recursos disponíveis. A Companhia também se utiliza de instrumentos derivativos com o único objetivo de proteger suas posições financeiras sujeitas a variações cambiais e taxas de juros. O risco de oscilação do preço de energia é gerenciado por equipes especializadas em mercado energético, utilizando modelos estatísticos para de demanda e hidrologia;
- (ii) **Estratégicos:** são gerenciados pela área de *Risk Control Latin America* através das matrizes de riscos locais, classificando-os de acordo com sua probabilidade e impacto, que pode ser quantitativo e/ou qualitativo, são revisados mensalmente em reuniões de acompanhamento com os responsáveis pelo monitoramento e mitigação deles

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

(Unidades de Negócio e “*Risk Owners*”);

- (iii) **Tecnologia Digital (*cyber security*)**: por se tratar de um risco transversal, com impacto em todo o mundo, o Grupo Enel possui uma área especializada (“CERT”) e centralizada, que monitora e apoia todas as empresas do Grupo, incluindo a Companhia, em relação a riscos dessa natureza. O CERT faz parte da área de Segurança Cibernética, que monitora as instalações em tempo integral, em busca de melhorias contínuas na proteção em toda a organização;
- (iv) **Compliance**: para gerir esses riscos, a Companhia utiliza o controle de parâmetros. Há acompanhamento dos processos judiciais ou administrativos pelas áreas jurídicas da Companhia, e uma área específica de Regulação também da Companhia acompanha também as determinações da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e promove a conformidade nas atividades da Companhia;
- (v) **Operacionais**: são gerenciados por meio de procedimentos e normas formais comerciais, operacionais e de execução. Além disso, a Companhia possui diversos sistemas operacionais que também são utilizados como ferramentas na prevenção, identificação e monitoramento desses riscos; e
- (vi) **Governança e Cultura**: para gerenciar essa classe de riscos, que envolve o relacionamento com partes interessadas (“*stakeholders*”), há acompanhamento diário da exposição e imagem da Companhia, e são realizadas pesquisas periódicas com consumidores e formadores de opinião. Há ainda divulgação de normas de conduta entre colaboradores, ressaltando aspectos como ética e respeito ao ser humano e ao meio ambiente, em complemento ao Programa de Compliance da Companhia, aprovado pelo Conselho de Administração, que objetiva garantir aderência aos requisitos da legislação brasileira Anticorrupção (“Lei 12.846/13”). Esse programa está inserido no Programa Global de Compliance, adotado pelas companhias do Grupo Enel no Brasil.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Os processos de gestão de riscos da Companhia são descentralizados, sendo cada gestor responsável pelo processo operacional em que se origina o risco igualmente responsável pelo tratamento e pela adoção de medidas para o seu controle e mitigação.

Dessa forma, a Companhia possui a seguinte estrutura organizacional:

Conselho de Administração

Cabe ao Conselho de Administração da Companhia revisar e aprovar anualmente a Política de

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Controle e Gestão de Riscos.

Comitês de Riscos

O Grupo Enel possui um Comitê Global de Gerenciamento de Riscos e um Comitê de Riscos América Latina, ambos instituídos na forma estabelecida pelos controladores da Companhia, os quais possuem as seguintes atribuições em relação às companhias brasileiras, incluindo a Companhia: (i) aprovar as políticas de riscos propostas pelo Controller de risco da; (ii) aprovar os limites de exposição propostos; (iii) autorizar quebras de limites; (iv) definir estratégias de riscos identificando planos de ação e instrumentos para mitigar os riscos; e (v) supervisão do gerenciamento e controle de riscos a nível global e do perímetro da América Latina.

Auditoria Interna

Em linha com SCIGR (conforme definido e descrito no item 5.1(a) acima), e com o objetivo de monitorar o cumprimento das políticas internas, inclusive a Política de Controle e Gestão de Riscos, a Companhia conta com uma equipe de Auditoria Interna, responsável por realizar periodicamente auditorias e verificar se as políticas e controles estabelecidos estão em funcionamento. A Auditoria Interna é vinculada e deve se reportar ao Conselho de Administração.

Área de Controles Internos

A área de Controles Internos possui a atribuição de assessorar as áreas de negócios na revisão de processos e implementação de controles para garantir exatidão das informações financeiras e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e procedimentos internos, em observância a todos os requisitos de acompanhamento periódico da Lei Sarbanes-Oxley, inclusive com certificação semestral desses controles por auditoria externa. Esta área reporta-se diretamente a Alta Administração.

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Política de Controle e Gestão de Riscos da Companhia é elaborada com base no SCIGR (conforme definido e descrito no item 5.1(a) acima), e revisada anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia.

Ainda, conforme informado no item anterior, a Companhia conta com área de Auditoria Interna, a fim de assegurar que as medidas tomadas para fins de gestão e controle de riscos são eficazes, bem como área de Controles Internos, com objeto de assessorar as áreas de negócios na revisão de processos e implementação de controles para garantir exatidão das informações financeiras e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e procedimentos internos.

A Companhia entende que a sua estrutura operacional e de controles internos é adequada para assegurar a efetividade da Política de Controle e Gestão de Riscos adotada, com mecanismo e procedimentos suficientes para mantê-la adequada e atualizada.

5.2 Descrição dos controles internos

5. POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

5.2. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia implementou e mantém controles internos relacionados às suas demonstrações contábeis e demais informações financeiras, pautando-se, para tanto, em regras contábeis emitidas por órgãos e entidades nacionalmente reconhecidas, tais como os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), previamente aprovados e referendados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), quando aplicável.

Os processos e controles que impactam as demonstrações financeiras da Companhia são autoavaliados, semestralmente, pelos Control Owners ("executor controle") e Process Owners ("dono dos processos"), e testados por empresa de consultoria independente, para garantir o cumprimento das exigências da Lei Sarbanes Oxley (até a data de aplicabilidade) e Lei Italiana nº 262/05, bem como garantir a eficácia e eficiência de seus processos e controles em linha com as boas práticas de governança corporativa.

Adicionalmente, conforme informado nos itens anteriores, a Companhia possui área de Controles Internos (segunda linha de ação), que tem como principal atribuição assessorar as áreas de negócios (primeira linha de ação) na revisão de processos e implementação de controles para garantir exatidão das informações financeiras e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e procedimentos internos.

A Administração avaliou a eficácia dos controles internos da companhia para assegurar o grau de eficiência dos controles internos adotados na elaboração das demonstrações financeiras, e concluiu que os controles internos são suficientes.

a. as estruturas organizacionais envolvidas

Cada unidade organizacional é responsável pelo gerenciamento primário dos riscos operacionais, documentação suporte e atualização tempestiva dos desenhos de controles para assegurar a suficiência das atividades vigentes na matriz de riscos e controles da Companhia.

A unidade de ICR (*Internal Control Over Reporting*) é responsável pelos processos de Self Assessment (Autoavaliação) e Certificação dos Controles Internos sobre as Demonstrações Financeiras realizados semestralmente.

O Conselho de Administração da Companhia é responsável por examinar e submeter à decisão

5.2 Descrição dos controles internos

da Assembleia Geral Ordinária as Demonstrações Financeiras ao final de cada exercício social.

c. se é como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Os processos e controles que impactam as demonstrações financeiras da Companhia são autoavaliados, semestralmente, pelos *Control Owners* e *Process Owners*, e testados por empresa de consultoria independente para garantir e suportar a eficácia dos controles internos sobre demonstrações financeiras.

Ademais, a Companhia efetua anualmente auditorias especificamente voltadas para avaliações e validação dos controles adotados na elaboração das demonstrações financeiras. Todos os trabalhos de auditoria são validados sob a metodologia do COSO – Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission.

A área de Auditoria interna da Companhia realiza avaliações contínuas visando certificar a eficácia dos mecanismos de controles internos, assegurando ao Conselho de Administração a eficiência do controle interno e do sistema de gestão de risco, de forma a contribuir para a realização dos objetivos da Companhia com uma gestão de riscos adequada. O plano de auditoria é aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, sendo também periodicamente reportados os resultados das respectivas auditorias, bem como das evoluções decorrentes das implementações e/ou regularizações dos planos de ação.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Não há deficiências significativas reportadas pelos Auditores Independentes sobre controles internos que impactam a elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Conforme mencionado no item 5.3 (d), os auditores independentes da Companhia não identificaram deficiências e recomendações consideradas significativas nos controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

5.2 Descrição dos controles internos

Adicionalmente, o relatório das Deficiência de Controles Internos, emitido pelos auditores independentes, é anualmente encaminhado à Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) com os comentários das unidades de negócios responsáveis.

A unidade de ICR (Internal Control Over Reporting) monitora os prazos e implementação dos planos de ação proposto ao longo do exercício subsequente.

5.3 Programa de integridade

5.3. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia possui regras, políticas e procedimentos para prevenir, detectar e remediar a ocorrência de irregularidades, incluindo irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, descritos abaixo.

A Companhia possui um Programa de Compliance ("Programa de Compliance"), formalmente aprovado em reunião do Conselho de Administração, cuja finalidade é garantir a aderência aos requisitos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 ("Lei Anticorrupção"), estabelecendo uma série de medidas preventivas. O Programa de Compliance foi avaliado pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle e obteve o reconhecimento de Empresa Pró-Ética nos anos de 2016, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021. Em 2020, o Programa de Compliance foi avaliado para o processo de obtenção da certificação voluntária do sistema de gestão antissuborno, nos termos da norma internacional ISO 37001: 2016, e, nos anos de 2021 e 2022, o órgão certificador, após análises de manutenção realizadas periodicamente, manteve a referida certificação.

Adicionalmente, a Companhia também adota, conforme formalmente aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 22/12/2016, o Programa Global de Compliance do Grupo Enel, aplicável para todas as sociedades do Grupo Enel no mundo, o qual se baseia nos requisitos das mais sofisticadas leis anticorrupção do mundo, como FCPA e UK Bribery Act 2010.

Adicionalmente, a Companhia dispõe dos mecanismos e procedimentos de integridade listados a seguir, aplicáveis à todas as empresas do Grupo Enel no Brasil.

Trata-se de mecanismos internos baseados nas melhores práticas de mercado e regulamentos nacionais e internacionais, bem como nos principais documentos da Organização (Programa Global de Compliance, Código de Ética etc.), elaborados em conjunto pelas áreas responsáveis pelos respectivos processos e autorizados/aprovados pela Alta Liderança.

5.3 Programa de integridade

- (i) **Código de Ética:** o Grupo Enel dispõe de um Código de Ética, aplicável a todas as sociedades a ele pertencentes, o qual expressa os compromissos éticos e as responsabilidades no desempenho das atividades do negócio e das operações corporativas pelos colaboradores da Companhia, sejam eles executivos ou colaboradores com qualquer vínculo com a Companhia.
- (ii) **Plano de Tolerância Zero com a Corrupção:** a Companhia observa o Código de Ética do Grupo Enel, bem como os compromissos alcançados mediante a adesão ao Pacto Global da ONU. O Pacto Global é uma iniciativa proposta pela Organização das Nações Unidas para encorajar empresas a adotar políticas de responsabilidade social corporativa e sustentabilidade. (<https://www.pactoglobal.org.br/>). Dessa forma, é exigido que seus colaboradores sejam honestos, transparentes e justos no desempenho de suas funções. Os mesmos compromissos também são exigidos das demais partes interessadas, ou seja, das pessoas, grupos e instituições que contribuem para o alcance de seus objetivos, ou que estejam envolvidos nas atividades desempenhadas para obtê-los. Em cumprimento ao décimo princípio do Pacto Global, segundo o qual “as empresas se comprometem a combater a corrupção de qualquer forma, incluindo a extorsão e o suborno”, é intenção da Companhia continuar firme em seu compromisso de lutar contra a corrupção, mediante a aplicação dos critérios de transparência recomendados pelo “Transparency International”.
- (iii) **Modelo de Prevenção de Riscos Penais:** o Modelo de Prevenção de Riscos Penais constitui parte integrante do Programa de Compliance (aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 29.03.2021), para efeitos da Lei Anticorrupção, com objetivo de prevenir a prática de delitos nas operações da Companhia, mitigar os riscos associados à responsabilidade penal da pessoa jurídica e de pessoas físicas exercendo atividades representando a Companhia, à responsabilidade da pessoa jurídica para efeitos da Lei Anticorrupção, e aos riscos de responsabilidade administrativa estabelecidos no Programa Global de Compliance.
- (iv) **Política Antissuborno:** o Grupo Enel dispõe de uma Política Antissuborno, aplicável a todas as sociedades a ele pertencentes, aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 06/02/2020, a qual define os objetivos gerais de prevenção e luta contra a corrupção e suborno, as principais proibições, direcionamentos e responsabilidades.
- (v) **Política de Operações com Pessoas Expostas Politicamente e Pessoas Conexas – PEPPC:** O Grupo Enel dispõe de uma Política de Operações com Pessoas Expostas Politicamente e Pessoas Conexas, atualizada e aprovada pela Alta Liderança em 19.01.2023, a qual define o processo para a realização de atos, contratos ou acordos de

5.3 Programa de integridade

qualquer natureza envolvendo qualquer companhia do Grupo Enel, com pessoas expostas politicamente e as conexas com essas últimas.

- (vi) **Política de Conflito de Interesses:** O Grupo Enel dispõe de Política de Conflito de Interesses, atualizada e aprovada pela Alta Liderança em 24.03.2021, a qual estabelece o procedimento de identificação e condutas em situações de conflito de interesses. A referida política se aplica a todos os colaboradores da Companhia, bem como aos trabalhadores temporários e demais terceiros contratados, como consultores, agentes, representantes e outras pessoas que atuam, de alguma forma, nos negócios da Companhia garantindo que as suas ações sigam os padrões de integridade da Companhia.
- (vii) **Política de Presentes e Hospitalidades:** A Companhia dispõe de Política de Presentes e Hospitalidades, atualizada e aprovada pela Alta Liderança em 18.03.2019, a qual define padrões e limitações sobre a oferta e a aceitação de presentes e hospitalidades, identificando papéis, responsabilidades e métodos de gerenciamento e controle. Nos termos da política em questão, é vedada qualquer forma de presente que possa ser interpretado como algo que exceda as práticas comerciais ou de cortesia normais de mercado, ou de qualquer forma oferecidos com a intenção de receber um tratamento favorecido na realização de qualquer atividade vinculada à Companhia. Essa política se aplica a todos os colaboradores da Companhia, bem como aos trabalhadores temporários e demais terceiros contratados, como consultores, agentes, representantes e outras pessoas que atuam, de alguma forma, nos negócios da Companhia garantindo que as suas ações sigam os padrões de integridade da Companhia.
- (viii) **Procedimento de Gestão de Doações:** A Companhia adota um procedimento interno de gestão de doações de qualquer natureza em nome da Companhia, aplicável a todos os colaboradores da Companhia, bem como aos trabalhadores temporários e demais terceiros contratados, como consultores, agentes, representantes e outras pessoas que atuam, de alguma forma, nos negócios da Companhia, garantindo que as suas ações sigam os padrões de integridade da Companhia.
- (ix) **Protocolo de Atuação no Relacionamento com funcionários públicos e autoridades públicas:** o Protocolo de Atuação no Relacionamento com funcionários públicos e autoridades públicas consiste em um documento anexo ao Código de Ética do Grupo Enel, com o objetivo: (i) estabelecer princípios claros de atuação que orientem as ações para aqueles que tenham relacionamento com funcionários públicos ou autoridades públicas, como forma de prevenir a ocorrência de práticas ilícitas; (ii) proteger o processo de competência e o correto funcionamento dos mercados, mediante a prevenção e eliminação de práticas que suponham vantagens competitivas ilícitas; e (iii) velar pela aplicação dos princípios de transparência e o correto trato nas relações

5.3 Programa de integridade

com funcionários públicos e autoridades públicas.

Outras atividades que compõem as atividades do Programa de Compliance:

- (x) **Ações de Comunicação:** ao longo do ano são realizadas ações de comunicação em parceria com a área de Comunicação Interna da Companhia. Essas ações incluem mensagens sobre os temas de Compliance através dos meios de comunicação disponíveis como e-mails, murais e TV. Anualmente é realizada a Semana Ética, período em que são reforçadas as principais práticas de controle e combate a corrupção da organização através da realização de eventos diversos, capacitações e comunicações, incluindo atividades para nossos parceiros de negócio.
- (xi) **Condução de Treinamentos:** são realizados treinamentos, presenciais e online, para reforçar os temas relacionados à gestão de Compliance e fortalecer os padrões éticos da Companhia. Os treinamentos abrangem colaboradores de todas as áreas e níveis hierárquicos, incluindo membros da alta administração.
- (xii) **Canal de Denúncias:** a Companhia disponibiliza um canal de comunicação para receber denúncias sobre possíveis violações às leis e ao Código de Ética da Companhia. As denúncias podem ser feitas por meio do site do Canal Ético da Enel (<http://www.ethicspoint.com/>), pelo número de telefone 0800-892-0696, ou por carta ao seguinte endereço: Enel Brasil S.A. Auditoria Interna, Avenida das Nações Unidas, 14.401, Andar 17º ao 23º, Conjunto 1 ao 4, Torre B1 Aroeira, São Paulo – SP – CEP 04794-000. É garantido o anonimato da pessoa informante, sem prejuízo das obrigações legais previstas e a defesa dos direitos da empresa ou das pessoas envolvidas no testemunho.
- (xiii) **Procedimento Específico para Contratação de Serviços de Consultoria e Serviços Profissionais:** considerando o elevado nível de risco de fraude e corrupção associado a contratação de serviços de consultoria, o Grupo Enel conta com procedimento específico que regula estas contratações dessa natureza, por meio de fluxos específicos de comunicação e aprovação. A fim de verificar o seu correto cumprimento, semestralmente, é realizada uma revisão amostral de serviços contratados, com a verificação de integridade da contraparte, fluxos de aprovação, existência de documentação suporte que evidencia a prestação do serviço, controle de pagamentos e toda a gestão contratual.
- (xiv) **Declaração de Cumprimento com o Programa de Compliance:** A primeira linha do corpo diretivo (Diretores e Membros do Conselho), semestralmente, assina a declaração de conformidade com o Programa de Global de Compliance, por meio qual afirmam que não identificaram qualquer irregularidade ou infração ao referido programa, nem

5.3 Programa de integridade

qualquer fato ou comportamento que possa configurar qualquer das violações previstas na Lei Anticorrupção e que estão comprometidos a comunicar caso venham a conhecer algum fato novo.

- (xv) ***Due diligence prévia para Contratação de bens e Serviços:*** o procedimento de *Due Diligence* permite aumentar a segurança no momento da contratação de bens e serviços, além de atenuar riscos no relacionamento com os atuais e futuros parceiros de negócios da Companhia. O procedimento consiste em um conjunto de atos investigativos que devem ser realizados antes de uma contratação para conhecer em detalhes a real situação do terceiro e os riscos envolvidos na transação.

Por fim, a Companhia esclarece que a avaliação dos riscos relacionados à ocorrência de irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública é realizada periodicamente, em linha com a execução das atividades de auditoria. Os testes de efetividade dos controles são realizados ao menos uma vez ao ano e nos casos de mudanças que afetam os riscos de corrupção e do Sistema de Gestão Antissuborno.

Na medida em que mudanças nos processos ou atividades de controle forem identificadas, a matriz de riscos, controles, políticas, procedimentos, práticas e outros componentes destes poderão ser atualizados para garantir sua melhoria contínua.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

O monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade fica a cargo da área de Auditoria Interna, a qual conta com um cargo interno formalmente nomeado pelo Conselho de Administração da Companhia, em 24 de fevereiro de 2022, como “Responsável pela Prevenção de Delitos” (correspondente à função de Compliance Officer). Dentre suas principais funções, cabe a Auditoria Interna assessorar o Conselho de Administração na implementação e manutenção do Programa de Compliance da Companhia, bem como o seu monitoramento e atualização, a fim de mitigar os riscos que possam gerar responsabilidade para a Companhia. Adicionalmente, a área de Auditoria Interna é responsável por realizar a análise de riscos e realizar o controle, recebimento e tratamento de denúncias sobre possíveis violações aos normativos éticos do grupo e pela definição do plano de treinamento.

O Responsável pela Prevenção de Delitos deve reportar periodicamente suas principais atividades ao Conselho de Administração, possuindo acesso direto e imediato aos seus

5.3 Programa de integridade

membros e membros da alta direção da Companhia no caso de qualquer situação de não cumprimento ou preocupação que possa ocasionar riscos de suborno e/ou corrupção, com autonomia e independência para o exercício de suas funções e para definir iniciativas e monitoramento de controle, bem como acesso a quaisquer informações e documentos necessários para o exercício de suas funções.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

O Grupo Enel possui um Código de Ética, aprovado pelo Conselho de Administração em 29/09/2021, que dispõe sobre os compromissos éticos e responsabilidades no desempenho das atividades dos negócios do Grupo Enel e de suas operações corporativas que guiam todas as ações da Companhia, estabelecendo orientações de como todos devem interagir com os demais colaboradores da Companhia, parceiros, fornecedores e clientes.

• se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

O Código de Ética do Grupo Enel, ao qual a Companhia está vinculada, se aplica a todos os seus colaboradores que tenham qualquer vínculo com a Companhia, incluindo membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária e Não Estatutária.

Dentre as orientações estabelecidas, consta a necessidade de se observar o Pacto Global e as definições claras das políticas realizadas para atos de suborno, comissões ilícitas ou qualquer outro pagamento inadequado. Dessa forma, a Companhia se compromete a observar as leis e normas nacionais e internacionais anticorrupção.

Os princípios e condições contidos no Código de Ética do Grupo Enel são aplicáveis aos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e de outros órgãos de controle da Companhia e do grupo Enel e das demais companhias do grupo, como também responsáveis e colaboradores ligados à Companhia e ao Grupo Enel por meio de relações contratuais de qualquer natureza, incluindo contratos ocasionais e/ou apenas temporários. Além disso, as companhias do Grupo Enel exigem que seus fornecedores e parceiros conduzam suas atividades de acordo com os princípios gerais do Código de Ética. Esses compromissos estão formalmente refletidos nos contratos assinados com intermediários, fornecedores e prestadores de serviços.

• as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

Todas as alegações recebidas através do Canal Ético do Grupo Enel são apuradas e, caso seja

5.3 Programa de integridade

identificado o descumprimento de algum valor e/ou política da Companhia, medidas disciplinares são aplicadas, conforme previsto no Código de Ética e no Procedimento de Medidas Disciplinares, que estabelece metodologia para aplicação de medidas disciplinares administrativas estruturadas a fim de apoiar o desenvolvimento.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Ética foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 10 de dezembro de 2010, e a versão atualizada e vigente foi aprovada em 29 de setembro de 2021. Cópia do Código de Ética está disponível no site da Companhia (<https://www.enel.com.br/pt-saopaulo/quemsomos/archive/d2018-comportamento-etico.html>),

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

Telefone:

0800 892 0696

Endereço para envio de Carta para Auditoria Interna da Enel Brasil:

Avenida das Nações Unidas, 14.401, Andar 17º ao 23º, Conjunto 1 ao 4, Torre B1 Aroeira, São Paulo – SP – CEP 04794-000

Endereço Eletrônico do Canal Ético:

<https://secure.ethicspoint.eu/domain/media/pt/gui/102504/index.html>

i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

O Canal Ético é externo, ficando a cargo de empresa terceirizada com notória *expertise* no ramo de recebimento de denúncias e filtros de apurações a serem repassados à Auditoria Interna da Companhia, garantindo total isenção no acolhimento das manifestações.

ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O Canal Ético pode ser utilizado por qualquer pessoa, colaborador ou terceiro, para compartilhamento de informações sobre violações ou suspeitas de violações ao Código de Ética da Companhia.

iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

É garantido o anonimato da pessoa informante, sem prejuízo das obrigações legais previstas e a defesa dos direitos da empresa ou das pessoas envolvidas no testemunho. A Enel estabelece em seu Código de Ética a proteção aos denunciante de boa-fé contra qualquer tipo de retaliação. A confidencialidade da identidade da pessoa que faz a comunicação também é

5.3 Programa de integridade

assegurada, sem prejuízo das obrigações legais.

iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

A gestão, apuração e tratamento das denúncias enviadas ao Canal Ético estão sob responsabilidade da Auditoria Interna da Companhia, que deverá apurar as investigações e, após sua conclusão, delibera as medidas cabíveis para endereçar as ações mitigatórias sobre fragilidades identificadas e junto às áreas responsáveis apoia na definição das medidas disciplinares, quando aplicável.

Adicionalmente, nos termos do item 4.4 do Código de Ética, nos casos considerados mais importante, a Auditoria Interna enviará as informações ao Presidente do Conselho de Administração e ao Diretor Presidente da Enel Brasil S.A. (acionista controladora direta da Companhia) informando a respeito das violações e medidas resultantes tomadas.

Nos demais casos, os relatos são feitos diretamente ao Diretor Presidente da Companhia, e um relatório sumário do ocorrido é fornecido ao Diretor Presidente da Enel Brasil S.A.

A depender do tema abordado na denúncia, a equipe de investigação poderá buscar o suporte com outras áreas da Companhia, como Pessoas e Organização, Jurídico, Segurança e Meio Ambiente e Segurança Patrimonial, com a finalidade de obter mais orientações sobre um tema e/ou apoio para realizar uma remediação. Ainda, conforme o resultado da investigação, poderão ser feitas recomendações para o gestor da área/processo envolvido, o qual será responsável por implantar tais ações em resposta aos riscos e vulnerabilidades identificadas.

Se o resultado de uma eventual investigação puder impactar materialmente as demonstrações financeiras da Companhia, a alta administração da Companhia é prontamente notificada para que possa tomar as medidas necessárias e implementar planos de remediação.

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Não foram confirmados casos envolvendo atos ilícitos praticados contra administração pública, nacional ou estrangeira.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

5.3 Programa de integridade

Não aplicável, visto que, conforme descrito ao longo deste item, a Companhia possui políticas e diretrizes que identificar e combater desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública.

5.4 Alterações significativas

5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este campo é facultativo para Companhias registradas na categoria B.

5.5 Outras informações relevantes

5.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 5.

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Enel Brasil S.A					
07.523.555/0001-67	Brasil		Sim	06/11/2019	
197.466.862	100,000	0	0,000	197.466.862	100,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
197.466.862	100,000	0	0,000	197.466.862	100,000

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Enel Brasil S.A				07.523.555/0001-67		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
4.618.298	0,459	0	0,000	4.618.298	0,459	
Enel Americas S.A.						
05.717.031/0001-81	Chilena		Sim	31/03/2022		
1.001.905.567	99,541	0	0,000	1.001.905.567	99,541	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
3	0,000	0	0,000	3	0,000	
TOTAL						
1.006.523.868	100,000	0	0,000	1.006.523.868	100,000	

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Enel Americas S.A.				05.717.031/0001-81	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Enel S.P.A.					
	Italiana			21/04/2021	
88.260.048.702	82,269	0	0,000	88.260.048.702	82,269
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
19.021.649.859	17,731	0	0,000	19.021.649.859	17,731
TOTAL					
107.281.698.561	100,000	0	0,000	107.281.698.561	100,000

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		Composição capital social
Enel S.P.A.					
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Ministerio de Economia e de Finanças da Itália					
	Italiana			31/12/2020	
2.397.811.465	23,585	0	0,000	2.397.811.465	23,585
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
7.768.868.481	76,415	0	0,000	7.768.868.481	76,415
TOTAL					
10.166.679.946	100,000	0	0,000	10.166.679.946	100,000

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Ministerio de Economia e de Finanças da Itália						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						

0	0,000	0	0,000	0	0,000	

OUTROS						

2.397.811.465	100,000	0	0,000	2.397.811.465	100,000	

TOTAL						

2.397.811.465	100,000	0	0,000	2.397.811.465	100,000	

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	18/04/2022
Quantidade acionistas pessoa física	0
Quantidade acionistas pessoa jurídica	1
Quantidade investidores institucionais	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias	0	0,000%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	0	0,000%

6.4 Participação em sociedades

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia é registrada na CVM como emissora na Categoria “B”, nos termos do artigo 2º, inciso II, da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

6.6 Outras informações relevantes

6.6. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 6.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

7.1. Descrever as principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal do emissor, identificando:

a. principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este campo é facultativo para Companhias registradas na categoria B.

b. se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

i. a periodicidade das avaliações e sua abrangência

ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações

iii. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este campo é facultativo para Companhias registradas na categoria B.

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este campo é facultativo para Companhias registradas na categoria B.

e.se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

A Companhia segue as Diretrizes de Governança Corporativa para as companhias abertas do Grupo Enel, aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Companhia que, dentre outros temas, incluem recomendações acerca da composição dos órgãos da administração relacionadas à diversidade de sexo, idade e antiguidade dos membros no cargo. Sempre que possível, deve-se integrar distintas experiências profissionais e gerenciais e habilidades, em conjunto com os pontos de diversidade citados anteriormente.

Além das Diretrizes de Governança Corporativa, o Grupo Enel possui o Programa Liderança Feminina, cujo objetivo é acelerar a equidade de gênero em suas subsidiárias.

O ano de 2022 foi o primeiro ano com equilíbrio de gênero nas contratações do Grupo Enel. No plano de sucessão, 49% dos candidatos eram mulheres. Também em 2022, foi

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

alcançado o objetivo de ter lideranças femininas ocupando 27% dos cargos de Middle Manager e 34% em posições de executivas.

f. papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

A Companhia possui diversos processos relacionados ao gerenciamento de emissões e impactos ligados a riscos climáticos, em linha com a sua estratégia de desenvolvimento sustentável, com foco em ações e investimentos sociais e ambientais, onde destacam-se os planos de investimentos em qualidade, resiliência da rede, digitalização, eficiência e eletrificação da frota. Tais processos contam com a supervisão e envolvimento da Diretoria e englobam os processos de gestão nos escopos 1, 2 e 3, conforme abaixo:

Escopo 1:

- Gestão da Operação, monitoramento climático e gestão de crises
- Gestão da Manutenção de equipamentos sob pressão
- Gestão do processo de supressão vegetal e podas

Escopo 2:

- Gestão da eficiência Energética (consumo próprio)
- Gestão das perdas técnicas e comerciais

Escopo 3:

- Gestão de resíduos
- Gestão das emissões nas empresas contratadas (SOT e SOC)
- Gestão de projetos de eficiência energética para clientes cativos (PEE)
- Gestão de viagens

Adicionalmente, no âmbito da melhoria contínua dos processos de gestão, a Companhia informa que existem iniciativas em curso e em desenvolvimento nesse sentido:

- Inventário das emissões para todas as distribuidoras Enel;
- Criação de Comitê de Sustentabilidade para Enel Brasil;
- Atualização do processo de investimentos, com a utilização de critérios ESG no planejamento dos investimentos;
- Revisão do modelo de relacionamento com fornecedores, impulsionando a economia circular

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	4	5	0	0	3
Conselho de Administração - Efetivos	2	4	0	0	3
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 21	6	9	0	0	6

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	8	0	1	0	0	3
Conselho de Administração - Efetivos	0	5	0	0	0	0	4
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 21	0	13	0	1	0	0	7

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

7.2. Em relação especificamente ao conselho de administração, indicar:

a. órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este campo é facultativo para Companhias registradas na categoria B.

b. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este campo é facultativo para Companhias registradas na categoria B.

c. se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este campo é facultativo para Companhias registradas na categoria B.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Nome:	Alain Rosolino	CPF:	065.642.077-43	Profissão:	Economista	Data de Nascimento:	02/12/1978
Experiência Profissional:	De nacionalidade italiana, nascido em 02 de dezembro de 1978, com graduação em Economia e mestrado em Gestão de Negócios pela L.U.I.S.S. University (Roma). Nos últimos 5 anos, exerceu, em 2016, função de Gestor de Recursos Humanos da Enel S.p.A., no Chile; participou da integração da Enel Green Power Chile na estrutura do país, durante o período compreendido entre janeiro de 2017 e dezembro de 2018; e, de 2018 a 2019, exerceu função de Gestor de Recursos Humanos da Enel S.p.A., na Argentina. Atualmente, exerce a função de Head of People and Organization, no Brasil, além de ser Diretor de Recursos Humanos e Organização da Enel Brasil S.A., desde 25 de novembro de 2019. O Sr. Alain Rosolino não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da nos termos da regulamentação aplicável.						
Órgãos da Administração:							
Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato	
Pertence apenas à Diretoria	24/02/2022	24/02/2025	19 - Outros Diretores	24/02/2022	Sim		

Nome:	Alexandre Meduneckas	CPF:	285.553.898-01	Profissão:	Técnico em eletrotécnica	Data de Nascimento:	11/03/1980
Experiência Profissional:	Eletricista Sênior, com atuação em emergência, fraude, iluminação pública, Linha Viva e também em subestações com bloqueios, tanto em serviços técnicos como projetos. Atua na Eletropaulo desde 1994. Atualmente atua como Secretário Geral adjunto no Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, negociador de acordos coletivos das empresas Furnas, Eletrobras, Cesp, CPFL Renováveis e Votorantim Energia e Conselheiro na (CNTI) Confederação Nacional dos Trabalhadores em Energia, Água e Meio Ambiente. O Sr. Alexandre não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.						
Órgãos da Administração:							
Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato	
Pertence apenas ao Conselho de Administração	18/04/2022	Até a AGO 2025	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	18/04/2022	Sim		

Nome: Ana Claudia Gonçalves Rebello **CPF:** 011.914.537-58 **Profissão:** Advogada **Data de Nascimento:** 07/10/1971

Experiência Profissional: Ana Claudia Rebello é advogada, graduada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com MBA em Gestão de Negócios de Energia Elétrica pelo IBMEC, com especialização em Arbitragem pela FGV/RJ. Ingressou no Grupo Enel em 2004, como Diretora Jurídica da Enel Distribuição Rio, tendo de 2006 a 2017 ocupado o cargo de Diretora Jurídica de Geração e Energy Management, passando, no período de 2017 a 2020, a também foi responsável pelos assuntos jurídicos das empresas Enel Green Power. Atualmente é responsável pelos assuntos jurídicos das empresas de distribuição de energia no Brasil e é membro efetivo do Conselho de Administração da Coelce, Celg e Eletropaulo. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	18/04/2022	Até AGO de 2025	39 - Outros Conselheiros / Diretores	18/04/2022	Sim	

Nome: Anna Paula Hiotte Pacheco **CPF:** 043.007.817-02 **Profissão:** Engenheira **Data de Nascimento:** 05/11/1974

Experiência Profissional: De nacionalidade brasileira, nascida em 05 de novembro de 1974, com graduação em Engenharia de Produção, pela PUC – RJ. Possui, também, pós-graduação em Avaliação de Projetos, pela FGV – RJ; e extensão em Negociação, pela FGV – RJ. Nos últimos 5 anos, exerceu a função de Head Of Regulatory Affairs do Grupo Enel Green Power, no período de fevereiro de 2013 a outubro de 2016; e ocupou cargo de membro de Conselho de Administração da Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. – CGTF, durante o período de 27 de abril de 2018 a 29 de abril de 2019. Atualmente, é Head of Regulatory Affairs Generation and Wholesale Market Brasil e Uruguai, desde 2016; membro do Conselho de Administração da Associação Brasileira de Energia Eólica, desde 2016; Diretora de Regulação, desde julho de 2018, da Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. – CGTF, Enel Brasil S.A., Enel Cien S.A., além de ocupar o referido cargo, desde 22 de agosto de 2019, na Eletropaulo. Ana Paula também ocupa o cargo de Diretora-Presidente e Diretora de Regulação da Ampla. A Sra. Anna Paula Hiotte não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas à Diretoria	24/02/2022	24/02/2025	19 - Outros Diretores	24/02/2022	Sim	

Nome: Britaldo Pedrosa Soares **CPF:** 360.634.796-00 **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 11/04/1956

Experiência Profissional: Engenheiro metalúrgico formado pela Universidade Federal de Minas Gerais, com pós-graduação pela Fundação Dom Cabral em Engenharia Econômica e extensão em Gestão e Liderança na Darden School of Business – University of Virginia. Atuando nos setores de energia elétrica, papel e celulose e financeiro, foi: Presidente do Conselho de Administração da ABDIB entre 2018 e 2021, CEO do Grupo AES no Brasil entre 2005 e 2016; CFO e Vice-Presidente Financeiro da Enron Corp. e da Elektro Eletricidade e Serviços no Brasil; Presidente e CEO da Jari Celulose S.A e CFO da Unidade de Negócios de Celulose e Produtos Florestais (Grupo CAEMI – 1992 a 1998); e Vice-Presidente de Corporate Finance e Investment Bank do Citigroup (1981 a 1992). Atualmente é Presidente do Conselho Diretor da Associação Brasileira de Energia Elétrica – ABRADEE, membro do Conselho de Administração da Enel Distribuição São Paulo, Frigor S.A., Atiaia Renováveis, Odebrecht Engenharia e Construção, Grupo Zilor, ABDIB, IBEF SP, membro do Conselho Consultivo da Sterlite Power Brasil e Cypress Associates e participa e/ou coordena Comitês Financeiro, Auditoria e Riscos, e de Conformidade destas sociedades. O Sr. Britaldo não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas ao Conselho de Administração	18/04/2022	Até AGO 2025	25 - Vice Presidente Cons. de Administração Independente	18/04/2022	Sim	

Nome: Fernando Andrade **CPF:** 052.136.046-33 **Profissão:** Engenheiro Elétrico **Data de Nascimento:** 22/06/1981

Experiência Profissional: Graduado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Uberlândia com Mestrado em Engenharia Industrial, pela Universidade Federal Fluminense, e MBA em Gestão Empresarial, pela IBMEC. Desde 2006, atua no Grupo Enel e possui experiência anterior na EDF (Electricité de France). Em 2017, assumiu a posição de responsável por Desenvolvimento de Redes Brasil, no Grupo Enel, até que em 2020, passou a ser o responsável por Desenvolvimento de Redes São Paulo e, em 2021, assumiu a posição de Head de Gerenciamento de Projetos e Construção Brasil. Atualmente, ocupa o cargo de Diretor de Engenharia e Construção da AMPLA, COELCE, CELG e ELETROPAULO. O Sr. Fernando Andrade não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas à Diretoria	31/03/2022	24/02/2025	19 - Outros Diretores	31/03/2022	Sim	

Nome: FLAVIA DA SILVA BARAUNA **CPF:** 047.486.047-78 **Profissão:** Contadora **Data de Nascimento:** 21/02/1977

Experiência Profissional: É Diretora de Serviços da Companhia desde maio de 2019. É formada em Ciências Contábeis pela UERJ, com MBA em Gestão de Negócios pelo IMBEC. Atualmente é Diretora de Serviços do Grupo Enel no Brasil e na Celg.
A Sra. Flávia Baraúna não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas à Diretoria	24/02/2022	24/02/2025	19 - Outros Diretores	24/02/2022	Sim	

Nome: Gino Celentano (YB0553419) **CPF:** 716.929.051-04 **Profissão:** Engenheiro Eletricista **Data de Nascimento:** 19/04/1968

Experiência Profissional: De nacionalidade italiana, nascido em 19 de abril de 1968, Gino Celentano é graduado em Engenharia Elétrica, com honras, pela Universidade de Nápoles Federico II, e recebeu seu Ph.D. em máquinas elétricas em 1996, com foco em motores assíncronos, ganhando no mesmo ano o “Prêmio Cannone” na Universidade de Pisa. Trabalhou como professor assistente na Universidade de Nápoles Federico II e ingressou na Enel Distribuição Itália, como Gerente de Sistemas de Controle Remoto de Rede, ocupando o cargo de 1997 a 1999. Em janeiro de 1999, passou a ocupar o cargo de Gerente de Controle Remoto de Redes, até 2001. De 2001 a 2002, ocupou cargo de Gerente de Redes de Alta Tensão. De 2002 a 2006, exerceu cargo de Gerente de Infraestrutura e Redes da região de Salerno, Itália, onde, também, ocupou cargo de Gerente de Operação e Manutenção, do ano de 2006 a 2007. Durante o mesmo ano de 2007, exerceu a função de Gerente de Suporte Técnico e, em seguida, Gerente de Desenvolvimento de Redes, das regiões de Puglia e Basilicata, na Itália. Já no ano de 2008, passou a exercer a função de Head de Infraestrutura e Redes das regiões de Puglia e Basilicata até 2010. De 2010 a 2019, exerceu função de Head de Infraestrutura e Redes em diversas regiões da Itália, até ocupar, atualmente, o cargo de Head de Infraestrutura e Redes Brasil e ocupa é membro efetivo do Conselho de Administração da Ampla, Coelce, Celg e Eletropaulo. O sr. Gino Celentano não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas ao Conselho de Administração	18/04/2022	Até a AGO de 2025	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	18/04/2022	Sim	

Nome: Guilherme Gomes Lencastre CPF: 045.340.147-32 Profissão: Engenheiro Data de Nascimento: 17/06/1962

Experiência Profissional: De nacionalidade brasileira, nascido em 17/08/1972, com formação em Engenharia de Produção - Civil pela Pontifícia da Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Desde 2014 exerce a função de Diretor de Desenvolvimento de Negócios de Infra-Estrutura e Redes do Grupo Enel. Nos 6 (seis) anos anteriores também exerceu a função de CEO (Chief Executive Officer) das Empresas de Geração do Grupo Enel no Brasil (CGTF – Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A e Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A – CDSA, atual Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A) e da Transmissora do Grupo Enel no Brasil (atual Enel Cien S.A). Além disso, foi: (i) membro do Conselho de Administração da Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. – CGTF, de novembro de 2005 a dezembro de 2012, tendo ocupado a posição de Presidente do respectivo conselho de janeiro de 2009 a dezembro de 2012; (ii) membro do Conselho de Administração da Companhia de Interconexão Energética - CIEN (atual Enel Cien S.A.), de janeiro de 2009 a junho de 2011; e (iii) membro do Conselho de Administração das Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A – CDSA (atual Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A), de fevereiro de 2005 a junho de 2011, tendo ocupado o cargo de Presidente de referido conselho de abril de 2009 a junho de 2011. Foi Diretor de Desenvolvimento de Negócios de Infra-Estrutura e Redes da Enel Brasil até julho de 2021 e, atualmente, é o Presidente do Conselho de Administração da Enel Brasil, Ampla, Coelce, Celg e Eletropaulo. O Sr. Guilherme Lencastre não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas ao Conselho de Administração	18/04/2022	Até a AGO 2025	20 - Presidente do Conselho de Administração	18/04/2022	Sim	

Nome: Janaina Savino Villela CPF: 088.290.577-54 Profissão: Jornalista Data de Nascimento: 12/02/1980

Experiência Profissional: Em 2008, passou a exercer a função de responsável pela área de Comunicação Externa da holding Enel Brasil e suas controladas. Em 27 de março de 2013, foi eleita como Diretora de Relações Institucionais e Comunicação da Ampla Energia e Serviços S.A.. Atualmente, é Diretora de Comunicação na Ampla Energia e Serviços S.A, na Companhia Energética do Ceará – COELCE, na Eletropaulo, na Enel Cien S.A, a Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A e na Enel Brasil S.A. A Sra. Janaina Savino não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas à Diretoria	24/02/2022	24/02/2025	19 - Outros Diretores	24/02/2022	Sim	

Nome: José Nunes de Almeida Neto CPF: 116.258.723-72 Profissão: Engenheiro Data de Nascimento: 15/12/1955

Experiência Profissional: De nacionalidade brasileira, nascido em 15/12/1955. Graduado em Engenharia Elétrica, em 1979, pela Universidade Federal do Ceará - UFC, possui cursos de Especialização STC Executivo, Engenharia e Gestão na Fundação Dom Cabral, Northwestern University e Escola Federal de Engenharia de Itajubá. Pós-graduado no ano de 2000, em Eficiência e Qualidade Energética, também, pela Universidade Federal do Ceará - UFC. Em novembro de 1999 passou a ser Gerente de Projetos Institucionais, trabalhando na otimização do programa de investimentos especiais do Estado do Ceará, desde 2015 assumiu a Diretoria de Relações Institucionais do Grupo Enel no Brasil, sendo atualmente Diretor de Relações Institucionais na Ampla Energia e Serviços S.A, na Companhia Energética do Ceará – COELCE, na Eletropaulo, na Enel Cien S.A, na Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A e na Enel Brasil S.A. Também ocupa atualmente o cargo de Diretor-Presidente da Celg. O Sr. José Nunes Neto não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas à Diretoria	24/02/2022	24/02/2025	19 - Outros Diretores	24/02/2022	Sim	

Nome: Luiz Flavio Xavier de Sá CPF: 221.355.778-04 Profissão: Engenheiro Elétrico Data de Nascimento: 15/05/1980

Experiência Profissional: Luiz é Engenheiro Elétrico com especializações em Business Administration pela FGV e pela Strathclyde Business School (Universidade de Glasgow, Escócia), este último com ênfase em Administração de Energia Global . Dono de uma carreira sólida no setor elétrico desde o seu ingresso na Elektro em 2005 com passagem mais recente no grupo Neoenergia a partir de 2017. Tem grande experiência desde a atuação como Engenheiro, Coordenação de área de projetos e planejamento, Gerência de operações, incluindo áreas de tecnologia, medição e telecomunicações e gestão de projetos estratégicos. A partir de 2016, ainda na Elektro, iniciou sua atuação como Gerente Executivo de Atendimento ao Cliente e posteriormente no Grupo Neoenergia passou a liderar a mesma área de relacionamento com o cliente na posição de Superintendente e Diretor. Atualmente, ocupa o cargo de Diretor de Mercado da AMPLA, COELCE, CELG e ELETROPAULO. O Sr. Luiz Flavio não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas à Diretoria	24/02/2022	24/02/2025	19 - Outros Diretores	24/02/2022	Sim	

Nome: Marcia Massotti Carvalho CPF: 043.055.727-29 Profissão: Economista Data de Nascimento: 01/04/1976

Experiência Profissional: De nacionalidade brasileira, nascida em 01 de abril de 1976, gradou-se em ciências econômicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) em 1998. Em 2001, concluiu o curso de pós-graduação em marketing pelo IGA-PUC-RJ. Em 2002, concluiu o curso de pós-graduação em gestão em telecomunicações pela Fundação Dom Cabral, e em 2004, concluiu o curso de pós-graduação em empreendedorismo pela ESPM, no Rio de Janeiro. Em 2007, concluiu o mestrado de economia com ênfase em finanças pelo IBEMEC-RJ, onde defendeu a tese "uso de opções reais para precificação das garantias de contrato: o caso expresse aeroporto". Iniciou suas atividades profissionais como analista em 1997, no banco BVA S.A, banco de investimentos do Rio de Janeiro, onde ficou até 2001, quando foi aprovada em um processo para trainee na Embratel S.A., onde permaneceu por 5 anos. Ingressou no Grupo Enel em 2006 para trabalhar como especialista em Planejamento e Controle da holding Enel Brasil. Em 2008, assumiu o cargo de responsável pelo Planejamento e Controle pelas empresas de geração do Grupo. Em 2009, depois de uma reestruturação das atividades pró-processos, assumiu a responsabilidade da área de reporte, onde ficou por 2 anos. Em 2011, assumiu o cargo de responsável pela secretaria técnica, área criada para suporte à presidência da Enel Brasil, onde permaneceu por 4 anos. Em dezembro de 2014, assumiu a responsabilidade pela área de Sustentabilidade de todas as empresas do Grupo. É membro do Conselho de Administração da EGP Cachoeira Dourada, Ampla, Coelce e Eletropaulo. A Sra. Márcia Massotti não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas à Diretoria	24/02/2022	24/02/2025	19 - Outros Diretores	24/02/2022	Sim	
Pertence apenas ao Conselho de Administração	18/04/2022	Até a AGO 2025	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	18/04/2022	Sim	

Nome: Márcia Sandra Roque Vieira Silva **CPF:** 275.382.303-00 **Profissão:** Engenheira **Data de Nascimento:** 14/09/1968

Experiência Profissional: De nacionalidade brasileira, nascina em 14/06/1968. É graduada em Engenharia Civil, possui especialização em Engenharia de Segurança e Saúde Ocupacional, além de possuir MBA (Master in Business Administration) em Gestão de Negócios, com ênfase no setor elétrico, pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). No Grupo Enel, exerceu a função de: (i) Diretora de RH da Enel Green Power (Sul e Centro América), de novembro de 2014 a julho de 2016; e (ii) Diretora de RH da Latino américa (Endesa), de fevereiro de 2012 a novembro de 2014. A Sra. Marcia Sandra Roque Vieira Silva, atualmente, é Diretora de Presidente da Companhia Energética do Ceará – COELCE. Além disso, ocupa cargo de membro do Conselho de Administração da Enel Brasil, Eletropaulo, Ampla e Celg Distribuição S.A. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas ao Conselho de Administração	18/04/2022	Até AGO 2025	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	18/04/2022	Sim	

Nome: Mario Fernando de Melo Santos **CPF:** 000.541.194-72 **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 18/07/1938

Experiência Profissional: De nacionalidade brasileira, nascido em 18 de Julho de 1938. É graduado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Trabalhou na Companhia Hidroelétrica do São Francisco de 1962 a 1990 exercendo função de Engenheiro e Gerente na área de Construção, Operação e Manutenção do Sistema Energético, Diretor de Operação e Presidente em exercício em diversas oportunidades. Foi coordenador nacional de Abastecimento do Departamento Nacional de Combustíveis SNE/MINFRA, de Julho de 1990 até Abril de 1991. Diretor de Operação de Sistema e Presidente interino nas Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRÁS entre 1991 e 1998. Foi Diretor – Geral da ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico por 08 anos. Ocupou o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Ampla Investimentos e Serviços S.A. desde 28 de abril de 2006 até 21 de novembro de 2011, data de sua incorporação. Além disso, foi Presidente do Conselho de Administração da Enel Brasil S.A. de 2005 a 2021, da Ampla de 2008 a 2021 e da Coelce de 2006 a 2021. Atualmente, é Vice-Presidente dos Conselhos de Administração da Enel Brasil, Ampla, Coelce e Celg e membro do conselho de administração da Eletropaulo. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas ao Conselho de Administração	18/04/2022	Até a AGO/2025	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	18/04/2022	Sim	

Nome: Max Xavier Lins CPF: 350.048.004-72 Profissão: Engenheiro Data de Nascimento: 30/10/1962

Experiência Profissional: É Diretor Presidente da Companhia desde novembro de 2018. É formado Engenheira Elétrica pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE/1986), especializado em Proteção de Sistemas Elétricos pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC/1990) e possui MBA em Finanças Empresariais pela Fundação Getúlio Vargas (FGV 2002/2003). Nos últimos anos exerceu a função de: (i) Diretor-Presidente da Queiroz Galvão Energia S/A, de abril de 2012 a outubro de 2018; (ii) Diretor Executivo Comercial e Armazenamento de Energia da Elektro Eletricidade e Serviços S.A., de julho de 2008 a abril de 2012; (iii) Diretor Comercial da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A., de novembro de 2003 a junho de 2008; (iv) Diretor Comercial e Suprimento da NC Energia S/A (Grupo Neoenergia), de abril de 2001 a outubro de 2003; (v) Gerente Comercial, de Planejamento de Mercado, Tarifas e Suprimento de energia da CELPE – Companhia Energética de Pernambuco, de 1989 a de 2001; e (vi) engenheiro da Themag Engenharia Ltda., de 1986 a de 1988.

O Sr. Max Xavier Lins não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas à Diretoria	24/02/2022	24/02/2025	10 - Diretor Presidente / Superintendente	24/02/2022	Sim	

Nome: Nicola Cotugno CPF: 065.191.267-99 Profissão: Engenheiro Mecânico Data de Nascimento: 24/10/1962

Experiência Profissional: De nacionalidade italiana, nascido em 24 de outubro de 1962, com formação em Engenharia Mecânica pela Universidade La Sapienza de Roma (Italia). Também cursou: (i) o Programa executivo de estudo de liderança para Energia pela Harvard Business School; (ii) a Tecnologia de estudo Nuclear para Executivos no Department of Nuclear Science and Engineering/MIT; (iii) o Programa Executivo Internacioanl pelo Institut européen d'administration des affaires - INSEAD (França); e (iv) o Treinamento técnico para gestores da ENEL pela ENEL Power Generation Academy. Foi: (i) membro do Conselho de Administração da Eurelectric (Associação das Empresas Europeias de Energia Elétrica); e (ii) membro do Conselho de Administração da Wano (Moscow Centre). Além destas, nos últimos 5 (cinco) anos também exerceu a função de: (i) Diretor de Geração, Diretor da Divisão de Gerenciamento de Energia e membro do Conselho de Administração da Slovenske Electrame (Eslováquia), de 2013 a 2014; CEO da Slovenské Elektrárne (Eslováquia) e Presidente do Conselho de Administração Slovenske Electrame (Eslováquia), de 2015 a 2016. A partir de 2016, ocupou a função de Diretor Presidente e Country Manager da Enel Chile e atualmente é Diretor Presidente da Enel Brasil e Country Manager do Grupo Enel no Brasil e membro efetivo do Conselho de Administração da Ampla, Coelce, Celg e Eletropaulo. O Sr. Nicola Cotugno não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas ao Conselho de Administração	18/04/2022	Até AGO 2025	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	18/04/2022	Sim	

Nome: Raffaele Enrico Grandi **CPF:** 060.306.337-32 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 03/09/1969

Experiência Profissional: É Diretor de Administração, Finanças, Controle e de Relações com Investidores da Companhia desde abril de 2020. Formou-se em Ciências Econômicas pela Universidade de Génova. Iniciou sua carreira em 1995 como Consultor da Metis SpA, Grupo Telecom, empresa especializada em Gestão, Marketing e Estratégia de Negócios. Em 2006 ingressou no Grupo Enel como CFO da Enel Green Power Brasil, atuando na aquisição de ativos hidrelétricos, estruturação do departamento financeiro e de contabilidade. Posteriormente, ocupou diversas posições em outros países, como CFO na Enel Chile. Desde 2018 é CFO da Enel Brasil. O Sr. Raffaele Grandi não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas à Diretoria	24/02/2022	24/02/2025	12 - Diretor de Relações com Investidores	24/02/2022	Sim	

Nome: Vincenzo Ruotolo **CPF:** 717.129.891-46 **Profissão:** Engenheiro Eletricista **Data de Nascimento:** 17/09/1977

Experiência Profissional: Vincenzo é Engenheiro Elétrico formado em Napoli, ingressou no grupo Enel na e-distribuzione em 2005 como Responsável de Unidade Operativa em uma unidade de operação na Itália. Em 2015 foi promovido a Responsável de Unidade Provincial, ainda na Itália. Em 2017 assumiu a posição de Responsável de Network Development na Argentina e em 2020 passou a ocupar a posição de Responsável por Network Commercial Operation no mesmo país. Das experiências anteriores com o Brasil, destaca-se sua liderança do Projeto Agile em colaboração com a McKinsey em 2017 que visava melhorias do desempenho operacional e comercial da CELG, em particular, envolvido na otimização do plano de investimento. O Sr. Vincenzo não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas à Diretoria	24/02/2022	24/02/2025	19 - Outros Diretores	24/02/2022	Sim	

7.4 Composição dos comitês

Nome: Eugenio Belinchón Gueto **CPF:** 717.604.471-61 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 05/08/1976

Experiência Profissional: Licenciado em Ciências Económicas pela Universidade Complutense de Madrid. Possui MBA Executivo pelo Instituto de Empresa e especialização em Gestão de Riscos pela Harvard Business School. Vinculado ao Grupo Enel desde 1998, ocupou diversas responsabilidades na função de Auditoria Interna na Europa e América Latina. Entre 2009 e 2013 fez parte da função de Gestão de Risco Corporativo do Grupo Enel como responsável de Enterprise Risk Management para a região Iberia-LatAm. Em 2014, retornou à função de Auditoria Interna, assumindo diferentes responsabilidades em nível latino-americano, incluindo Gerente de Auditoria e Compliance Officer das empresas do Grupo Enel na Colômbia (2016-2019), Chile (2020-2021) e Brasil (desde 2022).

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Presidente do Comitê	21/02/2022	não há	Responsável da Auditoria Interna da Companhia como Responsável pela Prevenção de Delitos (Função de Compliance Antisuborno)	21/02/2022	Não	

7.5 Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia é registrada na CVM como emissora na Categoria “B”, nos termos do artigo 2º, inciso II, da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia é registrada na CVM como emissora na Categoria “B”, nos termos do artigo 2º, inciso II, da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

7.7 Acordos/seguros de administradores

7.7. Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este campo é facultativo para Companhias registradas na categoria B.

7.8 Outras informações relevantes

7.8. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Informações sobre quóruns de instalação de assembleias gerais

Seguem abaixo informações sobre a instalação de nossas assembleias gerais de acionistas ocorridas no último exercício social e no exercício corrente até a data de arquivamento deste Formulário de Referência:

Data	24 de abril de 2023
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Ordinária
Instalação em primeira convocação	SIM
Quórum de instalação	Presentes os acionistas representando 100% do capital social conforme verificado no Livro de Presença de Acionistas

Data	25 de abril de 2022
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Extraordinária
Instalação em primeira convocação	SIM
Quórum de instalação	Presentes os acionistas representando 100% do capital social conforme verificado no Livro de Presença de Acionistas

Data	18 de abril de 2022
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
Instalação em primeira convocação	SIM
Quórum de instalação	Presentes os acionistas representando 100% do capital social conforme verificado no Livro de Presença de Acionistas

Data	09 de março de 2022
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Extraordinária
Instalação em primeira convocação	SIM

7.8 Outras informações relevantes

Quórum de instalação	Presentes os acionistas representando 100% do capital social conforme verificado no Livro de Presença de Acionistas
-----------------------------	---

Data	20 de agosto de 2021
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Extraordinária
Instalação em primeira convocação	SIM
Quórum de instalação	Presentes os acionistas representando 100% do capital social conforme verificado no Livro de Presença de Acionistas

Data	26 de abril de 2021
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
Instalação em primeira convocação	SIM
Quórum de instalação	Presentes os acionistas representando 100% do capital social conforme verificado no Livro de Presença de Acionistas

Data	30 de março de 2021
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Extraordinária
Instalação em primeira convocação	SIM
Quórum de instalação	Presentes os acionistas representando 100% do capital social conforme verificado no Livro de Presença de Acionistas

Data	26 de junho de 2020
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Extraordinária
Instalação em primeira convocação	SIM
Quórum de instalação	Presentes os acionistas representando 100% do capital social conforme verificado no Livro de Presença de Acionistas

Data	08 de abril de 2020
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Ordinária

7.8 Outras informações relevantes

Instalação em primeira convocação	SIM
Quórum de instalação	Presentes os acionistas representando 100% do capital social conforme verificado no Livro de Presença de Acionistas

Conselheiro representante dos empregados.

O Conselheiro da Administração Sr. Alexandre Meduneckas foi eleito nos termos do artigo 140, parágrafo primeiro, da Lei das S.A., o qual prevê sobre a participação de representantes dos empregados no Conselho de Administração, escolhidos pelo voto destes, em eleição direta, organizada pela empresa, em conjunto com as entidades sindicais que os representem.

Para maiores informações sobre os membros do Conselho de Administração, vide item 7.3 deste Formulário de Referência.

8.1 Política ou prática de remuneração

8. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este campo é facultativo para Companhias registradas na categoria B.

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este campo é facultativo para Companhias registradas na categoria B.

c. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**
- **sua proporção na remuneração total nos 3 (três) últimos exercícios sociais**
- **sua metodologia de cálculo e de reajuste**

8.1 Política ou prática de remuneração

- principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este campo é facultativo para Companhias registradas na categoria B.

ii. razões que justificam a composição da remuneração

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este campo é facultativo para Companhias registradas na categoria B.

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este campo é facultativo para Companhias registradas na categoria B.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este campo é facultativo para Companhias registradas na categoria B.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este campo é facultativo para Companhias registradas na categoria B.

8.2 Remuneração total por órgão**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2023 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	13,00		22,00
Nº de membros remunerados	2,00	13,00		15,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	811.287,00	5.189.372,72		6.000.659,72
Benefícios direto e indireto	0,00	2.277.176,69		2.277.176,69
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas	n/a	n/a		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	3.692.616,60		3.692.616,60
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	n/a	n/a		
Pós-emprego	0,00	215.743,77		215.743,77
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	n/a	0,00		
Total da remuneração	811.287,00	11.374.909,78		12.186.196,78

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	12,00		21,00
Nº de membros remunerados	2,00	3,00		5,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	784.800,00	2.766.141,80		3.550.941,80
Benefícios direto e indireto	0,00	1.213.825,63		1.213.825,63
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas	n/a	n/a		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.968.311,33		1.968.311,33
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	115.000,00		115.000,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	784.800,00	6.063.278,76		6.848.078,76

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,50	11,00		19,50
Nº de membros remunerados	2,00	3,00		5,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	784.800,00	1.895.258,34		2.680.058,34
Benefícios direto e indireto	0,00	1.073.058,79		1.073.058,79
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas	n/a	n/a		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	192.415,35		192.415,35
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis		n/a		
Pós-emprego	0,00	115.000,00		115.000,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	784.800,00	3.275.732,48		4.060.532,48

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	11,00		18,00
Nº de membros remunerados	2,00	3,00		5,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.032.831,65	2.597.860,61		3.630.692,26
Benefícios direto e indireto	0,00	919.794,21		919.794,21
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas	n/a	n/a		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.738.762,17		1.738.762,17
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	115.000,00		115.000,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	1.032.831,65	5.371.416,99		6.404.248,64

8.3 Remuneração variável

Documento ainda não preenchido!

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- a. termos e condições gerais**
- b. data de aprovação e órgão responsável**
- c. número máximo de ações abrangidas**
- d. número máximo de opções a serem outorgadas**
- e. condições de aquisição de ações**
- f. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício**
- g. critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício**
- h. forma de liquidação**
- i. restrições à transferência das ações**
- j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano**
- k. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações**

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este campo é facultativo para Companhias registradas na categoria B.

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Documento ainda não preenchido!

8.6 Outorga de opções de compra de ações

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão**
- b. número total de membros**
- c. número de membros remunerados**
- d. data de outorga**
- e. quantidade de opções outorgadas**
- f. prazo para que as opções se tornem exercíveis**
- g. prazo máximo para exercício das opções**
- h. prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções**
- i. valor justo das opções na data da outorga**
- j. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga**

Não aplicável, uma vez que na data da apresentação deste Formulário de Referência e nos últimos 3 exercícios sociais, a Companhia não possuía plano de remuneração baseado em ações envolvendo a outorga de opções de compra de ações vigente.

8.7 Opções em aberto

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

- a. órgão**
- b. número total de membros**
- c. número de membros remunerados**
- d. em relação às opções ainda não exercíveis**
 - i. quantidade**
 - ii. data em que se tornarão exercíveis**
 - iii. prazo máximo para exercício das opções**
 - iv. prazo de restrição à transferência das ações**
 - v. preço médio ponderado de exercício**
 - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social**
- e. em relação às opções exercíveis**
 - i. quantidade**
 - ii. prazo máximo para exercício das opções**
 - iii. prazo de restrição à transferência das ações**
 - iv. preço médio ponderado de exercício**
 - v. valor justo das opções no último dia do exercício social**
- f. valor justo do total das opções no último dia do exercício social**

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este campo é facultativo para Companhias registradas na categoria B.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão**
- b. número total de membros**
- c. número de membros remunerados**
- d. número de ações**
- e. preço médio ponderado de exercício**
- f. preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas**
- g. multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas**

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este campo é facultativo para Companhias registradas na categoria B.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão**
- b. número total de membros**
- c. número de membros remunerados**
- d. diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários**

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este campo é facultativo para Companhias registradas na categoria B.

8.10 Outorga de ações

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão**
- b. número total de membros**
- c. número de membros remunerados**
- d. data de outorga**
- e. quantidade de ações outorgadas**
- f. prazo máximo para entrega das ações**
- g. prazo de restrição à transferência das ações**
- h. valor justo das ações na data da outorga**
- i. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga**

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este campo é facultativo para Companhias registradas na categoria B.

8.11 Ações entregues

Documento ainda não preenchido!

8.12 Precificação das ações/opções

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

- a. modelo de precificação**
- b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco**
- c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado**
- d. forma de determinação da volatilidade esperada**
- e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo**

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este campo é facultativo para Companhias registradas na categoria B.

8.13 Participações detidas por órgão

8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este campo é facultativo para Companhias registradas na categoria B.

8.14 Planos de previdência

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a. órgão**
- b. número total de membros**
- c. número de membros remunerados**
- d. nome do plano**
- e. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar**
- f. condições para se aposentar antecipadamente**
- g. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores**
- h. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores**
- i. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições**

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este campo é facultativo para Companhias registradas na categoria B.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia é registrada na CVM como emissora na Categoria “B”, nos termos do artigo 2º, inciso II, da Resolução da CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este campo é facultativo para Companhias registradas na categoria B.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Órgão	Exercício 31.12.2020	Exercício 31.12.2021	Exercício 31.12.2022	Exercício corrente
Conselho de Administração	0%	0%	0%	0%
Diretoria Estatutária	0%	0%	0%	0%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%	0%

8.18 Remuneração - Outras funções

8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este campo é facultativo para Companhias registradas na categoria B.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não houve, nos 3 últimos exercícios sociais, valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controlada da Companhia, como remuneração de membros do Conselho Fiscal, bem como não há previsão para o exercício social corrente.

Os valores indicados abaixo referem-se à remuneração paga e prevista para os diretores estatutários e conselheiros de administração pelos controladores diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, pelo exercício de cargo de administração em outras sociedades do grupo.

Exercício social corrente 2023 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	1.080.070,78	12.537.337,59	-	13.617.408,37
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	1.963.571,96	-	1.963.571,96

Exercício social 31.12.2022 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	1.080.070,78	12.537.337,59	-	13.617.408,37
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	1.963.571,96	-	1.963.571,96

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

Exercício social 31.12.2021 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	4.855.805,07	8.709.422,19	-	13.565.227,26
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	5.439.482,56	-	5.439.482,56

Exercício social 31.12.2020 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	1.792.529,78	7.117.072,74	-	8.909.602,52
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	5.718.883,74	-	5.718.883,74

8.20 Outras informações relevantes

8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia esclarece que adota a prática de informar no item 8.2, na linha “*membros remunerados*” o número de membros da Diretoria Estatutária e do Conselho de Administração efetivamente remunerados pela *emissora* (correspondente ao número de membros aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício da Companhia), ao passo que constam do item 8.19 as informações acerca da remuneração atribuída ao administradores e membros do conselho fiscal em função do exercícios de tais membros dos respectivos cargos na Companhia, efetivamente remunerados pelos controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas (remunerações reconhecidas no resultado destas sociedades), em linha com as orientações previstas no Ofício Circular Anual 2022 CVM/SEP

9.1 / 9.2 Identificação e remuneração

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Ernst & Young Auditores Independentes S.S.
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Período de prestação de serviço	01/04/2015
Descrição do serviço contratado	Os auditores independentes prestaram os serviços listados abaixo: (i) auditoria e emissão de relatório sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; (ii) revisão e emissão de relatório sobre as Informações Trimestrais (ITRs) da Companhia para os períodos findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2017, 2018 e 2019; (iii) auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCR) referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019, elaboradas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) aprovado pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014; e (iv) revisão do Relatório de Controle Patrimonial – RCP referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019, elaborado segundo com a norma da resolução ANEEL 367/2009; (v) auditoria dos relatórios específicos para fins de consolidação pela controladora indireta The AES Corporation, sediada nos Estados Unidos da América, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América para o ano de 2017 até a migração para o Novo Mercado (27 de novembro de 2017); (vi) realização durante o exercício social findo em 2017 de procedimentos previamente acordados para revisão do cálculo que demonstra que o somatório dos direitos emergentes já cedidos em operação vigente acrescido da nova operação referente a 3ª emissão de notas promissórias, 20ª emissão de debêntures, CCB Safra e FINEM (3º protocolo) não supera o valor do Fluxo de Caixa da Concessão de acordo com a resolução Normativa ANEEL nº 766/2017; (vii) realização de procedimentos previamente acordados de acordo com a norma NBC TSC 4400, para atendimento às disposições dos Despachos nº 512, de 10 de fevereiro de 2011, e nº 1.976, de 24 de julho de 2013, da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira da ANEEL, referente aos Programas e Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética realizados pela Companhia em 2017, 2018 e 2019; (viii) procedimentos previamente acordados em conexão com a tentativa de oferta pública realizada no exercício social de 2018 com esforços restritos de ações de emissão da Companhia; e (ix) asseguarção limitada dos dados não financeiros da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A., constantes no Relatório de Sustentabilidade da Enel Brasil, ano base 2018, GRI Standards.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração dos auditores independentes relativa aos serviços de auditoria externa prestados no último exercício social correspondeu a um montante de R\$ 1.384.074,00
Justificativa da substituição	Não aplicável
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
--------------------------	---------------------------------	-----	----------

Possui auditor?	SIM
Código CVM	418-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes
CPF/CNPJ	57.755.217/0003-90
Período de prestação de serviço	14/04/2020
Descrição do serviço contratado	Os auditores independentes prestaram os serviços listados abaixo: (i) auditoria e emissão de relatório sobre as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; (ii) revisão e emissão de relatório sobre as Informações Trimestrais (ITRs) da Companhia para os períodos findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2022; (iii) auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias ("DCR") referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico ("MCSE") aprovado pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014; e (iv) revisão das informações financeiras ("reporting packages") referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração dos auditores independentes relativa aos serviços de auditoria externa prestados no último exercício social correspondeu a um montante de R\$ 855.821
Justificativa da substituição	Não aplicável.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
--------------------------	---------------------------------	-----	----------

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

9.3. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Administração da Companhia entende que os serviços mencionados nos itens 9.1 e 9.2 deste Formulário de Referência são caracterizados como serviços relacionados à auditoria e, por consequência, não afetam a independência e objetividade do auditor independente contratado. A escolha dos auditores independentes da Companhia é de competência do Conselho de Administração e, ao contratar outros serviços que não de auditoria externa de seus auditores, a Companhia atua conforme as suas políticas de modo a preservar a independência do auditor seguindo os seguintes princípios: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia; e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

A Companhia não tem nenhuma situação de desacordo com as regras de independência para os auditores independentes conforme NBC PA 02 - Independência, aprovada pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade n.º 1.267/2009.

Adicionalmente, a Companhia reitera que não há transferências relevantes de serviços ou recursos entre os auditores e partes relacionadas com a Companhia, conforme definidas na Resolução CVM n.º 94, de 10 de maio de 2022, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 05(R1).

9.4 Outras informações relevantes

9.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 9.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
TOTAL = 0	0	0	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
TOTAL = 0	0	0	0	0	0	0	0

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
TOTAL = 0	0	0	0

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
TOTAL = 0	0	0	0	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
TOTAL = 0	0	0	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
TOTAL = 0	0	0	0	0	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
TOTAL = 0	0	0	0

11.1 Regras, políticas e práticas

11.1. Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este campo é facultativo para Companhias registradas na categoria B.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Enel Green Power Projetos I S.A	29/03/2019	0,00	160.000,00	160.000,00	Fevereiro de 2024	0,000000
Relação com o emissor	Controlada pela mesma holding do emissor					
Objeto contrato	Decorre do reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura entre as partes relacionadas, conforme DESPACHO N° 338, de 06 de fevereiro de 2019, e reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução Aneel nº 699/2016.					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação	Não aplicável					
Posição contratual do emissor	Credor					
Enel Brasil S.A.	17/07/2019	3.000.000.000,00	1.933.000,00	1.933.000,00	13/09/2023	0,200000
Relação com o emissor	Controlador					
Objeto contrato	Decorre da remuneração devida pela Eletropaulo à Enel Brasil, por esta ser garantidora dos contratos de dívida: 23ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Não aplicável					
Posição contratual do emissor	Devedor					
ENEL Global IN e Network	01/04/2019	0,00	4.495.000,00	4.495.000,00	Até o final da concessão	0,000000
Relação com o emissor	Controlada pela mesma holding do emissor					
Objeto contrato	Decorre de compartilhamento de recurso especializado para gerenciamento e apoio operacional.					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Não aplicável					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
AMPLA Energia e Serviços S.A	29/03/2019	0,00	1.224.000,00	1.224.000,00	Fevereiro de 2024	0,000000
Relação com o emissor	Controlada pela mesma holding do emissor					
Objeto contrato	Decorre do reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura entre as partes relacionadas, conforme DESPACHO N° 338, de 06 de fevereiro de 2019, e reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução Aneel nº 699/2016.					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação	Não aplicável					
Posição contratual do emissor	Credor					
ENEL Cien S.A	29/03/2019	0,00	293.000,00	293.000,00	Fev 2024	0,000000
Relação com o emissor	Controlada pela mesma holding do emissor					
Objeto contrato	Decorre do reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura entre as partes relacionadas, conforme DESPACHO N° 338, de 06 de fevereiro de 2019, e reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução Aneel nº 699/2016.					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação	Não aplicável					
Posição contratual do emissor	Credor					
ENEL GREEN POWER Cachoeira Dourada S.A	29/03/2019	0,00	19.000,00	19.000,00	Fevereiro de 2024	0,000000
Relação com o emissor	Controlada pela mesma holding do emissor					
Objeto contrato	Decorre do reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura entre as partes relacionadas, conforme DESPACHO N° 338, de 06 de fevereiro de 2019, e reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução Aneel nº 699/2016					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Não aplicável.					
Posição contratual do emissor	Credor					
Enel Brasil S.A	05/01/2022	101.160.001,74	101.160.001,74	101.160.001,74	11/07/2022	1,480000
Relação com o emissor	controladora do emissor					
Objeto contrato	empréstimo de R\$ 101.160.001,74 (cento e um milhões, cento e sessenta mil, um real e setenta e quatro centavos), com custo de CDI + 1,48% a.a.					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	no vencimento da operação em 11/07/2022 ou por meio de pagamento antecipado conforme disposições contratuais.					
Natureza e razão para a operação	contrato de empréstimo firmado entre a Companhia e a Enel Brasil S.A para financiar capital de giro.					
Posição contratual do emissor						
Enel Brasil S.A	10/01/2022	121.366.833,28	121.366.833,28	121.366.833,28	11/07/2022	1,480000
Relação com o emissor	controladora do emissor					
Objeto contrato	empréstimo de R\$ 121.366.833,28 (cento e vinte e um milhões, trezentos e sessenta e seis mil, oitocentos e trinta e três reais e vinte e oito centavos), com custo de CDI + 1,48% a.a.					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	no vencimento da operação em 11/07/2022 ou por meio de pagamento antecipado conforme disposições contratuais.					
Natureza e razão para a operação	contrato de empréstimo firmado entre a Companhia e a Enel Brasil S.A para financiar capital de giro.					
Posição contratual do emissor						
Enel Brasil S.A	31/01/2022	80.840.825,43	80.840.825,43	80.840.825,43	11/07/2022	1,480000
Relação com o emissor	Controladora do emissor					
Objeto contrato	empréstimo de R\$ 80.840.825,43 (oitenta milhões oitocentos e quarenta mil oitocentos e vinte e cinco reais e quarenta e três centavos), com custo de CDI + 1,48% a.a.					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	no vencimento da operação em 11/07/2022 ou por meio de pagamento antecipado conforme disposições contratuais.					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	contrato de empréstimo firmado entre a Companhia e a Enel Brasil S.A para financiar capital de giro.					
Posição contratual do emissor						
COELCE – Cia Energética	08/04/2019	0,00	5.905.000,00	5.905.000,00	Fevereiro de 2024	0,000000
Relação com o emissor	Controlada pela mesma holding do emissor					
Objeto contrato	Controlada pela mesma holding do emissor					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Não aplicável					
Posição contratual do emissor	Credor					
Enel Chile	01/01/2019	0,00	184.000,00	184.000,00	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Controlada pela mesma holding do emissor					
Objeto contrato	Decorre de compartilhamento de recurso especializado para gerenciamento e apoio operacional					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação	Não aplicável					
Posição contratual do emissor	Credor					
ENEL CIEN S.A.	07/06/2018	11.293.000,00	1.363.000,00	18.342.000,00	Até 15/06/2028	0,000000
Relação com o emissor	Controle comum					
Objeto contrato	Encargo de uso do sistema de transmissão					
Garantia e seguros	Contrato de Constituição de Garantia - CCG. Mecanismo de Garantia: Em caso de inadimplência ocorrerá o bloqueio da conta corrente centralizadora da Companhia, até o valor do débito, com os seguintes acréscimos moratórios (i) Multa de 2% (dois por cento) e (ii) Juros efetivos de mora de 12% (doze por cento) ao ano, calculados pro rata die.					
Rescisão ou extinção	Não há					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Encargo de uso do sistema de transmissão, administrado pela ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico).					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Enel Green Power Brasil	29/03/2019	0,00	2.363.000,00	2.363.000,00	Fevereiro de 2024	0,000000
Relação com o emissor	Controlada pela mesma holding do emissor					
Objeto contrato	Decorre do reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura entre as partes relacionadas, conforme DESPACHO N° 338, de 06 de fevereiro de 2019, e reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução Aneel nº 699/2016.					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação	Não aplicável					
Posição contratual do emissor	Credor					
Enel Brasil S.A	29/03/2019	0,00	6.201.000	6.201.000	Fevereiro de 2024	0,000000
Relação com o emissor	Controlador direto					
Objeto contrato	Decorre do reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura entre as partes relacionadas, conforme DESPACHO N° 338, de 06 de fevereiro de 2019, e reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução Aneel nº 699/2016.					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação	Não aplicável					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Enel Fortaleza	29/03/2019	0,00	258.000,00	258.000,00	Fevereiro de 2024	0,000000
Relação com o emissor	Controlada pela mesma holding do emissor					
Objeto contrato	Decorre do reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura entre as partes relacionadas, conforme DESPACHO N° 338, de 06 de fevereiro de 2019, e reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução Aneel nº 699/2016.					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação	Não aplicável					
Posição contratual do emissor	Devedor					
CELG Distribuição S.A	29/03/2019	0,00	1.627.000,00	1.627.000,00	Fevereiro de 2024	0,000000
Relação com o emissor	Controlada pela mesma holding do emissor					
Objeto contrato	Decorre do reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura entre as partes relacionadas, conforme DESPACHO N° 338, de 06 de fevereiro de 2019, e reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução Aneel nº 699/2016					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Não aplicável					
Posição contratual do emissor	Credor					
ENEL Global Infrastructure and Networks S.r.l.	01/03/2020	155.583.091,70	0	0	5 anos	0,000000
Relação com o emissor	Controlada pela mesma holding do emissor					
Objeto contrato	Contrato de Serviços Técnicos entre Enel Brasil SA e a Enel Global Infrastructure and Networks S.r.l conforme Despacho nº 560, de 20 de fevereiro de 2020					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Os contratos foram firmados entre a sua controladora, Enel Brasil S.A e a Enel Global Infrastructure and Networks S.r.l., para o fornecimento de apoio técnico e gerencial, integração e padronização dos processos nas empresas do grupo Enel no Brasil, visando ganhos de eficiência. Para a definição dos valores cabíveis à Companhia, foram utilizados os critérios previstos na resolução ANEEL 699/16, para compartilhamento de custos em empresas reguladas. Valor do contrato em euros: 31.230.923,52 EUR					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Enel S.P.A.	01/03/2020	31.488.364,08	0	0	5 anos	0,000000

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlador indireto					
Objeto contrato	Contrato de Serviços de gestão entre a Enel Brasil SA e a Enel SpA conforme Despacho nº 560, de 20 de fevereiro de 2020					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Os contratos foram firmados entre a sua controladora, Enel Brasil S.A e a Enel S.p.A. para o fornecimento de apoio técnico e gerencial, integração e padronização dos processos nas empresas do grupo Enel no Brasil, visando ganhos de eficiência. Para a definição dos valores cabíveis à Companhia, foram utilizados os critérios previstos na resolução ANEEL 699/16, para compartilhamento de custos em empresas reguladas. Valor do contrato em euros: 6.320.806,97 EUR					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Enel Brasil S.A	04/03/2022	353.957.241,97	0	353.957.241,97	31/08/2022	1,200000
Relação com o emissor	Controladora do Emissor					
Objeto contrato	empréstimo de R\$ 353.957.241,97 (trezentos e cinquenta e três milhões novecentos e cinquenta e sete mil duzentos e quarenta e um reais e noventa e sete centavos), com custo de CDI + 1,20% a.a.					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	no vencimento da operação em 31/08/2022 ou por meio de pagamento antecipado conforme disposições contratuais.					
Natureza e razão para a operação	contrato de empréstimo firmado entre a Companhia e a Enel Brasil S.A para financiar capital de giro.					
	No dia 01/06/2022 houve antecipação do pagamento integral do contrato.					
Posição contratual do emissor						
Enel Global Services S.r.l	01/03/2020	45.300.218,24	0	0	5 anos	0,000000
Relação com o emissor	Controlada pela mesma holding do emissor					
Objeto contrato	Contrato de Serviços Técnicos entre Enel Brasil SA e a Enel Global Services S.r.l conforme Despacho nº 560, de 20 de fevereiro de 2020					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Os contratos foram firmados entre a sua controladora, Enel Brasil S.A, e a Enel Global Services S.r.l para o fornecimento de apoio técnico e gerencial, integração e padronização dos processos nas empresas do grupo Enel no Brasil, visando ganhos de eficiência. Para a definição dos valores cabíveis à Companhia, foram utilizados os critérios previstos na resolução ANEEL 699/16, para compartilhamento de custos em empresas reguladas. Valor do contrato em euros: 9.093.325,22 EUR					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Enel Green Power Cabeça de Boi S.A.	29/08/2013	29.876.866,02	106.000,00	950.000,00	31/12/2047	0,000000
Relação com o emissor	Controle comum					
Objeto contrato	Objeto contrato Decorre de operações de compra de energia baseada em contratos de fornecimento homologados pela ANEEL (Suprimento de energia - CCEAR).					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação	Não aplicável					
Posição contratual do emissor	Devedor					
ENEL Green Power da Fazenda S.A.	29/08/2013	19.983.771,56	71.000,00	636.000,00	31/12/2047	0,000000
Relação com o emissor	Controle comum					
Objeto contrato	Decorre de operações de compra de energia baseada em contratos de fornecimento homologados pela ANEEL (Suprimento de energia - CCEAR).					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação	Não aplicável					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Enel Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A.	28/11/2014	43.186.467,56	233.000,00	2.063.000,00	até 31/12/2038	0,000000
Relação com o emissor	Controle comum					
Objeto contrato	Decorre de operações de compra de energia baseada em contratos de fornecimento homologados pela ANEEL (Suprimento de energia - CCEAR).					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação	Não aplicável					
Posição contratual do emissor	Devedor					
ENEL Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A	28/11/2014	40.072.750,18	216.000,00	1.916.000,00	31/12/2038	0,000000
Relação com o emissor	Controle comum					
Objeto contrato	Decorre de operações de compra de energia baseada em contratos de fornecimento homologados pela ANEEL (Suprimento de energia - CCEAR).					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação	Não aplicável					
Posição contratual do emissor	Devedor					
ENEL Green Power Salto Apiacás S.A.	29/08/2013	49.068.602,64	175.000,00	1.568.000,00	31/12/2047	0,000000
Relação com o emissor	Controle comum					
Objeto contrato	Decorre de operações de compra de energia baseada em contratos de fornecimento homologados pela ANEEL (Suprimento de energia - CCEAR).					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação	Não aplicável					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Enel Spa	01/01/2019	0,00	4.495.000,00	4.495.000,00	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Controlada pela mesma holding do emissor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	A companhia mantém contrato com a Enel SPA referente a compartilhamento de recurso especializado para gerenciamento e apoio operacional. O montante envolvido varia mensalmente de acordo com as despesas de recurso especializado para gerenciamento e apoio operacional compartilhadas.					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação	Não aplicável					
Posição contratual do emissor	Credor					
Enel Grids	13/12/2022	285.724.155,90	0,00	n/a	até 08/08/2027	0,000000
Relação com o emissor	Pertencentes ao Grupo do Controlador (Enel SpA)					
Objeto contrato	Este Contrato estabelece os termos e condições segundo os quais (i) a Licenciante concede uma licença exclusiva para o uso das Soluções desenvolvidas no Grid Blue Sky e (ii) executa continuamente em favor e benefício da Cliente e/ou em benefício das Partes Intervenientes Anuentes, subsidiárias da Cliente, os serviços de desenvolvimento correlatos que são necessários para assegurar a funcionalidade das soluções.					
Garantia e seguros	n/a					
Rescisão ou extinção	Caso a Cliente deixe de fazer parte do Grupo Enel, as Partes se reunirão e verificarão em conjunto as Soluções que ainda possam ser de interesse para a Cliente.					
Natureza e razão para a operação	Contrato de licença de uso das soluções desenvolvidas no Grid Blue Sky.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

11.2. Com exceção das operações que se enquadrem nas hipóteses do art. 3º, II, “a”, “b” e “c”, do anexo 30-XXXIII, informar, em relação às transações com partes relacionadas que, segundo as normas contábeis, devam ser divulgadas nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas do emissor e que tenham sido celebradas no último exercício social ou estejam em vigor no exercício social corrente:

n. medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses

A Companhia esclarece que, no âmbito da realização de transações entre partes relacionadas, os administradores e acionistas devem observar estritamente o procedimento previsto na Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia, bem como as melhores práticas de governança corporativa na contratação de tais transações e, assim, zelar pelo interesse da Companhia, observado o princípio da equidade.

Dessa forma, as operações celebradas pela Companhia com partes relacionadas são feitas em condições de mercado e estão amparadas pela legislação aplicável, principalmente o art. 245 da Lei das S.A., bem como pelas demais políticas aplicáveis da Companhia.

Adicionalmente, a operação foi submetida à avaliação da administração da Companhia antes de ser implementada. Ademais, em conformidade com a Lei das S.A., qualquer acionista ou membro do conselho de administração está proibido de votar em deliberação acerca de matéria em que tenha interesses conflitantes com os da Companhia. Assim, durante o processo de análise de qualquer transação com partes relacionadas, havendo a possibilidade de ocorrer conflito de interesses envolvendo qualquer membro da administração da Companhia, este deverá abster de analisar, votar e/ou opinar sobre a matéria, deixando a decisão quanto à celebração da transação com os demais membros.

o. demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As operações da Companhia observam caráter estritamente comutativo, pois são realizadas dentro dos parâmetros de contratação estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), que visam à modicidade tarifária, a estimular a expansão da oferta, a zelar pela compra eficiente e a definir mecanismos de proteção ao consumidor de energia elétrica. As operações entre partes relacionadas da Companhia, quando necessário conforme a regulamentação vigente, são submetidas à aprovação dessa autarquia.

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

Até a data deste Formulário de Referência, todas as operações foram realizadas pela Companhia dentro dos limites estabelecidos, e foram devidamente aprovadas pela ANEEL.

11.3 Outras informações relevantes

11.3. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 11.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital		Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação		Prazo de integralização	Valor do capital
30/12/2019			3.079.527.934,33
Quantidade de ações ordinárias		Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
197.466.862		0	197.466.862

Tipo Capital		Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação		Prazo de integralização	Valor do capital
30/12/2019			3.079.527.934,33
Quantidade de ações ordinárias		Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
197.466.862		0	197.466.862

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação		Prazo de integralização	Valor do capital
30/12/2019			3.079.524.934,33
Quantidade de ações ordinárias		Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
197.466.862		0	197.466.862

Tipo Capital		Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação		Prazo de integralização	Valor do capital
11/07/2006			3.248.680.000,00
Quantidade de ações ordinárias		Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
0		0	0

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

12.2. Emissores estrangeiros devem descrever os direitos de cada classe e espécie de ação emitida e as regras de seu país de origem e do país em que as ações estejam custodiadas no tocante a:

- a. direito a dividendos**
- b. direito de voto**
- c. conversibilidade em outra classe ou espécie de ação, indicando:**
 - i. condições**
 - ii. efeitos sobre o capital social**
- d. direitos no reembolso de capital**
- e. direito a participação em oferta pública por alienação de controle**
- f. restrições à circulação**
- g. condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários**
- h. possibilidade de resgate de ações, indicando:**
 - i. hipóteses de resgate**
 - ii. fórmula de cálculo do valor de resgate**
- i. hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação**
- j. hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desse direito, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável**
- k. outras características relevantes**

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este campo é facultativo para Companhias registradas na categoria B.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures
Data de emissão	13/09/2018
Data de vencimento	13/09/2023
Quantidade	3.000.000
Unidade	
Valor total	3.000.000.000,00
R\$	
Restrição a circulação	Slm
Descrição da restrição	As debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários entre investidores qualificados nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476").
Características dos valores mobiliários de dívida	23ª Emissão de Debêntures
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Sem prejuízo dos quóruns específicos estabelecidos na escritura e na legislação aplicável, as deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas dependerão da aprovação de Debenturistas titulares de, no mínimo, 66% mais uma das Debêntures em Circulação para cada uma das séries. As hipóteses de alteração: da remuneração; das datas de pagamento da remuneração; da data de vencimento; dos valores, montantes e datas de amortização do principal das Debêntures; eventos de vencimento antecipado; de cláusulas relacionadas ao resgate antecipado; dos quóruns previstos na escritura; das cláusulas sobre amortização extraordinária e/ou resgate antecipado; da garantia fidejussória; dependerão da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% das Debêntures em Circulação de cada uma das séries.
Outras características relevantes	Vide item 12.9
<hr/>	
Valor mobiliário	Debêntures
Data de emissão	15/05/2019
Data de vencimento	15/05/2026
Quantidade	1.500.000
Unidade	
Valor total	1.500.000.000,00
R\$	
Restrição a circulação	Slm
Descrição da restrição	As debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários entre investidores qualificados nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476").
Características dos valores mobiliários de dívida	24ª Emissão de Debêntures
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Cada Debênture em Circulação conferirá ao seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações serão tomadas pelo Debenturista, sendo admitida a constituição de mandatários. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos na escritura de emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Companhia e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.
Outras características relevantes	Vide item 12.9

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures
Data de emissão	15/04/2021
Data de vencimento	15/04/2031
Quantidade	720.000
Unidade	
Valor total	720.000.000,00
R\$	
Restrição a circulação	Slm
Descrição da restrição	<p>As Debêntures serão depositadas para distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3.</p> <p>As Debêntures serão depositadas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3.</p>
Características dos valores mobiliários de dívida	25ª Emissão de Debêntures
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	<p>Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, debenturista ou não. Sem prejuízo dos quóruns específicos estabelecidos na escritura e na legislação aplicável, as deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas dependerão da aprovação de Debenturistas titulares de, no mínimo, 75% mais uma das Debêntures em Circulação. As hipóteses de alteração encontram-se detalhadas na Cláusula Décima da escritura de emissão.</p>
Outras características relevantes	Vide item 12.9.
<hr/>	
Valor mobiliário	Debêntures
Data de emissão	04/10/2021
Data de vencimento	04/10/2028
Quantidade	575.000
Unidade	
Valor total	575.000.000,00
R\$	
Restrição a circulação	Slm
Descrição da restrição	<p>As Debêntures serão depositadas para distribuição no mercado primário por meio do MDA, administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3.</p> <p>As Debêntures serão depositadas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3.</p>
Características dos valores mobiliários de dívida	26ª Emissão de Debêntures
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	<p>Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, debenturista ou não. Sem prejuízo dos quóruns específicos estabelecidos nesta Escritura e na legislação aplicável, as deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas dependerão da aprovação de Debenturistas titulares de, no mínimo, 75% mais uma das Debêntures em Circulação. As hipóteses de alteração encontram-se detalhadas na escritura de emissão.</p>

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Outras características relevantes	Vide item 12.9
Valor mobiliário	Debêntures
Data de emissão	15/04/2022
Data de vencimento	15/04/2032
Quantidade	800.000
Unidade	
Valor total	800.000.000,00
R\$	
Restrição a circulação	Slm
Descrição da restrição	<p>As Debêntures serão depositadas para distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3.</p> <p>As Debêntures serão depositadas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3.</p>
Características dos valores mobiliários de dívida	27ª Emissão de Debêntures
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário. Sem prejuízo dos quóruns específicos estabelecidos nesta Escritura e na legislação aplicável, as deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas dependerão da aprovação de Debenturistas titulares de, no mínimo, 75% mais uma das Debêntures em circulação. As hipóteses de alteração encontram-se detalhadas na escritura de emissão.
Outras características relevantes	Vide item 12.9
Valor mobiliário	Nota Comercial
Data de emissão	06/10/2021
Data de vencimento	06/04/2023
Quantidade	65
Unidade	
Valor total	325.000.000,00
R\$	
Restrição a circulação	Slm
Descrição da restrição	As notas promissórias somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários entre investidores qualificados nos termos da Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada (“Instrução CVM 539” e “Investidores Qualificados”, respectivamente) (ou nos termos do 1º parágrafo, do artigo 15 da Instrução CVM 476, demais investidores) depois de decorridos 90 dias da data de cada subscrição ou aquisição pelos investidores profissionais, conforme definidos no artigo 9º -A da Instrução CVM 539.
Características dos valores mobiliários de dívida	7ª Emissão de Notas Promissórias

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Na ocorrência de qualquer dos eventos de inadimplemento expressos nas cartulas, o Agente Fiduciário pode convocar uma Assembleia Geral, em que os titulares de Notas Promissórias poderão determinar a declaração do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Promissórias, sendo certo que tal decisão terá caráter irrevogável e irretratável, desde que aprovado por: (a) em primeira convocação, titulares de Notas Promissórias representando, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais uma das Notas Promissórias em circulação, ou (b) em segunda convocação, titulares de Notas Promissórias representando, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais uma das Notas Promissórias em Circulação presentes na referida Assembleia (desde que estejam presentes à Assembleia em questão, titulares de Notas Promissórias representando, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das Notas Promissórias em Circulação), sendo que, as Notas Promissórias somente serão consideradas antecipadamente vencidas, se for o caso, após a aprovação de tal deliberação.
Outras características relevantes	Vide item 12.9

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	8243	103	429
Nota Comercial	0	0	8

12.5 Mercados de negociação no Brasil

12.5. Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação

As 23^a, 24^a, 25^a, 26^a e 27^a emissões de debêntures, além da 7^a emissão de notas promissórias, são admitidas à negociação no mercado secundário, por meio do módulo CETIP 21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), sendo as negociações liquidadas financeiramente e custodiadas eletronicamente na B3.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não tem valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários emitidos no exterior.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

12.8. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 exercícios sociais, indicar:

- a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**
- b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição**
- c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios**

De acordo com a Resolução CVM nº 80/2022, Anexo C, este campo é facultativo para Companhias registradas na categoria B.

12.9 Outras informações relevantes

12.9. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Outras Características dos Valores Mobiliários citados no item 12.3

23ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES

Resgate Antecipado Facultativo:

[A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a partir da Data de Emissão, realizar o resgate antecipado da totalidade (sendo vedado o resgate parcial) das Debêntures da Primeira Série, com o consequente cancelamento de tais Debêntures (“Resgate Antecipado Facultativo da Primeira Série”). Também se aplica a Segunda e Terceira Serie. A B3 deverá ser notificada pela Companhia na mesma data em que o debenturista da 1 série for notificado sobre o Resgate antecipado facultativo da Primeira série.

O Resgate Antecipado Facultativo da Primeira Série será realizado por meio de publicação de anúncio a ser amplamente divulgado nos termos da Cláusula 5.27 da escritura, ou envio de comunicado aos Debenturistas da Primeira Série, com cópia ao Agente Fiduciário, com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência da data prevista para a efetivação do Resgate Antecipado Facultativo da Primeira Série, os quais deverão indicar (i) a data efetiva para o Resgate Antecipado Facultativo da Primeira Série e pagamento aos Debenturistas da Primeira Série; (ii) o Valor do Resgate Antecipado Facultativo da Primeira Série; e (iii) as demais informações necessárias para a realização do Resgate Antecipado Facultativo da Primeira Série. Também se aplica a Segunda e Terceira Serie.

O valor a ser pago aos Debenturistas da Primeira Série no âmbito do Resgate Antecipado Facultativo da Primeira Série (“Valor do Resgate Antecipado Facultativo da Primeira Série”) será equivalente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, acrescido (i) da Remuneração da Primeira Série, calculada pro rata temporis, a partir da primeira Data de Integralização da Primeira Série ou da Data de Pagamento da Remuneração da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do Resgate Antecipado Facultativo da Primeira Série; e (ii) de prêmio, incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, acrescido da Remuneração da Primeira Série, calculada pro rata temporis desde a primeira Data de Integralização da Primeira Série ou da Data de Pagamento da Remuneração da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, correspondente a (i) 0,30% (trinta centésimos por cento) ao ano, caso o Resgate Antecipado Facultativo da Primeira Série seja realizado até o dia 13 de setembro de 2019; ou (ii) 0,20% (vinte centésimos por cento) ao ano, caso o Resgate Antecipado Facultativo da Primeira Série seja realizado a partir do dia 14 de setembro de 2019.

12.9 Outras informações relevantes

Premio: $VR^* ((1+Taxa1)^{(du\ vecto/252)}-1)$. (taxa 1: 0,30% ou 0,20% conforme o caso). Também se aplica a Segunda Série (0,30% de fee) e Terceira Série (0,14% de fee).

O pagamento do Valor do Resgate Antecipado Facultativo da Primeira Série será realizado pela Companhia (i) por meio dos procedimentos adotados pela B3 – Segmento CETIP UTMV, para as Debêntures da Primeira Série custodiadas eletronicamente na B3 – Segmento CETIP UTMV; ou (ii) mediante depósito em contas correntes indicadas pelos Debenturistas da Primeira Série a ser realizado pelo Escriturador, no caso das Debêntures da Primeira Série que não estejam custodiadas. Se aplica igualmente a Segunda e Terceira Série.]

Hipóteses de Vencimento Antecipado:

As debêntures serão declaradas vencidas e imediatamente exigíveis, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, na ocorrência dos seguintes eventos:

(i) alteração do controle acionário (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das S.A.) da Companhia, sem a prévia anuência dos Debenturistas representando no mínimo, 66% (sessenta e seis por cento) das Debêntures da respectiva série, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas da série em questão, cuja convocação mencione expressamente esta matéria, exceto no caso em que a alteração do controle acionário não resulte em rebaixamento do rating da emissão em mais de 1 (um) nível (notch), conforme rating atribuído pela Standard & Poor's Rating Services ("S&P"), Fitch Ratings ("Fitch") ou equivalente pela Moody's Investors Service ("Moody's"). Para fins deste subitem, somente haverá alteração do controle acionário da Companhia se a Enel Brasil S.A. ("Fiadora"), deixar de ser a controladora direta ou indireta da Companhia;

(ii) transformação do tipo societário da Companhia, inclusive transformação da Companhia em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das S.A.;

(iii) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Companhia e/ou pela Fiadora, das obrigações assumidas na escritura de emissão das Debêntures, sem a prévia anuência dos Debenturistas representando, no mínimo, 66% (sessenta e seis por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva série, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definido) da série em questão, cuja convocação mencione expressamente esta matéria;

(iv) falta de cumprimento pela Companhia e/ou pela Fiadora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na escritura de emissão não sanada dentro de um prazo de 15

12.9 Outras informações relevantes

(quinze) dias úteis do recebimento de comunicação acerca do referido descumprimento: (A) pela Companhia e/ou pela Fiadora ao Agente Fiduciário; ou (B) pelo Agente Fiduciário à Companhia e/ou à Fiadora, dos dois o que ocorrer primeiro, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico;

(v) nacionalização, desapropriação, confisco ou qualquer ato governamental que acarrete a apreensão de ativos da Companhia essenciais para a consecução de sua atividade de distribuidora de energia elétrica, apreensão esta que afete de forma relevante e negativa a capacidade da Companhia de honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures;

(vi) se a Companhia sofrer qualquer operação de incorporação, cisão ou fusão, exceto: (a) nos casos em que a incorporação, cisão ou fusão não resulte em rebaixamento do rating da Emissão em mais de 1 (um) nível (notch) conforme rating atribuído pela Fitch, Moody's ou Standard & Poor's; (b) nos casos em que realizadas entre sociedades integrantes do seu grupo econômico; (c) mediante anuência prévia dos Debenturistas representando, no mínimo, 66% (sessenta e seis por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva série, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definido) da série em questão; ou (d) se assegurado o resgate das Debêntures para Debenturistas dissidentes, nos termos do §1º do artigo 231 da Lei das S.A.;

(vii) se houver alteração do objeto social da Companhia de forma a alterar as suas atividades preponderantes;

(viii) não observância, pela Companhia, por 2 (dois) trimestres consecutivos do seguinte índice financeiro no limite abaixo estabelecido nas datas das suas respectivas apurações trimestrais constantes das Informações Trimestrais - ITR e/ou das Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP apresentadas pela Companhia à CVM, a ser calculado e apurado pela Companhia, e acompanhado e revisado trimestralmente pelo Agente Fiduciário, sendo que a primeira verificação para fins deste subitem ocorrerá com relação ao terceiro trimestre de 2018 (“Índice Financeiro”): o índice obtido da divisão da Dívida Líquida Financeira pelo EBITDA (conforme definidos abaixo), que não deverá ser superior a 3,5 (três inteiros e cinco décimos);

(ix) comprovação da inveracidade de qualquer declaração feita pela Companhia ou pela Fiadora na escritura de emissão, bem como provarem-se ou revelarem-se falsas, incorretas, enganosas, inconsistentes ou imprecisas quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Companhia ou pela Fiadora na escritura de emissão, em qualquer caso, que afete de forma adversa e relevante as Debêntures;

12.9 Outras informações relevantes

(x) redução do capital social da Companhia sem observância do disposto no parágrafo 3º do artigo 174 da Lei das S.A., exceto para absorção de prejuízos acumulados, ou se tiver sido previamente aprovada pela maioria dos Debenturistas;

(xi) perda ou cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia na CVM, observado que a Companhia poderá converter seu registro para companhia aberta "Categoria B";

(xii) cessão, venda e/ou qualquer forma de alienação ("Alienação") pela Companhia por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, de bens do ativo não-circulante da Companhia cujo valor individual ou agregado seja superior a 20% (vinte por cento) do ativo total da Companhia (conforme apurado com base nas demonstrações financeiras da Companhia mais recentes divulgada anteriormente à respectiva Alienação), observado que não estão vedados por este item (a) qualquer forma de cessão ou alienação fiduciária em garantia de qualquer ativo da Companhia, (b) a Alienação de ativos para substituição dos mesmos por ativos equivalentes; e/ou (c) a Alienação de recebíveis da Companhia;

(xiii) caso a fiança, por qualquer motivo, venha a deixar de ser válida ou deixe de ser oponível em relação à Fiadora, ou, ainda caso a Companhia, a Fiadora ou quaisquer terceiros tentem praticar ou interpor, ou pratiquem ou interponham, quaisquer atos ou medidas, judiciais ou extrajudiciais, que objetivem anular, questionar, revisar, cancelar, repudiar, suspender ou invalidar a Fiança e/ou quaisquer das obrigações da Fiadora nos termos da presente escritura de emissão;

(xiv) inadimplemento de qualquer dívida financeira ou qualquer obrigação pecuniária em qualquer (quaisquer) acordo(s) do(s) qual(is) a Companhia e/ou a Fiadora seja parte como devedora ou garantidora, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais), ou seu equivalente em outra moeda, exceto se (a) sanado no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados do respectivo inadimplemento; ou (b) a Companhia ou a Fiadora, conforme o caso, obtiver as medidas legais e/ou judiciais cabíveis para o não pagamento no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados do respectivo inadimplemento;

(xv) questionamento judicial da validade ou exequibilidade das Debêntures, por qualquer pessoa não mencionada no inciso (viii) da Cláusula 6.1.1, da escritura de emissão, da Fiança, desde que não contestado tempestivamente pela Companhia ou pela Fiadora com vistas à elisão de tal questionamento, após validamente citada ou intimada.

12.9 Outras informações relevantes

24ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES

Resgate Antecipado Facultativo:

A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a partir da Data de Emissão, realizar o resgate antecipado da totalidade (sendo vedado o resgate parcial) das Debêntures da Primeira Série, com o consequente cancelamento de tais Debêntures (“Resgate Antecipado Facultativo da Primeira Série”), incluindo as Debêntures da Segunda e Terceira Série.

O Resgate Antecipado Facultativo da Primeira Série será realizado por meio de publicação de anúncio a ser amplamente divulgado nos termos da Cláusula 5.27 da escritura de emissão, ou envio de comunicado aos Debenturistas da Primeira Série, com cópia ao Agente Fiduciário, com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência da data prevista para a efetivação do Resgate Antecipado Facultativo da Primeira Série, os quais deverão indicar (i) a data efetiva para o Resgate Antecipado Facultativo da Primeira Série e pagamento aos Debenturistas da Primeira Série; (ii) o Valor do Resgate Antecipado Facultativo da Primeira Série (conforme abaixo definido); e (iii) as demais informações necessárias para a realização do Resgate Antecipado Facultativo da Primeira Série.

O cálculo do valor do resgate será feito conforme a data do resgate antecipado facultativo (Valor do Prêmio Flat):

- Entre a Data de Emissão (exclusive) e até 15 de maio de 2020 (inclusive): 0,70%
- Entre 15 de maio de 2020 (exclusive) e 15 de maio de 2021 (inclusive): 0,55%
- Entre 15 de maio de 2021 (exclusive) e 15 de maio de 2022 (inclusive): 0,40%
- Entre 15 de maio de 2022 (exclusive) e 15 de maio de 2023 (inclusive): 0,25%
- Entre 15 de julho de 2023 (exclusive) e 15 de maio de 2024 (inclusive): 0,15%
- Entre 15 de julho de 2024 (exclusive) e 15 de maio de 2025 (exclusive): 0,10%

Não será admitido o Resgate antecipado facultativo parcial das Debêntures da Primeira Série, sendo, portanto, necessário o resgate da totalidade das Debêntures da Primeira Série, que serão obrigatoriamente canceladas.

A B3 deverá ser notificada pela Companhia na mesma data em que o Debenturista da Primeira Série for notificado sobre o Resgate antecipado facultativo da Primeira Série (segunda e terceira).

Oferta de Resgate Antecipado:

12.9 Outras informações relevantes

Na data da escritura de emissão, não era permitida a realização da oferta de resgate antecipado das Debêntures da Segunda Série. No entanto, desde que permitido e devidamente regulamentado pelo CMN, nos termos da Lei 12.431, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado total ou parcial das Debêntures da Segunda Série, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, que será endereçada a todos os Debenturistas da Segunda Série, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas da Segunda Série para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos na escritura de emissão.

Hipóteses de Vencimento Antecipado:

Constituem eventos de vencimento antecipado que acarretam o vencimento automático das obrigações decorrentes da escritura de emissão:

(i) falta de pagamento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária decorrente das Debêntures, não sanada no prazo de 2 (dois) dias úteis contado das respectivas datas de vencimento;

(ii) pedido de recuperação judicial ou submissão aos credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial formulado pela Companhia, independentemente de deferimento do respectivo pedido;

(iii) extinção, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de autofalência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou decretação de falência da Companhia;

(iv) descumprimento de qualquer ordem de pagamento de quantia certa oriunda de decisão judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra a Companhia, cujo valor total ultrapasse R\$90.000.000,00 (noventa milhões de reais);

(v) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigações financeiras da Companhia, assim entendidas as dívidas contraídas pela Companhia por meio de operações no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional, em valor individual ou global superior a R\$90.000.000,00 (noventa milhões de reais) na data da referida declaração de vencimento antecipado;

(vi) término antecipado da concessão ou intervenção pelo poder concedente, por qualquer motivo, na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica da Companhia;

12.9 Outras informações relevantes

(vii) protesto de títulos contra a Companhia, cujo valor individual ou global ultrapasse R\$90.000.000,00 (noventa milhões de reais), salvo se no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da data do respectivo protesto: (a) a Companhia tiver comprovado que o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro ou era ilegítimo; ou (b) o protesto for cancelado ou validamente contestado em juízo;

(viii) comprovação da não utilização, pela Companhia, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão estritamente nos termos da escritura de emissão, desde que previamente comunicado à Companhia e não esclarecido dentro de um prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da comunicação;

(ix) questionamento judicial da validade ou exequibilidade da escritura de emissão, pela Companhia, por qualquer controladora (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das S.A.) da Companhia, por qualquer sociedade controlada (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das S.A.) pela Companhia, e/ou por qualquer coligada da Companhia; ou

(x) se for declarada a invalidade, nulidade ou inexecutibilidade da escritura de emissão, por meio de decisão judicial transitada em julgado ou por decisão arbitral final.

Constituem eventos de vencimento antecipado não automático que podem acarretar o vencimento das obrigações decorrentes das Debêntures:

(i) alteração do controle acionário (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das S.A.) da Companhia, sem a prévia anuência dos Debenturistas representando no mínimo, o quórum previsto na Cláusula 10.11 da escritura de emissão, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas da série em questão, cuja convocação mencione expressamente esta matéria, exceto no caso em que a alteração do controle acionário não resulte em rebaixamento do rating da Emissão em mais de 1 (um) nível (notch), conforme rating atribuído pela S&P, Fitch ou equivalente pela Moody's. Para fins deste subitem, somente haverá alteração do controle acionário da Companhia se a Enel Brasil S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 07.523.555/0001-67, deixar de ser a controladora direta ou indireta da Companhia;

(ii) transformação do tipo societário da Companhia, inclusive transformação da Companhia em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das S.A.;

(iii) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Companhia, das obrigações assumidas na escritura, sem a prévia anuência dos Debenturistas representando, no mínimo, o quórum previsto na Cláusula 10.11(iv) da escritura, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas da série em questão, cuja convocação mencione expressamente esta matéria;

12.9 Outras informações relevantes

(iv) falta de cumprimento pela Companhia, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na escritura de emissão não sanada dentro de um prazo de 15 (quinze) Dias Úteis do recebimento de comunicação acerca do referido descumprimento: (a) pela Companhia ao Agente Fiduciário; ou (b) pelo Agente Fiduciário à Companhia, dos dois o que ocorrer primeiro, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico de cura;

(v) nacionalização, desapropriação, confisco ou qualquer ato governamental que acarrete a apreensão de ativos da Companhia essenciais para a consecução de sua atividade de distribuidora de energia elétrica, apreensão esta que afete de forma relevante e negativa a capacidade da Companhia de honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures;

(vi) se a Companhia sofrer qualquer operação de incorporação, cisão ou fusão, exceto: (a) nos casos em que a incorporação, cisão ou fusão não resulte em rebaixamento do rating da emissão em mais de 1 (um) nível (notch) conforme rating atribuído pela Fitch, Moody's ou Standard & Poor's; (b) nos casos em que realizadas entre sociedades integrantes do seu grupo econômico; (c) mediante anuência prévia dos Debenturistas representando, no mínimo, o quórum previsto na Cláusula 10.11(iv), reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas da série em questão; ou (d) se assegurado o resgate das Debêntures para Debenturistas dissidentes, nos termos do §1º do artigo 231 da Lei das S.A.;

(vii) se houver alteração do objeto social da Companhia de forma a alterar as suas atividades preponderantes;

(viii) não observância, pela Companhia, por 2 (dois) trimestres consecutivos do seguinte índice financeiro no limite abaixo estabelecido nas datas das suas respectivas apurações trimestrais constantes das Informações Trimestrais - ITR e/ou das Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP apresentadas pela Companhia à CVM, a ser calculado e apurado pela Companhia, e acompanhado e revisado trimestralmente pelo Agente Fiduciário, sendo que a primeira verificação para fins deste subitem ocorrerá com relação ao segundo trimestre de 2019 (“Índice Financeiro”): o índice obtido da divisão da Dívida Líquida Financeira pelo EBITDA Ajustado, conforme definidos a seguir, que não deverá ser superior a 3,5 (três inteiros e cinco décimos);

Onde:

12.9 Outras informações relevantes

“Dívida Líquida Financeira” significa a Dívida da Companhia e das suas subsidiárias em base consolidada de acordo com o resultado trimestral contábil mais recente menos o caixa e aplicações financeiras.

“Dívida” significa o somatório de: (a) todas as obrigações da Companhia por fundos tomados em empréstimo ou em relação a depósitos ou adiantamento de qualquer tipo; (b) todas as obrigações da Companhia evidenciadas por títulos, debêntures, notas ou instrumentos similares; (c) saldo líquido das operações da Companhia evidenciados por contratos de derivativos; (d) todas as dívidas de terceiros garantidas por (ou em relação a qual o titular da dívida tenha um direito, seja condicional ou não, de ser garantido) qualquer ônus sobre bens detidos ou adquiridos pela Companhia, tenha ou não a dívida garantida sido assumida; (e) todas as obrigações, condicionais ou não, da Companhia na qualidade de parte de cartas de crédito, cartas de garantia e/ou avais; (f) todas as obrigações, condicionais ou não, da Companhia em relação a aceites bancários; e (g) dívidas com pessoas ligadas (conforme definida escritura de emissão) listadas no passivo da Companhia, líquidas dos créditos com pessoas ligadas listadas no ativo da Companhia; excluindo-se: (i) os valores referentes aos contratos que não sejam mútuos, empréstimos e/ou financiamentos firmados com essas pessoas ligadas e desde que descritos em notas explicativas das Demonstrações Financeiras da Companhia, e (ii) os mútuos subordinados firmados com essas pessoas ligadas, definidos como quaisquer mútuos que (A) possuam cláusula expressa de subordinação às obrigações decorrentes de debêntures emitidas pela Companhia, e (B) não contenham garantia de qualquer natureza; (iii) os empréstimos setoriais compulsórios (“Empréstimos Compulsórios”); (iv) empréstimos concedidos pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás (“Empréstimos Eletrobrás”); (v) os empréstimos concedidos por entidades governamentais com o exclusivo objetivo de recompor o caixa das distribuidoras já afetado pelas variações nos ativos e passivos regulatórios não reconhecidos na tarifa; e (vi) o valor da dívida equivalente aos ganhos e perdas atuariais reconhecidos contra o patrimônio líquido. As exclusões mencionadas nos itens “i” e “ii” acima somente serão aplicadas se a Companhia estiver atuando como agente repassador dos Empréstimos Compulsórios e dos Empréstimos Eletrobrás para outras entidades.

“EBITDA Ajustado” significa o somatório dos últimos 12 (doze) meses: (i) do resultado operacional conforme apresentado no demonstrativo contábil consolidado da Companhia na linha “Resultado Operacional” (excluindo as receitas e despesas financeiras); (ii) todos os montantes de depreciação e amortização; (iii) todos os montantes relativos a despesas com entidade de previdência privada classificado na conta de “custo de operação”; (iv) os ajustes dos ativos e passivos regulatórios (positivos e negativos no resultado) conforme

12.9 Outras informações relevantes

as regras regulatórias determinadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), desde que não incluídos no resultado operacional acima; (v) atualização do ativo financeiro da concessão (positivos e negativos no resultado), desde que não incluídos no resultado operacional acima; (vi) provisão para contingências; (vii) provisão para créditos de liquidação duvidosa; (viii) baixas de títulos incobráveis; e (ix) perda na desativação de bens e direitos.

(ix) comprovação da inveracidade de qualquer declaração feita pela Companhia na escritura de emissão, bem como provarem-se ou revelarem-se falsas, incorretas, enganosas, inconsistentes ou imprecisas quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Companhia na escritura de emissão, em qualquer caso, que caracterize um efeito adverso relevante;

(x) redução do capital social da Companhia sem observância do disposto no parágrafo 3º do artigo 174 da Lei das S.A., exceto para absorção de prejuízos acumulados, ou se tiver sido previamente aprovada pela maioria dos Debenturistas;

(xi) perda ou cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia na CVM, observado que a Companhia poderá converter seu registro para companhia aberta “Categoria B”;

(xii) cessão, venda e/ou qualquer forma de alienação (“Alienação”) pela Companhia por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, de bens do ativo não-circulante da Companhia cujo valor individual ou agregado seja superior a 20% (vinte por cento) do ativo total da Companhia (conforme apurado com base nas demonstrações financeiras da Companhia mais recentes divulgada anteriormente à respectiva Alienação), observado que não estão vedados por este item (a) qualquer forma de cessão ou alienação fiduciária em garantia de qualquer ativo da Companhia, (b) a Alienação de ativos para substituição dos mesmos por ativos equivalentes; e/ou (c) a Alienação de recebíveis da Companhia;

(xiii) inadimplemento de qualquer dívida financeira e/ou no mercado de capitais ou qualquer obrigação pecuniária em qualquer (quaisquer) acordo(s) ou contrato(s) do(s) qual(is) a Companhia seja parte como devedora ou garantidora, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$90.000.000,00 (noventa milhões de reais), ou seu equivalente em outra moeda, exceto se (a) sanado no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis contados do respectivo inadimplemento; ou (b) a Companhia, conforme o caso, obtiver as medidas legais e/ou judiciais cabíveis para o não pagamento no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados do respectivo inadimplemento;

12.9 Outras informações relevantes

(xiv) questionamento judicial da validade ou exequibilidade das Debêntures, por qualquer pessoa não mencionada no inciso (ix) da Cláusula 6.1.1 da escritura de emissão, desde que não contestado tempestivamente pela Companhia com vistas à elisão de tal questionamento, após validamente citada ou intimada.

25ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES

Oferta de Resgate Antecipado:

Observado o disposto no artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, combinado com o artigo 2º, parágrafo 1º, da lei 12.431, na resolução 4.751, nas disposições do CMN e nas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, inclusive em relação ao prazo mínimo entre a data de emissão e a data da oferta de resgate antecipado, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, desde que respeitado o prazo médio ponderado dos pagamentos transcorrido entre a data de emissão e a data do efetivo resgate superior a 4 (quatro) anos, ou prazo inferior que venha a ser autorizado pela legislação ou regulamentação aplicáveis, oferta facultativa de resgate antecipado da totalidade (sendo vedada oferta facultativa de resgate antecipado parcial) das debêntures, com o consequente cancelamento de tais debêntures, que será endereçada a todos os debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os debenturistas para aceitar o resgate antecipado das debêntures de que forem titulares, nos termos e condições a previstos na escritura de emissão.

O valor a ser pago aos debenturistas no âmbito da oferta de resgate antecipado será calculado com base no equivalente ao valor nominal unitário atualizado, acrescida da respectiva remuneração, calculada *pro rata temporis*, a partir da primeira data de integralização ou da data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, até a data do resgate e de eventual prêmio de resgate antecipado, se aplicável.

Resgate Antecipado Facultativo:

A Companhia poderá optar, a seu exclusivo critério, por realizar o resgate antecipado facultativo integral das Debêntures, desde que o prazo médio ponderado dos pagamentos transcorrido entre a data de emissão e a data do efetivo resgate seja superior a 4 (quatro) anos, calculado nos termos da Resolução 3.947, ou prazo inferior que venha a ser autorizado pela legislação ou regulamentação aplicáveis.

Em tal hipótese, o valor a ser pago aos Debenturistas no âmbito do resgate será equivalente ao valor indicado no item (i) ou no item (ii) a seguir, dos 2 (dois) o que for maior: (i) o saldo do valor nominal unitário atualizado, acrescido da remuneração, calculados *pro rata temporis*, desde a primeira data de integralização ou a data de

12.9 Outras informações relevantes

pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, dos encargos moratórios e de encargos eventualmente devidos e não pagos até a data do efetivo resgate; (ii) o valor presente das parcelas remanescentes de pagamento de amortização do valor nominal unitário atualizado e da remuneração, utilizando como taxa de desconto o cupom do título Tesouro IPCA + com juros semestrais (NTN-B), com vencimento mais próximo à *duration* remanescente das Debêntures.

Hipóteses de Vencimento Antecipado:

Constituem eventos de vencimento antecipado que acarretam o vencimento automático das obrigações decorrentes da escritura de emissão:

(i) falta de pagamento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária decorrente das Debêntures, não sanada no prazo de 2 (dois) dias úteis contado das respectivas datas de vencimento;

(ii) pedido de recuperação judicial ou submissão aos credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial formulado pela Companhia, independentemente de deferimento do respectivo pedido;

(iii) extinção, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de autofalência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou decretação de falência da Companhia;

(iv) descumprimento de qualquer ordem de pagamento de quantia certa oriunda de decisão judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra a Companhia, cujo valor total ultrapasse R\$100.000.000,00 (noventa milhões de reais);

(v) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigações financeiras da Companhia, assim entendidas as dívidas contraídas pela Companhia por meio de operações no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional, em valor individual ou global superior a R\$100.000.000,00 (noventa milhões de reais) na data da referida declaração de vencimento antecipado;

(vi) término antecipado da concessão ou intervenção pelo poder concedente, por qualquer motivo, na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica da Companhia;

(vii) protesto de títulos contra a Companhia, cujo valor individual ou global ultrapasse R\$100.000.000,00 (noventa milhões de reais), salvo se no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da data do respectivo protesto: (a) a Companhia tiver comprovado que o

12.9 Outras informações relevantes

protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro ou era ilegítimo; ou (b) o protesto for cancelado ou validamente contestado em juízo;

(viii) comprovação da não utilização, pela Companhia, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão estritamente nos termos da escritura de emissão, desde que previamente comunicado à Companhia e não esclarecido dentro de um prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da comunicação;

(ix) questionamento judicial da validade ou exequibilidade da escritura de emissão, pela Companhia, por qualquer controladora (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das S.A.) da Companhia, por qualquer sociedade controlada (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das S.A.) pela Companhia, e/ou por qualquer coligada da Companhia; ou

(x) se for declarada a invalidade, nulidade ou inexecutibilidade da escritura de emissão, por meio de decisão judicial transitada em julgado ou por decisão arbitral final.

Constituem eventos de vencimento antecipado não automático que podem acarretar o vencimento das obrigações decorrentes das Debêntures:

(i) alteração do controle acionário (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das S.A.) da Companhia, sem a prévia anuência dos Debenturistas representando no mínimo, o quórum previsto na Cláusula 10.11 da escritura de emissão, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas da série em questão, cuja convocação mencione expressamente esta matéria, exceto no caso em que a alteração do controle acionário não resulte em rebaixamento do rating da Emissão em mais de 1 (um) nível (notch), conforme rating atribuído pela S&P, Fitch ou equivalente pela Moody's. Para fins deste subitem, somente haverá alteração do controle acionário da Companhia se a Enel Brasil S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 07.523.555/0001-67, deixar de ser a controladora direta ou indireta da Companhia;

(ii) transformação do tipo societário da Companhia, inclusive transformação da Companhia em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das S.A.;

(iii) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Companhia, das obrigações assumidas na escritura, sem a prévia anuência dos Debenturistas representando, no mínimo, o quórum previsto na Cláusula 10.11(iv) da escritura, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas da série em questão, cuja convocação mencione expressamente esta matéria;

12.9 Outras informações relevantes

(iv) falta de cumprimento pela Companhia, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na escritura de emissão não sanada dentro de um prazo de 15 (quinze) Dias Úteis do recebimento de comunicação acerca do referido descumprimento: (a) pela Companhia ao Agente Fiduciário; ou (b) pelo Agente Fiduciário à Companhia, dos dois o que ocorrer primeiro, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico de cura;

(v) nacionalização, desapropriação, confisco ou qualquer ato governamental que acarrete a apreensão de ativos da Companhia essenciais para a consecução de sua atividade de distribuidora de energia elétrica, apreensão esta que afete de forma relevante e negativa a capacidade da Companhia de honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures;

(vi) se a Companhia sofrer qualquer operação de incorporação, cisão ou fusão, exceto: (a) nos casos em que a incorporação, cisão ou fusão não resulte em rebaixamento do rating da emissão em mais de 1 (um) nível (notch) conforme rating atribuído pela Fitch, Moody's ou Standard & Poor's; (b) nos casos em que realizadas entre sociedades integrantes do seu grupo econômico; (c) mediante anuência prévia dos Debenturistas representando, no mínimo, o quórum previsto na Cláusula 10.11(iv), reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas da série em questão; ou (d) se assegurado o resgate das Debêntures para Debenturistas dissidentes, nos termos do §1º do artigo 231 da Lei das S.A.;

(vii) se houver alteração do objeto social da Companhia de forma a alterar as suas atividades preponderantes;

(viii) não observância, pela Companhia, por 2 (dois) trimestres consecutivos do seguinte índice financeiro no limite abaixo estabelecido nas datas das suas respectivas apurações trimestrais constantes das Informações Trimestrais - ITR e/ou das Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP apresentadas pela Companhia à CVM, a ser calculado e apurado pela Companhia, e acompanhado e revisado trimestralmente pelo Agente Fiduciário, sendo que a primeira verificação para fins deste subitem ocorrerá com relação ao segundo trimestre de 2021 (“Índice Financeiro”): o índice obtido da divisão da Dívida Líquida Financeira pelo EBITDA Ajustado, conforme definidos a seguir, que não deverá ser superior a 3,5 (três inteiros e cinco décimos);

Onde:

“Dívida Líquida Financeira” significa a Dívida da Companhia e das suas subsidiárias em base consolidada de acordo com o resultado trimestral contábil mais recente menos o caixa e aplicações financeiras.

12.9 Outras informações relevantes

“Dívida” significa o somatório de: (a) todas as obrigações da Companhia por fundos tomados em empréstimo ou em relação a depósitos ou adiantamento de qualquer tipo; (b) todas as obrigações da Companhia evidenciadas por títulos, debêntures, notas ou instrumentos similares; (c) saldo líquido das operações da Companhia evidenciados por contratos de derivativos; (d) todas as dívidas de terceiros garantidas por (ou em relação a qual o titular da dívida tenha um direito, seja condicional ou não, de ser garantido) qualquer ônus sobre bens detidos ou adquiridos pela Companhia, tenha ou não a dívida garantida sido assumida; (e) todas as obrigações, condicionais ou não, da Companhia na qualidade de parte de cartas de crédito, cartas de garantia e/ou avais; (f) todas as obrigações, condicionais ou não, da Companhia em relação a aceites bancários; e (g) dívidas com pessoas ligadas (conforme definido na escritura de emissão) listadas no passivo da Companhia, líquidas dos créditos com pessoas ligadas listadas no ativo da Companhia; excluindo-se: (i) os valores referentes aos contratos que não sejam mútuos, empréstimos e/ou financiamentos firmados com essas pessoas ligadas e desde que descritos em notas explicativas das Demonstrações Financeiras da Companhia, e (ii) os mútuos subordinados firmados com essas pessoas ligadas, definidos como quaisquer mútuos que (A) possuam cláusula expressa de subordinação às obrigações decorrentes de debêntures emitidas pela Companhia, e (B) não contenham garantia de qualquer natureza; (iii) os empréstimos setoriais compulsórios (“Empréstimos Compulsórios”); (iv) empréstimos concedidos pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás (“Empréstimos Eletrobrás”); (v) os empréstimos concedidos por entidades governamentais com o exclusivo objetivo de recompor o caixa das distribuidoras já afetado pelas variações nos ativos e passivos regulatórios não reconhecidos na tarifa; e (vi) o valor da dívida equivalente aos ganhos e perdas atuariais reconhecidos contra o patrimônio líquido. As exclusões mencionadas nos itens “i” e “ii” acima somente serão aplicadas se a Companhia estiver atuando como agente repassador dos Empréstimos Compulsórios e dos Empréstimos Eletrobrás para outras entidades.

“EBITDA Ajustado” significa o somatório dos últimos 12 (doze) meses: (i) do resultado operacional conforme apresentado no demonstrativo contábil consolidado da Companhia na linha “Resultado Operacional” (excluindo as receitas e despesas financeiras); (ii) todos os montantes de depreciação e amortização; (iii) todos os montantes relativos a despesas com entidade de previdência privada classificado na conta de “custo de operação”; (iv) os ajustes dos ativos e passivos regulatórios (positivos e negativos no resultado) conforme as regras regulatórias determinadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), desde que não incluídos no resultado operacional acima; (v) atualização do ativo financeiro da concessão (positivos e negativos no resultado), desde que

12.9 Outras informações relevantes

não incluídos no resultado operacional acima; (vi) provisão para contingências; (vii) provisão para créditos de liquidação duvidosa; (viii) baixas de títulos incobráveis; e (ix) perda na desativação de bens e direitos.

26ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES

Oferta de Resgate Antecipado:

A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar uma oferta facultativa de resgate antecipado da totalidade (sendo vedada oferta facultativa de resgate antecipado parcial) das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, que será endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares.

O valor a ser pago aos Debenturistas no âmbito da oferta de resgate antecipado será equivalente ao valor nominal unitário ou do saldo do valor nominal unitário, acrescida da respectiva remuneração, calculada *pro rata temporis*, a partir da primeira data de Integralização ou da data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, até a data do resgate e de eventual prêmio de resgate antecipado, se aplicável.

Hipóteses de Vencimento Antecipado:

Constituem eventos de vencimento antecipado que acarretam o vencimento automático das obrigações decorrentes da escritura de emissão:

(i) falta de pagamento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária decorrente das Debêntures, não sanada no prazo de 2 (dois) dias úteis contado das respectivas datas de vencimento;

(ii) pedido de recuperação judicial ou submissão aos credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial formulado pela Companhia, independentemente de deferimento do respectivo pedido;

(iii) extinção, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de autofalência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou decretação de falência da Companhia;

(iv) descumprimento de qualquer ordem de pagamento de quantia certa oriunda de decisão judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra a Companhia, cujo valor total ultrapasse R\$100.000.000,00 (noventa milhões de reais);

12.9 Outras informações relevantes

(v) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigações financeiras da Companhia, assim entendidas as dívidas contraídas pela Companhia por meio de operações no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional, em valor individual ou global superior a R\$100.000.000,00 (noventa milhões de reais) na data da referida declaração de vencimento antecipado;

(vi) término antecipado da concessão ou intervenção pelo poder concedente, por qualquer motivo, na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica da Companhia;

(vii) protesto de títulos contra a Companhia, cujo valor individual ou global ultrapasse R\$100.000.000,00 (noventa milhões de reais), salvo se no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da data do respectivo protesto: (a) a Companhia tiver comprovado que o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro ou era ilegítimo; ou (b) o protesto for cancelado ou validamente contestado em juízo;

(viii) comprovação da não utilização, pela Companhia, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão estritamente nos termos da escritura de emissão, desde que previamente comunicado à Companhia e não esclarecido dentro de um prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da comunicação;

(ix) questionamento judicial da validade ou exequibilidade da escritura de emissão, pela Companhia, por qualquer controladora (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das S.A.) da Companhia, por qualquer sociedade controlada (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das S.A.) pela Companhia, e/ou por qualquer coligada da Companhia; ou

(x) se for declarada a invalidade, nulidade ou inexecutibilidade da escritura de emissão, por meio de decisão judicial transitada em julgado ou por decisão arbitral final.

Constituem eventos de vencimento antecipado não automático que podem acarretar o vencimento das obrigações decorrentes das Debêntures:

(i) alteração do controle acionário (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das S.A.) da Companhia, sem a prévia anuência dos Debenturistas representando no mínimo, o quórum previsto na Cláusula 10.11 da escritura de emissão, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas da série em questão, cuja convocação mencione expressamente esta matéria, exceto no caso em que a alteração do controle acionário não resulte em rebaixamento do rating da Emissão em mais de 1 (um) nível (notch), conforme rating atribuído pela S&P, Fitch ou equivalente pela Moody's. Para

12.9 Outras informações relevantes

fins deste subitem, somente haverá alteração do controle acionário da Companhia se a Enel Brasil S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 07.523.555/0001-67, deixar de ser a controladora direta ou indireta da Companhia;

(ii) transformação do tipo societário da Companhia, inclusive transformação da Companhia em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das S.A.;

(iii) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Companhia, das obrigações assumidas na escritura, sem a prévia anuência dos Debenturistas representando, no mínimo, o quórum previsto na Cláusula 10.11(iv) da escritura, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas da série em questão, cuja convocação mencione expressamente esta matéria;

(iv) falta de cumprimento pela Companhia, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na escritura de emissão não sanada dentro de um prazo de 15 (quinze) Dias Úteis do recebimento de comunicação acerca do referido descumprimento: (a) pela Companhia ao Agente Fiduciário; ou (b) pelo Agente Fiduciário à Companhia, dos dois o que ocorrer primeiro, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico de cura;

(v) nacionalização, desapropriação, confisco ou qualquer ato governamental que acarrete a apreensão de ativos da Companhia essenciais para a consecução de sua atividade de distribuidora de energia elétrica, apreensão esta que afete de forma relevante e negativa a capacidade da Companhia de honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures;

(vi) se a Companhia sofrer qualquer operação de incorporação, cisão ou fusão, exceto: (a) nos casos em que a incorporação, cisão ou fusão não resulte em rebaixamento do rating da emissão em mais de 1 (um) nível (notch) conforme rating atribuído pela Fitch, Moody's ou Standard & Poor's; (b) nos casos em que realizadas entre sociedades integrantes do seu grupo econômico; (c) mediante anuência prévia dos Debenturistas representando, no mínimo, o quórum previsto na Cláusula 10.11(iv), reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas da série em questão; ou (d) se assegurado o resgate das Debêntures para Debenturistas dissidentes, nos termos do §1º do artigo 231 da Lei das S.A.;

(vii) se houver alteração do objeto social da Companhia de forma a alterar as suas atividades preponderantes;

(viii) não observância, pela Companhia, por 2 (dois) trimestres consecutivos do seguinte índice financeiro no limite abaixo estabelecido nas datas das suas respectivas apurações

12.9 Outras informações relevantes

trimestrais constantes das Informações Trimestrais - ITR e/ou das Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP apresentadas pela Companhia à CVM, a ser calculado e apurado pela Companhia, e acompanhado e revisado trimestralmente pelo Agente Fiduciário, sendo que a primeira verificação para fins deste subitem ocorrerá com relação ao segundo trimestre de 2021 (“Índice Financeiro”): o índice obtido da divisão da Dívida Líquida Financeira pelo EBITDA Ajustado, conforme definidos a seguir, que não deverá ser superior a 3,5 (três inteiros e cinco décimos);

Onde:

“Dívida Líquida Financeira” significa a Dívida da Companhia e das suas subsidiárias em base consolidada de acordo com o resultado trimestral contábil mais recente menos o caixa e aplicações financeiras.

“Dívida” significa o somatório de: (a) todas as obrigações da Companhia por fundos tomados em empréstimo ou em relação a depósitos ou adiantamento de qualquer tipo; (b) todas as obrigações da Companhia evidenciadas por títulos, debêntures, notas ou instrumentos similares; (c) saldo líquido das operações da Companhia evidenciados por contratos de derivativos; (d) todas as dívidas de terceiros garantidas por (ou em relação a qual o titular da dívida tenha um direito, seja condicional ou não, de ser garantido) qualquer ônus sobre bens detidos ou adquiridos pela Companhia, tenha ou não a dívida garantida sido assumida; (e) todas as obrigações, condicionais ou não, da Companhia na qualidade de parte de cartas de crédito, cartas de garantia e/ou avais; (f) todas as obrigações, condicionais ou não, da Companhia em relação a aceites bancários; e (g) dívidas com pessoas ligadas (conforme definido na escritura de emissão) listadas no passivo da Companhia, líquidas dos créditos com pessoas ligadas listadas no ativo da Companhia; excluindo-se: (i) os valores referentes aos contratos que não sejam mútuos, empréstimos e/ou financiamentos firmados com essas pessoas ligadas e desde que descritos em notas explicativas das Demonstrações Financeiras da Companhia, e (ii) os mútuos subordinados firmados com essas pessoas ligadas, definidos como quaisquer mútuos que (A) possuam cláusula expressa de subordinação às obrigações decorrentes de debêntures emitidas pela Companhia, e (B) não contenham garantia de qualquer natureza; (iii) os empréstimos setoriais compulsórios (“Empréstimos Compulsórios”); (iv) empréstimos concedidos pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás (“Empréstimos Eletrobrás”); (v) os empréstimos concedidos por entidades governamentais com o exclusivo objetivo de recompor o caixa das distribuidoras já afetado pelas variações nos ativos e passivos regulatórios não reconhecidos na tarifa; e (vi) o valor da dívida equivalente aos ganhos e perdas atuariais reconhecidos contra o patrimônio líquido. As exclusões mencionadas nos itens “i” e “ii” acima somente serão

12.9 Outras informações relevantes

aplicadas se a Companhia estiver atuando como agente repassador dos Empréstimos Compulsórios e dos Empréstimos Eletrobrás para outras entidades.

“EBITDA Ajustado” significa o somatório dos últimos 12 (doze) meses: (i) do resultado operacional conforme apresentado no demonstrativo contábil consolidado da Companhia na linha “Resultado Operacional” (excluindo as receitas e despesas financeiras); (ii) todos os montantes de depreciação e amortização; (iii) todos os montantes relativos a despesas com entidade de previdência privada classificado na conta de “custo de operação”; (iv) os ajustes dos ativos e passivos regulatórios (positivos e negativos no resultado) conforme as regras regulatórias determinadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), desde que não incluídos no resultado operacional acima; (v) atualização do ativo financeiro da concessão (positivos e negativos no resultado), desde que não incluídos no resultado operacional acima; (vi) provisão para contingências; (vii) provisão para créditos de liquidação duvidosa; (viii) baixas de títulos incobráveis; e (ix) perda na desativação de bens e direitos.

7ª EMISSÃO DE NOTAS PROMISSÓRIAS

Resgate Antecipado Facultativo:

Conforme os termos observados nos parágrafos 2º, 3º e 4º do artigo 5º da Instrução CVM 566, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos titulares das Notas Promissórias, de forma unilateral, a qualquer tempo a partir do 91º (nonagésimo primeiro) dia contado da Data de Emissão (inclusive), realizar o resgate antecipado da totalidade (sendo vedado o resgate parcial) das Notas Promissórias (“Resgate Antecipado Facultativo”).

O Resgate Antecipado Facultativo será realizado por meio de publicação de anúncio a ser amplamente divulgado nos termos da Cláusula XI da cártula da Nota Promissória, ou envio de comunicado (“Comunicado de Resgate”) individualmente a todos os titulares das Notas Promissórias, com, no mínimo, 3 (três) dias corridos de antecedência da data prevista para a efetivação do Resgate Antecipado Facultativo, os quais deverão indicar (i) a data efetiva para o Resgate Antecipado Facultativo e pagamento aos titulares das Notas Promissórias; (ii) o Valor do Resgate Antecipado Facultativo (conforme abaixo definido); e (iii) as demais informações necessárias para a realização do Resgate Antecipado Facultativo.

O valor a ser pago aos titulares das Notas Promissórias no âmbito do Resgate Antecipado Facultativo (“Valor do Resgate Antecipado Facultativo”) será equivalente ao Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data

12.9 Outras informações relevantes

de Emissão até a data do Resgate Antecipado Facultativo, e dos encargos aplicáveis, se for o caso, sem o pagamento de qualquer prêmio ou penalidade.

O Resgate Antecipado Facultativo deverá ser realizado: (i) para as Notas Promissórias depositadas eletronicamente na B3, conforme procedimentos adotados pela B3; ou (ii) no caso das Notas Promissórias que não estejam depositadas eletronicamente na B3, na sede da Companhia e/ou em conformidade com os procedimentos do Banco Mandatário, conforme aplicável. As Notas Promissórias resgatadas antecipadamente, conforme aqui previsto, serão obrigatoriamente canceladas pela Companhia, sendo vedada sua manutenção em tesouraria, conforme disposto no parágrafo 4º do artigo 5º da Instrução CVM 566.

A B3 e o Banco Mandatário deverão ser comunicados pela Companhia com, no mínimo, 3 (três) Dias Úteis de antecedência, das datas estipuladas para a realização do Resgate Antecipado Facultativo.

Hipóteses de Vencimento Antecipado:

Serão consideradas hipóteses de vencimento antecipado das Notas Promissórias, podendo resultar na exigibilidade de pagamento pela Companhia, qualquer uma das hipóteses descritas abaixo:

1) Vencimento Antecipado Automático:

- c) falta de pagamento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária decorrente das Notas Promissórias, não sanada no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contado das respectivas datas de vencimento;
- b) pedido de recuperação judicial ou submissão aos credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial formulado pela Companhia, independentemente de deferimento do respectivo pedido;
- c) extinção, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de autofalência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou decretação de falência da Companhia;
- d) descumprimento de qualquer ordem de pagamento de quantia certa oriunda de decisão judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra a Companhia, cujo valor total ultrapasse R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais);

12.9 Outras informações relevantes

- e) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigações financeiras da Companhia, assim entendidas as dívidas contraídas pela Companhia por meio de operações no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional, em valor individual ou global superior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) na data da referida declaração de vencimento antecipado;
- f) término antecipado da concessão ou intervenção pelo poder concedente, por qualquer motivo, na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica da Companhia;
- g) protesto de títulos contra a Companhia, cujo valor individual ou global ultrapasse R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), salvo se no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contados da data do respectivo protesto: (a) a Companhia tiver comprovado que o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro ou era ilegítimo; ou (b) o protesto for cancelado ou validamente contestado em juízo;
- h) comprovação da não utilização, pela Companhia, dos recursos obtidos com a Emissão estritamente nos termos desta cártula;
- c) questionamento judicial da validade ou exequibilidade desta cártula e/ou das Notas Promissórias, pela Companhia, por qualquer controladora (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das S.A.) da Companhia, por qualquer sociedade controlada (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das S.A.) pela Companhia; ou
- j) se for declarada a invalidade, nulidade ou inexecutabilidade desta cártula e/ou das Notas Promissórias, por meio de decisão judicial transitada em julgado ou por decisão arbitral final.

2. Vencimento Antecipado Automático não Faturável

- c) alteração do controle acionário (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das S.A.) da Companhia, sem a prévia anuência dos titulares das Notas Promissórias representando, no mínimo, o quórum previsto no item 11.11 da cártula das notas promissórias; reunidos em Assembleia, cuja convocação mencione expressamente esta matéria, exceto no caso em que a alteração do controle acionário não resulte em rebaixamento do rating da Companhia em mais de 1 (um) nível (notch) por ao menos uma (ainda que isoladamente) das seguintes agências: S&P, Fitch ou equivalente pela Moody's. Para fins deste subitem, somente haverá alteração do controle

12.9 Outras informações relevantes

acionário da Companhia se a ENEL S.P.A. deixar de ser a controladora direta ou indireta da Companhia;

b) transformação do tipo societário da Companhia, inclusive transformação da Companhia em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das S.A.;

c) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Companhia, das obrigações assumidas na cártula, sem a prévia anuência dos titulares das Notas Promissórias representando, no mínimo, o quórum previsto no item 11.11 das cártulas das Notas Promissórias, reunidos em Assembleia, cuja convocação mencione expressamente esta matéria;

d) falta de cumprimento pela Companhia, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na cártula não sanada dentro de um prazo de 15 (quinze) dias úteis do recebimento de comunicação acerca do referido descumprimento: (i) pela Companhia aos titulares das Notas Promissórias; ou (ii) por qualquer dos titulares das Notas Promissórias à Companhia, dos dois o que ocorrer primeiro, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico de cura;

e) nacionalização, desapropriação, confisco ou qualquer ato governamental que acarrete a apreensão de ativos da Companhia essenciais para a consecução de sua atividade de distribuidora de energia elétrica, apreensão esta que afete de forma relevante e negativa a capacidade da Companhia de honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias relativas às Notas Promissórias;

f) se a Companhia sofrer qualquer operação de incorporação, cisão ou fusão, exceto: (a) nos casos em que a incorporação, cisão ou fusão não resulte em rebaixamento do rating da Companhia em mais de 1 (um) nível (notch) por ao menos uma (ainda que isoladamente) das seguintes agências: Fitch, Moody's ou Standard & Poor's; (b) nos casos em que realizadas entre sociedades integrantes do seu grupo econômico; (c) mediante anuência prévia dos titulares das Notas Promissórias representando, no mínimo, o quórum previsto no item 11.11 (d) da cártula das Notas Promissórias, reunidos em Assembleia; ou (d) se assegurado o resgate das Notas Promissórias para os titulares porventura dissidentes, nos termos do §1º do artigo 231 da Lei das S.A.;

g) se houver alteração do objeto social da Companhia de forma a alterar as suas atividades preponderantes;

h) não observância, pela Companhia, por 2 (dois) trimestres consecutivos do seguinte índice financeiro no limite abaixo estabelecido nas datas das suas respectivas

12.9 Outras informações relevantes

apurações trimestrais constantes das Informações Trimestrais – ITR e/ou das Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP apresentadas pela Companhia à CVM, a ser calculado e apurado pela Companhia, e acompanhado e revisado trimestralmente pelos titulares de Notas Promissórias, sendo que a primeira verificação para fins deste subitem ocorrerá com relação ao exercício social encerrado em 2021 (“Índice Financeiro”): o índice obtido da divisão da Dívida Líquida Financeira pelo EBITDA Ajustado (conforme definidos abaixo), que não deverá ser superior a 3,5 (três inteiros e cinco décimos);

Onde:

“Dívida Líquida Financeira” significa a Dívida da Companhia e das suas subsidiárias em base consolidada de acordo com o resultado trimestral contábil mais recente menos o caixa e aplicações financeiras.

“Dívida” significa o somatório de: (a) todas as obrigações da Companhia por fundos tomados em empréstimo ou em relação a depósitos ou adiantamento de qualquer tipo; (b) todas as obrigações da Companhia evidenciadas por títulos, debêntures, notas ou instrumentos similares; (c) saldo líquido das operações da Companhia evidenciados por contratos de derivativos; (d) todas as dívidas de terceiros garantidas por (ou em relação a qual o titular da dívida tenha um direito, seja condicional ou não, de ser garantido) qualquer ônus sobre bens detidos ou adquiridos pela Companhia, tenha ou não a dívida garantida sido assumida; (e) todas as obrigações, condicionais ou não, da Companhia na qualidade de parte de cartas de crédito, cartas de garantia e/ou avais; (f) todas as obrigações, condicionais ou não, da Companhia em relação a aceites bancários; e (g) dívidas com Pessoas Ligadas (conforme definido abaixo) listadas no passivo da Companhia, líquidas dos créditos com Pessoas Ligadas listadas no ativo da Companhia; excluindo-se: (i) os valores referentes aos contratos que não sejam mútuos, empréstimos e/ou financiamentos firmados com essas Pessoas Ligadas e desde que descritos em notas explicativas das Demonstrações Financeiras da Companhia, (ii) os mútuos subordinados firmados com essas Pessoas Ligadas, definidos como quaisquer mútuos que (A) possuam cláusula expressa de subordinação às obrigações decorrentes de debêntures emitidas pela Companhia, e (B) não contenham garantia de qualquer natureza; (iii) os empréstimos setoriais compulsórios (“Empréstimos Compulsórios”); (iv) empréstimos concedidos pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás (“Empréstimos Eletrobrás”); (v) os empréstimos concedidos por entidades governamentais com o exclusivo objetivo de recompor o caixa das distribuidoras já afetado pelas variações nos ativos e passivos regulatórios não reconhecidos na tarifa; e (vi) o valor da dívida equivalente aos ganhos e perdas atuariais reconhecidos contra o Patrimônio

12.9 Outras informações relevantes

Líquido. As exclusões mencionadas nos subitens "iii" e "iv" acima somente serão aplicadas se a Companhia estiver atuando como agente repassador dos Empréstimos Compulsórios e dos Empréstimos Eletrobrás para outras entidades. Para fins desta Nota Promissória, "Pessoas Ligadas" significa, com relação a qualquer pessoa, qualquer pessoa física ou jurídica que seja controladora, controlada, coligada ou esteja sob controle comum com a mesma, em quaisquer de tais casos, de forma direta ou indireta. Para evitar dúvidas de interpretação, fica estabelecido que passivos referentes a aluguéis e arrendamentos de qualquer natureza não são compreendidos no conceito de "Dívida Líquida Financeira".

"EBITDA Ajustado" significa o somatório dos últimos 12 (doze) meses: (i) do resultado operacional conforme apresentado no demonstrativo contábil consolidado da Companhia na linha "Resultado Operacional" (excluindo as receitas e despesas financeiras); (ii) todos os montantes de depreciação e amortização; (iii) todos os montantes relativos a despesas com entidade de previdência privada classificado na conta de "custo de operação"; (iv) os ajustes dos ativos e passivos regulatórios (positivos e negativos no resultado) conforme as regras regulatórias determinadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), desde que não incluídos no resultado operacional acima; (v) atualização do ativo financeiro da concessão (positivos e negativos no resultado), desde que não incluídos no resultado operacional acima; (vi) provisão para contingências; (vii) provisão para créditos de liquidação duvidosa; (viii) baixas de títulos incobráveis; (ix) perda na desativação de bens e direitos; e (x) impairment de bens e direitos.

O Agente Fiduciário se balizará pelas informações que lhe forem disponibilizadas pela Companhia para verificar acompanhar o atendimento dos Índices Financeiros.

Caso seja editada nova lei ou ato normativo que altere a metodologia de apuração contábil no Brasil a partir da presente data, tais alterações serão obrigatoriamente desconsideradas para fins de cálculo da Dívida Líquida Financeira ou do EBITDA Ajustado, prevalecendo a regra contábil em naquela data.

i) comprovação da inveracidade de qualquer declaração feita pela Companhia na cártula, bem como provarem-se ou revelarem-se falsas, incorretas, enganosas, inconsistentes ou imprecisas quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Companhia na cártula, em qualquer caso, que caracterize um Efeito Adverso Relevante (conforme abaixo definido);

j) redução do capital social da Companhia sem observância do disposto no parágrafo 3º do artigo 174 da Lei das S.A., exceto para absorção de prejuízos

12.9 Outras informações relevantes

acumulados, ou se tiver sido previamente aprovada pela maioria dos titulares das Notas Promissórias;

k) perda ou cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia na CVM, observado que a Companhia poderá converter seu registro para companhia aberta "Categoria A";

l) cessão, venda e/ou qualquer forma de alienação ("Alienação"), pela Companhia, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, de bens do seu ativo não-circulante da Companhia cujo valor individual ou agregado seja superior a 20% (vinte por cento) do ativo total da Companhia (conforme apurado com base nas demonstrações financeiras da Companhia mais recentes divulgada anteriormente à respectiva Alienação), observado que não estão vedados por este item (i) qualquer forma de cessão ou alienação fiduciária em garantia de qualquer ativo da Companhia, (ii) a Alienação de ativos para substituição dos mesmos por ativos equivalentes; e/ou (iii) a Alienação de recebíveis da Companhia;

m) inadimplemento de qualquer dívida financeira e/ou no mercado de capitais ou qualquer obrigação pecuniária em qualquer (quaisquer) acordo(s) ou contrato(s) do(s) qual(is) a Companhia seja parte como devedora ou garantidora, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), ou seu equivalente em outra moeda, exceto se (i) sanado no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis contados do respectivo inadimplemento; ou (ii) a Companhia, conforme o caso, obtiver as medidas legais e/ou judiciais cabíveis para o não pagamento no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis contados do respectivo inadimplemento; ou

n) questionamento judicial da validade ou exequibilidade desta cártula e/ou das Notas Promissórias, por qualquer pessoa não mencionada no subitem (i) do item 9.1.1 acima, desde que não contestado tempestivamente pela Companhia com vistas à elisão de tal questionamento, após validamente citada ou intimada.

A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados acima, não sanados nos respectivos prazos de cura, se aplicável, acarretará o vencimento antecipado automático das Notas Promissórias, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial e qualquer consulta aos titulares das Notas Promissórias.

27ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES

Oferta de Resgate Antecipado:

12.9 Outras informações relevantes

A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, desde que respeitado o prazo médio ponderado dos pagamentos transcorrido entre a data de emissão e a data do efetivo resgate superior a 4 anos, ou prazo inferior que venha a ser autorizado pela legislação ou regulamentação aplicáveis, uma oferta facultativa de resgate antecipado da totalidade (sendo vedada oferta facultativa de resgate antecipado parcial) das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, que será endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares.

O valor a ser pago aos Debenturistas no âmbito da oferta de resgate antecipado será equivalente ao valor nominal unitário ou do saldo do valor nominal unitário, acrescida da respectiva remuneração, calculada *pro rata temporis*, a partir da primeira data de integralização ou da data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, até a data do resgate e de eventual prêmio de resgate antecipado, se aplicável.

Hipóteses de Vencimento Antecipado:

Constituem eventos de vencimento antecipado que acarretam o vencimento automático das obrigações decorrentes da escritura de emissão:

(i) falta de pagamento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária decorrente das Debêntures, não sanada no prazo de 2 (dois) dias úteis contado das respectivas datas de vencimento;

(ii) pedido de recuperação judicial ou submissão aos credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial formulado pela Companhia, independentemente de deferimento do respectivo pedido;

(iii) extinção, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de autofalência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou decretação de falência da Companhia;

(iv) descumprimento de qualquer ordem de pagamento de quantia certa oriunda de decisão judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra a Companhia, cujo valor total ultrapasse R\$110.000.000,00 (noventa milhões de reais);

(v) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigações financeiras da Companhia, assim entendidas as dívidas contraídas pela Companhia por meio de operações no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional, em

12.9 Outras informações relevantes

valor individual ou global superior a R\$110.000.000,00 (noventa milhões de reais) na data da referida declaração de vencimento antecipado;

(vi) término antecipado da concessão ou intervenção pelo poder concedente, por qualquer motivo, na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica da Companhia;

(vii) protesto de títulos contra a Companhia, cujo valor individual ou global ultrapasse R\$100.000.000,00 (noventa milhões de reais), salvo se no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da data do respectivo protesto: (a) a Companhia tiver comprovado que o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro ou era ilegítimo; ou (b) o protesto for cancelado ou validamente contestado em juízo;

(viii) comprovação da não utilização, pela Companhia, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão estritamente nos termos da escritura de emissão, desde que previamente comunicado à Companhia e não esclarecido dentro de um prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da comunicação;

(ix) questionamento judicial da validade ou exequibilidade da escritura de emissão, pela Companhia, por qualquer controladora (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das S.A.) da Companhia, por qualquer sociedade controlada (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das S.A.) pela Companhia, e/ou por qualquer coligada da Companhia; ou

(x) se for declarada a invalidade, nulidade ou inexecutabilidade da escritura de emissão, por meio de decisão judicial transitada em julgado ou por decisão arbitral final.

Constituem eventos de vencimento antecipado não automático que podem acarretar o vencimento das obrigações decorrentes das Debêntures:

(i) alteração do controle acionário (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das S.A.) da Companhia, sem a prévia anuência dos Debenturistas representando no mínimo, o quórum previsto na Cláusula 10.11 da escritura de emissão, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas da série em questão, cuja convocação mencione expressamente esta matéria, exceto no caso em que a alteração do controle acionário não resulte em rebaixamento do rating da Emissão em mais de 1 (um) nível (notch), conforme rating atribuído pela S&P, Fitch ou equivalente pela Moody's. Para fins deste subitem, somente haverá alteração do controle acionário da Companhia se a Enel Brasil S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 07.523.555/0001-67, deixar de ser a controladora direta ou indireta da Companhia;

12.9 Outras informações relevantes

(ii) transformação do tipo societário da Companhia, inclusive transformação da Companhia em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das S.A.;

(iii) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Companhia, das obrigações assumidas na escritura, sem a prévia anuência dos Debenturistas representando, no mínimo, o quórum previsto na Cláusula 10.11(iv) da escritura, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas da série em questão, cuja convocação mencione expressamente esta matéria;

(iv) falta de cumprimento pela Companhia, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na escritura de emissão não sanada dentro de um prazo de 15 (quinze) Dias Úteis do recebimento de comunicação acerca do referido descumprimento: (a) pela Companhia ao Agente Fiduciário; ou (b) pelo Agente Fiduciário à Companhia, dos dois o que ocorrer primeiro, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico de cura;

(v) nacionalização, desapropriação, confisco ou qualquer ato governamental que acarrete a apreensão de ativos da Companhia essenciais para a consecução de sua atividade de distribuidora de energia elétrica, apreensão esta que afete de forma relevante e negativa a capacidade da Companhia de honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures;

(vi) se a Companhia sofrer qualquer operação de incorporação, cisão ou fusão, exceto: (a) nos casos em que a incorporação, cisão ou fusão não resulte em rebaixamento do rating da emissão em mais de 1 (um) nível (notch) conforme rating atribuído pela Fitch, Moody's ou Standard & Poor's; (b) nos casos em que realizadas entre sociedades integrantes do seu grupo econômico; (c) mediante anuência prévia dos Debenturistas representando, no mínimo, o quórum previsto na Cláusula 10.11(iv), reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas da série em questão; ou (d) se assegurado o resgate das Debêntures para Debenturistas dissidentes, nos termos do §1º do artigo 231 da Lei das S.A.;

(vii) se houver alteração do objeto social da Companhia de forma a alterar as suas atividades preponderantes;

(viii) não observância, pela Companhia, por 2 (dois) trimestres consecutivos do seguinte índice financeiro no limite abaixo estabelecido nas datas das suas respectivas apurações trimestrais constantes das Informações Trimestrais - ITR e/ou das Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP apresentadas pela Companhia à CVM, a ser calculado e apurado pela Companhia, e acompanhado e revisado trimestralmente pelo Agente Fiduciário, sendo que a primeira verificação para fins deste subitem ocorrerá com

12.9 Outras informações relevantes

relação ao segundo trimestre de 2022 (“Índice Financeiro”): o índice obtido da divisão da Dívida Líquida Financeira pelo EBITDA Ajustado, conforme definidos a seguir, que não deverá ser superior a 3,5 (três inteiros e cinco décimos);

Onde:

“Dívida Líquida Financeira” significa a Dívida da Companhia e das suas subsidiárias em base consolidada de acordo com o resultado trimestral contábil mais recente menos o caixa e aplicações financeiras.

“Dívida” significa o somatório de: (a) todas as obrigações da Companhia por fundos tomados em empréstimo ou em relação a depósitos ou adiantamento de qualquer tipo; (b) todas as obrigações da Companhia evidenciadas por títulos, debêntures, notas ou instrumentos similares; (c) saldo líquido das operações da Companhia evidenciados por contratos de derivativos; (d) todas as dívidas de terceiros garantidas por (ou em relação a qual o titular da dívida tenha um direito, seja condicional ou não, de ser garantido) qualquer ônus sobre bens detidos ou adquiridos pela Companhia, tenha ou não a dívida garantida sido assumida; (e) todas as obrigações, condicionais ou não, da Companhia na qualidade de parte de cartas de crédito, cartas de garantia e/ou avais; (f) todas as obrigações, condicionais ou não, da Companhia em relação a aceites bancários; e (g) dívidas com pessoas ligadas (conforme definidona escritura de emissão) listadas no passivo da Companhia, líquidas dos créditos com pessoas ligadas listadas no ativo da Companhia; excluindo-se: (i) os valores referentes aos contratos que não sejam mútuos, empréstimos e/ou financiamentos firmados com essas pessoas ligadas e desde que descritos em notas explicativas das Demonstrações Financeiras da Companhia, e (ii) os mútuos subordinados firmados com essas pessoas ligadas, definidos como quaisquer mútuos que (A) possuam cláusula expressa de subordinação às obrigações decorrentes de debêntures emitidas pela Companhia, e (B) não contenham garantia de qualquer natureza; (iii) os empréstimos setoriais compulsórios (“Empréstimos Compulsórios”); (iv) empréstimos concedidos pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás (“Empréstimos Eletrobrás”); (v) os empréstimos concedidos por entidades governamentais com o exclusivo objetivo de recompor o caixa das distribuidoras já afetado pelas variações nos ativos e passivos regulatórios não reconhecidos na tarifa; e (vi) o valor da dívida equivalente aos ganhos e perdas atuariais reconhecidos contra o patrimônio líquido. As exclusões mencionadas nos itens “i” e “ii” acima somente serão aplicadas se a Companhia estiver atuando como agente repassador dos Empréstimos Compulsórios e dos Empréstimos Eletrobrás para outras entidades.

12.9 Outras informações relevantes

“EBITDA Ajustado” significa o somatório dos últimos 12 (doze) meses: (i) do resultado operacional conforme apresentado no demonstrativo contábil consolidado da Companhia na linha “Resultado Operacional” (excluindo as receitas e despesas financeiras); (ii) todos os montantes de depreciação e amortização; (iii) todos os montantes relativos a despesas com entidade de previdência privada classificado na conta de “custo de operação”; (iv) os ajustes dos ativos e passivos regulatórios (positivos e negativos no resultado) conforme as regras regulatórias determinadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), desde que não incluídos no resultado operacional acima; (v) atualização do ativo financeiro da concessão (positivos e negativos no resultado), desde que não incluídos no resultado operacional acima; (vi) provisão para contingências; (vii) provisão para créditos de liquidação duvidosa; (viii) baixas de títulos incobráveis; e (ix) perda na desativação de bens e direitos.

13.0 Identificação

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Max Xavier Lins
Cargo do responsável	Diretor Presidente
Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Raffaele Enrico Grandi
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

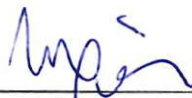
13.1. Declarações individuais do Presidente e do Diretor de Relações com Investidores devidamente assinadas, atestando que:

- a. reviram o formulário de referência
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM n.º 80, em especial aos arts. 15 a 20
- c. as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades

DECLARAÇÃO

Eu, **Max Xavier Lins**, brasileiro, casado, engenheiro, portador de cédula de identidade RG n.º174.4478 SSP/PE, inscrito no CPF sob o n.º 350.048.004-72, com endereço profissional na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida das Nações Unidas, 14.401, Andar 17º ao 23º, Conjunto 1 ao 4, Torre B1 Aroeira, CEP 04794-000, na qualidade de Diretor Presidente da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Companhia"), neste ato declaro que:

- a) revi o formulário de referência da Companhia;
- b) todas as informações contidas no formulário de referência da Companhia atendem ao disposto na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 80, de 29 de março de 2022, em especial aos artigos 15 a 20; e
- c) as informações contidas no formulário de referência da Companhia retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades da Companhia e os riscos inerentes às suas atividades.



Max Xavier Lins
Diretor Presidente

13.2 Declaração do diretor de relações com investidores

13.2 Declaração do diretor de relações com investidores

DECLARAÇÃO

Eu, **Raffaele Enrico Grandi**, italiano, casado, economista, portador do RNM n.º V497057-D, expedido pela CGPI/DIREX/PF, inscrito no CPF sob o nº 060.306.337-32, com endereço profissional na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida das Nações Unidas, 14.401, Andar 17º ao 23º, Conjunto 1 ao 4, Torre B1 Aroeira, CEP 04794-000, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Companhia"), neste ato declaro que:

- a) revi o formulário de referência da Companhia;
- b) todas as informações contidas no formulário de referência da Companhia atendem ao disposto na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 80, de 29 de março de 2022, em especial aos artigos 15 a 20; e
- c) as informações contidas no formulário de referência da Companhia retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades da Companhia e os riscos inerentes às suas atividades.

RAFFAELE
ENRICO GRANDI

Assinado de forma digital por
RAFFAELE ENRICO GRANDI
Dados: 2023.05.31 16:15:38
+03'00'

Raffaele Enrico Grandi
Diretor de Relações com Investidores

13.3 Declaração do diretor presidente/relações com investidores

13.3 - Declaração do Diretor Presidente / Relações com Investidores

Não aplicável, tendo em vista que os atuais Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Companhia já prestaram suas declarações individuais nos itens 13.1 e 13.2 deste Formulário de Referência.